



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO 47/2026 - CONSUPER/REITORIA/IFPB, de 5 de agosto de 2026

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2026-2030 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

O CONSELHO SUPERIOR (CONSUPER) DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA (IFPB), no uso de suas atribuições legais com base no § 1º do Art. 10 da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 e no inciso II do Art. 17 do Estatuto do IFPB, aprovado pela Resolução CS nº 246, de 18 de dezembro de 2015, considerando:

- I - o inciso III do art. 87 do Regimento Geral do IFPB;
- II - o contido no processo nº 23381.004974.2026-78 do IFPB;
- III - as decisões tomadas na 54ª Reunião Extraordinária do Conselho Superior, realizada em 22 de julho de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Desenvolvimento Institucional 2026-2030 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, elaborado nos termos do art. 3º, inciso I, da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, do inciso II do art. 20 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 24, de 18 de março de 2020.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço e no Portal do IFPB.

(assinado eletronicamente)

MARY ROBERTA MEIRA MARINHO

Presidente do Conselho Superior do IFPB

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Mary Roberta Meira Marinho, REITOR(A) - CD1 - REITORIA**, em 05/08/2026 15:25:43.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 29/07/2026. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpb.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código 912954

Verificador: 0797242007

Código de Autenticação:



Instituto Federal da Paraíba

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
2026-2030

Julho/2026

O conteúdo deste documento também está disponível em versão web no endereço: pdi.ifpb.edu.br

Instituto Federal da Paraíba
Plano de Desenvolvimento Institucional 2026-2030
Julho/2026
João Pessoa/Paraíba

VERSÃO NÃO DIAGRAMADA

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Leonardo Barchini

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Marcelo Bregagnoli

REITORA DO INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA

Mary Roberta Meira Marinho

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Neilor Cesar dos Santos

PRÓ-REITORA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

Silvana Luciene Do Nascimento Cunha Costa

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E CULTURA

Maria José Batista Bezerra de Melo

PRÓ-REITORA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS

Anna Clara Feliciano Mendonça

PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Maria Cleidenedia Moraes Oliveira

Comissão Central de Elaboração

Anderson Bráulio Nóbrega da Silva

Camila Florencio Costa

Márcio Carvalho da Silva

Victor Hutton Araújo dos Santos

Weskla Barbosa dos Santos

Autores e Colaboradores Técnicos

Anderson Bráulio Nóbrega da Silva

Camila Florencio Costa

Carolina de Brito Barbosa

Márcio Carvalho da Silva

Raoni Xavier Lucena

Victor Hutton Araújo dos Santos

Weskla Barbosa dos Santos

Lista de abreviaturas e siglas

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

AFS – American Field Service (Organização de intercâmbio cultural)

AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem

AVALIES – Avaliação das Instituições de Educação Superior

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

CEFET-PB – Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (denominação histórica)

CGU – Controladoria-Geral da União

CICan – Colleges and Institutes Canada

CLAI – Centro Local de Aprendizagem Inclusiva

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CODIR – Colégio de Dirigentes

COINOVA – Conselho de Inovação

CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior

CONIF – Conselho Nacional da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

CONSUPER – Conselho Superior

COPAF – Conselho de Planejamento, Administração e Finanças

CPA – Comissão Própria de Avaliação

CP – Conselho Pleno

CPC – Conceito Preliminar de Curso

DGEP – Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas

EaD – Educação a Distância

EBTT – Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EJA-EPT – Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional e Tecnológica

EMBRAPII – Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial

ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

EPTNM – Educação Profissional Técnica de Nível Médio

FAPESQ – Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba

FIC – Formação Inicial e Continuada

GEST – Gestão Estratégica (prefixo de identificação dos objetivos estratégicos)

GP – Gestão de Pessoas (prefixo de identificação dos objetivos estratégicos)

GVP – Geração de Valor Público (dimensão do mapa estratégico)

IDD – Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado

IF Sertão-PB – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Paraibano

IFPB – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

IGC – Índice Geral de Cursos

iGestGestão – Índice de Gestão de Instrumentos de Governança e Gestão

iGovContrat – Índice de Governança de Contratações

iGovPub – Índice de Governança Pública

iGovTI – Índice de Governança de Tecnologia da Informação

iGPE – Índice de Gestão de Pessoas

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IT – Infraestrutura e Tecnologia (prefixo de identificação dos objetivos estratégicos)

LAI – Lei de Acesso à Informação

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LOA – Lei Orçamentária Anual

O conteúdo deste documento também está disponível em versão web no endereço: pdi.ifpb.edu.br

MEC – Ministério da Educação

MITACS – Organização canadense de pesquisa e treinamento

NAPNE – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas

NDE – Núcleo Docente Estruturante

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU – Organização das Nações Unidas

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PARFOR – Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica

PB – Paraíba

PcD – Pessoa com Deficiência

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PEC-G – Programa de Estudantes-Convênio de Graduação

PEI – Plano Educacional Individualizado

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PNE – Plano Nacional de Educação

PNEPT – Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica

PNP – Plataforma Nilo Peçanha

PNPG – Plano Nacional de Pós-Graduação

PPC – Projeto Pedagógico de Curso

PPI – Projeto Pedagógico Institucional

PRAF – Pró-Reitoria de Administração e Finanças

PROEN – Pró-Reitoria de Ensino

PROEXC – Pró-Reitoria de Extensão e Cultura

PRPIPG – Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

Proeja – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SINAEP – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica

SMART – *Specific, Measurable, Achievable, Relevant and Time-bound*

SUAP – Sistema Unificado de Administração Pública

SWOT – *Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*

TAE – Técnico-Administrativo em Educação

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TCU – Tribunal de Contas da União

TED – Termo de Execução Descentralizada

TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação

UAB – Universidade Aberta do Brasil

Lista de Figuras

Figura 1.1 – Distribuição territorial do Instituto Federal da Paraíba e do Instituto Federal do Sertão Paraibano após a reorganização institucional promovida pela Lei nº 15.367/2026....	25
Figura 1.2 – Principais marcos da evolução histórica e institucional do Instituto Federal da Paraíba (1909–2026).....	26
Figura 1.3 – Identidade institucional do Instituto Federal da Paraíba.....	31
Figura 1.4 – Estrutura da cadeia de valor do Instituto Federal da Paraíba, evidenciando os valores públicos e a organização dos macroprocessos finalísticos, gerenciais e de suporte.....	32
Figura 2.1 – Organograma institucional do Instituto Federal da Paraíba, apresentando as principais instâncias de administração, governança, assessoramento, controle, apoio institucional e gestão acadêmico-administrativa.....	34
Figura 10.1 – Mapa Estratégico do Instituto Federal da Paraíba para o ciclo 2026–2030...	159
Figura 10.2 – Ambiente eletrônico de apoio ao PDI 2026–2030, com acesso às matrizes estratégicas e bases de dados institucionais.....	163
Figura 12.1 - Percentual geral de alcance das metas do PDI 2020–2024.....	173
Figura 12.2 - Distribuição de metas alcançadas, parcialmente alcançadas e não alcançadas por eixo estratégico do PDI 2020–2024.....	174

Lista de Tabelas

Tabela 3.1 – Inserção regional e eixos de atuação das unidades consideradas na elaboração do PDI 2026–2030.....	81
Tabela 4.1 – Síntese do planejamento da oferta acadêmica do IFPB para o ciclo de 2026–2030.....	115
Tabela 5.1 – Distribuição do corpo docente do IFPB por vínculo, titulação e regime de trabalho.....	118
Tabela 5.2 — Papéis e funções na EaD.....	120
Tabela 5.3 — Regras gerais de execução de atividades em EaD.....	121
Tabela 5.4 – Perfil dos servidores técnico-administrativos do IFPB por titulação acadêmica e regime de trabalho.....	123
Tabela 7.1. Etapas institucionais para emissão e registro de diplomas em meio digital.....	139
Tabela 8.1 – Síntese da infraestrutura, do acervo e dos serviços das bibliotecas do IFPB por campus.....	141
Tabela 10.1 – Relação entre os eixos institucionais, as siglas dos objetivos estratégicos, os ODS associados e os respectivos referenciais de governança e gestão.....	170
Tabela 12.1 – Síntese dos resultados alcançados por eixo/área de análise no ciclo anterior e respectivas implicações para o PDI 2026–2030.....	178
Tabela 12.2 – Resumo consolidado do cumprimento das metas por eixo estratégico no ciclo do PDI 2020–2024.....	180

Sumário

MENSAGEM DA REITORA.....	18
APRESENTAÇÃO.....	20
METODOLOGIA.....	22
Organização e Governança.....	22
Diagnóstico e Escuta da Comunidade.....	22
Estruturação Estratégica.....	22
Consulta Pública e Validação Social.....	23
Alinhamento Legal e Aprovação Final.....	23
Boas Práticas Adotadas.....	23
1. PERFIL INSTITUCIONAL.....	24
1.2. Histórico.....	26
1.3. Finalidades, Características e Objetivos Legais.....	28
1.4. Missão, Visão e Valores.....	29
1.5. Cadeia de Valor.....	31
2. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA INSTITUIÇÃO.....	33
2.1. Estrutura Organizacional e Instâncias de Decisão.....	33
2.2. Órgãos Colegiados.....	35
2.3 Governança Institucional.....	36
2.4. Integridade, Transparência, Gestão de Riscos e Controle Institucional.....	37
2.5. Sustentabilidade Institucional e Logística Sustentável.....	38
2.6. Estruturas e Mecanismos de Apoio às Atividades Acadêmicas.....	40
2.7. Articulação e Parcerias Institucionais.....	41
2.7.1. Concepção Estratégica.....	42
2.7.2. Gestão e Níveis de Atuação das Parcerias.....	42
2.7.3. Panorama das Parcerias por Abrangência e Esfera.....	43
2.7.4. Contribuição para a Capacidade Institucional e o Desenvolvimento Territorial.....	44
3. Projeto Pedagógico Institucional.....	45
3.1. Concepções.....	46
3.2. Princípios Filosóficos e Teórico-Metodológicos.....	47
3.3. Da Organização Pedagógica.....	50
3.3.1. Dos Planos para Atendimento às Diretrizes Pedagógicas.....	51
3.4. Da Flexibilidade dos Componentes Curriculares.....	53
3.5. Das Oportunidades Diferenciadas de Integralização Curricular.....	54
3.6. Das Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes.....	56
3.6.1. Assistência Estudantil.....	57
3.6.2. Acompanhamento Estudantil e Familiar.....	57
3.6.3. Enfrentamento à Evasão e Retenção dos Estudantes.....	58
3.6.4. Ensino, Aprendizagem e Formação Continuada.....	58
3.6.5. Integração Acadêmica, Cultural e Científica.....	58
3.6.6. Divulgação Institucional e Inserção no Mundo do Trabalho.....	58

3.7. Das Atividades Práticas e do Estágio.....	59
3.8. Das Diretrizes Curriculares para a Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional.....	62
3.9. Das Diretrizes Curriculares e Institucionais para a Educação Profissional e Técnica de Nível Médio.....	65
3.10. Das Diretrizes Institucionais para os Cursos Superiores de Graduação.....	69
3.11. Das Diretrizes Curriculares e Institucionais da Pós-Graduação.....	72
3.12. Da Educação a Distância.....	75
3.13. Das Diretrizes Institucionais para a Política de Formação de Professores.....	76
3.14. Inserção Regional e Área de Atuação Institucional.....	79
3.15. Políticas Institucionais.....	81
3.15.1 Política de Assuntos Estudantis.....	82
3.15.1.1. Princípios.....	83
3.15.1.2. Objetivos.....	84
3.15.1.3. Principais Programas e Ações.....	84
3.15.1.4. Marcos Normativos.....	85
3.15.2. Política de Cultura do IFPB.....	86
3.15.2.1. Princípios.....	87
3.15.2.2. Objetivos.....	88
3.15.2.3. Principais Programas e ações.....	88
3.15.2.4. Marcos normativos.....	89
3.15.3. Política de Ensino.....	89
3.15.3.1. Princípios.....	89
3.15.3.2. Objetivos.....	90
3.15.3.3. Principais Programas e Ações.....	91
3.15.3.4. Marcos Normativos.....	91
3.15.4. Política de Extensão.....	92
3.15.4.1. Princípios.....	95
3.15.4.2. Objetivos.....	96
3.15.4.3. Principais Programas e ações.....	96
3.15.4.4. Marcos normativos.....	97
3.15.5. Política de Gestão de Pessoas.....	98
3.15.5.1 Princípios.....	98
3.15.5.2 Objetivos.....	98
3.15.5.3 Principais Programas e Ações.....	98
3.15.5.4 Marcos Normativos.....	100
3.15.6. Política de Internacionalização.....	100
3.15.6.1. Princípios.....	100
3.15.6.2. Objetivos.....	101
3.15.6.3. Eixos de Ação.....	101
3.15.6.4. Principais Programas e Ações.....	102
3.15.6.5. Marcos Normativos.....	102
3.15.7. Política de Pesquisa e Inovação.....	103

3.15.7.1. Princípios.....	104
3.15.7.2. Objetivos.....	104
3.15.7.3. Principais Programas e Ações.....	104
3.15.7.3.1. Programas institucionais:.....	105
3.15.7.3.2. Programas do Polo de Inovação do IFPB:.....	105
3.15.7.4. Marcos Normativos.....	106
3.15.8. Política de Pós-Graduação.....	106
3.15.8.1. Princípios.....	107
3.15.8.2. Objetivos.....	107
3.15.8.3. Principais Programas e Ações.....	108
3.15.8.4. Marcos Normativos.....	108
4. Organização da Oferta Acadêmica e Cronograma de Desenvolvimento dos Cursos.....	110
4.1. Finalidade e Base Normativa.....	110
4.2. Premissas de Organização da Oferta.....	111
4.3. Critérios de Leitura do Quadro de Cursos e Vagas.....	111
4.4. Síntese da Oferta Planejada.....	112
4.5. Publicação, Atualização e Consulta dos Dados.....	114
5. Perfil do Corpo Docente, Equipe de Educação a Distância e Técnicos-Administrativos.....	116
5.1. Corpo Docente.....	117
5.2. Equipe de Educação a Distância, Tutoria e Mediação Pedagógica.....	118
5.3. Técnico-Administrativos (TAEs).....	121
5.4. Diretrizes para Dimensionamento, Desenvolvimento e Recomposição da Força de Trabalho.....	122
6. Processo de Avaliação Institucional, Acadêmica e Regulatória.....	124
6.1. Contexto da Avaliação da Educação Superior.....	124
6.2. Autoavaliação Institucional no Âmbito do IFPB.....	126
6.3. Uso dos Resultados, Transparência e Integração com o Planejamento Institucional.....	128
7. Acervo Acadêmico em Meio Digital.....	130
7.1. Apresentação.....	130
7.2. Fundamentação Legal e Normativa.....	130
7.3. Contextualização Institucional, Governança e Responsabilidades.....	131
7.4. Projeto de Acervo Acadêmico Digital.....	132
7.4.1. Metodologia de Digitalização, Integridade, Autenticidade e Cadeia de Custódia.....	133
7.4.2. Infraestrutura para Execução das Atividades de Digitalização.....	134
7.4.3. Segurança, Gestão e Preservação Digital.....	134
7.4.4. Capacitação de Servidores.....	135
7.4.5. Diretrizes de Implantação e Acompanhamento.....	135
7.4.6. Resultados Esperados.....	136
7.5. Processo de Emissão e Registro de Diplomas em Meio Digital.....	136
7.5.1. Fluxo Institucional de Emissão e Registro.....	137

8. Infraestrutura Física e Instalações Acadêmicas.....	139
8.1. Diretrizes Gerais de Infraestrutura e Capacidade Instalada.....	139
8.2. Bibliotecas e Recursos Informativos.....	140
8.3. Acessibilidade, Segurança, Sustentabilidade e Manutenção Predial.....	141
8.4. Laboratórios.....	142
8.2.1. Laboratórios e Instalações Acadêmicas.....	142
8.2.2. Gestão e Correlação Pedagógica.....	142
8.2.3. Inventário de Capacidade Instalada e Atendimento.....	143
8.2.4. Equipamentos e Recursos Tecnológicos.....	143
8.2.5. Plano de Manutenção e Expansão.....	143
8.5. Sede, cursos e polos de educação a distância.....	144
8.5.1. Capacidade de atendimento do público-alvo.....	145
9. Demonstrativo de Capacidade e Sustentabilidade Financeira.....	147
9.1 Governança da gestão orçamentária e financeira.....	147
9.2 Condicionantes e metodologia do demonstrativo.....	148
9.3 Evolução e composição da capacidade orçamentária.....	149
9.3.1 Evolução da dotação orçamentária.....	149
9.3.2 Composição das despesas pagas.....	150
9.3.3 Dinâmica da execução orçamentária.....	151
9.3.4 Gestão dos restos a pagar.....	152
9.3.5 Mobilização de recursos orçamentários complementares.....	153
9.4 Planejamento financeiro para o ciclo 2026–2030.....	154
9.5 Condicionantes, riscos e respostas institucionais.....	155
9.6 Diretrizes para a sustentabilidade financeira.....	156
9.7 Síntese da capacidade e sustentabilidade financeira.....	157
10. Planejamento Estratégico.....	158
10.1. Mapa Estratégico.....	159
10.2. Alinhamento Estratégico Institucional.....	160
10.3. Matrizes Estratégicas dos Eixos Temáticos.....	161
10.4. Indicadores Complementares de Gestão, Avaliação e Prestação de Contas.....	164
11. Processo de Monitoramento, Controle Gerencial e Revisão do PDI.....	165
11.1. Governança e Planejamento do Monitoramento.....	165
11.2. Avaliação do Desempenho e Tratamento de Desvios.....	166
11.3. Revisão, Atualização e Controle de Versões.....	167
11.4. Transparência, Prestação de Contas e Aprendizagem Institucional.....	167
12. Balanço Crítico do Ciclo Estratégico Anterior.....	168
12.1. Metodologia da Avaliação.....	169
12.2. Síntese dos Resultados por Eixo Estratégico.....	169
12.2.1. Análise Gráfica do Desempenho das Metas.....	172
12.3. Evolução dos Indicadores Institucionais.....	174
12.4. Principais Lições Aprendidas.....	175
12.5. Considerações Finais.....	176

12.6. Documento Complementar.....	177
APÊNDICES.....	178
APÊNDICE A - Comissões Temáticas.....	179
APÊNDICE B - Comissões Locais.....	181
APÊNDICE C - Parcerias Institucionais e Instrumentos de Cooperação Sistêmicos.....	187
APÊNDICE D - Parcerias Institucionais e Instrumentos de Cooperação dos Campi.....	193
APÊNDICE E - Inserção Regional e Área de Atuação Institucional.....	194
APÊNDICE F - Oferta Educacional.....	196
APÊNDICE G – Sistema de Bibliotecas: Infraestrutura, Acervo e Gestão.....	214
APÊNDICE H – Infraestrutura de Laboratórios.....	225
APÊNDICE I – Matrizes Estratégicas dos Eixos Temáticos do PDI 2026–2030.....	257

MENSAGEM DA REITORA

Prezada Comunidade do Instituto Federal da Paraíba (IFPB),

É com grande satisfação e senso de responsabilidade que apresentamos o novo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2026-2030 do IFPB, um marco fundamental que reitera nosso compromisso institucional com a educação profissional pública, tecnológica e humanística de qualidade. Em um cenário de crescentes desafios e oportunidades, este documento é a bússola que guiará a Instituição nos próximos cinco anos, consolidando os avanços institucionais e orientando a atuação do IFPB para a ampliação de sua contribuição social.

Este PDI não é apenas o cumprimento de uma exigência legal; ele é, sobretudo, o espelho da nossa identidade e o resultado de um processo coletivo e participativo. Seguindo a essência do IFPB, a construção deste plano envolveu o diálogo e a participação ativa de servidores, estudantes, colaboradores e a sociedade paraibana, refletindo os anseios, as experiências e as perspectivas de toda a nossa comunidade. Agradeço imensamente a todos que dedicaram seu tempo e conhecimento para moldar este instrumento de gestão, fortalecendo nossos eixos de democracia, cooperação e governança.

O IFPB, com sua história centenária e sua identidade consolidada na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, é um lugar de esperança e transformação. Nossa Missão Institucional – de "Ofertar a educação profissional, tecnológica e humanística em todos os seus níveis e modalidades por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, na perspectiva de contribuir na formação de cidadãos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática" – é a força motriz que nos impulsiona.

O PDI 2026-2030 estabelece as diretrizes estratégicas para os próximos anos, sendo o resultado de um planejamento robusto e de uma análise aprofundada das necessidades e potencialidades do IFPB. Nosso foco é aprimorar a capacidade institucional em todas as suas dimensões:

- Ensino: Buscaremos o aperfeiçoamento contínuo, a verticalização do ensino em todos os seus níveis e modalidades, garantindo a excelência pedagógica e a formação de profissionais e cidadãos íntegros.

- Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação: Fomentaremos a cultura da inovação, incentivando a produção de conhecimento científico, o registro de patentes e o desenvolvimento tecnológico, fortalecendo a capacidade institucional de produzir conhecimento e desenvolver soluções científicas e tecnológicas.
- Extensão e Cultura: Intensificaremos as ações extensionistas, promovendo um diálogo permanente com os arranjos produtivos locais e as demandas sociais. Além disso, valorizaremos e difundiremos a cultura e as artes, reconhecendo seu papel essencial na formação humana.
- Infraestrutura, Gestão e Desenvolvimento Institucional: Daremos prosseguimento ao planejamento para a melhoria progressiva das condições de trabalho e estudo, otimizando recursos e infraestrutura em nossos campi e polos de EaD, com foco na eficácia, transparência e no acompanhamento contínuo dos resultados.
- Internacionalização: Promoveremos a inserção do IFPB no cenário global, estimulando intercâmbios, parcerias internacionais e a mobilidade acadêmica, enriquecendo a experiência de nossa comunidade.
- Sustentabilidade, Inclusão e Cidadania: Fortaleceremos as práticas de sustentabilidade ambiental, econômica e social, e reafirmaremos nosso compromisso com a inclusão e a formação de cidadãos ativos e conscientes de seus direitos e deveres.

Nosso compromisso é ir além, promovendo o aperfeiçoamento contínuo da qualidade acadêmica e institucional. Acreditamos que o investimento na educação pública é o caminho mais sólido para o desenvolvimento social e econômico, para a redução das desigualdades e para a construção de um país mais justo e com mais conhecimento.

Convido cada membro da comunidade acadêmica e a sociedade paraibana a conhecer, utilizar e, acima de tudo, acompanhar a execução das diretrizes e ações propostas neste Plano. Que possamos, juntos, honrar este compromisso, transformando vidas e contribuindo significativamente para o futuro da Paraíba e do Brasil.

Vamos juntos!

Mary Roberta Meira Marinho

Reitora do IFPB

APRESENTAÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2026–2030 do Instituto Federal da Paraíba (IFPB) constitui o principal instrumento de planejamento estratégico e de gestão da Instituição para os próximos cinco anos. Como documento estruturante, expressa a identidade institucional, orienta suas finalidades e projeta os caminhos para o alcance de metas alinhadas aos desafios contemporâneos da educação pública, gratuita e de qualidade.

Sua elaboração foi motivada pela necessidade de redefinir prioridades, orientar as ações institucionais em um novo ciclo de gestão e fortalecer a integração entre planejamento, avaliação e execução. Também foram consideradas as diretrizes nacionais da educação profissional, científica e tecnológica, além do cumprimento das exigências legais e normativas vigentes.

O conteúdo do PDI reflete um esforço coletivo da comunidade acadêmica e administrativa, resultante de uma metodologia participativa e dialógica. O processo de construção envolveu diagnóstico institucional, escutas qualificadas, análises de cenários, oficinas e a mobilização ativa de gestores, servidores, estudantes e representantes da sociedade civil. Essa abordagem assegurou a pluralidade de perspectivas, a legitimidade das decisões e a aderência das ações planejadas às demandas reais da Instituição.

O documento abrange a Reitoria e todos os campi do IFPB, respeitando as especificidades territoriais e vocacionais de cada unidade e promovendo um planejamento integrado, coerente com a diversidade e a capilaridade institucional. Sua vigência terá início na data estabelecida pelo ato de aprovação e se estenderá até 31 de dezembro de 2030, com mecanismos de monitoramento, avaliação e revisão periódica das prioridades, iniciativas, indicadores e metas estabelecidos.

Importa destacar que a elaboração e a vigência do presente Plano de Desenvolvimento Institucional ocorrem em um contexto de reorganização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica na Paraíba, decorrente da criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Paraibano, instituído pela Lei nº 15.367/2026. Em razão desse processo, o PDI 2026–2030 foi concebido considerando a configuração institucional do IFPB existente no momento de sua elaboração e os ajustes organizacionais decorrentes da transição em curso. As estratégias, metas e indicadores aqui estabelecidos

poderão ser revisados, na forma prevista neste documento, para assegurar sua aderência à nova realidade institucional, preservando a continuidade das atividades acadêmicas e administrativas, a segurança jurídica dos atos praticados e o atendimento à comunidade acadêmica e à sociedade paraibana.

O PDI 2026–2030 reafirma o compromisso do IFPB com a formação integral do ser humano, o desenvolvimento regional sustentável e a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva. Como instituição centenária da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o Instituto Federal da Paraíba acumula uma trajetória marcada pela oferta de educação pública, gratuita, inclusiva, de qualidade e socialmente referenciada, contribuindo para a formação de gerações de cidadãos e para o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico, social e cultural da Paraíba. Nesse contexto, o presente Plano constitui um instrumento de orientação estratégica que fortalece a missão pública institucional, direciona a tomada de decisões e consolida os compromissos assumidos com a comunidade acadêmica e a sociedade.

METODOLOGIA

A elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2026-2030 do Instituto Federal da Paraíba (IFPB) foi conduzida por um processo participativo e estruturado, com base em metodologias colaborativas e ferramentas de gestão estratégica. O método adotado buscou favorecer a participação da comunidade acadêmica, da gestão institucional e da sociedade civil, por meio de comissões, consultas, instrumentos de coleta de dados e espaços de discussão destinados à construção e à validação das propostas.

O processo foi conduzido por meio das seguintes etapas:

Organização e Governança

O processo foi coordenado por uma estrutura de comissões com papéis definidos:

- **Comissão Central:** Responsável pela normatização, coordenação geral e consolidação das informações.
- **Comissões Temáticas:** Formadas por especialistas para definir indicadores e metas técnicas para cada eixo estratégico.
- **Comissões Locais:** Garantiram a capilaridade do planejamento, adaptando as metas à realidade de cada campus.

Diagnóstico e Escuta da Comunidade

Para garantir a legitimidade e a precisão dos dados, foram utilizados:

- **Análise SWOT (Matriz FOFA):** Identificação das Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças que cercam a instituição.
- **Consulta à Comunidade:** realizada mediante instrumento eletrônico aberto aos segmentos docente, técnico-administrativo e discente, cujos resultados foram utilizados como subsídio qualitativo e quantitativo para o diagnóstico e para a priorização das propostas, sem atribuição de representatividade estatística além da participação efetivamente obtida.

Estruturação Estratégica

A definição dos objetivos e indicadores seguiu metodologias de gestão de alto desempenho:

O conteúdo deste documento também está disponível em versão web no endereço: pdi.ifpb.edu.br

- **Critérios SMART:** Validação de cada indicador e meta para assegurar que fossem Específicos, Mensuráveis, Atingíveis, Relevantes e Temporais.

Consulta Pública e Validação Social

Antes da formalização final, a minuta do PDI foi submetida a uma **Consulta Pública aberta à sociedade**. Esta etapa permitiu que a comunidade acadêmica e a sociedade civil apresentassem contribuições e sugestões de aprimoramento, garantindo que o documento final refletisse de forma genuína os anseios coletivos e as demandas regionais.

Alinhamento Legal e Aprovação Final

O processo assegurou a aderência ao **Decreto nº 9.235/2017**. Após a incorporação das contribuições da consulta pública, o documento seguiu para apreciação e aprovação pelos órgãos colegiados superiores do IFPB, conferindo segurança jurídica e legitimidade institucional ao plano.

Boas Práticas Adotadas

Para elevar a eficiência do planejamento, o IFPB implementou as seguintes diretrizes:

- **Gestão Baseada em Evidências:** A formulação dos objetivos estratégicos considerou dados estatísticos, indicadores de desempenho, resultados do ciclo anterior, diagnósticos institucionais, normativos aplicáveis e contribuições obtidas no processo participativo.
- **Transformação Digital:** Uso de plataformas interativas e formulários eletrônicos para dinamizar a participação e a sistematização das métricas.
- **Inclusão e Pluralidade:** Garantia de que as vozes de diferentes segmentos sociais e geográficos fossem contempladas nas metas de expansão e ensino.
- **Monitoramento Sistemático:** Instituição de mecanismos de revisão periódica e acompanhamento contínuo, permitindo ajustes ágeis frente às mudanças de cenário.

O método adotado busca conferir ao PDI caráter participativo, orientado por evidências e passível de acompanhamento e revisão, fortalecendo sua utilização como instrumento de planejamento e gestão institucional.

1. PERFIL INSTITUCIONAL

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) é uma instituição pública federal integrante da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, instituída pela Lei nº 11.892/2008, vinculada ao Ministério da Educação.

Herdeiro de uma trajetória iniciada em 1909 com a criação das Escolas de Aprendizes Artífices, o IFPB acumula mais de um século de contribuição à educação brasileira, consolidando-se como referência na oferta de educação pública, gratuita, inclusiva, de qualidade e socialmente referenciada.

Com uma estrutura multicampi distribuída em diferentes regiões do estado da Paraíba, o IFPB mantém unidades de ensino e polos de atuação que asseguram ampla capilaridade territorial e atendimento às demandas educacionais, sociais e econômicas das diversas regiões paraibanas. A composição da rede institucional encontra-se detalhada nos quadros e mapas apresentados neste Plano.

Durante a elaboração deste PDI, a Rede Federal na Paraíba passou por processo de reorganização institucional decorrente da criação do Instituto Federal do Sertão Paraibano. Dessa forma, as informações territoriais, administrativas e acadêmicas apresentadas neste documento refletem o cenário institucional vigente no momento de sua construção e deverão ser atualizadas conforme a consolidação dos atos de transição entre as duas instituições.

O IFPB oferece educação em todos os níveis e modalidades da educação profissional e tecnológica, abrangendo desde cursos de formação inicial e continuada até programas de pós-graduação. Sua atuação combina ensino, pesquisa e extensão de forma indissociável, desenvolvendo ações que promovem a inclusão social, a inovação tecnológica e o desenvolvimento sustentável. Assim, o Instituto reafirma seu papel estratégico como agente de transformação social, promovendo o fortalecimento da cidadania e o desenvolvimento econômico e cultural nas comunidades onde está inserido.

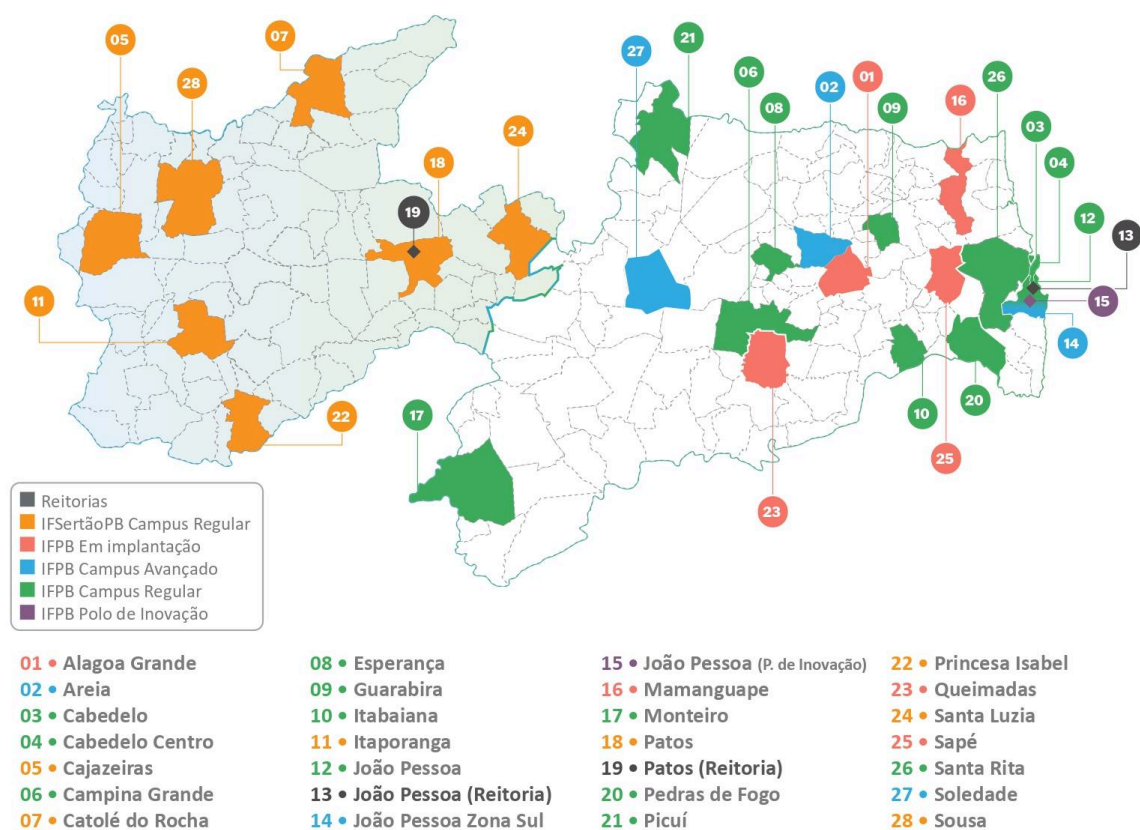


Figura 1.1 – Distribuição territorial do Instituto Federal da Paraíba e do Instituto Federal do Sertão Paraibano após a reorganização institucional promovida pela Lei nº 15.367/2026.

Fonte: elaboração institucional, com base na Lei nº 15.367/2026, na Portaria MEC nº 327/2026 e nos dados institucionais do IFPB.

Data-base: junho/2026.

Nota 1: A unidade atualmente denominada Campus João Pessoa Zona Sul corresponde à mesma unidade institucional anteriormente identificada como Campus Avançado João Pessoa Mangabeira, cuja alteração de nomenclatura foi oficializada pela Resolução 28/2023 - CONSUPER. Neste PDI, adota-se exclusivamente a denominação vigente.

Nota 2: A figura apresenta a configuração territorial considerada durante a elaboração do PDI 2026–2030, contemplando a reorganização institucional decorrente da criação do Instituto Federal do Sertão Paraibano. As unidades identificadas como integrantes do IF Sertão-PB devem ser compreendidas no contexto do processo de transição institucional, conforme os atos normativos aplicáveis.

A área de atuação acadêmica, a inserção regional, a oferta de cursos, os eixos tecnológicos e o cronograma de desenvolvimento institucional encontram-se detalhados nos capítulos específicos deste PDI, especialmente nas seções dedicadas ao Projeto Pedagógico Institucional, à organização didático-pedagógica e ao planejamento estratégico.

1.2. Histórico

A trajetória do Instituto Federal da Paraíba reflete um processo contínuo de evolução e adaptação às demandas educacionais e sociais do Brasil. Sua origem remonta ao Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, que criou as Escolas de Aprendizes Artífices, destinadas a oferecer formação profissional básica para jovens de classes populares. A Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba foi inaugurada em 6 de janeiro de 1910, na então cidade de Parahyba do Norte, com o objetivo de preparar a mão de obra necessária para o contexto socioeconômico da época.

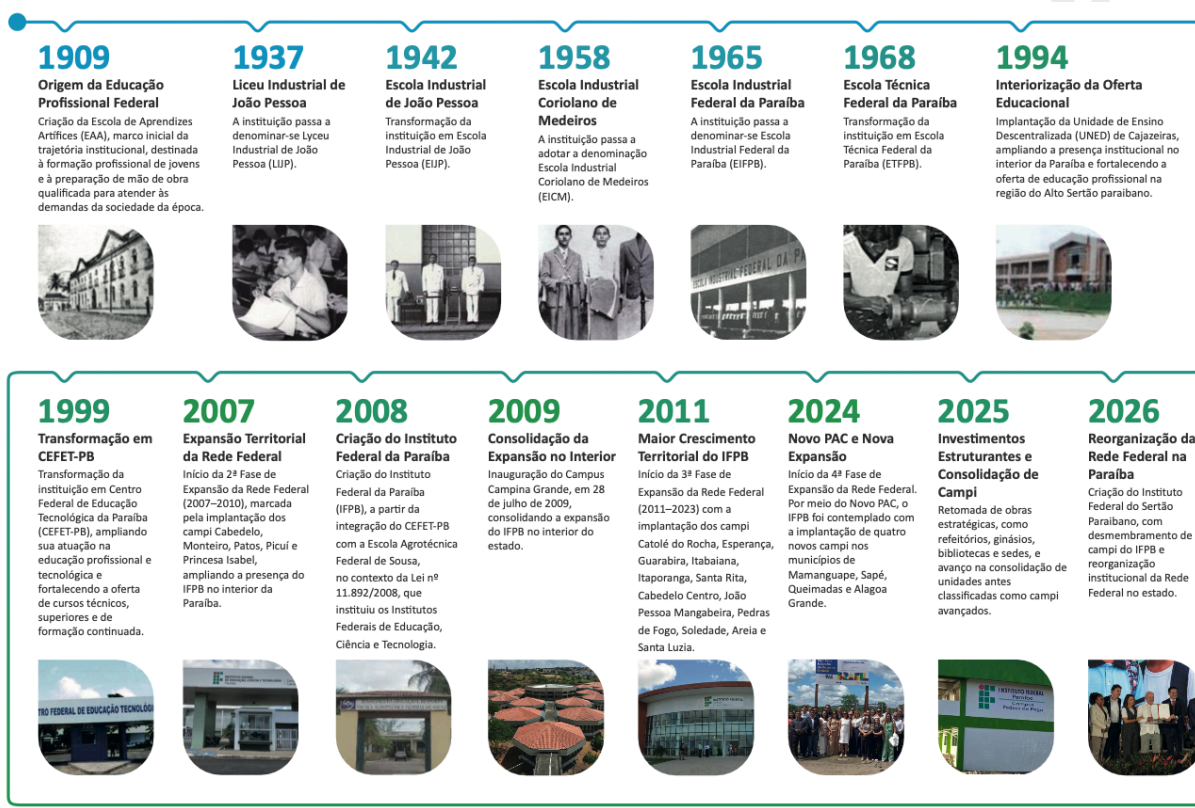


Figura 1.2 – Principais marcos da evolução histórica e institucional do Instituto Federal da Paraíba.

Fonte: elaboração institucional.

A linha do tempo sintetiza os principais marcos da trajetória institucional que consolidou o IFPB como uma instituição centenária de educação pública, gratuita, inclusiva, de qualidade e socialmente referenciada, com atuação estratégica para o desenvolvimento da Paraíba.

A partir da segunda metade do século XX, a instituição passou por transformações administrativas e pedagógicas que ampliaram sua autonomia, sua capacidade de oferta e sua relevância na formação técnico-profissional. Nesse percurso, consolidou-se como

Escola Técnica Federal da Paraíba, fortalecendo a formação de técnicos para atender às demandas educacionais, industriais e sociais do estado e do país.

Um dos marcos mais significativos na história do IFPB ocorreu em 1999, quando a instituição foi elevada à categoria de Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (CEFET-PB). Essa mudança representou avanço institucional relevante, conferindo à Instituição a capacidade de oferecer educação tecnológica em níveis mais elevados, incluindo cursos de graduação tecnológica e programas de extensão e pesquisa. A transição para CEFET-PB também marcou o início de um processo de diversificação de cursos e de expansão da atuação institucional para o interior do estado.

A criação do IFPB, em 2008, decorreu da reorganização da Rede Federal promovida pela Lei nº 11.892/2008, integrando trajetórias institucionais vinculadas à educação profissional e tecnológica na Paraíba, incluindo o então CEFET-PB e a Escola Agrotécnica Federal de Sousa. Essa transição possibilitou maior verticalização da oferta educacional e ampliou a abrangência da Instituição, com a instalação de novos campi em municípios estratégicos.

Em 2025, o IFPB vivenciou novo movimento de fortalecimento de sua infraestrutura e de consolidação institucional de unidades. Esse período foi marcado pela retomada de investimentos em obras estruturantes, incluindo refeitórios, ginásios, bibliotecas e sedes de campi, viabilizados por diferentes fontes de financiamento, como recursos orçamentários, articulações parlamentares e iniciativas associadas ao Novo PAC. Também se destacou o avanço no reconhecimento institucional de unidades anteriormente classificadas como campi avançados, com a alteração de tipologia de Pedras de Fogo e Cabedelo Centro, fortalecendo sua capacidade administrativa, acadêmica e territorial.

Em 2026, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica na Paraíba passou por novo marco institucional com a criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Paraibano, instituído pela Lei nº 15.367/2026. A medida integrou o processo de reorganização da Rede Federal no estado, com redefinição da composição institucional das autarquias federais de educação profissional e tecnológica na Paraíba.

A criação da nova instituição inaugurou um período de reorganização administrativa, acadêmica e patrimonial, conduzido sob coordenação do Ministério da Educação e com participação do IFPB, visando assegurar a continuidade das atividades de ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão. Nesse contexto, o IFPB mantém seu compromisso com a

qualidade dos serviços prestados à sociedade, com a segurança acadêmica dos estudantes e com a preservação dos direitos dos servidores e demais integrantes da comunidade acadêmica.

O presente Plano de Desenvolvimento Institucional foi elaborado nesse contexto de reorganização, constituindo instrumento de planejamento voltado à continuidade do desenvolvimento institucional do IFPB e à adaptação da Instituição à nova configuração da Rede Federal no estado da Paraíba.

Ao longo de mais de um século de existência, o IFPB acompanhou as transformações sociais, econômicas e tecnológicas do país, mantendo seu compromisso com a democratização do acesso à educação, a promoção da cidadania, a redução das desigualdades e o desenvolvimento sustentável dos territórios onde atua. Essa trajetória consolida a Instituição como patrimônio educacional da sociedade paraibana e referência nacional na educação profissional, científica e tecnológica.

1.3. Finalidades, Características e Objetivos Legais

Os Institutos Federais têm por finalidades e características, segundo a Lei nº 11.892/2008:

- I. Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico, local, regional e nacional;
- II. Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III. Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV. Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e do fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V. Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

- VI. Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII. Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII. Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX. Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Além dessas finalidades e características, a atuação do IFPB observa os objetivos legais dos Institutos Federais, especialmente a oferta de educação profissional técnica de nível médio, cursos de formação inicial e continuada, cursos superiores de tecnologia, licenciaturas, bacharelados, engenharias, pós-graduação, pesquisa aplicada, extensão e ações voltadas ao desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e territorial.

1.4. Missão, Visão e Valores

A Missão, a Visão e os Valores constituem os referenciais que orientam a identidade institucional do IFPB e fundamentam seu planejamento estratégico. Esses elementos expressam o propósito da instituição, a direção pretendida para o período de vigência deste Plano de Desenvolvimento Institucional e os princípios que orientam a atuação da comunidade acadêmica e administrativa na execução de suas atividades.

A identidade institucional do IFPB é composta pelos seguintes referenciais:

Missão: Ofertar a educação profissional, tecnológica e humanística em todos os seus níveis e modalidades por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, na perspectiva de contribuir na formação de cidadãos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática.

Visão: Ser uma instituição de excelência na promoção do desenvolvimento profissional, tecnológico e humanístico, pautada na ética e na sustentabilidade, beneficiando a sociedade e respeitando as particularidades regionais, reconhecida como referência da Rede Federal na Região Nordeste pelo avanço da ciência, da tecnologia e da cultura, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.

Valores: Ética: Refere-se à prática da honestidade, respeito e responsabilidade nas interações sociais e decisões dentro da instituição.

Compromisso ambiental: Envolve a promoção de atitudes sustentáveis e a preservação do meio ambiente no contexto social e educacional.

Compromisso social: Refere-se ao engajamento da instituição com a comunidade, buscando impactar positivamente a sociedade por meio de ações educacionais.

Qualidade: Reflete o esforço constante para oferecer educação de excelência, com recursos e métodos eficazes.

Inovação: Implica na busca por novas ideias, tecnologias e abordagens para melhorar o ensino, a pesquisa e a extensão aplicados ao aprendizado de nossa comunidade acadêmica.

Transparência: Significa a clareza, reputação e honestidade nas ações, decisões e comunicação com todos os stakeholders.

Excelência: Busca o aprimoramento contínuo em todos os aspectos da instituição, garantindo uma formação mais ampla e compatível com a sociedade atual.

Desenvolvimento humano: Foca na formação integral do indivíduo, promovendo seu crescimento intelectual, social e emocional.

Respeito: Refere-se à valorização da diversidade, ouvindo e tratando todos sem distinção, com dignidade e consideração.

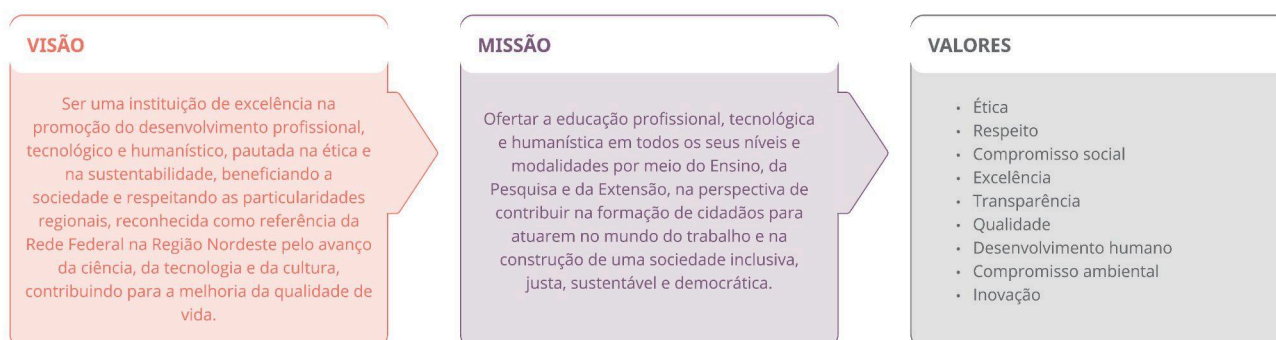


Figura 1.3 – Identidade institucional do Instituto Federal da Paraíba.

Fonte: elaboração institucional, com base nos registros históricos do IFPB, na Lei nº 11.892/2008, na Lei nº 15.367/2026 e nos atos normativos de reorganização institucional.

Data-base: junho/2026.

1.5. Cadeia de Valor

A Cadeia de Valor do IFPB é a representação integrada dos processos organizacionais voltada à entrega de valor público à sociedade paraibana. Essa ferramenta de governança conecta as atividades diárias da instituição à sua estratégia macro, garantindo a eficiência na aplicação dos recursos e a melhoria contínua dos serviços.

No contexto deste PDI, a cadeia de valor contribui para explicitar como os macroprocessos finalísticos, gerenciais e de suporte se articulam para viabilizar a missão institucional, orientar a execução das políticas acadêmicas e administrativas e apoiar o monitoramento dos resultados estratégicos.

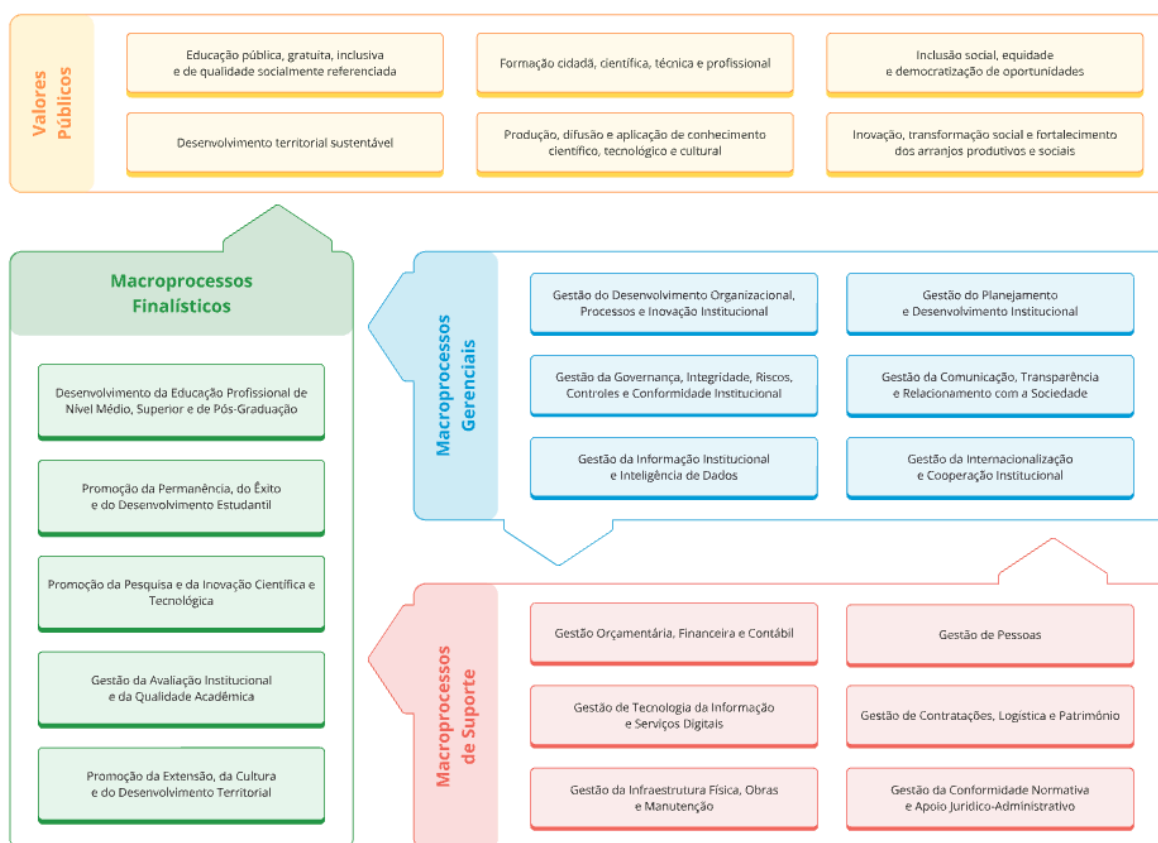


Figura 1.4 – Estrutura da cadeia de valor do Instituto Federal da Paraíba, evidenciando os valores públicos e a organização dos macroprocessos finalísticos, gerenciais e de suporte.

Fonte: elaboração institucional.

A cadeia de valor organiza os macroprocessos institucionais em três grupos: os macroprocessos finalísticos, diretamente relacionados à oferta educacional, à pesquisa, à extensão, à inovação, à permanência estudantil e à avaliação da qualidade acadêmica; os macroprocessos gerenciais, voltados à governança, planejamento, comunicação, integridade, inteligência de dados e cooperação institucional; e os macroprocessos de suporte, responsáveis por assegurar as condições administrativas, orçamentárias, tecnológicas, patrimoniais, jurídicas e de infraestrutura necessárias ao funcionamento da instituição.

2. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA INSTITUIÇÃO

A estrutura organizacional e de governança do Instituto Federal da Paraíba (IFPB) é projetada para assegurar o cumprimento de sua finalidade legal, a eficiência administrativa e a sustentabilidade de sua atuação multicampi. Alinhado à Lei nº 11.892/2008, o arranjo institucional descentraliza as ações executivas entre a Reitoria e os *campi*, resguardando a uniformidade normativa por meio de instâncias deliberativas, consultivas e de controle democrático. Este capítulo detalha o macrossistema institucional, as competências dos conselhos superiores e dos órgãos colegiados locais, as estruturas de apoio acadêmico, os procedimentos regulatórios de autoavaliação conduzidos pela CPA e as políticas de articulação e parcerias estratégicas que viabilizam a gestão da autarquia.

A estrutura organizacional apresentada neste Plano reflete a configuração institucional do IFPB após a reorganização decorrente da criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Paraibano, instituído pela Lei nº 15.367/2026 e regulamentada pela Portaria MEC nº 327/2026. As alterações administrativas, patrimoniais, acadêmicas e de pessoal decorrentes desse processo serão disciplinadas pelos atos normativos específicos editados pelo Ministério da Educação, pela SETEC e pelas próprias instituições envolvidas, observados os princípios da continuidade do serviço público, da segurança jurídica e da eficiência administrativa.

2.1. Estrutura Organizacional e Instâncias de Decisão

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, com estrutura multicampi e atuação em todo o estado da Paraíba. Sua organização administrativa é regida pelos princípios da administração pública, pela Lei nº 11.892/2008, pelo Estatuto do IFPB, aprovado pela Resolução nº 246/2015-CONSUPER/IFPB, e pelo Regimento Geral do IFPB, aprovado pela Resolução nº 144-CS/2017-CONSUPER/IFPB, que disciplinam a estrutura institucional, as competências dos órgãos, as instâncias colegiadas e os mecanismos de funcionamento administrativo.

A estrutura organizacional do IFPB está disposta em dois níveis principais: a Reitoria, situada em João Pessoa, como órgão central de administração, e os campi, unidades descentralizadas de execução das atividades finalísticas.

A Reitoria é composta pelo Gabinete da Reitoria, pró-reitorias, diretorias sistêmicas, órgãos auxiliares, comissões permanentes e assessorias, observadas as competências definidas no

Estatuto, no Regimento Geral e nos normativos específicos. A gestão nos campi é exercida por diretores-gerais, auxiliados por diretorias e coordenações de áreas específicas, conforme a estrutura, as competências e o porte de cada unidade.

As instâncias de decisão estão organizadas de modo colegiado e hierárquico, promovendo a articulação entre os diversos setores e o processo democrático de gestão. As decisões estratégicas são tomadas com base no diálogo entre os gestores, representantes da comunidade acadêmica e órgãos colegiados.

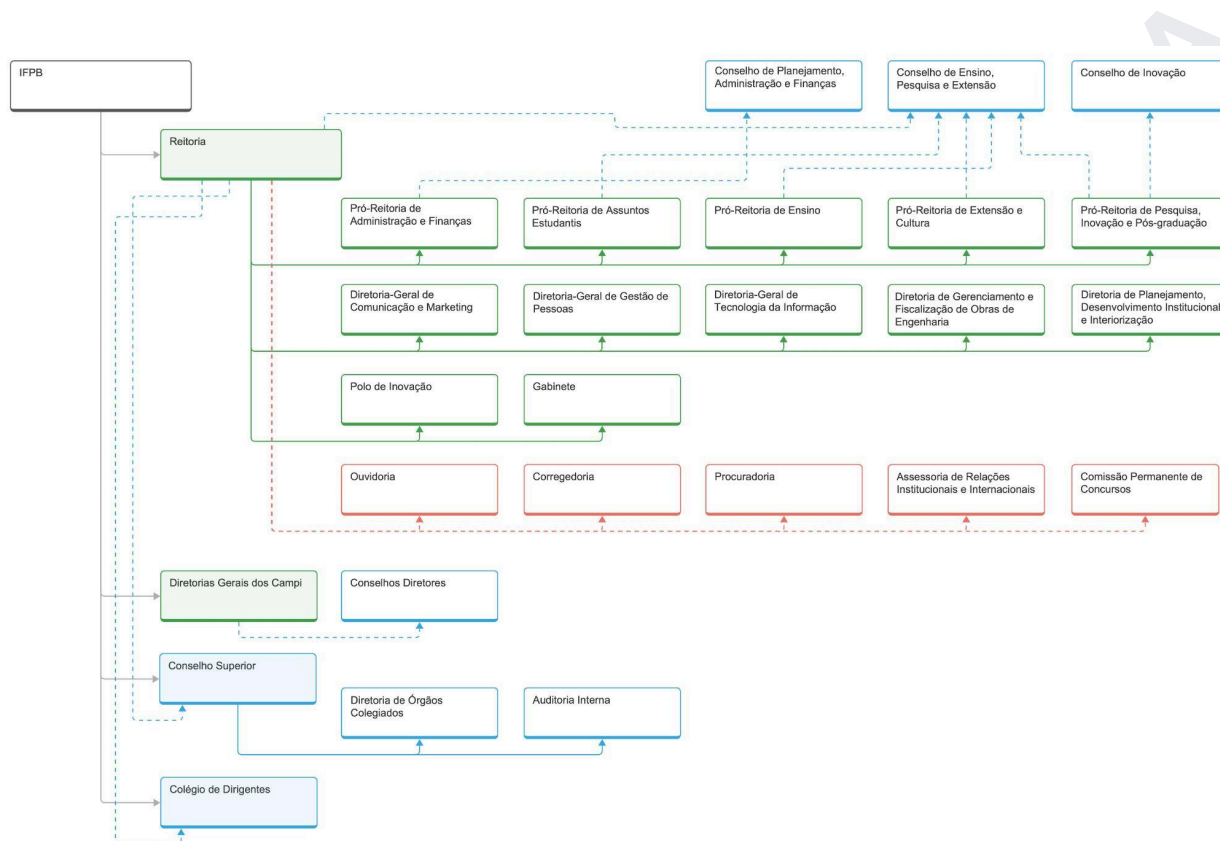


Figura 2.1 – Organograma institucional do Instituto Federal da Paraíba, apresentando as principais instâncias de administração, governança, assessoramento, controle, apoio institucional e gestão acadêmico-administrativa.

Fonte: elaboração institucional.

Nota: O organograma apresenta, de forma sintética, as principais instâncias de administração, governança, assessoramento, controle e apoio institucional do IFPB. As linhas representadas indicam relações hierárquicas, funcionais, colegiadas ou de assessoramento, conforme a natureza de cada órgão, não substituindo as competências, vinculações e atribuições definidas no Estatuto, no Regimento Geral e nos normativos específicos.

2.2. Órgãos Colegiados

Os órgãos colegiados do IFPB constituem instâncias de participação, consulta, proposição, assessoramento, normatização e deliberação, conforme as competências definidas no Estatuto, no Regimento Geral e nos regulamentos específicos. Esses órgãos atuam nos níveis sistêmico e local, contribuindo para a gestão democrática, a transparência decisória, a integração entre Reitoria e campi e a condução das políticas acadêmicas e administrativas da instituição.

Estes colegiados atuam tanto no nível sistêmico quanto no âmbito dos campi. No âmbito sistêmico, destacam-se:

- **Conselho Superior (CONSUPER):** órgão máximo da instituição, de caráter consultivo e deliberativo, responsável por formular a política geral do IFPB, deliberar sobre o desenvolvimento institucional, o orçamento anual, a organização administrativa, a criação e extinção de cursos, as normas internas e demais matérias estratégicas previstas no Estatuto e no Regimento Geral.
- **Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE):** órgão colegiado de caráter consultivo, propositivo e deliberativo no âmbito de suas competências regimentais, responsável por apreciar, propor, opinar e deliberar sobre matérias relacionadas ao ensino, à pesquisa, à inovação, à extensão e aos assuntos estudantis, respeitada a competência do Conselho Superior.
- **Conselho de Planejamento, Administração e Finanças (COPAF):** órgão colegiado sistêmico responsável por apreciar, propor, emitir parecer e deliberar, no âmbito de suas competências, sobre matérias relacionadas ao planejamento institucional, à administração, ao orçamento, à execução financeira, à prestação de contas e à sustentabilidade administrativa da instituição.
- **Conselho de Inovação (COINOVA):** órgão colegiado voltado à proposição, atualização e acompanhamento de normas, diretrizes e ações institucionais relacionadas à inovação, à pesquisa aplicada, ao desenvolvimento tecnológico, à propriedade intelectual, à transferência de tecnologia e à extensão tecnológica.
- **Colégio de Dirigentes (CODIR):** órgão colegiado, geral e sistêmico, de natureza consultiva, responsável por favorecer a articulação entre Reitoria e campi, apreciar matérias de interesse institucional e subsidiar a administração superior na coordenação sistêmica das políticas, programas e ações do IFPB.

Nos campi, os principais colegiados são:

- **Conselho Diretor:** órgão máximo colegiado do campus, de caráter consultivo e deliberativo, responsável por acompanhar a gestão local, regulamentar e complementar, no âmbito do campus, a execução das normas aprovadas pelos órgãos superiores e fortalecer a participação da comunidade acadêmica e externa nas decisões administrativas e acadêmicas.
- **Colegiados de Cursos:** instâncias acadêmicas responsáveis pelo acompanhamento da organização, funcionamento, avaliação e aperfeiçoamento dos cursos, contribuindo para a implementação dos Projetos Pedagógicos de Curso, para a articulação entre componentes curriculares e para a melhoria contínua dos processos formativos.
- **Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs):** instâncias acadêmicas de natureza consultiva, propositiva e de acompanhamento pedagógico, responsáveis por contribuir para a concepção, consolidação, avaliação e atualização dos Projetos Pedagógicos de Curso, em conformidade com as diretrizes curriculares e institucionais aplicáveis.

A participação da comunidade acadêmica nos órgãos colegiados ocorre por meio de representações dos segmentos docente, técnico-administrativo, discente e, quando previsto, da comunidade externa, observadas a composição, as formas de escolha, os mandatos e as competências definidos no Estatuto, no Regimento Geral e nos regulamentos próprios de cada colegiado. Nos colegiados responsáveis pela condução de assuntos acadêmicos, essa representação assegura a participação de professores, estudantes e demais segmentos envolvidos nos processos formativos, em conformidade com as exigências legais aplicáveis ao PDI.

2.3 Governança Institucional

A governança institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) compreende o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle destinados a direcionar, monitorar e avaliar a atuação institucional, assegurando o cumprimento de sua missão, visão, valores e objetivos estratégicos. Fundamentada nos princípios constitucionais da administração pública, especialmente aqueles previstos no art. 37 da Constituição Federal, e nas diretrizes nacionais de governança pública, integridade, transparência e gestão de riscos aplicáveis à administração pública federal, a governança institucional do IFPB orienta-se pela legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade,

eficiência, transparência, integridade, prestação de contas, responsabilização e geração de valor público para a sociedade.

A estrutura de governança do IFPB integra instâncias deliberativas, consultivas e executivas previstas em seu Estatuto e Regimento Geral, promovendo a articulação entre planejamento, gestão, avaliação institucional, gestão de riscos e monitoramento de resultados. Essa integração favorece a tomada de decisões baseada em evidências, o alinhamento entre estratégia e execução e o aperfeiçoamento contínuo dos processos institucionais.

No âmbito dessa estrutura, as instâncias colegiadas sistêmicas e locais, as unidades executivas, os órgãos auxiliares, as funções de integridade, os mecanismos de controle e os instrumentos de planejamento atuam de forma complementar. Essa articulação permite que as decisões institucionais sejam formuladas, executadas, monitoradas e revisadas com base em evidências, conformidade normativa, participação social e compromisso com a geração de valor público.

A governança institucional também incorpora instrumentos de planejamento, monitoramento e gestão de riscos, assegurando que as decisões estratégicas estejam alinhadas aos objetivos institucionais e às necessidades da sociedade. Nesse contexto, o Plano de Desenvolvimento Institucional constitui um dos principais instrumentos de direcionamento estratégico da instituição, orientando a definição de prioridades, a alocação de recursos e a avaliação do desempenho organizacional.

2.4. Integridade, Transparência, Gestão de Riscos e Controle Institucional

O IFPB mantém estruturas e mecanismos destinados ao fortalecimento da integridade pública, da transparência, da gestão de riscos e dos controles internos, contribuindo para a conformidade normativa, a responsabilização, a participação social e a melhoria contínua da gestão institucional.

No âmbito da integridade pública e da gestão de riscos, o IFPB conta com instrumentos institucionais específicos, entre os quais se destacam o Programa de Integridade, a Política de Gestão de Riscos, a Metodologia de Gestão de Riscos e o Radar da Integridade. Esses instrumentos, apreciados no âmbito do Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão, conferem materialidade à atuação preventiva da instituição,

articulando diagnóstico, monitoramento, tratamento de riscos, aperfeiçoamento de controles e apoio à tomada de decisão.

O Radar da Integridade deve ser compreendido como instrumento de monitoramento preventivo e orientativo, voltado à identificação de sinais sistêmicos, tendências e zonas de atenção institucional, sem caráter investigativo, correcional, punitivo ou individualizador. Sua utilização contribui para antecipar fragilidades, subsidiar ações de melhoria e fortalecer a cultura institucional de integridade.

A atuação dessas funções ocorre de forma integrada e complementar, envolvendo unidades responsáveis pelo assessoramento jurídico, auditoria, controle, ouvidoria e responsabilização administrativa. Nesse contexto, destacam-se a Auditoria Interna, prevista no Estatuto e no Regimento Geral como órgão auxiliar do Conselho Superior e responsável por avaliar a conformidade dos atos administrativos e auxiliar os órgãos de controle externo; a Ouvidoria, responsável pelo relacionamento institucional com a sociedade e pela gestão das manifestações dos cidadãos; a Corregedoria, responsável pela atividade correcional; a Comissão de Ética; o Núcleo de Integridade e Governança; e a Procuradoria Federal junto ao IFPB, incumbida do assessoramento jurídico da instituição.

Complementam esse sistema os mecanismos de acesso à informação, proteção de dados pessoais, ética pública, responsabilização administrativa, auditoria, ouvidoria, gestão de riscos e integridade, fortalecendo a capacidade institucional de prevenir, identificar, tratar e monitorar fragilidades, inconformidades e riscos à atuação pública.

A transparência institucional materializa-se por meio da divulgação ativa de informações de interesse público, da observância à Lei nº 12.527/2011 e ao Decreto nº 7.724/2012, da disponibilização de canais de participação social e de atendimento aos usuários dos serviços públicos, em consonância com a Lei nº 13.460/2017, e da proteção de dados pessoais nos termos da Lei nº 13.709/2018. Esses mecanismos fortalecem o controle social, a legitimidade das ações institucionais, a prestação de contas e a confiança da sociedade na atuação do Instituto.

2.5. Sustentabilidade Institucional e Logística Sustentável

A sustentabilidade institucional constitui dimensão transversal da governança do IFPB e orienta a incorporação de critérios socioambientais, econômicos e de eficiência no planejamento, na execução, no monitoramento e na avaliação das ações institucionais. No

ciclo 2026–2030, essa atuação será articulada, durante sua vigência, ao Plano Diretor de Logística Sustentável do IFPB 2025–2029, aprovado e instituído pela Portaria nº 606/2026 – REITORIA/IFPB, de 22 de abril de 2026, instrumento responsável por estabelecer diretrizes, objetivos, iniciativas, indicadores e metas voltados à promoção da sustentabilidade institucional, à racionalização do uso de recursos públicos e à redução dos impactos socioambientais das atividades do Instituto. Para o período posterior à vigência do PDLS 2025–2029, as ações de sustentabilidade deverão observar sua atualização, revisão ou instrumento institucional equivalente, assegurando a continuidade da política durante todo o ciclo do PDI.

Em consonância com sua missão institucional, o IFPB busca incorporar critérios de sustentabilidade aos seus processos de planejamento, governança e tomada de decisão, promovendo o equilíbrio entre as dimensões ambiental, social e econômica. Essa atuação dialoga com a Agenda 2030 e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente aqueles relacionados à educação de qualidade, igualdade de gênero, energia limpa e acessível, trabalho decente e crescimento econômico, redução das desigualdades, cidades e comunidades sustentáveis, consumo e produção responsáveis, ação contra a mudança global do clima, paz, justiça e instituições eficazes e parcerias para a implementação dos objetivos. A associação entre os eixos estratégicos do PDI e os ODS é apresentada no capítulo de Planejamento Estratégico.

A experiência acumulada ao longo da vigência do PDI anterior evidencia a evolução das práticas institucionais relacionadas à sustentabilidade, com destaque para a consolidação de iniciativas de educação ambiental, gestão eficiente dos recursos públicos, fortalecimento da Agenda Ambiental na Administração Pública, incorporação de critérios de sustentabilidade às atividades administrativas e ampliação das ações alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Esses avanços demonstram o amadurecimento da política institucional e estabelecem bases consistentes para sua continuidade e aperfeiçoamento durante a vigência deste Plano.

A sustentabilidade institucional será desenvolvida de forma integrada ao sistema de governança institucional, assegurando que seus princípios sejam considerados na formulação das estratégias, na gestão dos recursos públicos e nos processos de tomada de decisão. Essa integração permitirá incorporar critérios socioambientais ao Plano de Contratações Anual, aos Estudos Técnicos Preliminares, aos Termos de Referência, à gestão patrimonial, aos projetos institucionais e aos demais processos administrativos, favorecendo o uso racional dos recursos públicos, a adoção de critérios sustentáveis nas

contratações e a consideração do ciclo de vida de bens e serviços, conforme a legislação vigente.

A implementação da política institucional de sustentabilidade será operacionalizada, durante a vigência do instrumento, por meio do Plano Diretor de Logística Sustentável, que detalha ações, objetivos específicos, metas, indicadores, responsáveis, cronograma de execução e mecanismos de acompanhamento. O PDI estabelece as diretrizes estratégicas da sustentabilidade institucional, enquanto o PDLS organiza sua execução operacional, permitindo maior flexibilidade para a atualização das ações ao longo do ciclo 2026–2030. Nos termos da Portaria nº 606/2026 – REITORIA/IFPB, a coordenação da implementação do PDLS compete à Diretoria de Planejamento, Desenvolvimento Institucional e Interiorização, por meio do Núcleo de Planejamento Estratégico e Monitoramento Institucional, em articulação com o Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão e com as unidades administrativas e acadêmicas responsáveis pela execução das ações previstas. Encerrada a vigência do PDLS 2025–2029, a operacionalização da política de sustentabilidade deverá ser assegurada por meio de novo ciclo de planejamento ou atualização do instrumento correspondente.

O acompanhamento da política institucional de sustentabilidade será realizado por meio dos indicadores e mecanismos definidos no PDLS, permitindo avaliar periodicamente o cumprimento das metas, identificar oportunidades de aperfeiçoamento e subsidiar a tomada de decisão com base em evidências. Os resultados integrarão os processos institucionais de planejamento, avaliação, gestão de riscos e prestação de contas, contribuindo para a racionalização dos recursos públicos, a transparência ativa, o controle social e a melhoria contínua das práticas de sustentabilidade no IFPB.

2.6. Estruturas e Mecanismos de Apoio às Atividades Acadêmicas

O desenvolvimento das atividades acadêmicas do Instituto Federal da Paraíba é apoiado por estruturas institucionais responsáveis pela qualificação dos processos de ensino, pesquisa, extensão, inovação, avaliação institucional, inclusão, permanência estudantil e apoio pedagógico. Essas estruturas atuam de forma integrada às unidades acadêmicas e administrativas, contribuindo para a efetivação das políticas institucionais e para a melhoria contínua da qualidade da educação ofertada.

No âmbito da avaliação institucional, destaca-se a Comissão Própria de Avaliação (CPA), responsável pela coordenação dos processos de autoavaliação institucional previstos no

Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). A atuação da CPA contribui para a produção de diagnósticos institucionais, o acompanhamento dos resultados acadêmicos e o aprimoramento dos processos de gestão e planejamento. As diretrizes dos processos avaliativos são apresentados em capítulo específico deste Plano.

O IFPB mantém ainda estruturas voltadas à promoção da inclusão, da acessibilidade, da diversidade e da equidade, assegurando condições para a participação plena da comunidade acadêmica e o respeito às diferenças étnico-raciais, culturais, sociais e de gênero. Essas iniciativas são desenvolvidas por meio de programas, núcleos, comissões e equipes multiprofissionais que atuam de forma articulada com as áreas acadêmicas e administrativas.

Essas estruturas compreendem, entre outras, o Sistema de Bibliotecas, os ambientes laboratoriais de ensino, pesquisa e inovação, os serviços de assistência estudantil, os núcleos e programas voltados à inclusão e acessibilidade, os ambientes virtuais de aprendizagem e os setores de apoio pedagógico que apoiam as diferentes modalidades de ensino ofertadas pelo Instituto.

Complementam esse sistema os setores de apoio pedagógico e as demais estruturas acadêmicas responsáveis por contribuir para a qualificação dos processos formativos, o desenvolvimento acadêmico dos estudantes e a permanência com êxito na instituição.

A atuação integrada dessas estruturas fortalece a qualidade acadêmica, a inclusão social, a avaliação institucional e o desenvolvimento estudantil, constituindo elemento fundamental para o cumprimento da missão institucional e para a consolidação da educação profissional, científica e tecnológica ofertada pelo IFPB.

2.7. Articulação e Parcerias Institucionais

A articulação e as parcerias institucionais constituem instrumentos estratégicos para ampliar a capacidade de atuação do Instituto Federal da Paraíba, fortalecer sua inserção territorial e viabilizar ações integradas de ensino, pesquisa, extensão, inovação, cultura, assistência estudantil, internacionalização e gestão. Por meio de instrumentos de cooperação com órgãos públicos, instituições de ensino e pesquisa, empresas, organizações da sociedade civil, entidades representativas, organismos nacionais e internacionais, o IFPB amplia sua capacidade de resposta às demandas sociais, educacionais, científicas, tecnológicas e produtivas dos territórios em que atua.

No contexto do PDI 2026–2030, as parcerias são compreendidas como mecanismos transversais de apoio à execução das políticas institucionais, contribuindo para a captação de recursos, o compartilhamento de conhecimentos e infraestruturas, a execução de projetos, a formação profissional, a inserção dos estudantes no mundo do trabalho, a internacionalização acadêmica e o fortalecimento da função social da instituição.

As informações consolidadas sobre as parcerias vigentes no momento de elaboração deste Plano encontram-se disponíveis no Painel de Parcerias Institucionais do PDI, acessível em formato eletrônico por meio dos endereços pdi.ifpb.edu.br/apendices/apendice-c e pdi.ifpb.edu.br/apendices/apendice-d, e integram formalmente este documento por meio do Apêndice C – Parcerias Institucionais e Instrumentos de Cooperação Sistêmicos e do Apêndice D – Parcerias Institucionais e Instrumentos de Cooperação dos Campi. O painel digital e os referidos apêndices apresentam o mesmo conjunto de informações, contemplando os instrumentos de cooperação vigentes e permitindo visualizar sua abrangência, finalidade e a natureza das articulações institucionais mantidas pelo IFPB.

2.7.1. Concepção Estratégica

A articulação interinstitucional do IFPB orienta-se pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, pela responsabilidade social, pela inovação, pela inclusão e pelo desenvolvimento regional sustentável. As parcerias institucionais possibilitam a aproximação entre a instituição e diferentes atores sociais, econômicos, culturais e governamentais, favorecendo a construção de soluções educacionais, científicas, tecnológicas e sociais aderentes às realidades locais e regionais.

Essas articulações não substituem as políticas institucionais próprias do IFPB, mas atuam como instrumentos de fortalecimento de sua execução. Dessa forma, as parcerias contribuem para ampliar oportunidades formativas, apoiar programas e projetos, qualificar a oferta educacional, estimular a pesquisa aplicada, fomentar a extensão e a cultura, promover ações de assistência estudantil, consolidar iniciativas de internacionalização e fortalecer a integração da instituição com o mundo do trabalho e com a sociedade.

2.7.2. Gestão e Níveis de Atuação das Parcerias

A gestão das parcerias institucionais do IFPB observa os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, transparência, interesse público, proteção de dados pessoais, prestação de contas, integridade e responsabilidade institucional.

A formalização, o acompanhamento e a avaliação dos instrumentos de cooperação são realizados em conformidade com a legislação aplicável à administração pública federal, com os normativos que disciplinam convênios, acordos de cooperação, termos de execução descentralizada, contratações públicas quando cabíveis e demais instrumentos congêneres, bem como com as competências estabelecidas no Estatuto, no Regimento Geral e nos atos internos do IFPB. Essa atuação busca assegurar segurança jurídica, aderência às finalidades institucionais, transparência na execução, controle dos resultados e contribuição efetiva das parcerias para o desenvolvimento acadêmico, científico, tecnológico, cultural e territorial.

As parcerias são organizadas em dois níveis complementares de atuação:

- I. Nível sistêmico, conduzido por pró-reitorias, diretorias sistêmicas, assessorias e demais unidades da Reitoria, voltado à articulação com órgãos governamentais, agências de fomento, instituições de ensino e pesquisa, organismos internacionais, entidades representativas e parceiros estratégicos de abrangência regional, nacional ou internacional.
- II. Nível territorial, conduzido pelos campi, voltado à articulação com prefeituras, escolas, associações, cooperativas, empresas locais, organizações da sociedade civil, comunidades tradicionais, equipamentos públicos e demais atores dos territórios, com foco na execução de ações educacionais, extensionistas, culturais, tecnológicas, sociais e de inserção profissional.

Essa organização permite combinar diretrizes institucionais comuns com a autonomia e a capacidade de resposta dos campi às demandas específicas de seus territórios de atuação.

2.7.3. Panorama das Parcerias por Abrangência e Esfera

O conjunto de parcerias registrado no Painel de Parcerias Institucionais evidencia a capacidade do IFPB de atuar em rede e de estabelecer cooperações com diferentes segmentos da sociedade. As articulações abrangem parcerias com órgãos federais, estaduais e municipais; instituições de ensino e pesquisa; empresas públicas e privadas; entidades do setor produtivo; organizações da sociedade civil; comunidades tradicionais; organismos internacionais; e instituições estrangeiras.

Essas parcerias possuem finalidades diversas, incluindo cooperação acadêmica e científica, formação profissional, ações de extensão e cultura, desenvolvimento tecnológico, inovação, estágios, aprendizagem profissional, assistência estudantil, saúde mental, inclusão social,

internacionalização, empreendedorismo, fortalecimento de comunidades e desenvolvimento territorial.

O quadro detalhado das parcerias, com identificação da unidade de interlocução, parceiro, finalidade e natureza sistêmica ou territorial da cooperação, encontra-se disponível no Painel de Parcerias Institucionais do PDI.

2.7.4. Contribuição para a Capacidade Institucional e o Desenvolvimento Territorial

As parcerias institucionais fortalecem a capacidade do IFPB de atender às demandas de seus cursos, programas e ações institucionais, contribuindo para ampliar experiências práticas de formação, qualificar projetos acadêmicos, promover inserção profissional, desenvolver ações junto às comunidades e expandir a presença social da instituição.

No âmbito territorial, as parcerias com municípios, escolas, associações, cooperativas, equipamentos públicos, organizações sociais e setores produtivos locais ampliam a capacidade dos campi de atuar em consonância com as vocações regionais, os arranjos produtivos, sociais e culturais e as necessidades das comunidades. No âmbito sistêmico, as parcerias com órgãos governamentais, instituições de pesquisa, agências de fomento, entidades nacionais e organismos internacionais contribuem para a execução de programas estratégicos, captação de recursos, cooperação técnica e fortalecimento institucional.

Dessa forma, as parcerias institucionais constituem um componente relevante da estratégia de desenvolvimento do IFPB para o ciclo 2026–2030, contribuindo para a efetividade das políticas institucionais, para a ampliação do valor público entregue à sociedade e para o cumprimento da missão institucional.

3. Projeto Pedagógico Institucional

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) é um documento orientador da ação institucional no qual se registram as intenções e as diretrizes estratégicas a serem seguidas, em função do Planejamento Estratégico Institucional considerando a missão, a visão, os valores definidos e as concepções teóricas escolhidas.

Nesse sentido, o PPI, como parte integrante do PDI, deve considerar a história da Instituição; nortear seus documentos normativos; ser elaborado a partir de seus princípios orientadores; explicitar suas convicções ideológicas; enunciar os propósitos gerais que orientam a prática da Instituição que justificam sua estrutura organizacional, em que são estabelecidas as relações entre os membros da comunidade acadêmica, as formas de participação e os mecanismos de tomada de decisão.

O PPI é político, porque orienta a forma de gerir a Instituição, oferecendo diretrizes e caminhos para a gestão escolar. É pedagógico porque oportuniza a reflexão sistemática, dando sentido e rumo às práticas educativas, contextualizadas cultural e socialmente. Portanto, as trajetórias e decisões referendadas são político-pedagógicas, uma vez que refletem as orientações assumidas pela Instituição.

Quanto à elaboração do PPI, foi imprescindível a participação de representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica, uma vez que constitui-se a oportunidade de definir o papel social e estratégico da Instituição na educação e organizar suas ações para atingir os objetivos a que se propõe, ordenando e norteando o cotidiano institucional.

O IFPB, como uma Instituição multicampi e pluricurricular, atua em uma perspectiva emancipatória. Para tanto, define suas políticas em diálogo com as comunidades locais e circunvizinhas, por meio da realização de avaliações e estudos contínuos sobre as necessidades socioeducativas da região, conectando-as à formação integral dos estudantes ao mundo do trabalho, à inovação científica e tecnológica e aos arranjos produtivos locais e regionais, objetivando garantir a excelência no ensino, pesquisa, inovação, extensão e cultura.

Neste PDI, o Projeto Pedagógico Institucional estabelece as diretrizes acadêmicas, pedagógicas e formativas que orientam a organização da oferta, a elaboração dos Projetos Pedagógicos de Curso, as políticas institucionais e os processos de acompanhamento da qualidade acadêmica. O detalhamento da oferta acadêmica encontra-se no Capítulo 4, enquanto os objetivos, iniciativas, indicadores e metas relacionados à execução das

políticas acadêmicas são apresentados nas matrizes estratégicas do Capítulo 10 e monitorados conforme o modelo descrito no Capítulo 11.

3.1. Concepções

Numa breve reconstituição das concepções de cultura, ciência, tecnologia, trabalho, educação e suas inter-relações, considera-se:

- I. A **ciência** como um conjunto de conhecimentos sistematizados, produzidos socialmente ao longo da história, na busca da compreensão e da transformação da natureza e da sociedade, expressada na forma de conceitos representativos das relações de forças determinadas e apreendidas da realidade;
- II. A **cultura** como o resultado do esforço coletivo que tem em vista conservar a vida humana e consolidar uma organização produtiva da sociedade, do qual resulta a produção de expressões materiais, símbolos, representações e significados que correspondem a valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade;
- III. A **tecnologia** como transformação da ciência em força produtiva ou mediação entre o conhecimento científico e a produção, marcada desde sua origem pelas relações sociais que a levaram a ser produzida, sendo uma extensão das capacidades humanas;
- IV. O **trabalho** como princípio educativo é a base para a organização e o desenvolvimento curricular em seus objetivos, conteúdos e métodos; assim, equivale a dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e, por isso, dela se apropria e pode transformá-la e, ainda, que é sujeito de sua história e de sua realidade. Em síntese, o trabalho é a primeira mediação entre o homem e a realidade material e social;
- V. A **pesquisa**, como princípio pedagógico, integra a investigação ao currículo, estimulando a curiosidade e a reflexão crítica dos estudantes, que passam a atuar de forma ativa na construção do próprio conhecimento. Em articulação com o ensino e a extensão, contribui para o desenvolvimento social, científico e tecnológico, cujos resultados devem beneficiar a comunidade acadêmica e a sociedade;
- VI. A **extensão** como atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre a instituição e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa;

- VII. A **internacionalização** como um eixo estratégico fundamental para o desenvolvimento acadêmico, científico, sustentável e tecnológico do IFPB, integrando-o à dinâmica global de conhecimento e inovação com impacto social, garantindo que os seus membros atuem como agentes transformadores em um cenário cada vez mais conectado; e
- VIII. A **educação** é um processo contínuo de formação do ser humano, que envolve o desenvolvimento de aspectos intelectuais, sociais, culturais, morais e emocionais ao longo da vida. Por meio dela, são construídos conhecimentos, habilidades, valores e atitudes essenciais para a convivência em sociedade e para o exercício da cidadania. É o elemento que articula ciência, tecnologia, cultura, trabalho e valores sociopolíticos para formar cidadãos críticos, autônomos e éticos, capazes de intervir no mundo do trabalho e na sociedade.

Dessa forma, a concepção de uma formação integral e cidadã, que articule as dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia por meio de estratégias pedagógicas apropriadas e de recursos tecnológicos fundados em uma sólida base cultural, científica e tecnológica, de maneira integrada à organização curricular do curso, à organização da pesquisa e ao desenvolvimento da extensão, norteia a organização das práticas educativas e dos processos formativos no âmbito do Instituto Federal da Paraíba.

3.2. Princípios Filosóficos e Teórico-Metodológicos

O IFPB preconiza, em sua missão, a promoção de uma educação profissional técnica, tecnológica e humanística de excelência, integrando ensino, pesquisa e extensão, além dos aspectos da inovação e da cultura, contribuindo para a formação de profissionais qualificados e cidadãos éticos, preparados para os desafios do mundo do trabalho e para a construção de um futuro mais inclusivo, justo, sustentável e democrático, valorizando a diversidade e o respeito aos direitos humanos. Assim, a missão social expressa neste documento fundamenta-se nos seguintes princípios filosóficos e teórico-metodológicos:

- Natureza pública, gratuita e laica. O IFPB é uma Instituição pública, mantida pelo poder público, cujo objetivo é garantir o acesso à educação de qualidade a todos, sem distinção. Por ser gratuita, oferece ensino, pesquisa e extensão e cultura sem custos para seus estudantes, promovendo a inclusão social e a democratização do conhecimento. Por ser laica, assegura que as atividades educacionais sejam conduzidas com respeito à diversidade de crenças e promovendo um ambiente plural e acolhedor para todos.

- Verticalização do Ensino e sua Integração com a Pesquisa, a Inovação, a Extensão e Cultura. Esse princípio permite ao corpo docente atuar em diferentes níveis de ensino de forma simultânea e articulada, desde a educação profissional básica, técnica e tecnológica até a pós-graduação. Essa integração perpassa a atuação em pesquisa, inovação, extensão e cultura, que servem de base para o processo de aprendizagem. Ao mesmo tempo, permite ao seu corpo discente, a construção de trajetórias de formação na mesma área nos diferentes níveis de ensino e o compartilhamento de ambientes de aprendizagem, experiências e saberes em uma mesma instituição. Eles têm a oportunidade de se envolver em projetos de pesquisa, participar de iniciativas inovadoras e participar de atividades de extensão que conectam a teoria com a prática e a sociedade, enriquecendo sua formação e ampliando suas perspectivas. Para a gestão, esse processo possibilita a utilização da infraestrutura física, do quadro de pessoal e dos recursos orçamentários, criando sinergias entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, resultando em um ambiente acadêmico mais dinâmico, relevante, produtivo e inovador.
- Formação Humana Integral. Esse princípio abrange dimensões formativas nos aspectos intelectual, social, emocional, físico e cultural. Propõe a articulação da preparação para o trabalho e formação crítica, cidadã e cultural, valorizando o ser humano em sua totalidade, garantindo acesso ao conhecimento científico, tecnológico, artístico, cultural e desportivo. Assim, cada pessoa amplia suas habilidades profissionais e pessoais, fortalece o bem-estar e se reconhece como sujeito histórico e social.
- Articulação entre educação, trabalho, cultura, inovação, ciência e tecnologia. No IFPB, essa integração permite que a formação acadêmica valorize a cultura, estimule o ensino, a pesquisa e a extensão incentivando descobertas que contribuam para a melhoria das condições de vida. A inovação, ciência e a tecnologia, entendidas como parte desse patrimônio coletivo, devem atuar como bens públicos voltados ao desenvolvimento social, especialmente em benefício da sociedade. Ao integrar educação, trabalho, cultura, inovação, ciência e tecnologia, o IFPB busca preparar cidadãos capazes de compreender os desafios do presente, propor soluções para problemas sociais e econômicos e manter-se em constante desenvolvimento.
- Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas. Consiste no reconhecimento e na valorização da diversidade de pensamentos, métodos e concepções pedagógicas dentro do contexto educacional. Esse princípio reconhece diferentes formas de compreender o conhecimento e organizar o processo de ensino e aprendizagem, como parte da garantia do direito à educação pública e de qualidade.

- **Inclusão social.** Consiste no reconhecimento da dignidade de todas as pessoas e na garantia de seus direitos, considerando as diferentes condições físicas, intelectuais, culturais, socioemocionais e socioeconômicas, bem como as diversidades étnicas, de gênero, de orientação sexual, religiosas e geracionais. No âmbito educacional, implica considerar as condições físicas, comunicacionais, intelectuais, socioeconômicas, psicossociais e culturais dos educandos durante todo seu percurso na Instituição, desde o ingresso, a permanência e o êxito na conclusão de sua formação até a sua inserção no mundo do trabalho.
- **Gestão democrática.** Esse princípio demanda transparência, descentralização das decisões e participação coletiva. No âmbito pedagógico, envolve ações que promovem a cidadania, fortalecendo a autonomia e a participação de toda a comunidade acadêmica. Os conteúdos, a metodologia e os critérios de avaliação devem ser definidos de forma clara e discutidos por representantes, visando ao desenvolvimento integral e à aprendizagem do educando, em observância ao estabelecido na legislação.
- **Defesa dos Direitos Humanos.** As atividades de ensino, pesquisa, inovação, extensão, cultura e internacionalização devem estar fundamentadas no respeito aos direitos humanos e na promoção de uma cultura que valorize o diálogo, a convivência com as diferenças, a justiça, a liberdade, a paz e a tolerância. Esses princípios devem orientar a vida social e acadêmica da Instituição, permeando suas ações com ética, respeito ao ser humano, preservação ambiental, solidariedade e compromisso ativo diante de ameaças ou violações aos direitos humanos, devendo promover no currículo educação ambiental, educação para as relações étnico-raciais, equidade de gênero e enfrentamento a todas as formas de violência, discriminação e preconceito.

Nesse contexto, tais princípios se materializam na organização curricular, nas práticas pedagógicas e nas ações institucionais, por meio de abordagens transversais que fortaleçam a educação ambiental, a educação para as relações étnico-raciais, a equidade de gênero e a valorização da diversidade. Essas ações buscam prevenir e enfrentar todas as formas de discriminação, violência e preconceito, contribuindo para a formação de sujeitos críticos, éticos e socialmente comprometidos com a construção de uma sociedade democrática, justa, inclusiva e sustentável.

3.3. Da Organização Pedagógica

A organização pedagógica do IFPB pode ser compreendida como o arranjo sistematizado de princípios, diretrizes, práticas e recursos que estruturam e orientam o processo educativo no âmbito da Instituição. Trata-se do conjunto de elementos normativos e operacionais que asseguram a materialização da proposta pedagógica e a mediação entre a intencionalidade formativa da Instituição e a prática cotidiana desenvolvida no contexto educativo, garantindo coerência entre as experiências de aprendizagem proporcionadas aos estudantes e sua Missão Institucional, que é:

Ofertar a educação profissional, tecnológica e humanística em todos os seus níveis e modalidades por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, na perspectiva de contribuir na formação de cidadãos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática (IFPB, 2025).

A organização didático-pedagógica aplicada às modalidades ofertadas pelo IFPB está em consonância com os princípios apontados no artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996): a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola; a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; a gestão democrática do ensino público; a garantia do padrão de qualidade; a valorização da experiência extraescolar; a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; a consideração com a diversidade étnico-racial; a garantia do direito à educação e a aprendizagem ao longo da vida; e o respeito à diversidade humana, linguística, identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva; que estão contemplados nos projetos pedagógicos dos cursos (PPCs).

Além disso, a organização didático-pedagógica do IFPB é parte constante nos regimentos didáticos específicos de cada nível ofertado e é complementada por resoluções, notas técnicas e outros documentos que tratam de assuntos de natureza pedagógica regulamentados pelo CONSUPER, os quais, articulados com a Lei nº 9.394/1996, com as Diretrizes Curriculares Nacionais e com as demais legislações nacionais vigentes, estabelecem as normas referentes aos processos didáticos e pedagógicos da Instituição.

Para consolidação da organização pedagógica proposta, o IFPB propicia espaços de planejamento da prática docente, nas semanas e/ou encontros pedagógicos realizados semestralmente e durante as reuniões semanais estabelecidas na carga horária dos professores, garantindo que os conteúdos, a metodologia e os critérios de avaliação sejam expostos de forma clara e discutidos por todos, visando ao desenvolvimento integral e à

aprendizagem do educando, em observância ao estabelecido na legislação e nos documentos institucionais.

A participação dos estudantes, dos docentes e dos técnicos-administrativos é incentivada por meio da representação desses segmentos nos órgãos colegiados, tais como os colegiados dos cursos superiores e técnicos, os Conselhos Diretores, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e o Conselho Superior, onde participam ativamente da construção de documentos normativos e regulamentadores.

Esses momentos de planejamentos coletivos objetivam a construção, avaliação, reconstrução e correção dos rumos dos projetos pedagógicos dos cursos e das práticas diárias que concorrem para efetivação do PPI e das políticas de inclusão no mundo do trabalho, da verticalização da oferta de cursos e nas oportunidades de formação inicial e continuada dos adolescentes, jovens e adultos, e da construção de cenários ideais para o acesso, permanência e êxito dos educandos.

3.3.1. Dos Planos para Atendimento às Diretrizes Pedagógicas

Em consonância com a missão de ofertar educação profissional, tecnológica e humanística em todos os níveis e modalidades, o IFPB busca formar cidadãos aptos a atuar no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática. Nesse sentido, pauta sua atuação em processos de planejamento coletivo, para a implementação do seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI), cujas práticas se refletem na ampliação das oportunidades de inclusão educacional, social e no mundo do trabalho, investindo na criação de condições para o acesso, a permanência e o êxito dos educandos.

Nesse contexto, a definição dos Planos de Atendimento às Diretrizes Pedagógicas do IFPB não pode desconsiderar a complexidade da sociedade contemporânea, marcada por rápidas transformações no mundo do trabalho, impulsionadas pelo avanço tecnológico, pelo surgimento de uma nova ordem econômica com o fortalecimento do multilateralismo, pela crescente diversidade cultural e urgentes desafios socioambientais, como a crise climática, questões de justiça social e equidade, as quais demandam respostas imediatas, coordenadas e eficazes.

Segundo Frigotto (2004), a educação não deve se subordinar unicamente às demandas do mercado de trabalho. Pelo contrário, ela deve se alinhar a necessidades formativas mais amplas, articulando continuamente trabalho e educação. Assim, defende-se uma formação humana integral que favoreça a compreensão da ontologia do trabalho e promova uma educação omnilateral. Para Pacheco (2015), a educação necessita estar vinculada aos

objetivos estratégicos de um projeto que busque não apenas a inclusão nessa sociedade desigual, mas também a construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social, fundamentados numa perspectiva democrática e de justiça social.

Diante desse cenário, os Planos Institucionais do IFPB em consonância com as Diretrizes Pedagógicas orientam os processos formativos, bem como a organização do respectivo trabalho pedagógico na perspectiva (1) de superação da lógica restrita à preparação para o mercado e da histórica dicotomia entre teoria e prática, compreendendo o trabalho como princípio educativo; (2) do planejamento de diversas ações e projetos que promovam transformações na realidade social, a partir do campo de atuação profissional; (3) de um enfoque global, integrador e inclusivo promotores de conhecimentos tecnológicos, interculturais, sustentáveis e críticos, bem como de valores e práticas voltados à preservação do Planeta e ao bem comum; (4) de uma educação inclusiva e voltada ao desenvolvimento integral do ser humano preparando-o para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades de um mundo em constante evolução; (5) do fortalecimento da consciência dos princípios de justiça, equidade, igualdade e respeito aos direitos humanos; (6) promoção de uma política educacional voltada à educação das relações étnico-raciais, contemplando o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, o combate ao racismo e às discriminações étnico-raciais, a valorização da diversidade brasileira, o fortalecimento dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) e a implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, bem como das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais.

A harmonia entre planos institucionais e diretrizes pedagógicas reafirma a função social do IFPB e sua influência no desenvolvimento local, além de potencializar a efetivação das políticas públicas fundamentais para a ampliação das oportunidades educacionais, com permanência e êxito escolar.

Em síntese, a educação contemporânea deve abraçar uma abordagem holística, que integre saberes, promova a formação humana integral e capacite os indivíduos para enfrentar os desafios de um mundo complexo. O currículo e as práticas pedagógicas devem refletir esse compromisso, garantindo que os estudantes sejam formados para o mundo do trabalho, como cidadãos críticos, conscientes e capazes de construir uma sociedade mais justa e equitativa.

Os planos institucionais são respaldados por diversos regulamentos, normativas e editais que orientam a previsão da oferta e atualização de projetos pedagógicos de cursos, a organização pedagógica e o desenvolvimento do ensino, a efetivação de programas,

implementação de políticas educacionais, bem como a constituição de núcleos e comitês. A exemplo dos projetos de nivelamento e aprimoramento da aprendizagem voltados à permanência e êxito estudantil, planos de acessibilidade e inclusão, formação inicial e continuada de professores, programas de iniciação científica, pesquisa, extensão, inovação e pós-graduação, articulados com as políticas públicas nacionais que direcionam inserções curriculares obrigatórias nos projetos pedagógicos dos cursos como a inclusão da curricularização da extensão, da educação ambiental, direitos humanos, étnico-racial, gênero, dentre outros.

3.4. Da Flexibilidade dos Componentes Curriculares

A flexibilidade curricular é uma forma de organizar o ensino que permite adaptar o currículo às necessidades específicas e interesses dos estudantes. Essa abordagem dá mais autonomia, incentiva a participação e valoriza a diversidade de conhecimentos e aprendizagens.

Nos Projetos Pedagógicos de Curso, a flexibilização curricular deve indicar o caminho de como responder a diferentes tipos de demandas, incluindo a formação de profissionais críticos, capazes de compreender as novas relações de trabalho e produção. Isto é essencial num contexto de rápidas mudanças tecnológicas, econômicas e sociais, que exigem organizações flexíveis, trabalhadores versáteis e uma aprendizagem contínua, sobretudo em competências sociais e digitais.

Assim, a proposta curricular deve oportunizar o desenvolvimento de:

- Competências intelectuais ligadas ao pensamento lógico e ao conhecimento científico (técnicas, métodos e teorias).
- Competências sociais e psicossociais, que reforcem valores como liberdade, igualdade, solidariedade, justiça social, respeito à diversidade e sustentabilidade.
- Aprendizagem contínua, para acompanhar mudanças tecnológicas e metodológicas.
- Formação personalizada, ajustada às necessidades individuais específicas e profissionais, garantindo autonomia e participação ativa no processo educativo.
- Competências digitais, como literacia informática, análise de dados, cibersegurança e uso ético e crítico da inteligência artificial.

Tudo isso contribui para a autonomia, a dignidade e a liberdade individual e coletiva, fortalecendo também a sociedade como um todo.

A perspectiva da flexibilidade curricular encontra respaldo nas diretrizes nacionais da educação, incluindo o Plano Nacional de Educação aprovado pela Lei nº 13.005/2014, cuja vigência foi prorrogada até 2025, bem como na Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, instituída pelo Decreto nº 12.603/2025. Esses referenciais orientam a construção de itinerários formativos diversificados, metodologias contextualizadas e flexíveis e a adequação da oferta educacional às necessidades dos sujeitos e aos contextos sociais e regionais.

No IFPB, com base nos princípios da contextualização, interdisciplinaridade e integração curricular, a flexibilidade nas estruturas curriculares tem sido promovida por intermédio de componentes curriculares eletivos e/ou optativos, na elaboração colaborativa de projetos, nas atividades complementares e práticas curriculares de extensão, na relação ensino e realidade, na Educação em Direitos Humanos, na implementação dos Planos Educacionais Individualizados (PEI) e na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, além dos aspectos da inovação, da internacionalização e da cultura.

Essa flexibilidade se efetiva pela inovação na organização e no desenvolvimento de práticas curriculares que colaboram com o processo de formação humana por intermédio da inclusão de projetos integradores na estrutura curricular, atividades interdisciplinares relativas às temáticas dos eixos transversais de Educação em Direitos Humanos (EDH), Educação Ambiental, diversidade étnico-racial, saúde, dentre outras áreas do conhecimento; da complementação do itinerário formativo (trabalhos de conclusão de curso – TCCs, estágios, atividades complementares, movimentos estudantis, organização de grupos sociais, participação em projetos de ensino, de pesquisa e de extensão); de intervenções de oficinas/vivências em sala de aula realizadas por equipes multiprofissionais; da participação em atividades do currículo pleno, como as mostras/semanas culturais, esportivas, científicas e tecnológicas e as atividades do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI); e de palestras temáticas ao longo do ano letivo.

3.5. Das Oportunidades Diferenciadas de Integralização Curricular

O horizonte que se vislumbra atualmente é a diversidade de alternativas para os estudantes construírem seu percurso formativo. Ao adotar a flexibilidade no currículo e a perspectiva de integralização curricular, acolhe-se a inovação das práticas curriculares decorrentes. Assim, faz-se necessário manter a coerência entre as propostas, os princípios teóricos e a realização prática articulada de componentes do currículo, considerando os diferentes contextos e processos de intervenção e concretização (ALONSO, 2002).

Precisa-se igualmente flexibilizar, cada vez mais, os rígidos modelos de gestão e de organização acadêmicos, uma vez que o currículo não é estático mas, sim, uma práxis – prática e expressão da função socializadora e cultural exposta em comportamentos diversos (SACRISTÁN, 2000).

Nesse sentido, a integralização curricular nos cursos do IFPB compreende um processo flexível, reconhecendo o currículo como uma práxis dinâmica e socialmente situada, cujos limites e possibilidades de flexibilização de carga horária, prazos, metodologias e percursos formativos, permitindo que os estudantes atinjam seus objetivos de forma mais alinhada com seus interesses, fortalecendo assim o protagonismo estudantil e a diversidade de trajetórias, conforme dispositivos previstos, destacados a seguir:

- Carga horária e prazos
 - A carga horária e os prazos mínimos e máximos para integralização curricular devem ser definidos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, considerando as normas institucionais, a legislação vigente, as trajetórias e condições individuais e as adaptações curriculares específicas;
 - Flexibilização curricular para estudantes com deficiência (PcD), mediante Planos Educacionais Individualizados (PEI), considerando as normas institucionais e a legislação vigente;
 - Dilatação de prazos de integralização e condições para reintegração de estudantes em situações excepcionais, conforme legislação vigente, mediante avaliação e parecer do colegiado do curso.
- Aproveitamento de estudos e competências
 - Cargas horárias desenvolvidas em outros cursos do IFPB, conforme previsão nos respectivos PPCs;
 - Reconhecimento de competências/conhecimentos por meio de avaliação por banca examinadora, de acordo com regulamentos internos;
 - Aproveitamento de disciplinas concluídas com aprovação em outros cursos/instituições;
 - Aproveitamento de estudos conforme regime de progressão parcial, considerando as normas institucionais e a legislação vigente.
- Percursos acadêmicos diferenciados
 - Atividades complementares;
 - Participação em grupos de pesquisa, extensão e cultura, incubadoras, empresas juniores e residência acadêmica.

- Currículo dialógico e interdisciplinar
 - Atividades diversificadas relativas aos temas transversais obrigatórios;
 - Integração de conhecimentos e experiências;
 - Projetos integradores;
 - Vivências em múltiplos ambientes de aprendizagem ao longo do curso.

3.6. Das Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes

A permanência e o êxito dos estudantes constituem objetivos centrais da educação brasileira, mas ainda encontram desafios diante da evasão e da retenção, tanto em sua dimensão institucional quanto social. Nesse contexto, é fundamental que as instituições de ensino planejem e implementem ações estratégicas voltadas ao enfrentamento da evasão, discutindo e construindo caminhos para superar obstáculos que comprometem o desenvolvimento pleno da ação educativa.

A expansão e a interiorização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica têm proporcionado, desde 2006, a ampliação física e a democratização da oferta de vagas. Com isso, torna-se necessário um olhar sobre a qualidade do ensino, o atendimento à diversidade, a permanência e o êxito dos estudantes no processo educativo (BRASIL, 2014). Dessa forma, o IFPB busca fomentar práticas pedagógicas, políticas de permanência e estratégias de promoção do êxito dos estudantes para reduzir a evasão e a retenção, ressignificando e transformando o contexto educativo.

Por meio do Plano Estratégico de Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes (Resolução CS/IFPB nº 24/2019), o IFPB compromete-se, em todas as suas esferas e instâncias — na gestão sistêmica e em cada Campus —, envolvendo gestores, docentes e técnicos-administrativos de forma corresponsável, a promover ações que garantam acesso, permanência e êxito de todos os estudantes, nos diversos níveis e modalidades, respeitando suas necessidades e características individuais. Para isso, mantém e reforça ações estratégicas, programas e projetos integradores e psicossociais que fortalecem a permanência, estimulam o êxito acadêmico, incentivam o engajamento na vida institucional, de forma a contribuir para a formação integral, assegurando que cada estudante se desenvolva plenamente. Nesse contexto, o IFPB também participa do Projeto Rede APE, iniciativa estratégica da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC), instituído em 29 janeiro 2026, voltado à realização de diagnósticos, à sistematização de experiências e à promoção de ações integradas que contribuam para o

fortalecimento das políticas de acesso, permanência e êxito dos estudantes da Educação Profissional e Tecnológica.

O Plano Estratégico de Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes (2017-2027) visa promover uma formação integral e humana, garantindo que as práticas educacionais sejam sustentáveis, inclusivas e capazes de ampliar a capacidade de inserção social, laboral e política dos estudantes. Para isso, propõe ações estratégicas fundamentadas no levantamento de dados institucionais e mapeamento de fatores que possam comprometer a aprendizagem, oferecendo estratégias de apoio direcionadas às necessidades identificadas.

As estratégias do Plano abrangem dimensões pedagógicas, psicossociais, arquitetônicas, comunicacionais, atitudinais, tecnológicas e institucionais integradas que visam fortalecer a permanência e o êxito dos estudantes por meio de ações de assistência estudantil, acompanhamento psicopedagógico, formação docente, integração acadêmica e cultural, divulgação institucional e articulação com o mundo do trabalho.

Para que seus objetivos sejam alcançados, o Plano Estratégico de Permanência e Êxito do IFPB define estratégias que perpassam por ações integradas, contemplando as seguintes dimensões:

3.6.1. Assistência Estudantil

- Ampliar o atendimento dos programas da política de assistência estudantil, dentro das condições orçamentárias do IFPB, priorizando as ações de permanência, alimentação, saúde e esporte e contemplando as necessidades específicas dos estudantes;
- Criar espaços de convivência estudantil, com áreas de lazer, complexo esportivo e restaurante, conforme as possibilidades orçamentárias do IFPB.

3.6.2. Acompanhamento Estudantil e Familiar

- Fortalecer o acompanhamento pedagógico, psicológico, social, psicopedagógico e de orientação profissional dos estudantes, com aproximação das famílias ao percurso escolar;
- Fortalecer as ações das equipes multiprofissionais das Coordenações Pedagógicas, Coordenações de Assistência Estudantil e Coordenações Locais de Acessibilidade e Inclusão (pedagogos, técnicos em assuntos educacionais, psicopedagogos, nutricionistas, assistentes sociais, psicólogos, entre outros) de cada Campus;

- Fortalecer a articulação com egressos, fomentando vínculos formativos e profissionais.

3.6.3. Enfrentamento à Evasão e Retenção dos Estudantes

- Instituir comissões locais para acompanhamento das ações estratégicas de permanência e êxito;
- Realizar estudos, diagnósticos e acompanhamento das ações estratégicas de permanência e êxito de cada Campus, incluindo suas atualizações;
- Contribuir com as iniciativas da Rede APE, compartilhando diagnósticos e experiências institucionais relacionadas à permanência e êxito dos estudantes.

3.6.4. Ensino, Aprendizagem e Formação Continuada

- Ampliar a oferta de programas e projetos de ensino, pesquisa, inovação, extensão e monitoria;
- Fortalecer as ações dos Núcleos de Aprendizagem, Atendimento Educacional Especializado e o Sistema de Monitoria;
- Ampliar a oferta de capacitação e formação continuada para os docentes e técnicos-administrativos em educação;
- Adequar a modalidade e turno de oferta dos cursos de forma que possibilite ao estudante ingressar e obter êxito no percurso formativo, com base nos projetos pedagógicos dos cursos.

3.6.5. Integração Acadêmica, Cultural e Científica

- Fomentar a participação dos estudantes em atividades acadêmicas, extracurriculares, culturais, científicas e tecnológicas.

3.6.6. Divulgação Institucional e Inserção no Mundo do Trabalho

- Fortalecer as políticas de divulgação dos cursos, articuladas às áreas de atuação profissional e ao mundo do trabalho;
- Ampliar a divulgação externa dos cursos por meio da mídia local e regional;
- Fortalecer parcerias com instituições da sociedade civil (empresariais, culturais, políticas e sociais) para divulgar os cursos e ampliar a inserção dos estudantes no mundo do trabalho ressaltando sua relevância para o desenvolvimento regional;

- Promover, em parceria com outras Instituições, orientação profissional aos estudantes que desejam ingressar no IFPB, por meio de eventos, a exemplo de exposições e feiras de profissões.

Diante do exposto, a Instituição reafirma seu compromisso com as ações definidas por cada Campus, consolidadas no Plano Estratégico de Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes (2017–2027). Destaca-se, ainda, a necessidade de, a partir dos dados anuais da Plataforma Nilo Peçanha, aprimorar as iniciativas já existentes e elaborar novas propostas com foco na permanência e êxito dos estudantes.

3.7. Das Atividades Práticas e do Estágio

Lastreada na interdisciplinaridade, na práxis e na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, além dos aspectos da inovação e da cultura, a prática profissional configura-se como um conjunto de atividades formativas que devem proporcionar experiências na aplicação de conhecimentos ou no desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício profissional. Ela contextualiza, articula e inter-relaciona os saberes apreendidos, específicos da área de formação do estudante, relacionando teoria e prática, a partir da construção e (re)construção do conhecimento.

No IFPB, a prática profissional deve estar articulada à Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, de maneira que se possa cumprir a finalidade de propiciar a formação integral e cidadã aos nossos estudantes, mediante a articulação de um conjunto de diretrizes, estratégias e ações que promovam a democratização e a qualificação da oferta de vagas, respeitando a equidade no acesso, permanência e êxito nos cursos, com respeito à diversidade dos sujeitos e em diálogo com o mundo do trabalho.

No âmbito do IFPB, a prática profissional reger-se-á pelos princípios da equidade, flexibilidade, superação da dicotomia entre teoria e prática, e deve ser entendida como um conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos próprios ao exercício profissional.

A prática profissional será realizada de acordo com as diretrizes previstas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, podendo ser desenvolvida por meio de: a) estágio; b) programa de aprendizagem profissional; c) atividade profissional efetiva e atividades relacionadas ao empreendedorismo (empresas juniores e incubadoras); d) prática como componente curricular, tais como práticas educativas e formação docente; e) atividades

acadêmico-científico-culturais (projetos de ensino, pesquisa e inovação, extensão e cultura); f) atividades desenvolvidas pelos Programas de Educação Tutorial; g) programa de Residência Pedagógica; h) serviço voluntário.

O estágio é ato educativo escolar realizado por discentes com matrícula ativa e frequência regular que deve ser desenvolvido no ambiente de trabalho, orientado e supervisionado, possibilitando ao discente o exercício da prática profissional, aliando a teoria à prática, como parte integrante de sua formação. O estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório. Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma. Enquanto o estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

Nos cursos técnicos de nível médio de graduação tecnológica e de engenharias, o estágio deverá apresentar relação com os conteúdos das disciplinas do núcleo/unidade tecnológica ou núcleo específico da matriz e respeitar os objetivos e o perfil profissional de conclusão do curso, bem como sua estrutura curricular. Nas licenciaturas, o estágio docente deverá apresentar relação com os conteúdos das disciplinas do eixo didático-pedagógico e epistemológico e eixo específico da matriz curricular, respeitando os objetivos e o perfil profissional de conclusão do curso, bem como sua estrutura curricular.

O programa de aprendizagem decorre de uma ação educativa e deve ser regido por um contrato especial de aprendizagem, por escrito, com prazo máximo de dois anos, em que o empregador se compromete a assegurar ao aprendiz, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico; e o aprendiz, por sua vez, realiza atividades necessárias a sua formação.

A atividade profissional efetiva, como modalidade de prática profissional discente, poderá ser realizada por meio de estágio ou programa de aprendizagem (mesmos os ofertados em outra instituição de ensino), programa de bolsas de iniciação profissional, emprego público ou privado, cargo, função, programa de trainee ou atividade autônoma.

A prática como componente curricular, nos cursos de licenciatura, desenvolve-se de forma vinculada a outros componentes curriculares ao longo do curso. Considera-se, portanto, um conjunto de atividades necessárias à formação do licenciando, devendo prever situações didáticas em que os futuros professores coloquem em uso os conhecimentos construídos ao

longo da formação, mobilizando e ressignificando também outros conhecimentos e experiências.

As atividades acadêmico-científico-culturais referem-se a vivências acadêmicas nas áreas de ensino, pesquisa, extensão, internacionalização e/ou inovação. Tem caráter de complementação da prática profissional quando realizadas na área objeto de formação do estudante no IFPB, desde que haja relação com os conteúdos das disciplinas do núcleo ou unidade tecnológica da matriz e respeitando os objetivos e o perfil profissional de conclusão do curso, bem como sua estrutura curricular. Devem contemplar o princípio da unidade entre teoria e prática e a aplicação dos conhecimentos adquiridos durante o curso, tendo em vista a intervenção no mundo do trabalho e na realidade social.

As atividades dos Programas de Educação Tutorial devem integrar as ações de ensino, pesquisa e extensão, com o objetivo de aprimorar a formação acadêmica, promover a interdisciplinaridade e a excelência no ensino superior. Tratam-se de atividades de caráter formativo que complementam o ensino, conforme estabelecido em regulamentos aprovados pelo Conselho Superior do IFPB.

A residência pedagógica é uma atividade de formação realizada pelo discente regularmente matriculado em curso de licenciatura e desenvolvida numa escola pública de educação básica, denominada escola-campo. Nas licenciaturas, o desenvolvimento de práticas educativas e de formação docente deve ter relação com os conteúdos das disciplinas do eixo didático-pedagógico e epistemológico ou eixo específico da matriz curricular, respeitando os objetivos e o perfil profissional de conclusão do curso, bem como sua estrutura curricular.

Nas licenciaturas, as atividades de metodologia do ensino referem-se às ações de prática de iniciação à docência nos cursos de licenciaturas, assim definidas pelo Projeto Pedagógico do Curso. A inserção dessas atividades como prática profissional está de acordo com a orientação contida na Resolução nº 02/2015/CNE.

O Serviço Voluntário, conforme regulamentado na Lei 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, como modalidade de prática profissional discente, pode ser desenvolvido em entidade pública de qualquer natureza ou em instituição privada sem fins lucrativos que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, recreativos ou de assistência à pessoa.

A prática profissional é um componente curricular complexo, que mobiliza as dimensões do ensino, da pesquisa, da extensão e inovação. Por isso, sua implementação e sua gestão

perpassam diversos setores acadêmicos do IFPB, tanto no âmbito da Reitoria, quanto nos campi.

3.8. Das Diretrizes Curriculares para a Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional

As Diretrizes Curriculares para a Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional visam garantir uma formação ampla, flexível e inclusiva, articulando educação, trabalho, ciência e cidadania. Elas se destacam por reconhecer os diferentes percursos de aprendizagem e por promover a valorização da experiência do estudante/trabalhador, contribuindo para o desenvolvimento humano, social e econômico.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) entende que a Formação Inicial e Continuada (FIC) ou Qualificação Profissional é um processo de ensino e aprendizagem voltado à formação/qualificação de trabalhadores para atuarem no mundo do trabalho em uma área de educação profissional e tecnológica, independentemente dos níveis de escolaridade (Resolução CS/IFPB nº 78/2019).

Os cursos FIC, nos Institutos Federais, compõem um processo que beneficia tanto a comunidade acadêmica quanto a sociedade em geral e têm como objetivos – conforme o artigo 7º, inciso II, da Lei nº 11.892/2008 – a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica, em consonância com a realidade local, regional e nacional, estruturados no Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

A concepção dos cursos FIC ou de Qualificação Profissional, os quais o IFPB tem autonomia para ofertar no formato presencial, semipresencial e a distância, resulta de iniciativas da Reitoria e de seus Campi ou de termo de cooperação/convênios firmados entre o IFPB e outras entidades, tais como instituições públicas, empresas privadas, fundações, ONGs, entre outras, respeitando-se a legislação vigente.

As demandas apresentadas pela sociedade objetivam o desenvolvimento de aptidões para uma efetiva inclusão na vida produtiva e social, prevalecendo os princípios da inclusão e da equidade, preferencialmente no âmbito dos eixos tecnológicos trabalhados em cada Campus.

O perfil profissional de conclusão dos cursos de FIC ou qualificação profissional deve corresponder a perfis necessários ao exercício de uma ou mais ocupações com identidade reconhecida pelo mercado de trabalho. Esses cursos devem garantir a profissionalização em determinada área e, ao mesmo tempo, o contínuo e articulado aproveitamento de estudos nos diferentes níveis da educação nacional. No Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (BRASIL, 2016) poderão ser encontradas orientações para aqueles que necessitam de regulamentações.

A Educação Profissional e Tecnológica oferece cursos no âmbito da formação inicial e continuada ou da qualificação profissional de acordo com as seguintes categorias:

- Formação Inicial (carga horária mínima de 160 horas): são cursos que têm por objetivo oferecer, na sua proposta, noções introdutórias a respeito de área específica do conhecimento ou de formação profissional;
- Formação Continuada (carga horária de 40 horas a 160 horas): compreende cursos que aprimoram, aprofundam e atualizam os saberes relativos a uma área profissional.

Os cursos oferecidos no âmbito dessas categorias podem ser definidos como:

- I. **Cursos de capacitação (ou qualificação) profissional (mínimo de 160 horas):** têm por finalidade qualificar trabalhadores para o exercício de atividades e atuações específicas relacionadas a determinadas habilitações ou áreas profissionais;
- II. **Cursos de aperfeiçoamento profissional:** destinam-se a aprofundar e ampliar conhecimentos teórico-práticos, competências e habilidades em determinadas habilitações ou áreas profissionais, visando à melhoria do desempenho profissional;
- III. **Cursos de atualização:** visam atualizar habilidades teórico-práticas em uma área do conhecimento, incluindo os processos de qualificação decorrentes de mudanças tecnológicas e organizacionais e de questões de caráter técnico, tecnológico e científico.

Encontram-se inseridos nessa organização os cursos especiais e de livre oferta. De acordo com o artigo 42 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), os cursos de livre oferta podem ser oferecidos às comunidades interna e externa, sendo que suas matrículas são condicionadas à capacidade de aproveitamento da formação e não necessariamente ao nível de escolaridade. Esses cursos não possuem carga horária preestabelecida e podem apresentar características diversificadas no que se refere à

preparação para o exercício de algumas ocupações básicas do mundo do trabalho ou relacionadas ao exercício pessoal de atividades geradoras de trabalho e renda.

O IFPB deverá promover a formação continuada dos servidores, incentivando a oferta de cursos que envolvam os aspectos relacionados à atuação didático-pedagógica, bem como proporcionar condições para a consecução de seus estudos complementares.

Ampliando o seu leque de possibilidades educacionais, o IFPB adentrou a seara da formação de professores, em observância aos princípios e objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, estabelecidos no Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016.

Segundo Moura (2014), é preciso considerar que, além da formação inicial, a formação continuada do docente tem grande importância, no sentido de contribuir para a aproximação das diferentes trajetórias prévias (acadêmica, profissional, de compreensão de mundo, de educação etc.) dos licenciados e dos bacharéis/tecnólogos, base para possibilitar o trabalho coletivo e práticas efetivamente integradoras, no sentido de romper com as dualidades entre professor da educação geral e professor da formação profissional, disciplinas da educação geral e disciplinas da educação profissional.

Um destaque importante no conceito de formação de formadores: a formação de professores para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Pouca oferta nessa área acontece no país; na maioria dos casos são programas especiais, transitórios ou sazonais. O IFPB deverá propor um programa permanente de formação de professores para a EPT, seja em cursos de licenciatura, segunda licenciatura, formação pedagógica ou pós-graduação, tanto para seus próprios servidores quanto para a comunidade externa.

Um ponto de destaque refere-se à formação de formadores, em especial à preparação de professores para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT). No Brasil, ainda há pouca oferta estruturada nessa área, restrita, em grande parte, a programas especiais, de caráter transitório ou pontual. Diante desse cenário, propõe-se que o IFPB assuma o protagonismo na criação de um programa permanente de formação docente para a EPT, contemplando diversas modalidades: licenciatura, segunda licenciatura, formação pedagógica ou pós-graduação, voltadas tanto para seus servidores quanto para a comunidade externa.

Na amplitude do campo da formação inicial e continuada do IFPB e de sua relação com o ensino, a pesquisa e a extensão, assume destaque a importância dessa formação para a atuação dos Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais (TAEs), que, como

profissionais da educação (BRASIL, 1996), têm suas funções diretamente relacionadas ao ensino, aos projetos e à prática docente.

3.9. Das Diretrizes Curriculares e Institucionais para a Educação Profissional e Técnica de Nível Médio

A Educação Profissional Técnica de Nível Médio é uma modalidade de ensino que objetiva preparar os estudantes para a vida, para o trabalho e para a continuidade dos estudos, por meio da formação técnica integrada, concomitante, ou subsequente ao Ensino Médio, também na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA-EPT) e especialização profissional técnica de nível médio, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais (Brasil, 2021). Essa articulação ocorre por intermédio da integração curricular, diferentes formas de oferta e organização, certificação válida nacionalmente e organização por eixos tecnológicos, definidos no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, respeitando as especificidades locais e os projetos de vida dos jovens.

A Educação Profissional Técnica de Nível Médio foi impactada pelas alterações da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), em 2013 e 2024. As alterações de 2013 impulsionaram o debate e a efetivação de uma agenda de fortalecimento do Ensino Médio Integrado na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica RFEPT (2017-2018), mediante as implicações da nova configuração do ensino médio, organizado a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Itinerários Formativos.

O aprofundamento dos debates resultou no Documento Base para a Formação Integral e Currículo Integrado (2016) e nas Diretrizes Indutoras para a Oferta de Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio (2018) do CONIF. Institucionalmente, os cursos técnicos são criados, alterados e extintos conforme resolução própria, tendo sua organização didático-pedagógica e procedimentos de ingresso orientados pelos regimentos didáticos dos cursos integrados, EJA-EPT (Proeja) e subsequentes. Além disso, foram regulamentadas as Diretrizes Indutoras da EPTNM no IFPB (2019), reafirmando a formação integral, integração curricular, matrizes unificadas e práticas profissionais integradoras. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica, instituídas em 2021, definiram a articulação entre o ensino médio e a educação profissional, mas não deram ênfase à integração curricular.

A atualização da LDB, em 2024, a instituição da Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (PNEPT) e a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação

Profissional e Tecnológica (SINAEPT), no âmbito do Decreto nº 12.603/2025, reforçam a formação de cidadãos integrados à sociedade e ao mundo do trabalho, com adoção de estratégias de articulação entre educação e trabalho, inclusão, inovação, diversidade de trajetórias formativas e acompanhamento da qualidade da oferta.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica - SINAEPT (2025) visa acompanhar e melhorar essa modalidade de ensino, que engloba a formação inicial e continuada, a educação profissional técnica de nível médio e a educação profissional e tecnológica de graduação e pós-graduação.

Dentre o que define a PNEPT estão a ampliação do acesso, permanência e êxito dos estudantes, a transparência na formulação e avaliação das políticas e a construção de itinerários formativos diversificados, visando fortalecer a oferta da educação profissional e tecnológica, expandir as instituições e elevar continuamente a qualidade dos cursos. Entretanto, a PNEPT dispõe que a organização da oferta da educação profissional e tecnológica precisa estar em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

Do ponto de vista pedagógico, os itinerários formativos, por sua natureza fragmentada, representam um obstáculo à integração curricular, respaldada institucionalmente no Documento-Base do MEC/CONIF (2016), que orienta a formação integral e integrada, e nas Diretrizes Indutoras para a oferta de Cursos Técnicos Integrados (CONIF, 2018), que estabelecem padrões de qualidade, estrutura curricular e objetivos formativos na dimensão da formação humana integral. Essas referências reforçam a coerência e a consistência das Diretrizes Indutoras para EPTNM do IFPB na Rede Federal.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento do itinerário “Formação Técnica e Profissional” na modalidade de Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio precisa incorporar a proposta de integração curricular, como um eixo estratégico para o cumprimento da missão institucional do IFPB, assegurando formação integral, qualidade acadêmica e impacto social. Visto que essa concepção dialoga diretamente com os marcos legais e pedagógicos da educação brasileira, além de responder às demandas de desenvolvimento socioeconômico local e regional. Além disso, a Lei nº 11.892/2008 confere aos Institutos Federais autonomia acadêmica e didático-pedagógica, legitimando o IFPB a inovar em suas práticas curriculares. Essa autonomia permite a estruturação de currículos integrados adaptados à missão institucional e ao contexto territorial, fortalecendo o papel do Instituto no desenvolvimento regional.

Na integração curricular entre formação geral, preparação básica para o trabalho e a formação profissional, as Práticas Pedagógicas Integradoras são essenciais para a efetivação da formação integral nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, mediando diferentes saberes de forma contextualizada e interdisciplinar. Elas concebem o conhecimento como uma unidade, em que as partes se inserem no todo de maneira integrada, não fragmentada. A prática pedagógica é elaborada a partir de uma relação indissociável entre teoria e prática, sem que uma tenha supremacia sobre a outra (SAVIANI, 2007).

Dessa forma, o IFPB reafirma o compromisso com a formação cidadã, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a promoção do desenvolvimento sustentável da região. Nesse sentido, o currículo integrado traduz essas diretrizes em práticas concretas, viabilizando projetos e práticas integradoras e interdisciplinares para superar a fragmentação disciplinar e possibilitar a formação politécnica de qualidade, isto é, uma formação ampla, integrada e crítica, que permita ao estudante compreender os processos produtivos em sua totalidade, unindo conhecimentos científicos, tecnológicos, históricos, sociais e culturais, para além da simples capacitação técnica.

A definição da PNEPT (2025) ao tomar como referência as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica (2021), na organização e oferta dessa modalidade de Educação, permite fortalecer no âmbito dos Institutos Federais o desenvolvimento da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, com ênfase em práticas curriculares integradoras que articulam conhecimento, aprendizagem e experiências dos estudantes, promovendo a formação geral associada à preparação para o exercício da profissão técnica. Assim como, tais diretrizes incorporam de maneira sistemática as dimensões do trabalho, da tecnologia, da ciência e da cultura, organizando as experiências curriculares de forma que os estudantes possam integrá-las de maneira significativa em seus próprios esquemas de entendimento, favorecendo seu desenvolvimento cognitivo, social e profissional.

Segundo Queiroga (2019), a integração curricular transcende a simples adoção de uma nova metodologia de ensino, estabelecendo uma conexão entre os conteúdos e as experiências vividas pelos estudantes. De acordo com Santomé (1998), a denominação "currículo integrado" é uma tentativa de promover a compreensão global do conhecimento e ampliar a interdisciplinaridade, permitindo que os alunos compreendam e participem ativamente de seu contexto social.

Ao se tratar da articulação na forma Integrada ao Ensino Médio - matrícula e projeto pedagógico único e na mesma instituição -, a integração curricular procura reduzir o isolamento entre os diferentes componentes curriculares, num contexto mais amplo. Nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, vivenciam-se experiências de implementação do ensino integrado, associadas à interdisciplinaridade com ênfase em projetos enquanto componentes curriculares, integradores e científicos de pesquisa e extensão, sempre na projeção de uma emancipação dos jovens, integrando-os em experiências democráticas de aprendizagem.

Essa ideia vincula-se ao conceito de integração curricular com o propósito de “integração social” democrática, referida, frequentemente, como uma “educação geral”, lócus de debates sobre o que deveria ser exigido a todos os estudantes ou o que todos os jovens deveriam saber, independentemente de seu contexto ou aspirações.

Na perspectiva da implementação das políticas para EPTNM no IFPB serão formuladas alternativas de organização curricular, pedagógica e do tempo escolar para a modalidade da EPTNM articulada ao Ensino Médio, considerando um conjunto de fatores que implicam no cotidiano dos estudantes – tais como a distribuição de horários, o grande volume de disciplinas e atividades educacionais e a defasagem na formação escolar fundamental –, os quais, a depender da forma de condução institucional, podem promover ou dificultar o acesso ao currículo por parte do estudante. Nesse sentido, busca-se minimizar a tensão gerada pela sobrecarga acadêmica, de forma que o estudante possa desfrutar de um conforto acadêmico e, assim, permanecer e obter êxito no projeto de formação do curso.

A implementação dessa política, aliada ao Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), representa uma proposta político-pedagógica para elevar a escolaridade com a formação profissional da população de jovens e adultos que tiveram seus estudos interrompidos, contribuindo para a inclusão e a democratização da relação trabalho e educação.

Sob essa ótica, o IFPB reconhece o desafio e o compromisso de atingir 10% de matrículas na EJA com ensino de qualidade para superar a "dualidade estrutural" do ensino e aligeiramento da educação para os trabalhadores com maior nível de vulnerabilidade educacional e social. Para isso, os cursos da EJA/EPT (Proeja) do IFPB focam na formação integrada e omnilateral, que combina trabalho, ciência, tecnologia e cultura. O currículo e a prática pedagógica são pensados para atender às especificidades de seus estudantes,

valorizando os conhecimentos que eles já possuem para criar um diálogo com os saberes escolares e promover a autonomia e a emancipação.

Para colocar essas ideias em prática, é essencial que o currículo e a abordagem pedagógica se alinhem às necessidades e aos princípios de uma formação integral e integrada para os estudantes da EJA, atendendo as Diretrizes indutoras da Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica na Rede Federal.

Ainda dentro da articulação da EPTMN, a forma concomitante definida para estudantes que estão cursando o ensino médio não é ofertada pelo IFPB.

A outra forma de articulação da educação profissional é a oferta de cursos técnicos subsequentes para estudantes que já concluíram o ensino médio, com vistas à atender as demandas regionais. Esses cursos propiciam formação profissional em habilitações técnicas, aliada a uma visão crítica do mundo do trabalho, preparando os estudantes não somente para atuar em suas áreas, mas também para serem cidadãos conscientes de seu papel na sociedade.

3.10. Das Diretrizes Institucionais para os Cursos Superiores de Graduação

As diretrizes institucionais para os cursos superiores de graduação do Instituto Federal da Paraíba (IFPB) representam um conjunto de orientações estratégicas que assegurem a qualidade, a legitimidade e a pertinência social da formação ofertada pela instituição. Fundamentadas na Lei nº 11.892/2008, que estabelece como finalidade dos Institutos Federais a promoção da educação profissional, científica e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, essas diretrizes são também expressão do compromisso público com a inclusão, a diversidade, a equidade e a transformação social. O IFPB entende a educação superior como espaço privilegiado para a construção do conhecimento crítico e inovador, articulado com os valores da democracia, da sustentabilidade e da responsabilidade socioambiental, bem como com o uso consciente e ético das tecnologias digitais.

A oferta de cursos de graduação no IFPB se organiza em três modalidades, cada uma com função social e pedagógica claramente definida. Os bacharelados visam à formação de profissionais com sólida base científica, humanística e tecnológica, preparados para atuar em diferentes campos do saber e com capacidade de exercer liderança em processos de inovação, gestão e desenvolvimento científico. A formação se dá de maneira generalista e

crítica, de modo a permitir que os egressos tenham autonomia intelectual e profissional para enfrentar desafios complexos da sociedade contemporânea.

Já as licenciaturas assumem papel central no cumprimento da função constitucional e legal dos Institutos Federais de contribuir para a formação de professores para a educação básica. Em atendimento ao art. 8º da Lei nº 11.892/2008, o IFPB busca assegurar que, no mínimo, vinte por cento de suas vagas sejam destinadas a cursos de licenciatura e programas especiais de formação pedagógica, especialmente nas áreas de ciências e matemática, sem prejuízo da observância das demandas territoriais, da capacidade institucional e das diretrizes acadêmicas do PDI.

Os cursos superiores de tecnologia, por sua vez, são caracterizados por sua duração mais reduzida e por sua ênfase em áreas tecnológicas específicas, tendo como eixo estruturante a articulação com os arranjos produtivos, sociais e culturais locais. Esses cursos permitem respostas mais rápidas às demandas do mundo do trabalho, ao mesmo tempo em que possibilitam ao estudante prosseguir em sua trajetória acadêmica em cursos de pós-graduação.

Todos os cursos ofertados pelo IFPB estão alicerçados em projetos pedagógicos construídos em consonância com as diretrizes nacionais gerais e específicas de cada área, contemplando elementos essenciais da formação acadêmica. O perfil do egresso é definido a partir de competências gerais e específicas, que abrangem dimensões técnicas, científicas, éticas e sociais. A estrutura curricular é organizada de forma a assegurar tanto a observância dos conteúdos mínimos exigidos por lei quanto a necessária flexibilização curricular, que permite a atualização constante em função das inovações científicas, tecnológicas e sociais. A acessibilidade metodológica constitui princípio orientador de todos os projetos, garantindo que estudantes com deficiência ou em situação de vulnerabilidade possam usufruir de condições equânimes de formação. Além disso, os currículos são organizados de modo a manter forte integração com os arranjos produtivos, sociais e culturais da região, favorecendo a pertinência social dos cursos e reforçando os vínculos institucionais com o território.

O IFPB também estabelece como diretriz a promoção da interdisciplinaridade e da transversalidade nos projetos pedagógicos, incentivando o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento e a construção de saberes integrados. Nessa perspectiva, são valorizadas metodologias inovadoras de ensino, como aprendizagem baseada em projetos, metodologias ativas, ensino híbrido e utilização de tecnologias digitais, de forma a promover

a autonomia discente e a aprendizagem significativa. Os estágios curriculares supervisionados, os trabalhos de conclusão de curso (TCC) e as atividades complementares são organizados como espaços de integração entre teoria e prática, permitindo ao estudante consolidar a formação profissional e cidadã.

A governança acadêmica é assegurada por instâncias coletivas e participativas. O Núcleo Docente Estruturante (NDE) exerce papel central na concepção, atualização e avaliação dos Projetos Pedagógicos de Curso, zelando pelo alinhamento com as diretrizes institucionais e nacionais, bem como pela pertinência social e acadêmica da formação. Já os Colegiados de Curso acompanham a execução dos projetos pedagógicos, deliberam sobre questões acadêmicas e administrativas e servem como espaço democrático de debate e tomada de decisões. A articulação entre NDE e Colegiado garante coerência e continuidade na gestão pedagógica e fortalece a capacidade de resposta às demandas internas e externas.

As adequações curriculares realizadas ao longo da execução dos cursos são sempre orientadas por evidências coletadas em processos de avaliação. O IFPB reconhece a importância das avaliações externas, em especial aquelas conduzidas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que, por meio de visitas in loco realizadas pelo INEP, oferecem diagnósticos fundamentais sobre o desempenho dos cursos. Da mesma forma, valoriza as autoavaliações realizadas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), que oferecem uma visão interna sobre os pontos fortes e fragilidades institucionais, e os levantamentos sistemáticos realizados pelos NDEs e Colegiados. Essa cultura de avaliação garante a retroalimentação constante dos projetos pedagógicos e contribui para a melhoria contínua da qualidade dos cursos.

Outro aspecto essencial das diretrizes institucionais refere-se à infraestrutura e aos recursos de aprendizagem. O IFPB assegura padrões de qualidade para laboratórios, bibliotecas, salas de aula e ambientes digitais, reconhecendo que tais espaços são determinantes para a efetividade do processo formativo. As bibliotecas físicas são constantemente atualizadas e integram repositórios de acesso aberto. Os laboratórios especializados, tanto na área tecnológica quanto na área pedagógica, oferecem suporte às práticas acadêmicas e de pesquisa. As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) são utilizadas não apenas como ferramentas auxiliares, mas como recursos estruturantes da formação, integrando plataformas de ensino virtual, repositórios digitais, ambientes imersivos e sistemas de apoio à gestão acadêmica.

No campo do apoio ao estudante, o IFPB desenvolve políticas institucionais de acolhimento, tutoria, monitoria e orientação acadêmica, que garantem suporte pedagógico, psicológico e social aos discentes, favorecendo a permanência e o êxito. São promovidas ações voltadas à inclusão digital e à acessibilidade, reconhecendo que o acesso a equipamentos, conectividade e recursos tecnológicos é condição indispensável para a equidade no ensino superior. A instituição também incentiva a mobilidade acadêmica e os intercâmbios, nacionais e internacionais, possibilitando que os estudantes vivenciem experiências multiculturais e ampliem horizontes acadêmicos e profissionais.

A relação do IFPB com os setores produtivos e sociais é fortalecida por meio de parcerias interinstitucionais, projetos de pesquisa aplicada e ações de extensão que resultam em benefícios diretos para a sociedade. Tais práticas consolidam a responsabilidade social como eixo transversal da formação e garantem que a instituição cumpra plenamente seu papel de agente transformador do desenvolvimento local e regional. Nesse contexto, a curricularização da extensão assume destaque especial, uma vez que garante a inserção de, no mínimo, dez por cento da carga horária dos cursos de graduação em atividades extensionistas, conforme a Resolução CNE/CES nº 7/2018. Esse processo é acompanhado e avaliado institucionalmente, de forma a assegurar a qualidade e a pertinência das ações realizadas e a contribuir para a formação cidadã dos estudantes.

Dessa maneira, as diretrizes institucionais para os cursos superiores de graduação do IFPB consolidam-se como um marco orientador de sua prática pedagógica, administrativa e social. A observância rigorosa dessas diretrizes assegura a melhoria contínua dos indicadores de qualidade dos cursos e reafirma o papel do IFPB como instituição pública estratégica para o desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e social da Paraíba, do Nordeste e do Brasil.

3.11. Das Diretrizes Curriculares e Institucionais da Pós-Graduação

As diretrizes curriculares da Pós-Graduação do IFPB constituem um conjunto de princípios e orientações que asseguram a qualidade acadêmica, a legitimidade institucional e a pertinência social da formação em cursos de especialização, residências em saúde e programas *stricto sensu*. Fundamentadas na Lei nº 11.892/2008, tais diretrizes reafirmam o compromisso com a produção, o desenvolvimento e a difusão do conhecimento científico, tecnológico e educacional, fortalecendo, assim, a pesquisa aplicada, a inovação e o desenvolvimento regional.

Nesse contexto, no IFPB, a pós-graduação é concebida como espaço estratégico para a produção de conhecimento crítico e inovador, articulado à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Além disso, está integrada à política de verticalização do ensino, possibilitando a continuidade da formação acadêmica desde o nível médio até a pós-graduação e, desse modo, contribuindo para a formação de profissionais altamente qualificados, capazes de responder aos desafios contemporâneos e promover o desenvolvimento sustentável.

Ademais, sua organização observa as normativas nacionais da educação superior, como a LDB, as diretrizes do CNE e os parâmetros da CAPES e do SNPG, além de legislações específicas para especializações e residências em saúde. Paralelamente, orienta-se pelos princípios de inclusão, diversidade, equidade e responsabilidade socioambiental, reforçando, portanto, o papel da instituição na formação de profissionais críticos, socialmente comprometidos e alinhados às demandas da sociedade.

No que se refere à oferta, a Pós-Graduação no IFPB organiza-se em três modalidades: lato sensu (especializações), programas de residência uniprofissional em Medicina Veterinária e stricto sensu. Nesse sentido, as especializações visam ao aprofundamento e à atualização profissional, com carga horária mínima de 360 horas, corpo docente qualificado e projetos pedagógicos alinhados às demandas sociais e aos arranjos produtivos locais. Por sua vez, os programas de residência caracterizam-se pelo treinamento em serviço, com dedicação exclusiva e integração entre teoria e prática, contribuindo para a formação especializada de médicos-veterinários em áreas estratégicas e para o fortalecimento da Saúde Única.

Por outro lado, a Pós-Graduação stricto sensu tem como foco a formação de pesquisadores, docentes e profissionais altamente qualificados, consolidando-se como espaço de produção científica e tecnológica, de fortalecimento da pesquisa aplicada e de promoção da inovação, sempre em articulação com as demandas institucionais e sociais.

No que tange à organização acadêmica, os cursos e programas de Pós-Graduação do IFPB são estruturados a partir de projetos pedagógicos alinhados às diretrizes nacionais da educação superior, às normativas da CAPES e da CNRMS e aos princípios institucionais do PDI e do PPI, contemplando objetivos formativos, perfil do egresso, organização curricular, áreas de concentração e linhas de pesquisa, com foco em uma formação crítica, interdisciplinar e socialmente comprometida. Nesse cenário, a governança acadêmica é assegurada por instâncias colegiadas, como os Colegiados de Cursos e Programas, responsáveis pela gestão pedagógica, científica e administrativa, incluindo deliberações

sobre currículo, acompanhamento discente e credenciamento docente. Especificamente no caso das residências em saúde, destaca-se a atuação da COREMU/IFPB, que coordena e supervisiona as atividades formativas e promove a articulação entre programas, unidades acadêmicas e serviços de saúde parceiros.

No âmbito da qualidade, a avaliação contínua das atividades da Pós-Graduação no IFPB mostra-se fundamental para o aprimoramento dos programas. Assim, na modalidade *stricto sensu*, a instituição adota como referência os processos avaliativos da CAPES, especialmente a avaliação quadrienal, que considera aspectos como produção científica, formação discente, impacto social e inserção regional e internacional. Concomitantemente, o IFPB realiza processos internos de acompanhamento e autoavaliação, envolvendo programas, colegiados, a CPA e instâncias gestoras, o que fortalece a qualidade acadêmica e o desenvolvimento institucional da Pós-Graduação.

Por fim, a pesquisa científica constitui eixo estruturante da Pós-Graduação no IFPB, sendo os cursos organizados em áreas de concentração e linhas de pesquisa alinhadas às vocações institucionais e aos arranjos produtivos, sociais e culturais da região. Dessa forma, essa articulação fortalece a produção de conhecimento científico e tecnológico e favorece a geração de soluções inovadoras para as demandas sociais. Nesse mesmo contexto, a instituição se destaca pelo compromisso com a inovação e a transferência de conhecimento, promovendo a interação entre academia, setor produtivo e poder público, em articulação com ecossistemas de inovação e iniciativas de empreendedorismo, propriedade intelectual e desenvolvimento tecnológico.

Complementarmente, o IFPB desenvolve políticas de apoio à formação discente na Pós-Graduação, incluindo a concessão de bolsas, o incentivo à participação em eventos científicos e o apoio à publicação de pesquisas. Além disso, promove a mobilidade acadêmica e a cooperação com instituições nacionais e internacionais, por meio de intercâmbios, projetos colaborativos e ações de internacionalização, ampliando, assim, as oportunidades formativas e a inserção acadêmica dos estudantes.

3.12. Da Educação a Distância

Educação a Distância (EaD) não se diferencia, em seus elementos fundamentais, da educação presencial, embora as duas modalidades apresentem concepção pedagógica, metodológica e métodos avaliativos próprios. Assim, o que é determinante para caracterizar a EaD diz respeito aos fundamentos, modo de mediação pedagógica, que precisa

considerar o tempo e o espaço de aprendizagem e que, para estar de acordo com esse aspecto, requer recursos humanos, pedagógicos, metodológicos, tecnológicos e de comunicação específicos à modalidade.

Embora a educação a distância já existisse antes mesmo do avanço das modernas Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDICs), é inegável que a implementação de novos recursos para a comunicação virtual alavancou as possibilidades de democratização da educação, o que levou as instituições educacionais a ampliarem seu campo de atuação.

Segundo Castells (2016), houve uma necessidade premente de relativizar a aprendizagem dado o alcance das tecnologias digitais de comunicação e informação, no sentido de repensar os meios e o fazer pedagógico frente ao que ele denomina de ascensão de uma Sociedade em Rede.

Uma vez que o conceito e a nomenclatura de EaD ainda se encontram em discussão, em razão de divergências e questionamentos acerca desses termos, como observam Leffa e Freire (2013), adota-se, para fins de referência normativa dos cursos de graduação ofertados na modalidade de educação a distância, a definição constante do art. 3º do Decreto nº 12.456/2025:

[...] processo de ensino e aprendizagem, síncrono ou assíncrono, realizado por meio do uso de tecnologias de informação e comunicação, no qual o estudante e o docente ou outro responsável pela atividade formativa estejam em lugares ou tempos diversos. (BRASIL 2025).

No âmbito das demais ofertas educacionais do IFPB, aplicam-se também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Decreto nº 9.057/2017 e os normativos específicos de cada nível, modalidade e tipo de curso.

A concepção pedagógica inerente aos cursos em EaD está perpassada pelo projeto político institucional, pela intencionalidade da comunidade escolar e pelas experiências e competências acumuladas pela instituição. Tal concepção é formulada a partir de diversos aspectos, incluindo as diversas teorias que permeiam o universo educacional, as técnicas e estratégias e os recursos tecnológicos disponíveis que subsidiam a comunicação e a interação.

No tocante às metodologias da educação a distância, existe um conceito que requer atenção especial: a mediação pedagógica. Com o surgimento, avanço e aprimoramento dos recursos advindos da implementação de novas tecnologias, a mediação pedagógica precisou ser

revisitada para abarcar os avanços das TDICs. Com a proposição de Vygotsky (2007) de que a mediação é a própria relação, ocorrendo por meio de diferentes signos, a mediação pedagógica em educação a distância requer uma reacomodação devido às especificidades próprias da modalidade e ao avanço e estreitamento de relações entre a mediação pedagógica e a tecnologia. Assim, a educação a distância está permeada pela Mediação Pedagógica e pela Mediação Tecnológica.

A contar de que se concebe a existência de uma mediação tecnológica, esse fato reflete em um dos mais importantes aspectos da educação: a metodologia. Tornou-se imperativo o surgimento de técnicas que, associadas a tecnologias, possam constituir-se nos instrumentos para construção de práticas metodológicas inerentes à Educação a Distância.

De acordo com Santos e Silva (2009), a educação experimentou uma mudança revolucionária com o advento da moderna comunicação marcada por uma lógica comunicacional interativa, em que existe um conjunto de emissores e receptores amplos e separados no espaço e tempo. Tal cenário abre a possibilidade de existirem diversos atores na construção do conteúdo, sendo a interação a principal característica dessa abordagem educacional.

Seguindo a perspectiva apontada por Santos e Silva (2009), a EaD pode, nesse cenário, lançar mão de uma metodologia que combine o real e o virtual, denominado por Moran (2017) de Metodologias Híbridas. De acordo com ele, pode haver uma combinação de modelos presenciais e modelos digitais, “superando a dicotomia presencial/distância” (MORAN, 2017, p. 1).

3.13. Das Diretrizes Institucionais para a Política de Formação de Professores

A política institucional de formação de professores do Instituto Federal da Paraíba (IFPB) constitui-se como eixo estruturante da missão educativa definida pela Lei nº 11.892/2008. Esse preceito legal, somado ao compromisso histórico da instituição com a transformação social, assegura que a formação de professores seja entendida não apenas como cumprimento normativo, mas como estratégia essencial para o desenvolvimento educacional, cultural e econômico do estado da Paraíba e do Brasil. O IFPB assume, assim, a responsabilidade de preparar profissionais críticos, reflexivos, éticos e socialmente comprometidos com a melhoria da qualidade da educação básica e com a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e inclusiva.

Nesse contexto, os cursos de licenciatura ofertados pelo IFPB representam uma resposta concreta às demandas locais e regionais pela formação de docentes em diferentes áreas do conhecimento. São cursos construídos em estreita sintonia com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da educação básica, assegurando a articulação entre teoria e prática, o desenvolvimento de competências específicas e pedagógicas, a valorização das experiências escolares e a integração entre saberes científicos, culturais e tecnológicos. Os currículos das licenciaturas são organizados de forma interdisciplinar e flexível, incorporando práticas pedagógicas inovadoras, metodologias ativas e o uso intensivo de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), de modo a formar educadores preparados para os desafios contemporâneos da sala de aula e para as realidades diversas dos sistemas educacionais.

A política de formação de professores no IFPB é fortalecida pela adesão e implementação de programas governamentais estratégicos. O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), desenvolvido em parceria com a CAPES, tem desempenhado papel fundamental no estímulo à prática docente, inserindo licenciandos desde os primeiros períodos de formação em escolas da educação básica. Essa vivência precoce possibilita a aproximação com o cotidiano escolar, o desenvolvimento de práticas pedagógicas contextualizadas e a valorização da profissão docente.

Nesse cenário, destaca-se também o papel do Programa de Educação Tutorial (PET), implementado nos cursos de licenciatura do IFPB, como importante estratégia de fortalecimento da política de formação de professores. O PET promove a integração entre ensino, pesquisa e extensão por meio de grupos tutoriais orientados por docentes qualificados, que desenvolvem atividades de caráter formativo, acadêmico, científico e cultural. Nos cursos de licenciatura, o programa possibilita a vivência de experiências inovadoras de ensino, a elaboração de projetos pedagógicos diferenciados e a ampliação da formação crítica e reflexiva dos licenciandos, estimulando a autonomia intelectual, a produção científica e o protagonismo estudantil. Além de contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, o PET fortalece a inserção dos futuros professores em práticas de formação colaborativa, interdisciplinar e socialmente comprometida, consolidando-se como política institucional de incentivo à excelência na formação docente e ao aperfeiçoamento contínuo da educação básica.

Outro marco da política institucional é a participação no Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), que tem permitido a oferta de cursos de licenciatura em caráter especial para professores em exercício que não possuem formação

adequada à área de atuação. Através do PARFOR, o IFPB tem contribuído de forma significativa para a elevação da qualidade do ensino nos municípios da Paraíba, garantindo que profissionais da educação básica tenham acesso a cursos superiores gratuitos, públicos e de excelência, diretamente vinculados às demandas regionais.

Complementarmente, a instituição tem incentivado a oferta de cursos de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados e de Segunda Licenciatura, modalidades que ampliam o campo de atuação de profissionais já formados e respondem a carências específicas identificadas nos sistemas de ensino. Além disso, o IFPB fortalece sua política de formação docente pela oferta de cursos de pós-graduação lato e stricto sensu, em especial nas áreas de Educação, Ensino e Formação de Professores, e por meio de uma ampla gama de cursos de formação continuada, realizados em parceria com secretarias municipais e estaduais de educação, movimentos sociais e instituições públicas e privadas. Esses cursos possibilitam a atualização permanente dos profissionais em exercício, promovendo a reflexão crítica sobre suas práticas e o desenvolvimento de novas competências pedagógicas.

As ações do IFPB voltadas à formação de professores estão, ainda, estreitamente articuladas com os princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Os licenciandos são estimulados a desenvolver projetos de iniciação científica e tecnológica, pesquisas aplicadas à realidade da educação básica e ações extensionistas em parceria com escolas e comunidades locais. Esse processo formativo não apenas amplia o repertório pedagógico dos futuros professores, como também fortalece o compromisso social da instituição.

O compromisso Institucional com a formação docente contempla também a garantia de condições adequadas de infraestrutura e recursos pedagógicos, assegurando laboratórios de ensino, bibliotecas atualizadas, ambientes digitais de aprendizagem e núcleos de apoio pedagógico. São implementadas políticas de inclusão e acessibilidade, de modo a garantir que os cursos de licenciatura sejam espaços de formação para todos, independentemente de condições socioeconômicas, culturais ou físicas.

Assim, a política institucional de formação de professores do IFPB se caracteriza como um processo dinâmico, plural e estratégico, que vai além da simples oferta de cursos de licenciatura. Trata-se de uma política que articula formação inicial e continuada, integra programas governamentais, fortalece vínculos com os sistemas educacionais e reafirma o compromisso da instituição com a melhoria contínua da educação básica. Ao alinhar-se às

diretrizes nacionais e às demandas locais, regionais e nacionais, o IFPB consolida-se como protagonista na formação de docentes capazes de responder aos desafios contemporâneos da educação e de contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva, equitativa e socialmente comprometida.

3.14. Inserção Regional e Área de Atuação Institucional

O Instituto Federal da Paraíba (IFPB) exerce um papel estratégico e transformador no cenário educacional, científico, tecnológico e social do estado, atuando como vetor de desenvolvimento regional e agente de inclusão. Sua presença está consolidada em todas as microrregiões da Paraíba, por meio de uma rede multicampi que promove o acesso democrático à educação profissional, científica e tecnológica, aliando excelência acadêmica ao compromisso com as demandas locais.

O IFPB oferta cursos presenciais e a distância, abrangendo as modalidades de ensino técnico integrado e subsequente ao ensino médio, graduação (bacharelado, licenciatura e tecnologia), pós-graduação lato sensu e stricto sensu, além de Formação Inicial e Continuada (FIC) e cursos de extensão, de curta e média duração. Essa ampla diversidade de ofertas permite que o Instituto atenda públicos variados e contribua para a formação de cidadãos críticos, éticos e comprometidos com o desenvolvimento sustentável da sociedade.

A atuação institucional está pautada na integração entre ensino, pesquisa, extensão e inovação, de modo a articular as políticas educacionais às vocações econômicas e sociais das diferentes regiões paraibanas. Os cursos e programas do IFPB são planejados considerando as características e potencialidades de cada território, bem como os Arranjos Produtivos Locais (APL), que constituem polos de dinamização econômica baseados na cooperação entre empresas, instituições e comunidade. Dessa forma, a educação profissional ofertada pelo Instituto se alinha às cadeias produtivas e às necessidades do mundo do trabalho e do desenvolvimento territorial, promovendo geração de emprego, renda e inovação tecnológica.

Do ponto de vista cultural e social, o IFPB desenvolve ações de extensão, eventos e projetos voltados à valorização da cultura popular, à preservação do patrimônio imaterial e ao fortalecimento da cidadania. A instituição atua em parceria com artistas locais, movimentos sociais e organizações comunitárias, reafirmando seu compromisso com a inclusão e a equidade. Na dimensão científica e tecnológica, o Instituto se destaca como polo de pesquisa aplicada e inovação, com grupos de pesquisa que elaboram soluções

sustentáveis e criativas para desafios regionais, fortalecendo o vínculo entre conhecimento e transformação social.

O papel do IFPB no desenvolvimento econômico é igualmente relevante: a formação de mão de obra qualificada, o incentivo ao empreendedorismo, à economia solidária e à incubação de empresas contribuem diretamente para o crescimento produtivo do estado e a interiorização das oportunidades de desenvolvimento.

Para fins de análise da inserção regional e da área de atuação institucional, considera-se a configuração territorial utilizada durante a elaboração deste PDI, incluindo as unidades do IFPB e aquelas envolvidas no processo de reorganização decorrente da criação do Instituto Federal do Sertão Paraibano. Essa abordagem preserva a leitura histórico-territorial da atuação institucional e permite compreender a capilaridade da Rede Federal na Paraíba no momento de construção do Plano.

Essa rede territorialmente distribuída possibilita ao Instituto atender de forma capilarizada os diferentes contextos socioeconômicos e culturais da Paraíba, garantindo formação integral e oportunidades educacionais em todas as regiões.

O detalhamento da inserção regional e da área de atuação institucional do IFPB encontra-se disponível em formato eletrônico por meio do Painel de Inserção Regional do PDI, acessível em <https://pdi.ifpb.edu.br/apendices/apendice-e>, e integra formalmente este documento por meio do Apêndice E – Inserção Regional e Área de Atuação Institucional. O painel digital e o referido apêndice apresentam o mesmo conjunto de informações, evidenciando a distribuição territorial do IFPB e sua área de atuação no estado da Paraíba, bem como o alcance de suas ações de ensino, pesquisa, extensão, inovação e desenvolvimento regional. Essas informações permitem compreender a capilaridade da Instituição, sua relação com os territórios onde está inserida e sua contribuição para a formação profissional, a inclusão social e o fortalecimento das vocações econômicas, culturais e produtivas locais, além de subsidiarem análises sobre cobertura territorial, atendimento à população, expansão institucional e alinhamento das ações acadêmicas às necessidades e potencialidades das regiões atendidas.

A definição da oferta acadêmica dos campi de Alagoa Grande, Mamanguape, Queimadas e Sapé será realizada com base nos estudos de demanda regional, nos arranjos produtivos locais e nas estratégias institucionais de verticalização da formação. Essas unidades integram o processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e

Tecnológica no âmbito do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), instituído pelo Decreto nº 11.632, de 11 de agosto de 2023, encontrando-se em fase de planejamento e implantação.

As propostas de cursos, eixos tecnológicos de atuação e demais elementos da oferta acadêmica serão consolidados à medida que avançarem os estudos técnicos, os processos de implantação e as condições de funcionamento das unidades, observadas as diretrizes institucionais, as demandas territoriais e a disponibilidade orçamentária. Tais definições poderão ser incorporadas ao presente Plano de Desenvolvimento Institucional por ocasião de suas revisões periódicas.

Nota: As informações apresentadas no Painel de Inserção Regional do PDI e no Apêndice E – Inserção Regional e Área de Atuação Institucional refletem a configuração territorial considerada durante a elaboração do PDI 2026–2030 e devem ser interpretadas à luz da reorganização institucional decorrente da criação do Instituto Federal do Sertão Paraibano. As informações relativas às unidades envolvidas no processo de transição possuem caráter histórico, territorial e de planejamento, sem prejuízo das atualizações decorrentes dos atos normativos específicos.

3.15. Políticas Institucionais

As políticas institucionais do Instituto Federal da Paraíba constituem o conjunto de diretrizes, princípios, fundamentos e instrumentos que orientam a atuação da instituição no cumprimento de sua missão e na concretização de seus objetivos estratégicos. Estruturadas em conformidade com a legislação educacional, os normativos internos e as diretrizes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, essas políticas promovem a articulação entre as atividades acadêmicas, administrativas e de gestão, assegurando a integração entre ensino, pesquisa, extensão, cultura, inovação, internacionalização, assistência estudantil e gestão institucional.

Considerando a natureza dinâmica desses instrumentos e a necessidade de permanente atualização em resposta às mudanças legais, regulatórias e institucionais, esta seção apresenta os princípios, objetivos, programas e ações relacionados, bem como os principais marcos normativos que orientam cada política institucional, sem reproduzir integralmente os respectivos documentos. Dessa forma, preserva-se a coerência entre o Plano de Desenvolvimento Institucional e os normativos específicos que disciplinam cada temática, ao mesmo tempo em que se oferece uma visão integrada dos referenciais que sustentam a atuação institucional.

As subseções a seguir apresentam as principais políticas institucionais do IFPB, evidenciando seus fundamentos, objetivos e contribuições para o desenvolvimento acadêmico, científico, tecnológico, cultural e social da instituição, bem como para o fortalecimento da governança e do cumprimento de sua função pública.

3.15.1 Política de Assuntos Estudantis

A Política de Assistência Estudantil do IFPB constitui um conjunto integrado de ações e serviços, desenvolvidos a partir de programas voltados à promoção das condições necessárias para a permanência, a participação e a conclusão dos cursos com êxito pelos estudantes.

Fundamenta-se na compreensão da educação como direito social, bem público e instrumento de transformação social, orientando-se pelos princípios da equidade, da justiça social, da inclusão, da diversidade e do desenvolvimento humano integral. Em consonância com a Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024, que instituiu a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), o IFPB reafirma seu compromisso com a democratização das oportunidades educacionais e com a garantia das condições necessárias para que estudantes em situação de vulnerabilidade social possam exercer plenamente seu direito à educação.

A assistência estudantil é compreendida como política pública estruturante, destinada a enfrentar fatores socioeconômicos, culturais, territoriais e de acessibilidade que interferem na trajetória acadêmica dos estudantes. Nesse contexto, a Política de Assistência Estudantil do IFPB tem como finalidade fortalecer e ampliar programas e ações que contribuam para a permanência e o êxito estudantil, promovendo acompanhamento pedagógico, psicossocial e de saúde, bem como assegurando condições de participação nas atividades acadêmicas, científicas, culturais, esportivas e de representação estudantil. Também busca garantir igualdade de oportunidades, respeito à diversidade humana, inclusão das pessoas com deficiência e atenção às múltiplas expressões da questão social que oferecem impacto no processo de ensino-aprendizagem.

A atuação institucional materializa-se por meio de programas voltados ao apoio à permanência estudantil (auxílio financeiro), à oferta de alimentação saudável, à moradia, à promoção da saúde, à inclusão e acessibilidade, ao apoio pedagógico, à participação em eventos acadêmicos, ao acesso a material didático-pedagógico, incentivo à cultura, arte, esporte e lazer. Esses programas são desenvolvidos de forma articulada por equipes

multiprofissionais, envolvendo áreas como Serviço Social, Psicologia, Pedagogia, Nutrição, Saúde, Educação Física, Arte e atendimento às pessoas com necessidades específicas, fortalecendo uma abordagem integral das demandas estudantis.

A partir das diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.914/2024, o IFPB assume o compromisso de aprimorar continuamente seus mecanismos de gestão, monitoramento e avaliação das ações de assistência estudantil, ampliando sua capacidade de resposta às necessidades emergentes da comunidade acadêmica e contribuindo para a diminuição da evasão, da retenção e das desigualdades educacionais.

A instituição reconhece que a permanência estudantil exige não apenas suporte material, mas também condições efetivas de acolhimento, desenvolvimento acadêmico, inclusão social, saúde, bem-estar e participação cidadã. Dessa forma, a Política de Assistência Estudantil do IFPB consolida-se como instrumento estratégico para a efetivação do direito à educação pública, gratuita, inclusiva e de qualidade, contribuindo para a formação integral dos estudantes e para o fortalecimento da missão institucional de promover educação profissional, científica e tecnológica comprometida com a transformação social e o desenvolvimento.

3.15.1.1. Princípios

- Educação pública, gratuita e de qualidade;
- Equidade nas condições de permanência estudantil;
- Multidisciplinaridade e respeito ao pluralismo de ideias;
- Valorização da diversidade e combate a todas as formas de preconceito;
- Promoção da saúde, esporte e lazer como direitos sociais;
- Incentivo à formação acadêmica, cidadã e integral dos estudantes.

3.15.1.2. Objetivos

- Garantir condições de permanência e êxito estudantil, por meio de auxílios financeiros e acesso a serviços de alimentação, moradia e saúde;
- Promover ações de atenção à saúde física e mental dos estudantes;
- Possibilitar o acesso a materiais didáticos, pedagógicos e tecnológicos;
- Assegurar a inclusão e a acessibilidade para estudantes com deficiência ou necessidades educacionais específicas;
- Ampliar as oportunidades acadêmicas, culturais e esportivas;
- Estimular a participação estudantil em eventos científicos, artísticos e culturais;

- Contribuir para a redução da evasão e para a melhoria dos indicadores de permanência e conclusão dos cursos.

3.15.1.3. Principais Programas e Ações

- Apoio à Permanência do Estudante: Concede auxílio financeiro para manutenção dos estudantes em situação de vulnerabilidade social, garantindo condições básicas de estudo e sobrevivência.
- Alimentação: Assegura o acesso a refeições balanceadas, promovendo a educação alimentar e nutricional e o bem-estar dos estudantes.
- Moradia Estudantil: Oferece suporte habitacional a estudantes que necessitam residir na cidade do campus, priorizando aqueles em situação socioeconômica vulnerável.
- Saúde e Bem-Estar: Desenvolve ações de prevenção de doenças, promoção da saúde física e mental, e incentivo à prática esportiva, com enfoque na qualidade de vida estudantil.
- Inclusão e Acessibilidade: Garante condições adequadas de estudo para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades, por meio de recursos de acessibilidade, tecnologias assistivas e acompanhamento especializado.
- Participação em Eventos: Estimula a participação de estudantes em congressos, competições, feiras e outras atividades extracurriculares, fortalecendo o protagonismo e o engajamento acadêmico.
- Material Didático-Pedagógico: Disponibiliza materiais e recursos necessários ao desenvolvimento das atividades de ensino, contribuindo para o desempenho acadêmico.
- Apoio ao Estudante da Educação a Distância (EaD): Oferecer assistência específica aos estudantes da modalidade à distância, observadas as disposições legais e orçamentárias vigentes, as características da modalidade e as fontes de financiamento disponíveis.

A operacionalização dos programas e ações é conduzida por uma equipe multidisciplinar composta por assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, nutricionistas e profissionais de saúde. Os recursos financeiros são provenientes do orçamento da Assistência Estudantil e do orçamento institucional do IFPB.

A Política de Assistência Estudantil deve ser revisada periodicamente, no mínimo a cada quatro anos, de modo a garantir sua atualização e adequação às demandas sociais e educacionais dos estudantes.

3.15.1.4. Marcos Normativos

- Lei 14.914/2024 - Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES);
- Lei 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação;
- Lei nº 11.892/2008 – Criação dos Institutos Federais;
- Lei nº 13.005/2014 – Plano Nacional de Educação (PNE);
- Lei nº 11.947/2011 - Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
- Diretrizes Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica;
- Resolução 16/2018 CONSUPER/IFPB- Política de Assistência Estudantil do IFPB;
- Resolução 63/2023 CONSUPER/IFPB - Regulamenta a concessão de ajuda de custo a discentes do IFPB;
- Resolução 6/2024 - Regulamenta as Coordenações Locais de Acessibilidade e Inclusão - CLAIs do IFPB;
- Resolução 8/2024 CONSUPER/IFPB - Altera as atribuições dos Núcleos de Acompanhamento Psicossociais do IFPB;
- Resolução 17/2024 CONSUPER/IFPB- Regulamenta o Programa de Apoio à Permanência do Estudante (PAPE) do IFPB;
- Resolução 47/2024 CONSUPER/IFPB - Regulamenta o Programa de Alimentação e Nutrição Estudantil do IFPB;
- Resolução 28/2026 - Estabelece os procedimentos e as responsabilidades dos setores da Reitoria e dos Campi do IFPB encarregados da realização do protocolo de exames médicos preliminares para as atividades práticas, seguido de uma avaliação médica para os estudantes da instituição;
- Demais Normas Internas relacionadas à assistência estudantil e inclusão;
- Regulamentos e instruções normativas da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE/IFPB).

3.15.2. Política de Cultura do IFPB

Para além de uma área temática da extensão, a política de cultura no IFPB se desenvolve por meio de uma série de medidas e ações voltadas ao atendimento das necessidades culturais da comunidade acadêmica e da sociedade nas múltiplas dimensões da cultura – simbólica, cidadã e econômica.

Dimensão simbólica, entendida como a capacidade humana em criar e desenvolver o sentimento de pertença sobre os símbolos;

Dimensão cidadã, compreendendo-a como direito constitucional e que deve ser ofertada a todas as populações;

Dimensão econômica, considerando-a como um vetor estratégico para o desenvolvimento sustentável brasileiro a partir dos arranjos produtivos culturais, conforme preconiza conforme preconiza a Resolução N°140/2015/CS/IFPB.

A perspectiva da política de cultura é buscar garantir a ampliação das iniciativas que transcendam o ensino, a pesquisa e a extensão, bem como o fortalecimento das ações culturais contínuas com o reconhecimento e o fomento aos grupos artísticos e coletivos culturais.

Grupos artísticos e os coletivos culturais são espaços institucionais, de formação artístico-cultural e de promoção de desenvolvimento humano e socioeconômico, que realizam iniciativas pautadas na relação entre a escola e a comunidade, de modo a favorecer o exercício da cidadania cultural, o protagonismo estudantil e o atendimento das necessidades culturais das comunidades interna e externa (Resolução 50/2023/CS/IFPB).

As ações de cultura que caracterizam a atuação específica dos grupos artísticos e os coletivos culturais são: artes cênicas, artes integradas, artes plásticas, artes visuais, audiovisual, culturas populares, fotografia, jogos digitais, culturas estrangeiras, livro, leitura, literatura e biblioteca, mídia livre, mídias, mídias-artes, música, patrimônio cultural, grupos minorizados e diversidade.

Neste contexto, tem-se um conjunto de diretrizes que objetivam garantir a conexão com as comunidades interna e externa em ações intersetoriais, plurais e participativas considerando:

Assim, as iniciativas na área de cultura têm se estruturado em duas frentes: promoção de ações culturais de interesse sistêmico, visando possibilitar a universalização do acesso à cultura e possibilitar o desenvolvimento de processos criativos; e o fomento das ações de cultura que necessitam de apoio institucional para possibilitar a sua realização e, por conseguinte, garantir a democracia cultural da comunidade acadêmica sobretudo na sua relação com a sociedade.

A governança da Política de Cultura conta ainda com espaços permanentes de participação e diálogo social. O Fórum de Cultura constitui-se como instância de escuta, articulação e visibilidade das demandas culturais dos territórios, promovendo a participação da comunidade acadêmica e dos diversos agentes culturais na construção das ações e políticas institucionais. Complementarmente, o Fórum Permanente de Cultura reúne representantes dos fóruns de cultura dos campi com o objetivo de acompanhar, articular e fortalecer a implementação do Plano de Cultura do IFPB em nível sistêmico, contribuindo para a integração das ações culturais e para a consolidação de uma política institucional democrática, participativa e socialmente referenciada.

3.15.2.1. Princípios

- Formação em Arte e Cultura por meio de ações associadas à formação humanística, no contexto da Educação Profissional e Tecnológica, de modo a dinamizar a capacidade de traduzir os aspectos simbólicos da produção artística e cultural.;
- Intersetorialidade e diversidade cultural como dimensões transversais aos processos formativos, considerando a pluralidade de identidades, saberes, tradições, linguagens, manifestações artísticas e formas de organização social que caracterizam os diferentes grupos e territórios.
- Dialogicidade e integração comunitária de modo a tornar a experiência de criação um processo ativamente democrático e coletivo que favoreça a produção de mudanças no acesso e produção de Arte e Cultura;
- Protagonismo estudantil no exercício criativo que envolve a defesa da liberdade de expressão, criação e fruição artística e cultural, de modo a garantir o exercício da criatividade por sujeitos em formação.

3.15.2.2. Objetivos

- Promover a constituição e o fortalecimento de espaços coletivos de formação artística e cultural, articulando Educação, Arte e Cultura como dimensões integradas do processo formativo;
- Desenvolver iniciativas nos diversos domínios culturais, contemplando as dimensões simbólica, cidadã e econômica da cultura;
- Fortalecer a democracia cultural e o diálogo entre a escola e a comunidade, por meio da Arte e da Cultura;
- Promover e valorizar a diversidade de expressões artísticas e culturais regionais, nacionais e internacionais

- Reconhecer, valorizar, proteger, promover e difundir o patrimônio histórico, artístico e cultural, material e imaterial, contribuindo para a preservação da memória e das identidades culturais.
- Oportunizar a criação, a fruição, a produção, a circulação e o acesso aos bens e manifestações artísticas e culturais.

3.15.2.3. Principais Programas e ações

- Proevexc - Programa Institucional de Apoio a Eventos de Extensão e Cultura, que se constituem em ações de apresentação ou exibição pública, realizado com o envolvimento da comunidade externa, podendo ser um produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido pela instituição.
- Programa Campus de Culturas que constitui um conjunto de esforços para fortalecer a educação profissional, tecnológica e humanística a partir do reconhecimento, fortalecimento e fomento das iniciativas e necessidades culturais das comunidades interna e externa, no âmbito dos campi, em ações voltadas ao desenvolvimento cultural nas dimensões simbólica, cidadã e econômica.
- Proav – Programa Institucional de Apoio a Produção Audiovisual tem por finalidade apoiar os coletivos de produção audiovisual da rede multicampi do IFPB, compostos pela comunidade acadêmica e por suas relações sociais.
- Revista Práxis: Saberes da Extensão, publicação semestral da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura do IFPB de artigos inéditos de natureza técnico-científica, resultantes de ações extensionistas. Sua missão é socializar processos e produtos acadêmicos gerados a partir de conhecimentos adquiridos por meio do desenvolvimento das ações de extensão e cultura.

3.15.2.4. Marcos normativos

- Resolução N° 140/ 2015/CS/IFPB.
- Lei nº 12.343/2010 - Plano Nacional de Cultura;
- Lei nº 13.018/2014 - Política Nacional de Cultura Viva;
- Resolução nº 50/2023/CS/IFPB
- Normativos Internos do IFPB -
ifpb.edu.br/pro-reitoria/proexc/assuntos/legislacoes-e-normas

3.15.3. Política de Ensino

A Política de Ensino do Instituto Federal da Paraíba (IFPB) orienta a organização e o desenvolvimento das ações educacionais em todos os níveis e modalidades de ensino ofertados pela instituição. Fundamentada na legislação educacional vigente, nos princípios da Educação Profissional e Tecnológica e nos normativos institucionais, essa política compreende o ensino como eixo estruturante da missão institucional, articulado à pesquisa, à extensão, à inovação e à internacionalização.

O processo educativo é compreendido como uma construção social mediada pelo contexto sociocultural, pelas condições institucionais, pela organização do trabalho pedagógico e pela gestão democrática. Nesse sentido, o ensino deve promover a interação, o diálogo, a mediação pedagógica qualificada e a participação ativa de docentes, estudantes e técnicos administrativos em educação, favorecendo a construção significativa do conhecimento e o fortalecimento das práticas educativas.

Concebido sob a perspectiva da formação humana integral e omnilateral, o ensino fundamenta-se no trabalho como princípio educativo, na pesquisa como fundamento pedagógico e na extensão como dimensão formativa articulada à sociedade. Essa concepção fortalece a integração entre teoria e prática, educação, ciência, tecnologia e cultura, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia intelectual, da formação cidadã e da qualificação profissional dos estudantes.

3.15.3.1. Princípios

- Formação humana integral e omnilateral;
- Trabalho como princípio educativo;
- Pesquisa como fundamento pedagógico;
- Extensão como dimensão formativa articulada à sociedade;
- Integração entre teoria e prática;
- Integração entre educação, ciência, tecnologia e cultura;
- Gestão democrática e participação da comunidade acadêmica;
- Inclusão, diversidade, equidade e respeito às diferenças;
- Qualidade socialmente referenciada da educação.
- Verticalização da Educação Profissional e Tecnológica como princípio orientador da trajetória formativa dos estudantes;

- Transversalidade dos conhecimentos e das práticas educativas, promovendo a articulação entre as diferentes áreas do saber e os diversos níveis e modalidades de ensino.

3.15.3.2. Objetivos

- Assegurar o acesso, a permanência e o êxito estudantil;
- Promover a formação cidadã, a autonomia intelectual e a qualificação profissional dos estudantes;
- Fortalecer a organização curricular integrada e a inovação pedagógica;
- Promover a melhoria contínua da qualidade dos processos de ensino e aprendizagem;
- Ampliar e consolidar a oferta da Educação Profissional e Tecnológica em seus diferentes níveis e modalidades;
- Fortalecer o Ensino Médio Integrado como eixo identitário institucional da Educação Profissional e Tecnológica;
- Consolidar a oferta da Educação Superior, compreendendo cursos superiores de tecnologia, bacharelados, engenharias e licenciaturas, em articulação com as demandas sociais e o desenvolvimento regional;
- Expandir e fortalecer as licenciaturas, contribuindo para a formação inicial e continuada de professores para a educação básica;
- Fortalecer a Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA-EPT);
- Promover a formação continuada de docentes e técnicos administrativos em educação;
- Consolidar ações afirmativas voltadas à democratização do acesso, à permanência e ao êxito dos estudantes, com atenção às políticas de inclusão e equidade;
- Consolidar ações voltadas à inclusão, à diversidade e à equidade;
- Integrar ensino, pesquisa, extensão, inovação e internacionalização nos processos formativos.

3.15.3.3. Principais Programas e Ações

- Elaboração, atualização, acompanhamento e avaliação dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs);
- Assessoramento às coordenações de curso, Diretorias de Desenvolvimento de Ensino e demais setores acadêmicos;

- Acompanhamento dos indicadores acadêmicos e dos resultados educacionais;
- Desenvolvimento de ações voltadas à permanência e ao êxito estudantil;
- Desenvolvimento de ações de fortalecimento das licenciaturas e da formação de professores para a educação básica;
- Implementação e aperfeiçoamento de políticas de ações afirmativas e inclusão educacional, visando ampliar a democratização do acesso, a permanência e o êxito estudantil;
- Promoção da transversalidade curricular e da articulação entre diferentes áreas do conhecimento, níveis e modalidades de ensino;
- Promoção da formação continuada de docentes e técnicos administrativos em educação;
- Coordenação e acompanhamento dos processos de avaliação interna e externa dos cursos;
- Fortalecimento da oferta e da verticalização da Educação Profissional e Tecnológica;
- Desenvolvimento de ações voltadas ao Ensino Médio Integrado e à Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA-EPT);
- Planejamento, monitoramento e avaliação das ações de ensino em articulação entre a Reitoria e os campi.

A gestão das ações de ensino é realizada de forma sistêmica, sob a coordenação da Pró-Reitoria de Ensino, em articulação com as Diretorias de Desenvolvimento de Ensino dos campi, coordenações de curso e órgãos colegiados institucionais, visando assegurar a qualidade dos processos educacionais e o alinhamento às diretrizes institucionais.

3.15.3.4. Marcos Normativos

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB) – estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 – institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.
- Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 – aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e estabelece metas e estratégias para a política educacional brasileira.
- Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.

- Portaria MEC nº 646, de 14 de maio de 1997 – regulamenta a implantação da educação profissional prevista na Lei nº 9.394/1996, estabelecendo diretrizes para a organização e funcionamento da Rede Federal de Educação Tecnológica.
- Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004 – regulamenta dispositivos da Lei nº 9.394/1996 referentes à Educação Profissional e Tecnológica, definindo as formas de articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio (integrada, concomitante e subsequente), bem como a organização dos itinerários formativos e da qualificação profissional.
- Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021 – institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, estabelecendo os princípios, fundamentos e critérios para a organização e oferta da Educação Profissional e Tecnológica, orientando a elaboração dos projetos pedagógicos, a estrutura curricular, os processos de ensino e aprendizagem e a articulação entre educação, trabalho, ciência, tecnologia e inovação.
- Resolução CS nº 227, de 10 de outubro de 2014 (Regulamento Didático dos Cursos Superiores do IFPB).
- Resolução CS nº 140, de 2 de outubro de 2015 (Regulamento Didático dos Cursos Técnicos Integrados, Subs.

3.15.4. Política de Extensão

No IFPB, a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, por meio da Lei nº 11.892/2008, representou um importante marco para a consolidação da Extensão como dimensão indissociável do ensino e da pesquisa, fundamentada em marcos legais nacionais e institucionais, bem como nas diretrizes construídas coletivamente pelos Fóruns de Pró-Reitores de Extensão, que contribuíram significativamente para a definição de conceitos, princípios, objetivos e orientações que norteiam a Política de Extensão da instituição.

Nesse contexto, os Institutos Federais passaram a assumir, uma concepção mais comprometida com os setores populares e com os movimentos sociais, em que a extensão passa a ser entendida como uma ação construída junto com a comunidade de forma dialogada e compartilhada, em que o conhecimento é desenvolvido por meio de um processo de construção coletiva e democraticamente participativa, contribuindo na formação do discente e em processos de transformação social.

Em consonância com essa concepção, foram fortalecidas estratégias de articulação entre redes acadêmicas, comunitárias e institucionais, estimulando práticas extensionistas colaborativas, territorializadas e comprometidas com o desenvolvimento local e regional.

Nesse processo, a integração da Extensão com a Cultura representou um avanço significativo, ao reconhecer a cultura como dimensão transversal das ações institucionais. A cultura é compreendida como elemento constitutivo das identidades, dos modos de vida e das formas de organização social, desempenhando papel fundamental na promoção da diversidade, da inclusão e da democratização do acesso aos bens culturais.

A Extensão e a Cultura no IFPB têm a finalidade de orientar o desenvolvimento de práticas que promovem a articulação entre o saber fazer e a realidade socioeconômica, cultural e ambiental junto às áreas de abrangência social, articulando Educação, Ciência e Tecnologia, com as demandas oriundas dos diversos setores da sociedade.

Pensar a Extensão e a Cultura no IFPB implica reconhecê-las como dimensões complementares do processo formativo, com suas especificidades conceituais e metodológicas, que se articulam permanentemente na formação integral dos estudantes e no fortalecimento da relação entre instituição e sociedade.

Neste contexto, a ação extensionista configura-se como prática acadêmica dialógica que consolida a formação de um profissional cidadão comprometido com as demandas da sociedade em um processo formativo inter, multi e transdisciplinar, abrangendo os diversos níveis, etapas e modalidades de ensino

Sob esta perspectiva, são valorizados os processos de troca e ou fusão entre culturas que se organizam em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, promovendo, em um território, ações democráticas e permanentes, pactuadas entre a instituição e a sociedade, para o desenvolvimento humano, social e econômico, com pleno exercício de direitos.

Pautadas nessa concepção, as ações de extensão expressam-se por meio de intervenções que envolvem diretamente e prioritariamente as comunidades externas, articuladas à formação dos estudantes e às demandas dos territórios. Essas ações desenvolvem-se nas áreas temáticas de Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, e Trabalho

No IFPB, as ações extensionistas classificam-se em Programas, Projetos, Eventos, Cursos e Oficinas e Prestação de Serviços, devendo estar, preferencialmente, vinculadas aos Núcleos de Extensão da Rede Rizoma. Esses núcleos constituem espaços de articulação entre a instituição e a sociedade, integrando iniciativas institucionais e, quando pertinente, ações vinculadas a políticas públicas municipais, estaduais e federais.

A Rede Rizoma é composta por coletivos acadêmicos constituídos por servidores, estudantes e parceiros sociais, formais ou informais, organizados em Núcleos de Extensão que promovem a integração entre academia e sociedade por meio das ações extensionistas. Sua atuação fundamenta-se no diálogo permanente com as múltiplas dimensões sociais, culturais, econômicas, ambientais, tecnológicas e territoriais que compõem a realidade dos diferentes campi e comunidades atendidas. Trata-se de uma estrutura multicampi, pluricurricular e multiprofissional, que amplia a participação social e fortalece a inserção territorial da instituição.

Nessa perspectiva, configuram-se como espaços estratégicos para a promoção da curricularização da extensão e para a consolidação de práticas educativas contextualizadas, capazes de integrar os saberes acadêmicos e populares

A curricularização da extensão consiste na inserção da extensão no currículo dos cursos regulares, compondo o itinerário formativo de todos os discentes, de modo inter, trans ou multidisciplinar e interprofissional, por meio de atividades orientadas por docentes e com possível colaboração de técnico-administrativos e discentes egressos, junto à comunidade externa aos campi e em seu território de abrangência.

De acordo com a Resolução nº 34/2021/CS/IFPB, no âmbito do IFPB, a curricularização da extensão compreende a inclusão da extensão no currículo dos cursos, presencial e a distância, a partir do desenvolvimento de ações extensionistas, prioritariamente em áreas de grande pertinência social, com a intenção de promover impactos na formação do discente e na transformação social.

Quanto à governança, a Extensão é estruturada por instâncias colegiadas e participativas que contribuem para a formulação, acompanhamento, avaliação e aperfeiçoamento das políticas institucionais, assegurando a articulação entre os diferentes níveis de gestão e a participação da comunidade acadêmica e da sociedade.

Nesse contexto, destaca-se o Comitê de Extensão e Cultura, órgão consultivo e deliberativo vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, responsável por contribuir para a formulação

de diretrizes institucionais, acompanhar e avaliar a execução da Política de Extensão e Cultura, além de propor instrumentos normativos, indicadores e critérios de monitoramento e avaliação das ações extensionistas e culturais.

Como instância de assessoramento acadêmico, a Câmara de Extensão atua no âmbito do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), sendo responsável pela análise e emissão de pareceres sobre matérias de maior complexidade relacionadas à extensão e à cultura, contribuindo para a qualificação dos processos decisórios e para o aprimoramento das políticas institucionais.

Complementando essa estrutura, o Fórum de Extensão constitui-se como espaço permanente de diálogo, consulta e participação social, reunindo representantes dos campi, gestores, servidores, estudantes e parceiros sociais. Sua atuação contribui para a implementação, o acompanhamento e o fortalecimento das ações de extensão em âmbito local e sistêmico, promovendo a integração entre a instituição e a sociedade e fortalecendo os processos participativos na construção das políticas e práticas extensionistas.

3.15.4.1. Princípios

- Interação dialógica entre instituição e sociedade, permitindo o compartilhamento de saberes acadêmicos e populares por meio metodologias que estimulem a participação social e a democratização do conhecimento;
- Formação cidadã dos estudantes, realizada por meio de práticas acadêmicas em que os conhecimentos possam ser vivenciados em contextos sociais e articulados a outros conhecimentos de forma inter, multi, transdisciplinar e interprofissional;
- Produção de mudanças, atuação transformadora da instituição junto aos setores populares e movimentos sociais, possibilitando o desenvolvimento de ações promotoras de impacto social.
- Articulação Ensino-Pesquisa-Extensão, processo pedagógico integrado, interdisciplinar, político, cultural, científico e tecnológico.

3.15.4.2. Objetivos

- Promover a interação transformadora entre o IFPB e a sociedade, por meio da produção e aplicação do conhecimento em articulação permanente com o ensino e a pesquisa;
- Consolidar a extensão como prática acadêmica que forma cidadãos críticos, éticos e socialmente comprometidos;

- Integrar ações de ensino, pesquisa e extensão, priorizando demandas sociais e regionais;
- Valorizar e fortalecer a cultura como dimensão constitutiva da formação humana e da identidade institucional;
- Garantir a inserção da extensão nos currículos dos cursos do IFPB, de forma interdisciplinar, interprofissional e socialmente relevante.

3.15.4.3. Principais Programas e ações

- Probexc Projetos – Programa de Bolsas de Extensão e Cultura, na modalidade, Projetos, objetiva estimular o desenvolvimento de projetos e extensão e cultura por meio do fomento de bolsas de extensão e apoio financeiro
- Probexc Programas - Programa de Bolsas de Extensão e Cultura, na modalidade, Programas, objetiva estimular o desenvolvimento de programas e extensão e cultura por meio do fomento de bolsas de extensão e apoio financeiro
- Proaf - Programa Institucional de Apoio e Fortalecimento da Agricultura Familiar, destina-se à implementação de ações de extensão e cultura voltadas ao desenvolvimento e ao fortalecimento dos arranjos produtivos locais no âmbito da agricultura familiar.
- Proecosol – Programa Institucional de Economia Popular e Solidária, destina-se à implementação de ações de extensão e cultura voltadas à articulação, ao fortalecimento e à consolidação de práticas vinculadas à Economia Popular e Solidária, promovendo processos educativos que contribuam para a geração de trabalho e renda, o desenvolvimento socioeconômico local e regional e a emancipação social dos sujeitos envolvidos
- Programa de Educação Digital, que visa à democratização do acesso às tecnologias digitais, por meio da oferta de oportunidades que promovam a inclusão das pessoas no universo das tecnologias da informação e da comunicação
- Apoio ao Desenvolvimento do Empreendedorismo Estudantil, destina-se ao fomento de propostas de criação e/ou fortalecimento de Empresa Júnior e de Escritório Modelo.
- Programa Bolsa-Formação, iniciativa da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), do Ministério da Educação (MEC), que visa à ampliação e diversificação das oportunidades educacionais, por meio do fomento de vagas para cursos de qualificação profissional ou de formação inicial e continuada (FIC).
- Projetos Especiais de Extensão e Cultura – ações estratégicas desenvolvidas por meio de parcerias institucionais e instrumentos de descentralização de recursos, a

exemplo dos Termos de Execução Descentralizada (TEDs) e convênios, destinadas à promoção do desenvolvimento social, econômico, educacional e cultural do Estado da Paraíba.

- INCUTES – Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários, organismo de natureza interdisciplinar, multidisciplinar e interprofissional, que desenvolve ações de incubação, por meio da formação, do assessoramento e da consultoria aos grupos produtivos que desejam trabalhar de forma coletiva, dentro dos princípios e valores da Economia Solidária, possibilitando a articulação entre estudiosos e os grupos populares que tenham o propósito de formar um empreendimento autogestionário.

3.15.4.4. Marcos normativos

- Constituição Federal de 1988, artigo 207;
- Lei nº 9394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008;
- Lei nº 13.005/2014 - Plano Nacional de Educação 2014;
- Lei 15.388, de 14 de abril de 2026 – Plano Nacional de educação 2026;
- Resolução nº 7/2018-CNE/MEC - Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira;
- Resolução nº 96/2021/CS/IFPB;
- Resolução nº 34/2021/CS/IFPB;
- Documento Orientador da Política de Extensão - FORPROEXT/CONIF 2015 - ifpb.edu.br/pro-reitoria/proexc/sobre/politica/xxxiii-forproext-contribuicoes-para-a-politica-de-extensao-2015.pdf;
- Normativos Internos do IFPB - ifpb.edu.br/pro-reitoria/proexc/assuntos/legislacoes-e-normas.

3.15.5. Política de Gestão de Pessoas

A Política de Gestão de Pessoas do Instituto Federal da Paraíba (IFPB) estabelece princípios e diretrizes voltados ao planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das práticas de gestão de pessoas no âmbito institucional.

Essa política busca promover o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes nos servidores, favorecendo a melhoria contínua do clima organizacional e da qualidade de vida no trabalho. Seu propósito é fortalecer a cultura institucional e garantir a excelência dos serviços prestados à sociedade, alinhando-se aos valores públicos de legalidade, ética e eficiência.

3.15.5.1 Princípios

- Observância dos princípios constitucionais da administração pública na gestão de pessoas;
- Valorização e desenvolvimento contínuo dos servidores;
- Promoção da ética, da transparência e da equidade nas relações de trabalho;
- Respeito à diversidade, à inclusão e à dignidade da pessoa humana;
- Promoção da saúde, da segurança e da qualidade de vida no trabalho;
- Gestão participativa e alinhada aos objetivos institucionais;
- Estímulo à inovação e ao aperfeiçoamento dos processos de trabalho;
- Fortalecimento do compromisso institucional e da cultura organizacional.

3.15.5.2 Objetivos

- Contribuir para o desenvolvimento estratégico do IFPB;
- Estabelecer princípios e diretrizes institucionais para a gestão de pessoas;
- Orientar o planejamento, a execução, o fomento e a avaliação das atividades relacionadas à área de pessoal;
- Promover a valorização, o bem-estar e o desenvolvimento profissional dos servidores;
- Fortalecer a cultura de gestão participativa, ética e colaborativa.

3.15.5.3 Principais Programas e Ações

- **Programa DGEP Orienta:** Desenvolve ações e projetos voltados tanto às equipes de gestão de pessoas quanto aos servidores do IFPB, buscando minimizar dúvidas sobre legislação, rotinas e procedimentos. O programa utiliza plataformas virtuais para ampliar a transparência e apoiar as unidades de gestão de pessoas na resolução de situações cotidianas.
- **Descomplica Gestão de Pessoas:** Disponibiliza especialistas em diversas áreas de gestão de pessoas para esclarecer dúvidas sobre temas variados, com foco em todos os servidores do IFPB.
- **Simplifica Gestão de Pessoas:** Promove o alinhamento de entendimentos, rotinas, procedimentos e novidades na área, sendo destinado exclusivamente às equipes de gestão de pessoas.
- **Plantão Tira-Dúvidas:** Oferece atendimento direto por servidores da DGEP, de acordo com escala e área de atuação, para elucidação de dúvidas pontuais sobre processos administrativos da área de pessoal.
- **Programa de Ambientação e Recepção de Novos Servidores:** Visa acolher os

novos servidores do IFPB, apresentando a estrutura organizacional da instituição e suas principais pró-reitorias e diretorias sistêmicas. Busca facilitar a integração e fortalecer o sentimento de pertencimento institucional.

- **Programa de Sensibilização e Capacitação em Avaliação de Desempenho:** Promove a disseminação do conhecimento sobre o processo de avaliação de desempenho, abordando desde sua concepção teórica até suas implicações práticas e institucionais.
- **Política de Promoção à Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho:** Tem o compromisso de promover a saúde e o bem-estar dos servidores e colaboradores do IFPB, assegurando condições adequadas no ambiente de trabalho. Essa política contempla ações de prevenção, atenção à saúde física e mental, e estímulo a práticas saudáveis no cotidiano institucional.
- **Política de Capacitação e Qualificação dos Servidores:** Orienta e regulamenta os processos de capacitação e qualificação profissional no âmbito do IFPB, assegurando o desenvolvimento contínuo das competências necessárias ao desempenho das funções institucionais.
- **Editais de Afastamento e Bolsas de Incentivo à Qualificação (PIQ):** A política inclui instrumentos de fomento à formação e à qualificação, como bolsas de incentivo e editais de afastamento para cursos de mestrado e doutorado, fortalecendo o desenvolvimento profissional e institucional.

A execução desses programas e ações é conduzida pela **Diretoria Geral de Gestão de Pessoas (DGEP)**, em articulação com os departamentos e coordenadorias de gestão de pessoas dos campi. A DGEP é responsável pela regulamentação, implementação e acompanhamento das ações, bem como pela execução orçamentária dos recursos destinados à capacitação e valorização de pessoal.

3.15.5.4 Marcos Normativos

- Resolução nº 151/2017-CS/IFPB – Política de Promoção à Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho;
- Resolução nº 12/2025-CS/IFPB – Política de Capacitação e Qualificação dos Servidores;
- Política de Incentivo à Qualificação dos Servidores (PIQIFPB);
- Normativos internos e regimentos da Diretoria Geral de Gestão de Pessoas (DGEP);
- Legislação federal e institucional vigente sobre gestão de pessoas no serviço público.

3.15.6. Política de Internacionalização

A internacionalização da educação é um processo essencial para a consolidação da qualidade acadêmica, científica e tecnológica das instituições de ensino. No Instituto Federal da Paraíba (IFPB), a internacionalização é reconhecida como uma Política Institucional Estratégica, orientada para o fortalecimento da cooperação internacional, o intercâmbio de saberes e o desenvolvimento de competências globais.

Esse processo envolve docentes, discentes, técnicos-administrativos e a comunidade externa, em ações que visam à formação integral, à ampliação das oportunidades de mobilidade e à inserção internacional da instituição.

A internacionalização no IFPB vai além da mobilidade acadêmica: abrange a formação de um ambiente institucional aberto à diversidade cultural, ao plurilinguismo, à pesquisa colaborativa e à integração com instituições estrangeiras. Assim, contribui para a qualificação da formação acadêmica, o fortalecimento da pesquisa e o desenvolvimento de uma visão global e intercultural.

3.15.6.1. Princípios

- Sensibilização institucional para o desenvolvimento de uma cultura de internacionalização;
- Transversalidade da internacionalização nas dimensões de ensino, pesquisa, extensão e inovação;
- Fortalecimento do intercâmbio acadêmico, científico e profissional;
- Valorização do ensino de línguas e da diversidade linguística;
- Formação multicultural, ética e integral de servidores e estudantes;
- Sustentabilidade e continuidade das ações de cooperação internacional.

3.15.6.2. Objetivos

De acordo com a Resolução CS nº 40/2019, são objetivos da Política de Internacionalização do IFPB:

- Promover a internacionalização do ensino, da pesquisa, da extensão, da inovação e da gestão, por meio de colaborações e intercâmbios internacionais em ciência e tecnologia;
- Fortalecer a imagem institucional e ampliar a inserção do IFPB no cenário mundial;

- Ampliar a atuação internacional com base na qualidade acadêmica e nos princípios éticos;
- Apoiar a formação internacional de estudantes e servidores, incentivando a oferta de cursos em línguas estrangeiras;
- Expandir e dar visibilidade às atividades internacionais do IFPB;
- Institucionalizar o compromisso das unidades acadêmicas com o processo de internacionalização;
- Aprimorar o acolhimento de estudantes estrangeiros e imigrantes;
- Garantir a sustentabilidade e a continuidade do processo de internacionalização;
- Ampliar oportunidades de mobilidade acadêmica bilateral para alunos da graduação e pós-graduação;
- Estabelecer parcerias e redes internacionais voltadas à pesquisa, à inovação e ao desenvolvimento social;
- Consolidar acordos de cooperação com setores da sociedade em nível internacional, abordando temas globais como esporte, saúde, inclusão e sustentabilidade;
- Aperfeiçoar a infraestrutura institucional, os fluxos e os procedimentos de gestão para a execução e o monitoramento das ações internacionais.

3.15.6.3. Eixos de Ação

As ações da política de internacionalização do IFPB estão estruturadas nos seguintes eixos:

- Mobilidade e intercâmbio acadêmico;
- Acordos e memorandos de cooperação (MOUs);
- Projetos com cooperação internacional;
- Ensino e fortalecimento de idiomas;
- Captação de investimentos e financiamento internacional;
- Estrutura de escritórios e equipes de apoio à internacionalização;
- Comunicação e divulgação de dados e indicadores internacionais;
- Participação em eventos, visitas técnicas e missões internacionais;
- Elaboração e atualização de normativas internas relacionadas à internacionalização.

3.15.6.4. Principais Programas e Ações

O IFPB participa de diversos programas e iniciativas de cooperação internacional, tanto de forma autônoma quanto em parceria com outras instituições e organismos internacionais. Dentre os principais, destacam-se:

- PEC-G – Programa de Estudantes-Convênio de Graduação: acolhimento e formação de estudantes estrangeiros no IFPB;
- Projeto LAPASSION: colaboração internacional para aprendizagem baseada em projetos e inovação;
- Rotary – Intercâmbios internacionais estudantis e culturais;
- Programas de Bolsas e Intercâmbio Internacional: incluindo iniciativas com Fulbright, NOVA, MITACS, CICan, Finlândia, Canadá e Colômbia;
- Parlamento Juvenil do Mercosul;
- Programa Jovens Embaixadores;
- Preparing Global Leaders Summit;
- AFS Intercâmbios Culturais;
- Programas e experiências de mobilidade e cooperação internacional, incluindo iniciativas vigentes e experiências históricas da instituição, como Fulbright, MITACS, CICan, acordos com instituições estrangeiras, programas de intercâmbio, ações de acolhimento e experiências anteriores como o Ciência sem Fronteiras.

Essas ações são complementadas pela atuação dos Núcleos de Assuntos Internacionais (NAI) e do Centro de Línguas, Cultura e Estudos Linguísticos (CELIN), que promovem o ensino de idiomas, a formação intercultural e a recepção de visitantes estrangeiros.

3.15.6.5. Marcos Normativos

- Resolução CS nº 40/2019 – Política de Internacionalização do IFPB;
- Resolução nº 01/2020 – Política de Línguas do IFPB;
- Resolução nº 64/2015 – Programa de Acolhimento ao Visitante Internacional (PAVI);
- Resolução nº 144/2015 – Criação e Regulamentação dos Núcleos de Assuntos Internacionais (NAI);
- Resolução nº 112/2017 – Política de Capacitação/Qualificação dos Servidores;
- Resolução nº 118/2017 – Criação do Centro de Línguas, Cultura e Estudos Linguísticos (CELIN/IFPB);
- Resolução nº 60/2019 – Mobilidade Acadêmica Nacional e Internacional;
- Resolução Ad Referendum nº 24/2018 – Revalidação de Diplomas Estrangeiros;
- Resolução Ad Referendum nº 10/2020 – Regulamentação do Programa PEC-G;
- Resolução Ad Referendum nº 7/2022 e Resolução nº 21/2022 – Acesso de refugiados e imigrantes aos cursos do IFPB;
- Resolução nº 15/2022 – Criação do Comitê de Internacionalização (COINTER/IFPB);

- Demais normativas complementares disponíveis no portal institucional de internacionalização do IFPB.

3.15.7. Política de Pesquisa e Inovação

A Pesquisa, eixo que constitui a tríade indissociável com o Ensino e a Extensão, é concebida como fonte de desenvolvimento social, científico e tecnológico, cujas conquistas devem ser compartilhadas com a comunidade acadêmica e a sociedade em geral.

Compete ao Instituto Federal da Paraíba (IFPB), formular, estimular, fomentar e acompanhar as atividades de pesquisa e inovação realizadas por servidores e discentes da Instituição.

Esta política tem como propósito promover e fortalecer ações de estímulo à pesquisa, à produção científica e tecnológica, e à publicação de obras de relevância acadêmica e social, incentivando práticas investigativas que dialoguem com as realidades locais, regionais e globais. O IFPB entende a pesquisa como um instrumento para a formação cidadã, a inovação pedagógica e o enfrentamento dos desafios sociais.

Especificamente no eixo da inovação, a política institucional visa fortalecer o ecossistema de inovação e empreendedorismo, incentivando a criação e formalização de ambientes inovadores, como incubadoras, laboratórios e núcleos de inovação tecnológica. Estimula-se também a captação de recursos externos, a valorização das parcerias com o setor produtivo e a proteção da propriedade intelectual, como estratégia para consolidar uma cultura inovadora e fomentar soluções criativas e sustentáveis.

A Editora IFPB e os periódicos da instituição têm papel estratégico na divulgação científica, promovendo a disseminação dos resultados das pesquisas desenvolvidas e fortalecendo a interação com a comunidade científica nacional e internacional, em consonância com as boas práticas de editoração, indexação e avaliação de qualidade científica.

3.15.7.1. Princípios

- Responsabilidade social: compromisso com o desenvolvimento cultural, tecnológico e socioeconômico local e nacional;
- Respeito ao pesquisador: valorização e apoio aos profissionais envolvidos em atividades de pesquisa e inovação;
- Comprometimento ético: atuação pautada pela ética em todas as atividades desenvolvidas;

- Gestão da propriedade intelectual: garantia da confidencialidade e da proteção das criações e invenções desenvolvidas no âmbito institucional;
- Compromisso com o desenvolvimento sustentável: promoção de ações que contribuam para a sustentabilidade ambiental, social e econômica.

3.15.7.2. Objetivos

- Estimular a realização de pesquisas que agreguem valor a conhecimentos técnico-científicos de interesse social e institucional;
- Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo investigativo voltado à geração, adaptação e transformação de soluções científicas e tecnológicas que atendam às demandas sociais e regionais;
- Implantar e difundir a cultura da inovação, promovendo políticas de proteção dos direitos de propriedade intelectual e assessoramento a pesquisadores;
- Estimular e fortalecer o empreendedorismo em todos os campi, promovendo iniciativas inovadoras e sustentáveis;
- Impulsionar a formação e consolidação de grupos de pesquisa, capacitando-os para a submissão a editais de fomento e à melhoria contínua dos ambientes de pesquisa;
- Fortalecer os programas institucionais de apoio à pesquisa e à iniciação científica e tecnológica;
- Expandir e fortalecer parcerias com instituições e agências de fomento para o desenvolvimento de ações conjuntas e captação de recursos;
- Fortalecer o ecossistema editorial e a produção científica do IFPB, promovendo a publicação qualificada e a ampla disseminação do conhecimento, com ética, acessibilidade e visibilidade nacional e internacional.

3.15.7.3. Principais Programas e Ações

A PRPIPG coordena diversos programas de pesquisa e inovação, com o objetivo de apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico no âmbito institucional e regional. Tais programas fortalecem os grupos de pesquisa certificados, promovem a integração entre campi e contribuem para a permanência e o êxito dos estudantes.

3.15.7.3.1. Programas institucionais:

- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq): visa ao desenvolvimento do pensamento científico e iniciação à pesquisa de estudantes de graduação;

- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica e Inovação (PIBITI/CNPq): promove a iniciação em desenvolvimento tecnológico e inovação;
- Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC/IFPB): permite a participação voluntária de estudantes em projetos de pesquisa;
- Programa Institucional Voluntário de Iniciação Tecnológica e Inovação (PIVITI/IFPB): voltado para estudantes voluntários em atividades de desenvolvimento tecnológico e inovação;
- Chamada Interconecta IFPB: apoia projetos de pesquisa, inovação e desenvolvimento tecnológico e social, com foco nas demandas institucionais e regionais;
- Programa Conecta Mais Q-Inova: fomenta projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação voltados para a qualidade de vida e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- Programa Institucional de Apoio à Gestão da Inovação (PIAGI/IFPB): oportuniza a participação de servidores e discentes em atividades que promovem o aprimoramento acadêmico e profissional no ecossistema de inovação do IFPB;
- Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Soluções Tecnológicas: apoia a criação de soluções voltadas a sistemas institucionais como o SUAP, a Editora e o sistema de eventos do IFPB;
- Programa Conecta Mais Grupos de Pesquisa: oferece apoio financeiro ao desenvolvimento de projetos científicos e tecnológicos realizados por grupos certificados pelo CNPq.

3.15.7.3.2. Programas do Polo de Inovação do IFPB:

- Programa de Excelência em Competições Tecnológicas (PECT/IFPB): incentiva a participação de estudantes em competições tecnológicas nacionais e internacionais, estimulando o aprendizado prático e multidisciplinar;
- Programa de Trilhas de Inovação e Carreira Tecnológica (PRO-TRILHAS/IFPB): oferece percursos de aprendizagem flexíveis e customizáveis em tecnologias emergentes e de alta demanda, promovendo uma cultura de inovação e aprendizado contínuo.

3.15.7.4. Marcos Normativos

- Lei nº 10.973/2004 – Lei de Inovação;
- Lei nº 13.243/2016 – Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação
- Decreto nº 9.283/2018 – regulamentação do marco legal de ciência, tecnologia e inovação;

- Regimentos internos e resoluções do Conselho Superior do IFPB referentes à pesquisa e inovação;
- Normas e diretrizes do CNPq e da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica referentes à pesquisa e à inovação;
- Documentos orientadores, regulamentos e demais instrumentos institucionais da PRPIPG e da Política de Inovação do IFPB.

3.15.8. Política de Pós-Graduação

A Política de Pós-Graduação do Instituto Federal da Paraíba (IFPB) orienta a organização e o desenvolvimento da formação em nível de especialização, residência em área profissional da saúde e programas *stricto sensu*, assegurando a qualidade acadêmica, a legitimidade institucional e a pertinência social da formação ofertada.

Fundamentada na Lei nº 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a pós-graduação reafirma o compromisso institucional com a produção, o desenvolvimento e a difusão do conhecimento científico, tecnológico e educacional, contribuindo para o fortalecimento da pesquisa aplicada, da inovação e do desenvolvimento regional.

No âmbito do IFPB, a pós-graduação é compreendida como espaço privilegiado para a produção de conhecimento crítico e inovador, articulado aos princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Essa concepção reconhece a formação pós-graduada como instrumento essencial para o desenvolvimento científico e tecnológico e para a formação de profissionais altamente qualificados, capazes de responder aos desafios contemporâneos da sociedade e contribuir para o desenvolvimento sustentável da Paraíba, da região Nordeste e do Brasil.

A pós-graduação também se constitui como elemento estratégico para a verticalização do ensino, proporcionando aos estudantes oportunidades de continuidade dos estudos em uma instituição comprometida com a formação integral e articulada. Em consonância com as diretrizes do Sistema Nacional de Pós-Graduação e com os objetivos institucionais, o IFPB busca expandir e qualificar sua atuação na pós-graduação, ampliando a oferta de cursos e programas com foco na excelência acadêmica, na inclusão, na sustentabilidade, na internacionalização e na articulação com as demandas locais, regionais e nacionais.

3.15.8.1. Princípios

- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Qualidade acadêmica e científica da formação pós-graduada;
- Produção, desenvolvimento e difusão do conhecimento científico, tecnológico e educacional;
- Verticalização da educação profissional e tecnológica;
- Inclusão, diversidade, equidade e responsabilidade socioambiental;
- Compromisso com o desenvolvimento científico, tecnológico, regional e nacional;
- Internacionalização e cooperação acadêmico-científica;
- Formação crítica, ética e socialmente comprometida.

3.15.8.2. Objetivos

- Expandir e qualificar a oferta de cursos e programas de pós-graduação lato sensu e stricto sensu;
- Fortalecer a formação de especialistas, pesquisadores, docentes e profissionais altamente qualificados;
- Promover a produção de conhecimento científico, tecnológico e educacional articulado às demandas da sociedade;
- Contribuir para o fortalecimento da pesquisa aplicada, da inovação e do desenvolvimento regional;
- Fortalecer a articulação entre pós-graduação, pesquisa, inovação e extensão;
- Promover a melhoria contínua da qualidade acadêmica dos cursos e programas de pós-graduação;
- Incentivar a mobilidade acadêmica e a cooperação científica com instituições nacionais e internacionais;
- Ampliar a inserção regional, nacional e internacional da pós-graduação institucional.

3.15.8.3. Principais Programas e Ações

- Oferta de cursos de pós-graduação lato sensu voltados ao aprofundamento e à atualização da formação profissional em áreas específicas do conhecimento;
- Oferta de programas de pós-graduação stricto sensu destinados à formação de pesquisadores, docentes e profissionais altamente qualificados;
- Desenvolvimento de programas de residência em área profissional da saúde, observadas as normativas nacionais aplicáveis;

- Elaboração e atualização dos projetos pedagógicos dos cursos e programas de pós-graduação em consonância com as diretrizes nacionais e institucionais;
- Atuação dos colegiados dos cursos e programas de pós-graduação na gestão acadêmica, pedagógica e científica;
- Desenvolvimento de processos de acompanhamento, avaliação e autoavaliação dos cursos e programas de pós-graduação;
- Apoio à formação discente por meio do incentivo à participação em eventos científicos e à divulgação da produção acadêmica;
- Promoção da mobilidade acadêmica, da cooperação científica e das ações de internacionalização;
- Fortalecimento da articulação entre pós-graduação, pesquisa, inovação, empreendedorismo e desenvolvimento tecnológico.

A governança da pós-graduação é assegurada pelas instâncias acadêmicas e administrativas responsáveis pela gestão dos cursos e programas, observadas as diretrizes institucionais e as normativas nacionais aplicáveis. Os colegiados exercem papel central na condução das atividades acadêmicas, enquanto os programas de residência observam as estruturas de gestão e acompanhamento previstas na regulamentação específica.

3.15.8.4. Marcos Normativos

- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional);
- Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais;
- Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG);
- Resoluções do Conselho Nacional de Educação aplicáveis à pós-graduação;
- Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018;
- Normativas e instrumentos de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES);
- Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005;
- Normativas da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (CNRMS), quando aplicáveis;
- Regulamentos dos programas de pós-graduação do IFPB;
- Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e demais normativos institucionais relacionados à pós-graduação.

4. Organização da Oferta Acadêmica e Cronograma de Desenvolvimento dos Cursos

Este capítulo organiza o planejamento e o desenvolvimento da oferta acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) para o período de 2026 a 2030. O cronograma operacionaliza as previsões de criação, ampliação, reestruturação, substituição e descontinuidade de cursos e vagas nas unidades da instituição, em consonância com os objetivos estratégicos institucionais e com as demandas socioeconômicas dos territórios de atuação.

4.1. Finalidade e Base Normativa

A organização da oferta acadêmica do IFPB tem por finalidade orientar o fluxo dinâmico de cursos e vagas para o quinquênio, garantindo a correspondência entre a expansão da instituição e as reais necessidades sociais da região. Em cumprimento ao Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 são especificadas as informações de número e natureza dos cursos, vagas, campi de oferta, turnos, formatos (presencial, semipresencial e a distância) e o cronograma de implantação.

Como instrumento de gestão, a consolidação deste cronograma confere previsibilidade técnica e jurídica aos atos de autorização, reconhecimento e renovação de cursos. Ele serve de base para o planejamento de pessoal (redimensionamento de vagas, concursos públicos para docentes e técnicos-administrativos), infraestrutura física, laboratorial e alocação orçamentária nas unidades de ensino. Cabe ressaltar que as diretrizes pedagógicas e curriculares que fundamentam essas ofertas estão detalhadas no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e nas políticas acadêmicas do Capítulo 3, evitando-se a duplicidade de conteúdos neste documento.

A vinculação estrita deste planejamento aos normativos vigentes assegura que a expansão da oferta ocorra de forma ordenada, respeitando a autonomia institucional e os limites orçamentários estabelecidos pela matriz de distribuição de recursos da Rede Federal. Dessa forma, o cronograma funciona como uma garantia de que nenhum curso será proposto ou alterado sem a devida pactuação prévia com as instâncias deliberativas competentes e sem a comprovação de viabilidade técnica e financeira nas unidades demandantes.

4.2. Premissas de Organização da Oferta

O planejamento da oferta acadêmica baseia-se na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, na capacidade administrativa e orçamentária dos campi e nas demandas de desenvolvimento regional. A organização da oferta acadêmica contempla:

- Cursos técnicos (integrados, subsequentes e concomitantes);
- Cursos técnicos integrados à Educação de Jovens e Adultos (EJA-EPT);
- Cursos de graduação (bacharelados, licenciaturas e cursos superiores de tecnologia);
- Programas de pós-graduação lato sensu (especializações) e stricto sensu (mestrados e doutorados);
- Especializações técnicas de nível médio.

A distribuição dessas ofertas ocorre nas modalidades presencial, semipresencial e a distância (EaD), conforme os recursos tecnológicos incorporados e a política de atendimento territorial da instituição. Essa diversificação de formatos visa democratizar o acesso à formação profissional em diferentes regiões do estado da Paraíba, otimizando as infraestruturas físicas existentes e aproveitando o potencial dos ambientes virtuais de aprendizagem para alcançar públicos historicamente marginalizados ou que necessitam de flexibilidade de horários.

Diante da reorganização institucional gerada pela criação do Instituto Federal do Sertão Paraibano (Lei nº 15.367/2026 e Portaria MEC nº 327/2026), os dados apresentados refletem a configuração considerada na elaboração deste PDI. As ofertas das unidades que passarão a compor a nova autarquia constam neste documento como referência histórica, territorial e de transição administrativa, devendo sua execução futura observar os atos normativos específicos daquele processo de desmembramento. Durante o período de transição compartilhada, o IFPB assegurará a continuidade pedagógica e a regularidade dos registros acadêmicos dos estudantes matriculados nessas unidades, até que a transferência patrimonial e de pessoal seja formalmente consolidada junto ao Ministério da Educação.

4.3. Critérios de Leitura do Quadro de Cursos e Vagas

O quadro de cursos e vagas apresentado no Apêndice F consolida o planejamento da oferta educacional do IFPB para o período de vigência deste Plano de Desenvolvimento Institucional, contemplando os cursos previstos para cada campus, bem como suas

principais características acadêmicas e operacionais. Para sua adequada interpretação, devem ser observados os seguintes critérios:

- Curso: denominação da oferta educacional planejada para a unidade acadêmica.
- Classificação acadêmica: identifica o nível de ensino e a forma de organização acadêmica do curso, tais como Técnico, Graduação ou Pós-Graduação, bem como o respectivo tipo de oferta (Integrado, Subsequente, Especialização Técnica, Tecnologia, Bacharelado, Licenciatura, Especialização Lato Sensu, Mestrado, Doutorado, entre outros).
- Organização da oferta: informa a modalidade de oferta (presencial, semipresencial ou educação a distância) e, quando aplicável, o turno ou regime de funcionamento previsto para o curso.
- Vagas: corresponde ao quantitativo anual de vagas planejadas para ingresso de estudantes.
- Características da oferta: registra informações complementares relevantes ao planejamento, como implantação de novo curso, formação de professores, substituição de cursos existentes, oferta destinada à Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA-EPT) ou outras características específicas da oferta. Quando houver mais de uma característica, estas são apresentadas de forma cumulativa.
- Implantação: indica o ano previsto para início da oferta do curso ou para implementação da alteração planejada.

Sempre que necessário, são apresentadas observações abaixo da respectiva oferta para explicitar alterações específicas de vagas, mudanças de turno, substituições de cursos ou outras informações relevantes para a correta compreensão do planejamento institucional.

O Apêndice F integra este PDI para fins de atendimento ao cronograma de implantação e desenvolvimento da oferta acadêmica. Nele são identificados, por unidade e curso, o formato de oferta, o número de vagas e as movimentações previstas ao longo do ciclo, observados os procedimentos institucionais e regulatórios necessários à sua implementação.

4.4. Síntese da Oferta Planejada

O planejamento para o ciclo 2026–2030 equilibra a abertura de novas vagas com a consolidação da rede atual, priorizando o reordenamento de ofertas ociosas para atender

aos arranjos produtivos da Paraíba e às políticas nacionais de formação de professores. Esse direcionamento reflete o amadurecimento institucional, focando na eficiência da ocupação das vagas existentes e na reestruturação de cursos que necessitam de alinhamento com as transformações tecnológicas do mercado de trabalho contemporâneo.

A fim de fornecer uma visão macro e estratégica do cronograma, sem comprometer a fluidez textual do documento com listagens extensas, a oferta educacional e as movimentações acadêmicas previstas para o ciclo 2026–2030 estão sintetizadas na Tabela 4.1.

Tabela 4.1 – Síntese da oferta educacional e das movimentações acadêmicas previstas para 2026–2030.

Categoria	Item	Quantitativo
Oferta geral	Registros de oferta constantes do Apêndice F	294
	Campi ou unidades com movimentações previstas	21
	Registros sem ano de implantação ou alteração indicado	183
	Total de movimentações acadêmicas previstas para 2026–2030	111
Tipo de movimentação	Implantação de novos cursos sem substituição de outra oferta	85
	Substituições ou reestruturações de cursos vigentes	20
	Alterações de vagas e/ou de turno	6
Prioridades institucionais	Movimentações relacionadas à formação de professores	28
	Movimentações relacionadas à Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica	8
Classificação acadêmica	Cursos técnicos de nível médio – integrados e subsequentes	44
	Especializações técnicas de nível médio	7
	Cursos de graduação	35
	Cursos de pós-graduação lato sensu	22
	Cursos de pós-graduação stricto sensu	3
Formato da oferta	Presencial	91
	Semipresencial	4
	Educação a distância	16
Cronograma	Movimentações previstas para 2026	18
	Movimentações previstas para 2027	38
	Movimentações previstas para 2028	25
	Movimentações previstas para 2029	16
	Movimentações previstas para 2030	14

Fonte: elaboração institucional, com base no processo de construção do PDI 2026–2030.

Data-base: junho/2026.

Nota: os quantitativos referem-se a registros de oferta ou movimentação acadêmica, considerando separadamente as ofertas de um mesmo curso quando diferenciadas por formato, turno ou outra

condição de funcionamento. Para evitar dupla contagem, os cursos implantados em substituição a outras ofertas foram contabilizados exclusivamente na categoria “Substituições ou reestruturações de cursos vigentes”, que também abrange as descontinuidades decorrentes dessas substituições. As categorias “Classificação acadêmica”, “Formato da oferta” e “Cronograma” representam distribuições distintas do mesmo conjunto de 111 movimentações e, por isso, seus quantitativos não devem ser somados entre si.

O quadro geral contempla a oferta educacional registrada no período de elaboração deste PDI e os movimentos planejados para o ciclo 2026–2030, incluindo a implantação de novos cursos, as substituições ou reestruturações de ofertas vigentes e as alterações de vagas ou turnos. O detalhamento completo por campus, curso, classificação acadêmica, formato, turno, vagas e ano previsto de implantação ou alteração integra formalmente este Plano como o Apêndice F – Oferta Educacional.

A implementação das movimentações previstas deverá considerar a disponibilidade de pessoal, infraestrutura física e tecnológica, recursos orçamentários e condições regulatórias. As necessidades de ampliação ou adequação das instalações serão incorporadas aos instrumentos de planejamento de infraestrutura previstos no Capítulo 8, com priorização compatível com a programação anual e com a capacidade institucional de execução.

4.5. Publicação, Atualização e Consulta dos Dados

O Apêndice F foi estruturado a partir das informações encaminhadas pelas unidades acadêmicas e áreas de planejamento do IFPB. Sua manutenção no documento oficial em PDF assegura os requisitos de estabilidade documental, memória administrativa, auditoria e conformidade para os processos de avaliação externa conduzidos pelo Ministério da Educação (MEC). Essa fixação documental é indispensável para resguardar a segurança jurídica dos atos regulatórios emitidos durante o ciclo de vigência do PDI.

Em alinhamento aos preceitos de transparência ativa e controle social dispostos na Lei de Acesso à Informação (LAI), os dados do cronograma também são disponibilizados no ambiente eletrônico do PDI, no endereço: pdi.ifpb.edu.br/apendices/apendice-f. A plataforma digital permite a consulta dinâmica das informações por meio de filtros por campus, nível, modalidade, turno, tipo de proposta e ano previsto. A versão eletrônica possui caráter complementar e preservará estrita correspondência com a versão consolidada e aprovada neste plano, atuando como um canal ágil de comunicação com a comunidade externa e com os órgãos de fiscalização.

As atualizações posteriores à aprovação do PDI deverão observar o processo institucional de monitoramento, controle e revisão periódica do Plano. Considerando a dinamicidade das demandas educacionais e eventuais flutuações na disponibilidade orçamentária, revisões pontuais do cronograma poderão ser submetidas à apreciação das instâncias cabíveis. Toda alteração homologada será registrada com indicação expressa da data de modificação, conteúdo alterado, unidade responsável e vinculação ao respectivo ato administrativo formal ou deliberação do Conselho Superior, garantindo a integridade, o rastreamento e a transparência contínua da base de dados institucional.

VERSÃO NÃO DIAGRAMADA

5. Perfil do Corpo Docente, Equipe de Educação a Distância e Técnicos-Administrativos

Este capítulo apresenta o perfil do corpo docente, da equipe de educação a distância e dos servidores técnico-administrativos do IFPB, considerando a composição, a titulação, o regime de trabalho, as formas de ingresso, os vínculos funcionais e as diretrizes de desenvolvimento da força de trabalho. As informações aqui apresentadas subsidiam o planejamento institucional, a organização da oferta acadêmica, a execução das políticas de gestão de pessoas e a sustentabilidade das ações finalísticas e administrativas previstas para o ciclo 2026–2030.

Os dados consolidados têm como referência a Plataforma Nilo Peçanha (PNP), edição 2026, ano-base 2025. Por se tratar da base oficial de estatísticas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a PNP permite o acompanhamento do perfil do corpo docente e técnico-administrativo por instituição, unidade, titulação, regime de trabalho e demais recortes disponíveis no painel. Assim, este capítulo apresenta a síntese institucional necessária ao PDI, enquanto o detalhamento por unidade poderá ser consultado diretamente na PNP e, quando aplicável, em painéis institucionais complementares.

Considerando a reorganização institucional decorrente da criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Paraibano, os dados de pessoal deverão ser interpretados a partir da data-base informada e da distribuição das unidades consideradas no processo de transição. A PNP permite a identificação dos quantitativos por unidade, possibilitando a análise da força de trabalho associada às unidades que permanecem no IFPB e àquelas vinculadas à criação da nova autarquia. A consolidação definitiva do quadro de pessoal, contudo, deverá observar os atos normativos específicos, os processos de lotação, exercício, redistribuição, provimento e dimensionamento da força de trabalho decorrentes da nova configuração institucional.

A gestão da força de trabalho do IFPB fundamenta-se na Constituição Federal, na Lei nº 8.112/1990, na Lei nº 12.772/2012, na Lei nº 11.091/2005, na Lei nº 8.745/1993, nos normativos federais aplicáveis à gestão de pessoas e nos atos internos que disciplinam seleção, provimento, capacitação, qualificação, desenvolvimento na carreira, saúde, qualidade de vida no trabalho, substituição e recomposição da força de trabalho.

5.1. Corpo Docente

O corpo docente do IFPB é composto por 1.379 professores efetivos, integrantes do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, e por 214 professores substitutos, contratados temporariamente para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da legislação aplicável. Os docentes efetivos ingressam na carreira mediante concurso público, nos termos da Constituição Federal, da Lei nº 8.112/1990 e da Lei nº 12.772/2012. A contratação de professores substitutos ocorre por meio de processo seletivo simplificado, conforme a Lei nº 8.745/1993, os limites legais vigentes e os editais institucionais.

Entre os efetivos, 46,05% possuem doutorado, 48,44% mestrado, 5,22% especialização e 0,29% graduação. O regime de trabalho é distribuído da seguinte forma: 97,24% em dedicação exclusiva (DE), 1,96% em 40 horas e 0,80% em 20 horas semanais. Os professores substitutos são contratados por seleção simplificada, conforme edital institucional, em consonância com os limites legais vigentes. No ciclo anterior, o quadro docente registrou participação em ações de capacitação e qualificação, experiência que deverá subsidiar as políticas de desenvolvimento profissional para o período 2026–2030.

A substituição temporária de docentes ocorre nas hipóteses e condições previstas na legislação federal e nos normativos institucionais aplicáveis, mediante contratação temporária ou adoção de medidas de reorganização acadêmica, conforme a natureza e a duração do afastamento. A recomposição permanente do quadro depende de autorização e provimento de cargos, mediante concurso público e observância dos limites legais, administrativos e orçamentários.

Tabela 5.1 – Distribuição do corpo docente do IFPB por vínculo, titulação e regime de trabalho.

Docente	Qtd.	Titulação				Regime de Trabalho		
		Grad.	Esp.	Mest	Dout.	DE	40H	20H
Efetivo	1379	4	72	668	635	1341	27	11
Substituto	214	22	34	98	60	0	214	0

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha, edição 2026, ano-base 2025.

Data de extração: julho/2026.

Nota: O detalhamento por unidade, campus, titulação e regime de trabalho encontra-se disponível na Plataforma Nilo Peçanha. Os dados devem ser interpretados à luz da reorganização institucional decorrente da criação do IF Sertão-PB.

O perfil de titulação do corpo docente evidencia a manutenção de um elevado nível de qualificação acadêmica, com predominância de mestres e doutores entre os professores efetivos, que juntos representam 94,49% do quadro permanente. Observa-se, em relação ao ciclo anterior, um crescimento da participação de docentes doutores e a manutenção do predomínio do regime de dedicação exclusiva, fortalecendo a capacidade institucional de sustentar a verticalização da oferta, a consolidação dos cursos superiores, o desenvolvimento da pós-graduação, da pesquisa aplicada, da inovação e da extensão. A predominância do regime de dedicação exclusiva também contribui para a integração entre ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e acompanhamento estudantil, dimensões estruturantes da atuação dos Institutos Federais.

A experiência no magistério e a experiência profissional não acadêmica poderão integrar os requisitos ou critérios de avaliação dos processos de seleção e da definição dos perfis de vagas, conforme a área de conhecimento, a natureza da atuação e as condições estabelecidas na legislação e nos respectivos editais.

5.2. Equipe de Educação a Distância, Tutoria e Mediação

Pedagógica

A Educação a Distância no IFPB é desenvolvida pela Pró-Reitoria de Ensino, por meio da Diretoria de Educação a Distância, em atuação articulada com as pró-reitorias competentes, os campi, as coordenações de curso, as coordenações de polo, as coordenações de programas e projetos, os docentes, os tutores, as equipes multiprofissionais, as equipes de apoio tecnológico e os profissionais vinculados a programas e projetos. Essa organização busca assegurar a qualidade didático-pedagógica da oferta, a adequação dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), o acompanhamento dos estudantes, a gestão dos polos, a observância dos atos regulatórios e a conformidade com os normativos nacionais e institucionais aplicáveis à EaD.

A Diretoria de Educação a Distância, vinculada à Pró-Reitoria de Ensino, atua na proposição de políticas, diretrizes e normas para a Educação a Distância (EaD), no apoio à estruturação e ao acompanhamento de polos, na gestão e customização de ambientes virtuais de aprendizagem, na articulação com os campi e unidades ofertantes, no apoio aos processos regulatórios e avaliativos, no acompanhamento de informações acadêmicas e administrativas relacionadas à EaD e na supervisão da execução de projetos e recursos

vinculados à modalidade, observadas as competências regimentais e os normativos específicos.

A atuação docente nos cursos, disciplinas, componentes curriculares e projetos de Educação a Distância observará os mesmos princípios de qualificação acadêmica, experiência profissional, formação continuada e responsabilidade pedagógica aplicáveis à oferta presencial e semipresencial, respeitadas as especificidades metodológicas da EaD. Nos cursos sem fomento externo, as atividades típicas de ensino, formação e mediação pedagógica serão exercidas por docentes integrantes da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, conforme regime de trabalho, regulamentação das atividades docentes e normas institucionais aplicáveis.

Nos programas e projetos com fomento externo, a composição das equipes poderá envolver servidores efetivos e profissionais bolsistas internos ou externos ao IFPB, conforme as regras do programa, os editais de seleção, os instrumentos de pactuação e os normativos das agências de fomento. No âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil, por exemplo, a seleção e o pagamento de bolsas observam os atos da CAPES aplicáveis à matéria, sem que a atuação como bolsista caracterize vínculo efetivo ou permanente com a instituição. Em razão da natureza temporária e variável desses programas, os quantitativos de bolsistas deverão ser acompanhados por meio dos editais, relatórios de execução, sistemas de gestão dos programas e painéis institucionais, não constituindo quadro permanente de pessoal do IFPB.

Tabela 5.2 — Papéis e funções na EaD.

Papel	Natureza da atuação	Vínculo	Seleção / Designação	Observação
Professor formador / Regente	Responsabilidade didático-pedagógica pela disciplina e/ou componente curricular; Mediação pedagógica e acompanhamento do processo de aprendizagem	Docente EBTT ou bolsista, conforme a natureza da oferta	Concurso público no caso de docente efetivo; processo seletivo simplificado no caso de professor substituto; edital, seleção ou designação conforme programa/projeto quando bolsista	Deve possuir formação, experiência e aderência compatíveis com a área e a função
Professor mediador ou Mediador pedagógico	Mediação pedagógica e acompanhamento do processo de aprendizagem	Docente EBTT ou bolsista, conforme a natureza da oferta	Concurso público no caso de docente efetivo; processo seletivo simplificado no	Deve possuir formação, experiência e aderência

			caso de professor substituto; edital, seleção ou designação conforme programa/projeto quando bolsista	compatíveis com a área e a função
Equipe de gestão da Programa / Projeto em EaD, Coordenação de Curso, Equipe Multiprofissional e Tutoria	Coordenação, acompanhamento, supervisão e gestão acadêmico-administrativa	Servidores efetivos, ou bolsistas, conforme a natureza da oferta	Designação institucional, indicação ou seleção conforme a natureza da função	Inclui funções estratégicas, administrativas e de confiança vinculadas à execução de cursos, programas ou projetos
Equipe de apoio tecnológico de suporte e desenvolvimento do AVA	Suporte tecnológico, gestão de ambientes virtuais e apoio à produção/organização de recursos educacionais	Servidores, bolsistas ou prestadores previstos em projeto	Designação, edital, contratação ou seleção conforme o caso	Atua em apoio à infraestrutura tecnológica e à operacionalização da modalidade

Fonte: elaboração institucional, com base na legislação vigente e nos procedimentos institucionais do IFPB.

Data-base: junho/2026.

A atuação de tutores, quando existente e cabível, deverá observar a legislação vigente e os normativos institucionais, distinguindo-se as atribuições administrativas e de suporte das funções propriamente docentes, de formação e de mediação pedagógica. A mediação pedagógica, quando prevista, deverá ser exercida por profissional com qualificação compatível com a área de atuação, com os objetivos do curso e com os requisitos definidos nos projetos pedagógicos, editais, programas ou regulamentos próprios. Essa distinção contribui para preservar a responsabilidade docente, a qualidade acadêmica da oferta e a conformidade regulatória da Educação a Distância.

A formação e o acompanhamento das equipes que atuam na EaD observarão os requisitos de titulação, experiência, capacitação e aderência às funções desempenhadas, não havendo distinção quanto à exigência de qualificação acadêmica e profissional entre servidores do quadro e bolsistas, quando exercerem funções equivalentes de ensino, formação ou mediação pedagógica. As especificidades de vínculo, seleção, designação, pagamento de bolsas, indicação de funções estratégicas e prestação de contas serão disciplinadas pelos editais, projetos, regulamentos institucionais, normas da CAPES, instrumentos de fomento e demais atos aplicáveis a cada oferta.

Tabela 5.3 — Regras gerais de execução de atividades em EaD.

Tipo de oferta	Composição mínima ou regra geral	Seleção / Designação	Registro e acompanhamento
----------------	----------------------------------	----------------------	---------------------------

Cursos EaD sem fomento externo	Atividades típicas de ensino, formação e mediação exercidas por docentes da Carreira EBTT, observadas as normativas institucionais	Distribuição de encargos, designação ou procedimento interno aplicável	Regulamento docente, PPC, registros acadêmicos e acompanhamento institucional
Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB/CAPES)	Equipe composta conforme regras da CAPES, de projeto aprovado e dos editais específicos	Edital de seleção de bolsistas, com prioridade ou critérios definidos nos normativos do programa; funções estratégicas podem admitir designação ou indicação quando previsto	Sistemas e relatórios da UAB/CAPES, editais, termos de compromisso, registros de pagamento de bolsas e relatórios de execução, PPC, registros acadêmicos e acompanhamento institucional
Projetos com fomento externo ou fundações de apoio	Composição definida no projeto, instrumento de fomento, plano de trabalho e legislação aplicável	Edital, seleção, designação ou indicação conforme a natureza da função e o instrumento jurídico	Plano de trabalho, relatórios de execução, prestação de contas e sistemas institucionais
Bolsistas em programas e projetos em Educação a Distância	Atuação temporária e vinculada ao programa, projeto, edital ou instrumento de fomento	Processo seletivo, edital ou regra específica do programa/projeto	Edital, termo de compromisso, relatório de atividades e registro no sistema do programa
Funções de coordenação e gestão de programas, projetos e cursos no âmbito da Educação a Distância	Atuação temporária, podem envolver servidores efetivos e bolsistas, conforme a natureza estratégica da função	Designação, indicação ou seleção, conforme o regulamento do programa/projeto	Portaria, ato de designação, processo seletivo, projeto aprovado, relatório de gestão ou prestação de contas

Fonte: elaboração institucional, com base na legislação vigente e nos procedimentos institucionais do IFPB.

Data-base: junho/2026.

5.3. Técnico-Administrativos (TAEs)

O quadro técnico-administrativo do IFPB é composto por 1.021 servidores permanentes, integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, estruturado pela Lei nº 11.091/2005, submetidos ao regime jurídico instituído pela Lei nº 8.112/1990 e aos normativos federais e institucionais aplicáveis à gestão de pessoas. Esses servidores atuam em atividades administrativas, acadêmicas, laboratoriais, tecnológicas, assistenciais, de planejamento, gestão, atendimento ao público e suporte às atividades finalísticas, sendo essenciais para a sustentabilidade da oferta educacional, da pesquisa, da extensão, da inovação e da gestão multicampi. Dentre eles, 4,80% possuem Educação Básica, 9,21% graduação, 46,43% especialização, 33,20% mestrado e 6,37% doutorado.

As políticas de capacitação, qualificação, desenvolvimento na carreira, saúde e qualidade de vida no trabalho encontram-se articuladas à Política de Gestão de Pessoas, à Política de Capacitação e Qualificação dos Servidores, à Política de Incentivo à Qualificação e aos demais instrumentos institucionais vigentes, devendo orientar o planejamento da força de trabalho durante o ciclo 2026–2030.

Tabela 5.4 – Perfil dos servidores técnico-administrativos do IFPB por titulação acadêmica e regime de trabalho.

Titulação					Regime de Trabalho					Qtd.
Ed. Bás.	Grad.	Esp.	Mest.	Dout.	40H	30H	25H	24H	20H	
49	94	474	339	65	991	8	10	1	11	1021

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha, edição 2026, ano-base 2025.

Data de extração: julho/2026.

Nota: O detalhamento por unidade, campus, titulação e regime de trabalho encontra-se disponível na Plataforma Nilo Peçanha. Os dados devem ser interpretados à luz da reorganização institucional decorrente da criação do IF Sertão-PB.

O perfil de titulação dos servidores técnico-administrativos evidencia a continuidade do processo de qualificação acadêmica do quadro institucional, com 85,99% dos servidores possuindo formação em nível de especialização, mestrado ou doutorado. Em relação ao ciclo anterior, observa-se crescimento da participação de mestres e doutores, reforçando a capacidade técnica e gerencial da instituição. Essa qualificação contribui para o fortalecimento da gestão institucional, da inovação administrativa, da governança, da assistência estudantil, do suporte pedagógico, da gestão laboratorial, da tecnologia da informação, da infraestrutura, da comunicação, da administração orçamentária e financeira e dos demais processos necessários ao funcionamento integrado da instituição.

5.4. Diretrizes para Dimensionamento, Desenvolvimento e Recomposição da Força de Trabalho

Para o ciclo 2026–2030, o IFPB orientará o planejamento da força de trabalho pela necessidade de garantir a sustentabilidade da oferta acadêmica, a qualidade dos serviços educacionais, a capacidade de gestão multicampi, a consolidação da educação a distância, o fortalecimento da pesquisa, da extensão, da inovação, da assistência estudantil e da permanência e êxito dos estudantes. O dimensionamento de docentes, equipe de educação a distância e técnico-administrativos deverá considerar a oferta vigente e planejada, os indicadores acadêmicos, a carga horária dos cursos, a relação entre estudantes e

servidores, a infraestrutura disponível, os processos de trabalho, os limites legais e orçamentários aplicáveis e os impactos decorrentes da reorganização institucional da Rede Federal na Paraíba.

A recomposição e o desenvolvimento da força de trabalho deverão observar os instrumentos de planejamento institucional, os dados oficiais disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha, os diagnósticos internos de gestão de pessoas, as demandas apresentadas pelas unidades, os normativos federais e os atos institucionais aplicáveis. No contexto da criação do Instituto Federal do Sertão Paraibano, o acompanhamento dos quantitativos por unidade permitirá distinguir a força de trabalho associada às unidades remanescentes no IFPB daquela vinculada ao processo de transição, subsidiando decisões sobre lotação, exercício, redistribuição, provimento, capacitação, substituição e reorganização dos processos de trabalho.

O desenvolvimento profissional dos servidores deverá articular capacitação, qualificação, saúde, qualidade de vida, valorização profissional, gestão por competências, melhoria dos processos de trabalho e fortalecimento da cultura institucional orientada a resultados. Essas diretrizes deverão ser acompanhadas por indicadores e instrumentos de monitoramento próprios, em articulação com a Política de Gestão de Pessoas, o planejamento estratégico, a organização da oferta acadêmica e o processo de avaliação e revisão do PDI.

6. Processo de Avaliação Institucional, Acadêmica e Regulatória

O processo de avaliação institucional, acadêmica e regulatória do IFPB constitui mecanismo estratégico de acompanhamento da qualidade das ações educacionais, da efetividade das políticas institucionais e da conformidade das ofertas acadêmicas com os normativos aplicáveis. Esse processo articula a autoavaliação institucional conduzida pela Comissão Própria de Avaliação, a avaliação regulatória da educação superior no âmbito do SINAES, os processos de avaliação externa conduzidos pelo Inep/MEC, os indicadores oficiais de qualidade e os instrumentos internos de acompanhamento pedagógico, acadêmico e de monitoramento institucional.

No âmbito da educação superior, a avaliação observa a Lei nº 10.861/2004, o Decreto nº 9.235/2017, os instrumentos de avaliação externa, as diretrizes da CONAES e os atos normativos do Inep e do Ministério da Educação. No âmbito da educação profissional técnica de nível médio e das demais ofertas institucionais, o acompanhamento da qualidade ocorre por meio das Organizações Didáticas, dos Projetos Pedagógicos de Curso, dos colegiados e instâncias acadêmicas, dos indicadores de permanência, êxito, evasão, retenção, conclusão e eficiência acadêmica e dos processos internos de planejamento e monitoramento.

Para os cursos técnicos de nível médio e demais ofertas não abrangidas diretamente pelo SINAES, o acompanhamento da qualidade será realizado por meio dos instrumentos institucionais de avaliação da aprendizagem, dos indicadores acadêmicos, dos processos de acompanhamento pedagógico, dos conselhos de classe, colegiados ou instâncias equivalentes, dos PPCs, das Organizações Didáticas e dos relatórios de gestão acadêmica.

Os resultados desses processos devem subsidiar a tomada de decisão, a revisão de cursos e políticas institucionais, a priorização de recursos, o acompanhamento dos objetivos estratégicos e o processo de monitoramento, controle e revisão do PDI.

6.1. Contexto da Avaliação da Educação Superior

A avaliação da educação superior no Brasil é regulada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Essa Lei congrega um sistema de avaliação global e integrado às atividades acadêmicas na

educação superior, compondo-se de três modalidades de avaliação e seus desdobramentos, aplicados em momentos distintos, a saber:

- I. Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES): Inclui a Avaliação Externa, conduzida por comissões designadas pelo MEC/INEP, e a Autoavaliação, coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA);
- II. Avaliação dos Cursos Superiores (ACS): Concretizada por meio de visitas in loco de comissões externas; e
- III. Avaliação do Desempenho dos Estudantes (Enade): componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, destinado a avaliar o desempenho dos estudantes concluintes em relação aos conteúdos programáticos, habilidades e competências previstas nas diretrizes curriculares e nos projetos pedagógicos dos cursos, observadas as regras de inscrição, participação e regularidade definidas pelo Inep para cada edição do exame.

No âmbito da avaliação da educação superior, os processos regulatórios e de acompanhamento da qualidade consideram, entre outros elementos, os resultados das avaliações externas, os conceitos de curso, o desempenho no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) e os indicadores oficiais de qualidade calculados pelo Inep, tais como o Conceito Enade, o Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD), o Conceito Preliminar de Curso (CPC) e o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC), observada a metodologia vigente em cada ciclo avaliativo.

O SINAES foi instituído com o propósito de assegurar a qualidade da educação superior brasileira, respeitando a identidade, a missão e a diversidade das instituições. Os resultados produzidos pelo sistema constituem referência para os processos de regulação e supervisão da educação superior, abrangendo, entre outros, o credenciamento e o credenciamento de instituições de educação superior, bem como a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento dos cursos de graduação.

A Avaliação Institucional ocupa posição central na concepção do SINAES, por constituir instrumento permanente de diagnóstico, aperfeiçoamento e desenvolvimento institucional. Nessa perspectiva, a consolidação de uma cultura de avaliação depende da continuidade dos processos avaliativos, da participação da comunidade acadêmica e da utilização sistemática dos resultados como subsídio à gestão, ao planejamento e à melhoria contínua da qualidade institucional.

6.2. Autoavaliação Institucional no Âmbito do IFPB

O processo de avaliação e acompanhamento do desenvolvimento institucional no Instituto Federal da Paraíba (IFPB) tem como elemento central a autoavaliação institucional, concebida como um processo contínuo de reflexão e análise crítica sobre as ações desenvolvidas pela instituição em suas diversas dimensões. Trata-se de um instrumento estratégico voltado ao aprimoramento da gestão, do ensino, da pesquisa, da extensão e da responsabilidade social, envolvendo de forma participativa todos os segmentos da comunidade acadêmica e representantes da sociedade civil.

A autoavaliação é um dos pilares do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, integrando o conjunto dos processos avaliativos e regulatórios da educação superior disciplinados pelo Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e pelos demais atos normativos expedidos pelo Ministério da Educação, pela CONAES e pelo Inep.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) é o órgão responsável pela coordenação e condução da autoavaliação institucional, em consonância com as diretrizes da Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65/2014, que orienta a estruturação do relatório de autoavaliação em cinco partes: introdução, metodologia, desenvolvimento, análise dos dados e proposição de ações de melhoria. Essa avaliação abrange cinco eixos que correspondem às dez dimensões do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), a saber:

- Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional (Dimensão 8);
- Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional (Dimensões 1 e 3);
- Eixo 3 – Políticas Acadêmicas (Dimensões 2, 4 e 9);
- Eixo 4 – Políticas de Gestão (Dimensões 5, 6 e 10);
- Eixo 5 – Infraestrutura Física (Dimensão 7).

No IFPB, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) constitui órgão sistêmico de apoio à autoavaliação institucional, previsto no Regimento Geral da Instituição e regulamentado pela Resolução CONSUPER nº 63/2021. Possui natureza consultiva e atuação autônoma em relação aos conselhos e às demais instâncias colegiadas, atuando de forma articulada entre a CPA Central e as Subcomissões Próprias de Avaliação dos campi, assegurando representatividade dos segmentos institucionais, participação da sociedade civil e independência do processo avaliativo, conforme a legislação e os normativos institucionais aplicáveis.

As estratégias de sensibilização para a coleta de dados envolvem campanhas de comunicação institucional e diálogos setoriais, visando conscientizar a comunidade acadêmica sobre a importância do protagonismo estudantil e docente no processo de melhoria contínua da instituição.

A metodologia da autoavaliação institucional contempla o uso de diferentes instrumentos de coleta e análise de dados, entre os quais se destacam:

- Formulário de Acompanhamento dos Resultados das Avaliações Anteriores, que permite a identificação de fragilidades e potencialidades institucionais e subsidia ações de superação;
- Questionário de Avaliação Institucional, aplicado a docentes, discentes, técnicos administrativos e representantes da comunidade externa, contemplando indicadores de ensino, pesquisa, extensão, gestão e infraestrutura; e
- Questionários de Avaliação Docente e de Autoavaliação Discente, voltados à análise das práticas pedagógicas e do processo de aprendizagem.

Esses instrumentos avaliam, de forma integrada, aspectos relacionados à gestão acadêmica e administrativa, às políticas de ensino, pesquisa e extensão, ao atendimento aos estudantes e às condições de infraestrutura institucional, assegurando uma visão abrangente da realidade institucional.

Como mecanismo de aperfeiçoamento metodológico, a CPA realiza periodicamente a meta-avaliação, examinando a efetividade dos instrumentos utilizados, a consistência das informações obtidas e os níveis de participação dos diferentes segmentos institucionais, de modo a promover o aprimoramento contínuo do processo avaliativo.

Os instrumentos de avaliação são disponibilizados por meio eletrônico, assegurando agilidade, segurança, acessibilidade e ampla participação da comunidade acadêmica. A divulgação dos relatórios observará os princípios da transparência ativa e do acesso à informação, garantindo publicidade aos resultados institucionais e, simultaneamente, preservando o sigilo das respostas individuais, a confidencialidade dos participantes e a proteção dos dados pessoais, nos termos da legislação aplicável.

O processo de autoavaliação institucional no IFPB é estruturado em cinco etapas: delimitação, elaboração e preparação, sensibilização e execução, análise e discussão e divulgação dos resultados. Na primeira etapa, são definidos os eixos, dimensões e indicadores avaliativos; na segunda, são construídos os instrumentos de coleta de dados; na terceira, ocorre a mobilização da comunidade acadêmica para participação; na quarta, os dados são consolidados e analisados, resultando em relatórios por campus e em um

relatório institucional integrado; e, na quinta etapa, os resultados são discutidos com gestores e a comunidade acadêmica, orientando o planejamento institucional e sendo registrados no sistema e-MEC, conforme a legislação vigente.

6.3. Uso dos Resultados, Transparência e Integração com o Planejamento Institucional

A avaliação da aprendizagem, conduzida no âmbito dos cursos e componentes curriculares, integra os processos internos de acompanhamento pedagógico e possui natureza distinta da autoavaliação institucional e da avaliação regulatória externa, ainda que seus resultados possam subsidiar ações de melhoria acadêmica.

Como desdobramento prático da divulgação dos resultados, a instituição formaliza ciclos de melhoria a partir dos relatórios da CPA, envolvendo gestores, coordenações de curso, Núcleos Docentes Estruturantes, colegiados e unidades administrativas. As fragilidades e potencialidades identificadas subsidiam a elaboração dos Planos de Ação Anuais, a revisão de Projetos Pedagógicos de Curso, a priorização de demandas de infraestrutura, a qualificação das políticas acadêmicas e a revisão periódica do PDI. Esse fluxo assegura que a percepção da comunidade acadêmica e da sociedade civil seja convertida em ações institucionais monitoráveis, com responsáveis, prazos e registros próprios.

A autoavaliação institucional é realizada de forma periódica e sistemática, com aplicação anual dos instrumentos avaliativos, assegurando a continuidade do processo, o acompanhamento evolutivo dos indicadores institucionais e a consolidação da cultura de avaliação no âmbito do IFPB.

Os processos de autoavaliação articulam-se às avaliações externas conduzidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), subsidiando a prestação de informações institucionais e o aperfeiçoamento contínuo das políticas acadêmicas e de gestão.

Para garantir o acesso às informações geradas a partir de todos os processos de avaliação e fomentar uma cultura de participação e transparência, os relatórios de avaliação interna por curso, os relatórios de autoavaliação institucional, os relatórios de avaliação externa dos cursos superiores e demais documentos produzidos pela CPA estão disponíveis na página oficial da comissão no portal da instituição: www.ifpb.edu.br/cpa.

A política de avaliação institucional do IFPB consolida-se, assim, como um processo contínuo, participativo e formativo, que ultrapassa o caráter meramente regulatório e se insere na lógica de planejamento, gestão e melhoria permanente da qualidade institucional. Por meio da autoavaliação, o IFPB reafirma seu compromisso com a transparência, a eficiência administrativa e a excelência acadêmica, fortalecendo a governança e promovendo uma cultura organizacional sustentada na autocrítica, na participação coletiva e na gestão baseada em evidências. Dessa forma, o IFPB assegura a efetiva integração entre avaliação, planejamento e desenvolvimento institucional, em consonância com a Lei nº 10.861/2004, o Decreto nº 9.235/2017, os instrumentos de avaliação externa, as orientações da CONAES e do Inep e os normativos institucionais aplicáveis.

Os resultados da autoavaliação institucional, das avaliações externas, dos indicadores acadêmicos e dos processos internos de acompanhamento da oferta deverão subsidiar o processo de monitoramento, controle e revisão do PDI, conforme previsto no Capítulo 11. Essa articulação permite que a avaliação institucional não se limite ao cumprimento regulatório, mas funcione como insumo permanente para a tomada de decisão, a priorização de recursos, a revisão de metas e o aperfeiçoamento das políticas institucionais.

7. Acervo Acadêmico em Meio Digital

Este capítulo apresenta a estratégia e as diretrizes regulatórias do IFPB para a digitalização, gestão e preservação de longo prazo de seus documentos e registros escolares, assegurando a migração do acervo físico para o meio digital em conformidade com as normativas vigentes do Ministério da Educação (MEC). Alinhado aos padrões de segurança da informação, integridade e autenticidade, o projeto detalha os requisitos tecnológicos, os fluxos de custódia e os perfis de acesso que garantem a confiabilidade e a agilidade na emissão e validação de documentos acadêmicos da instituição. As subseções a seguir consolidam o diagnóstico da infraestrutura tecnológica atual, o plano de implementação e os mecanismos de governança arquivística que sustentam a modernização administrativa e a eficiência na prestação de serviços à comunidade acadêmica para o ciclo 2026-2030.

7.1. Apresentação

O Projeto de Acervo Acadêmico em Meio Digital constitui eixo estratégico estruturante, voltado à conversão, gestão, preservação e disponibilização segura dos documentos acadêmicos produzidos pela instituição.

O projeto atende ao disposto no art. 21, inciso VIII, do Decreto nº 9.235/2017 (com redação dada pelo Decreto nº 12.456/2025), que determina que o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) deve apresentar projeto de acervo acadêmico em meio digital com metodologia que assegure integridade e autenticidade dos documentos, bem como a especificação do processo de emissão e registro de diploma digital.

7.2. Fundamentação Legal e Normativa

O Projeto de Acervo Acadêmico em Meio Digital do IFPB fundamenta-se em normas educacionais, arquivísticas, tecnológicas e de proteção de dados aplicáveis à administração pública federal e às instituições de educação superior integrantes do sistema federal de ensino. No campo educacional e regulatório, observam-se o Decreto nº 9.235/2017, com as alterações promovidas pelo Decreto nº 12.456/2025, a Portaria MEC nº 315/2018, a Portaria MEC nº 360/2022, a Portaria MEC nº 1.095/2018 e a Portaria MEC nº 554/2019, que disciplinam aspectos relacionados ao PDI, ao acervo acadêmico em meio digital, à expedição e ao registro de diplomas e ao diploma digital de graduação.

No campo arquivístico e documental, o projeto observa a Lei nº 12.682/2012, o Decreto nº 10.278/2020, os instrumentos de gestão documental aplicáveis às instituições federais de ensino, incluindo Código de Classificação de Documentos e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos, bem como as resoluções e recomendações do Conselho Nacional de Arquivos. Esses referenciais orientam a classificação, a avaliação, a temporalidade, a digitalização, a preservação, a destinação e a manutenção da autenticidade dos documentos acadêmicos.

No campo da segurança jurídica, da assinatura eletrônica, da proteção de dados e do acesso à informação, aplicam-se a Medida Provisória nº 2.200-2/2001, a Lei nº 14.063/2020, o Decreto nº 10.543/2020, a Lei nº 13.709/2018, a Lei nº 12.527/2011, o Decreto nº 7.724/2012 e a Lei nº 14.129/2021, sem prejuízo de outros atos normativos federais e institucionais aplicáveis. No âmbito interno, o projeto também observa a Resolução nº 7/2024 – CONSUPER/IFPB, que dispõe sobre procedimentos acadêmicos eletrônicos, além dos regulamentos institucionais de gestão documental, segurança da informação, proteção de dados pessoais e governança digital.

7.3. Contextualização Institucional, Governança e Responsabilidades

Em virtude de sua estrutura multicampi e da oferta de cursos em diferentes níveis e modalidades, o IFPB produz, recebe e mantém documentos acadêmicos relacionados à educação profissional técnica de nível médio, à graduação, à pós-graduação lato sensu e stricto sensu, à educação a distância, às especializações técnicas e às demais ofertas institucionais. Para fins regulatórios da educação superior, o projeto de acervo acadêmico em meio digital atende às exigências aplicáveis às instituições de educação superior integrantes do sistema federal de ensino. Institucionalmente, suas diretrizes também orientam a gestão, a preservação e a disponibilização segura dos registros acadêmicos produzidos nos demais níveis e modalidades de atuação do Instituto, observados os normativos específicos.

A digitalização do acervo acadêmico representa uma ação estratégica para:

- Assegurar preservação de longo prazo;
- Facilitar o acesso e a recuperação da informação;
- Garantir autenticidade e validade jurídica dos documentos;
- Reduzir riscos de perda ou deterioração do acervo físico;

- Promover eficiência administrativa e sustentabilidade.

A governança do acervo acadêmico em meio digital será exercida de forma integrada entre as unidades acadêmicas, administrativas, tecnológicas e arquivísticas responsáveis pela produção, conferência, guarda, preservação, acesso e destinação dos documentos acadêmicos. A Pró-Reitoria de Ensino e as unidades de controle acadêmico atuarão na definição dos requisitos acadêmicos, na validação dos registros e na conformidade dos fluxos de emissão, registro e disponibilização de documentos. As unidades de tecnologia da informação serão responsáveis pela infraestrutura, segurança, disponibilidade, interoperabilidade, cópias de segurança e sustentação dos sistemas. As unidades responsáveis pela gestão documental orientarão a classificação, temporalidade, destinação e preservação arquivística. As unidades de governança, integridade, proteção de dados e segurança da informação deverão apoiar a definição de controles, perfis de acesso, trilhas de auditoria, tratamento de riscos e conformidade normativa.

Considerando a reorganização institucional decorrente da criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Paraibano, a gestão do acervo acadêmico deverá observar os atos normativos específicos do processo de transição, assegurando a continuidade dos registros acadêmicos, a preservação da memória institucional, a proteção dos dados pessoais, a rastreabilidade das informações, a segurança jurídica dos documentos emitidos e o acesso regular de estudantes, egressos, servidores, órgãos de controle e instituições envolvidas. As regras de custódia, compartilhamento, transferência ou manutenção de documentos deverão ser formalizadas em instrumentos próprios, observadas a legislação arquivística, educacional e de proteção de dados pessoais.

7.4. Projeto de Acervo Acadêmico Digital

O Projeto de Acervo Acadêmico em Meio Digital do IFPB compreende o conjunto de diretrizes, procedimentos e soluções institucionais destinados à produção, digitalização, gestão, preservação, armazenamento, disponibilização e recuperação dos documentos acadêmicos em formato digital, observados os princípios da autenticidade, integridade, confiabilidade, rastreabilidade, acessibilidade e segurança da informação. Sua implementação busca assegurar a modernização da gestão documental acadêmica, a conformidade com os normativos aplicáveis e a continuidade dos serviços educacionais, contribuindo para a eficiência administrativa, a preservação da memória institucional e a melhoria do atendimento à comunidade acadêmica e aos órgãos de controle.

7.4.1. Metodologia de Digitalização, Integridade, Autenticidade e Cadeia de Custódia

A implantação do acervo acadêmico em meio digital observará metodologia orientada à preservação da integridade, autenticidade, confiabilidade, rastreabilidade e disponibilidade dos documentos acadêmicos. O processo compreenderá, inicialmente, o inventário do acervo existente, a identificação dos tipos documentais, a classificação conforme os instrumentos de gestão documental aplicáveis, a definição da temporalidade e da destinação dos documentos e a priorização das etapas de digitalização de acordo com critérios de risco, demanda de acesso, valor permanente, estado de conservação e relevância acadêmica e administrativa.

A preparação documental envolverá higienização, organização, conferência, classificação, ordenação e registro dos documentos físicos antes da captura digital. A digitalização será realizada de forma controlada, com equipamentos e parâmetros técnicos compatíveis com a natureza dos documentos, geração de representantes digitais em formatos adequados à preservação de longo prazo, controle de qualidade, validação técnica e registro das etapas realizadas. Os documentos digitalizados deverão ser vinculados aos registros acadêmicos correspondentes, com metadados mínimos que permitam identificação, recuperação, autenticidade, temporalidade, rastreabilidade e gestão de acesso.

A cadeia de custódia deverá ser preservada desde a preparação documental até o armazenamento final, com registro das unidades responsáveis, dos procedimentos executados, dos controles de qualidade, das alterações realizadas, dos perfis de acesso e das trilhas de auditoria. Quando aplicável, serão adotados mecanismos de assinatura eletrônica, certificação digital, carimbo de tempo, código de verificação, hash ou outros mecanismos técnicos que permitam comprovar a integridade e a autenticidade dos documentos e de suas representações digitais.

A destinação dos documentos físicos após a digitalização observará a legislação vigente, os instrumentos de gestão documental, os requisitos de preservação permanente e as orientações dos órgãos competentes. Nenhuma eliminação de documento físico deverá ocorrer sem observância dos procedimentos formais de avaliação, autorização, registro e publicidade exigidos pelos normativos arquivísticos aplicáveis.

7.4.2. Infraestrutura para Execução das Atividades de Digitalização

A execução das atividades de digitalização do acervo acadêmico no Instituto Federal da Paraíba (IFPB) será realizada mediante infraestrutura tecnológica e administrativa compatível com os requisitos legais, arquivísticos e de segurança da informação aplicáveis à gestão documental em meio digital. Essa infraestrutura compreende os recursos físicos, tecnológicos e sistêmicos necessários à produção, captura, processamento, armazenamento, gerenciamento, preservação e disponibilização dos documentos acadêmicos digitais.

Os procedimentos de digitalização serão executados em ambientes institucionais dotados de equipamentos, sistemas e recursos tecnológicos adequados às características dos documentos e aos padrões de qualidade exigidos para a formação do acervo acadêmico digital, assegurando a fidelidade das imagens produzidas, a integridade das informações, a autenticidade documental e a rastreabilidade das operações realizadas.

Os documentos digitais produzidos ou incorporados ao acervo acadêmico serão armazenados em ambientes computacionais institucionais que assegurem condições adequadas de disponibilidade, segurança, controle de acesso, recuperação das informações e preservação digital, observadas as políticas institucionais de segurança da informação, gestão documental e continuidade dos serviços.

A infraestrutura tecnológica destinada à execução das atividades de digitalização será continuamente aperfeiçoada, considerando a evolução dos recursos tecnológicos, as necessidades institucionais, os requisitos regulatórios e as boas práticas de gestão documental e preservação digital, de forma a assegurar a confiabilidade, a eficiência e a sustentabilidade do Projeto de Acervo Acadêmico em Meio Digital do IFPB.

7.4.3. Segurança, Gestão e Preservação Digital

A segurança, a gestão e a preservação do acervo acadêmico digital deverão observar controles técnicos e administrativos compatíveis com a criticidade dos documentos acadêmicos e com a proteção dos dados pessoais tratados pela instituição. O acesso aos documentos será realizado por perfis autorizados, com autenticação, registro de logs, trilhas de auditoria e mecanismos de responsabilização. A disponibilização de documentos a estudantes, egressos, servidores, órgãos de controle e terceiros observará os princípios da finalidade, necessidade, segurança, transparência, prevenção e responsabilização,

respeitando a legislação de acesso à informação, a proteção de dados pessoais e as regras institucionais de sigilo e publicidade.

A preservação digital deverá contemplar cópias de segurança, redundância, controle de integridade, monitoramento de disponibilidade, plano de contingência, gestão de incidentes, atualização tecnológica, migração de formatos quando necessária e manutenção de metadados arquivísticos. Esses mecanismos deverão assegurar a recuperação dos documentos ao longo do tempo, a continuidade dos serviços acadêmicos e a preservação da memória institucional.

7.4.4. Capacitação de Servidores

A qualificação dos servidores constitui elemento essencial para o sucesso do projeto. Serão promovidos cursos internos e programas de formação continuada, abordando: higienização de documentos; classificação e organização arquivística; preparação e digitalização de documentos analógicos; uso dos sistemas de gestão e preservação digital; boas práticas de preservação e segurança da informação.

7.4.5. Diretrizes de Implantação e Acompanhamento

A implantação do Projeto de Acervo Acadêmico em Meio Digital será conduzida de forma progressiva, observadas a capacidade operacional das unidades, a disponibilidade de infraestrutura tecnológica, os requisitos arquivísticos, a criticidade dos documentos, a proteção de dados pessoais, a segurança da informação e as prioridades institucionais definidas no planejamento do IFPB.

A execução do projeto deverá contemplar, entre outras diretrizes, o inventário do acervo acadêmico, a priorização dos documentos de guarda permanente ou de maior demanda institucional, a digitalização controlada dos documentos físicos, a vinculação dos representantes digitais aos registros acadêmicos correspondentes, a adoção de mecanismos de autenticidade e integridade, a integração com os sistemas acadêmicos, a capacitação das equipes envolvidas e a definição de rotinas de preservação digital.

Os marcos operacionais, cronogramas, responsáveis, quantitativos, indicadores específicos e entregas intermediárias serão detalhados em instrumentos próprios de planejamento e acompanhamento, tais como planos de trabalho, projetos institucionais, planos de ação das unidades responsáveis, ferramentas de gestão do planejamento, instrumentos de governança digital ou documentos equivalentes. Quando houver vinculação direta com

objetivos, iniciativas e indicadores estratégicos do PDI, esses elementos deverão ser registrados e monitorados no âmbito da matriz estratégica e do processo institucional de acompanhamento do Plano.

7.4.6. Resultados Esperados

A implementação do Projeto de Acervo Acadêmico em Meio Digital deverá contribuir para a consolidação de um acervo acadêmico íntegro, autêntico, rastreável, seguro e acessível aos usuários autorizados, ampliando a eficiência dos serviços acadêmicos e a segurança jurídica dos registros institucionais.

Espera-se que o projeto favoreça a redução dos riscos de perda, deterioração ou inconsistência documental, a melhoria dos prazos de atendimento a estudantes e egressos, a racionalização de custos operacionais, a preservação da memória acadêmica, a ampliação da capacidade de auditoria e controle e a integração progressiva entre os sistemas acadêmicos, os processos de gestão documental e as práticas institucionais de governança digital.

Os resultados do projeto deverão subsidiar o monitoramento institucional, a revisão de processos acadêmicos, a priorização de investimentos tecnológicos, a capacitação de servidores e a melhoria contínua dos serviços digitais prestados à comunidade acadêmica e à sociedade.

7.5. Processo de Emissão e Registro de Diplomas em Meio Digital

A emissão e o registro de diplomas em meio digital no Instituto Federal da Paraíba (IFPB) constituem parte integrante da política institucional de transformação digital e de gestão do acervo acadêmico, observando a legislação educacional vigente, os atos normativos expedidos pelo Ministério da Educação (MEC), os requisitos de segurança da informação e as diretrizes institucionais de preservação documental.

O diploma digital de curso superior de graduação é documento nato-digital, emitido, registrado, assinado e armazenado em meio digital, em conformidade com os padrões técnicos e normativos estabelecidos pelo Ministério da Educação. No IFPB, sua emissão observa os requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica, interoperabilidade, rastreabilidade, representação visual, registro eletrônico, certificação digital e preservação no acervo acadêmico digital.

Desde 2022, os diplomas de graduação do IFPB são expedidos em formato digital, com validade jurídica assegurada mediante assinatura digital, certificação no padrão ICP-Brasil, carimbo de tempo, registro eletrônico e mecanismos de validação em ambiente seguro. A adoção desse modelo proporciona maior segurança jurídica, redução do risco de fraudes, celeridade na emissão documental, racionalização dos processos administrativos e melhoria do atendimento aos estudantes e egressos.

No âmbito da educação profissional técnica, o IFPB adota procedimentos eletrônicos para emissão, assinatura, disponibilização e validação dos diplomas dos cursos técnicos integrados, subsequentes e de especialização técnica, em conformidade com a legislação e os normativos institucionais aplicáveis. Desde maio de 2023, os diplomas dos cursos técnicos nas modalidades integrada e subsequente passaram a ser assinados eletronicamente, ampliando a segurança, a agilidade e a confiabilidade dos processos acadêmicos. Esses documentos possuem validade jurídica nos termos da legislação vigente e dos atos institucionais que disciplinam os procedimentos acadêmicos eletrônicos, distinguindo-se do diploma digital de graduação, cuja regulamentação é específica do Ministério da Educação.

Os processos de emissão, registro, assinatura, armazenamento, validação e disponibilização dos diplomas em meio digital integram o Projeto de Acervo Acadêmico em Meio Digital do IFPB e observam os princípios da autenticidade, da integridade, da disponibilidade, da confidencialidade, da preservação digital e da rastreabilidade documental, assegurando a manutenção da cadeia de custódia e a confiabilidade dos registros acadêmicos ao longo de todo o seu ciclo de vida.

Quando utilizadas soluções tecnológicas externas ou compartilhadas, incluindo plataformas, serviços especializados ou infraestruturas disponibilizadas por redes de cooperação institucional, sua adoção observará os requisitos de segurança da informação, proteção de dados pessoais, interoperabilidade, preservação digital, continuidade dos serviços, disponibilidade, rastreabilidade e conformidade com os normativos do Ministério da Educação e com as políticas institucionais do IFPB.

7.5.1. Fluxo Institucional de Emissão e Registro

O processo institucional de emissão e registro de diplomas em meio digital é desenvolvido de forma integrada entre as unidades acadêmicas, os setores de registro escolar, a Pró-Reitoria de Ensino e os sistemas informatizados institucionais, observadas as

competências de cada unidade administrativa, a legislação educacional vigente, os requisitos de autenticidade e segurança documental e as normas institucionais aplicáveis. De forma sintética, o fluxo institucional compreende as etapas descritas no Tabela 7.1.

Tabela 7.1 – Etapas institucionais para emissão e registro de diplomas em meio digital.

Etapas	Diploma digital de graduação	Diploma eletrônico de cursos técnicos
Solicitação ou abertura do processo	Solicitação eletrônica ou abertura institucional conforme regras acadêmicas	Solicitação eletrônica ou abertura institucional conforme regras acadêmicas
Conferência acadêmica	Verificação de integralização curricular, documentos, registros e requisitos de colação/conclusão	Verificação de integralização curricular, estágio, documentos e requisitos de conclusão (ENADE não se aplica).
Validação institucional	Coordenação, controle acadêmico e autoridades competentes	Coordenação, controle acadêmico, direção e autoridades competentes
Registro	Registro eletrônico conforme normas do MEC e atos internos	Registro eletrônico conforme normas institucionais
Assinatura	Assinatura digital das autoridades competentes	Assinatura eletrônica ou digital das autoridades competentes
Disponibilização e validação	Disponibilização em ambiente seguro, representação visual e validação eletrônica	Disponibilização eletrônica, representação visual e validação institucional
Preservação	Armazenamento no acervo acadêmico digital	Armazenamento no sistema/acervo acadêmico institucional

Fonte: elaboração institucional, com base na legislação vigente e nos procedimentos institucionais do IFPB.

Data-base: junho/2026.

O fluxo institucional será continuamente aperfeiçoado em função da evolução da legislação, dos padrões tecnológicos, dos sistemas institucionais e das necessidades da comunidade acadêmica, assegurando a conformidade regulatória, a eficiência administrativa, a segurança jurídica e a melhoria contínua dos serviços prestados pelo IFPB.

A execução do Projeto de Acervo Acadêmico em Meio Digital será acompanhada por meio dos instrumentos institucionais de planejamento, monitoramento e gestão de projetos. As iniciativas, indicadores ou metas que possuírem natureza estratégica e vinculação direta com os objetivos do PDI deverão ser registrados e acompanhados no âmbito da matriz estratégica apresentada no Capítulo 10, preservando-se a distinção entre as diretrizes institucionais deste capítulo e o detalhamento operacional próprio dos projetos, planos de trabalho e sistemas de gestão do planejamento.

8. Infraestrutura Física e Instalações Acadêmicas

A infraestrutura física, acadêmica e tecnológica do IFPB constitui condição essencial para a execução das atividades de ensino, pesquisa, extensão, inovação, assistência estudantil, gestão e atendimento à comunidade. No ciclo 2026–2030, sua organização deverá observar a capacidade instalada das unidades, a oferta acadêmica vigente e planejada, os Projetos Pedagógicos de Curso, os requisitos de acessibilidade, segurança, sustentabilidade, eficiência energética, manutenção predial e adequação aos padrões de qualidade exigidos pelos processos de avaliação institucional e regulatória.

Este capítulo apresenta as diretrizes gerais de infraestrutura, os recursos bibliográficos e informacionais, os laboratórios e ambientes especializados, a infraestrutura de educação a distância, as condições de acessibilidade e manutenção e os parâmetros de expansão necessários à sustentação da oferta acadêmica do IFPB. As demandas específicas de obras, reformas, equipamentos, adequações prediais e expansão física deverão ser detalhadas em instrumentos próprios de planejamento, tais como planos de manutenção, Plano de Contratações Anual, projetos de engenharia, planos diretores de infraestrutura, matriz estratégica do PDI e sistemas institucionais de monitoramento.

8.1. Diretrizes Gerais de Infraestrutura e Capacidade Instalada

A infraestrutura do IFPB compreende salas de aula, bibliotecas, laboratórios, ambientes administrativos, espaços de atendimento aos estudantes, áreas de convivência, ambientes de pesquisa e inovação, espaços culturais, ambientes de tecnologia da informação, instalações de apoio operacional e estruturas voltadas à educação a distância. Esses espaços devem ser planejados, mantidos e aprimorados de forma integrada à organização da oferta acadêmica, ao dimensionamento da força de trabalho, ao planejamento orçamentário e às diretrizes estratégicas institucionais.

A avaliação da capacidade instalada deverá considerar a relação entre infraestrutura disponível, número de estudantes, turnos de funcionamento, especificidades dos cursos, acessibilidade, segurança, condições de uso, manutenção, disponibilidade de equipamentos e projeção da oferta acadêmica. As informações detalhadas por unidade, ambiente, laboratório, biblioteca e equipamento poderão ser registradas em inventários institucionais, painéis de infraestrutura, sistemas patrimoniais, relatórios de gestão e instrumentos próprios de planejamento, preservada a compatibilidade com os dados aprovados neste PDI.

8.2. Bibliotecas e Recursos Informacionais

O Sistema de Bibliotecas do IFPB integra a infraestrutura acadêmica da instituição e desempenha papel essencial no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão do conhecimento. Suas unidades apoiam os processos formativos por meio da disponibilização de acervos, recursos informacionais, espaços de estudo e serviços especializados, em consonância com a missão institucional e com as necessidades da comunidade acadêmica.

A organização, a atualização e a expansão dos acervos observam as bibliografias básica e complementar previstas nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), as deliberações dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs), os processos de avaliação institucional e de regulação da educação superior, as demandas acadêmicas e a disponibilidade orçamentária. Complementarmente ao acervo físico, o IFPB disponibiliza recursos informacionais digitais, ampliando as possibilidades de acesso à informação e ao conhecimento.

As bibliotecas oferecem serviços compatíveis com as características e a estrutura de cada campus, contemplando, entre outros, circulação de materiais bibliográficos, orientação à pesquisa, normalização de trabalhos acadêmicos, elaboração de ficha catalográfica, levantamento bibliográfico, apoio ao Repositório Institucional, além de serviços técnicos necessários à organização e à preservação dos acervos. A infraestrutura disponível em cada unidade é dimensionada de acordo com a oferta acadêmica e as especificidades locais, observadas as diretrizes institucionais para o desenvolvimento das bibliotecas.

A Tabela 8.1 apresenta uma síntese institucional da cobertura, dos recursos informacionais e da infraestrutura do Sistema de Bibliotecas do IFPB, enquanto o Apêndice G – Sistema de Bibliotecas: Infraestrutura, Acervo e Gestão reúne o detalhamento das informações referentes a cada unidade.

Tabela 8.1 – Síntese institucional do Sistema de Bibliotecas do IFPB.

Dimensão	Indicador	Síntese institucional
Cobertura	Unidades consideradas no levantamento	21
	Unidades com biblioteca física implantada	18
	Unidades sem biblioteca física implantada na data-base	3
Recursos informacionais	Acervo físico	Disponível nas bibliotecas implantadas, com quantitativos diferenciados por unidade

	Acervo digital	Acesso institucional ao GEDWeb e a outros recursos informacionais digitais
Infraestrutura e serviços	Espaços, horários, equipes e serviços	Dimensionados conforme a estrutura e a oferta acadêmica de cada unidade

Fonte: elaboração institucional, com base no processo de construção do PDI 2026–2030.

Data-base: junho/2026.

Notas: As unidades sem biblioteca física implantada na data-base são os campi Areia, Pedras de Fogo e Avançado Soledade. Os quantitativos de acervo, as áreas físicas, os horários de funcionamento, a composição das equipes, os serviços ofertados e as demais informações por unidade encontram-se no Apêndice G – Sistema de Bibliotecas: Infraestrutura, Acervo e Gestão.

A síntese demonstra que o IFPB dispõe de uma rede de bibliotecas físicas implantadas na maior parte de suas unidades, complementada por recursos informacionais digitais de acesso institucional. Nos campi em que a biblioteca física ainda não se encontra implantada, a estrutura deverá ser desenvolvida de forma gradual, em consonância com a expansão da oferta acadêmica, o planejamento institucional, a disponibilidade orçamentária e os requisitos aplicáveis aos processos de avaliação e regulação.

8.3. Acessibilidade, Segurança, Sustentabilidade e Manutenção Predial

A infraestrutura física, acadêmica e tecnológica do IFPB deverá observar os princípios da acessibilidade, do desenho universal, da segurança, da sustentabilidade e da inclusão, assegurando condições de uso dos espaços, mobiliários, equipamentos, sistemas de comunicação e recursos educacionais por estudantes, servidores e usuários externos. As ações de acessibilidade deverão contemplar, quando aplicável, adequação de rotas acessíveis, sinalização, mobiliário, sanitários, ambientes de atendimento, tecnologias assistivas, recursos de comunicação, acessibilidade digital, apoio à Língua Brasileira de Sinais e atendimento prioritário, conforme a legislação e os normativos institucionais aplicáveis.

As adequações de acessibilidade, segurança e sustentabilidade deverão ser priorizadas a partir de diagnósticos técnicos, demandas dos campi, avaliações institucionais, relatórios de acessibilidade, exigências regulatórias, disponibilidade orçamentária e planejamento de obras, reformas e aquisições. A execução dessas ações deverá articular-se ao Plano Diretor de Logística Sustentável, ao Plano de Contratações Anual, aos projetos de engenharia, ao planejamento estratégico e ao processo de monitoramento do PDI.

O conteúdo deste documento também está disponível em versão web no endereço: pdi.ifpb.edu.br

Considerando a reorganização institucional decorrente da criação do Instituto Federal do Sertão Paraibano, as informações de infraestrutura apresentadas neste capítulo devem ser interpretadas segundo a configuração institucional e territorial considerada durante a elaboração deste PDI. A consolidação de dados patrimoniais, prediais, laboratoriais, bibliográficos e tecnológicos das unidades envolvidas no processo de transição deverá observar os atos normativos específicos, os instrumentos de inventário, os processos de transferência ou compartilhamento de bens e as definições de governança estabelecidas pelas instituições competentes.

8.4. Laboratórios

Esta seção apresenta o panorama, as diretrizes de expansão e a governança dos laboratórios de ensino, pesquisa e inovação do IFPB, estruturas fundamentais para a consolidação da formação prática e do desenvolvimento tecnológico no ciclo 2026-2030. Alinhados às exigências dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) e às normas de segurança e biossegurança, esses ambientes são projetados para conectar a teoria à prática profissional e à resolução de demandas reais da sociedade. As subseções a seguir detalham o mapeamento das instalações nos campi, as políticas de manutenção, atualização e aquisição de equipamentos e insumos, bem como as condições de acessibilidade e os mecanismos de gestão compartilhada que garantem a otimização e a sustentabilidade desses espaços em toda a rede multicampi.

8.2.1. Laboratórios e Instalações Acadêmicas

O Instituto Federal da Paraíba (IFPB) concebe a sua infraestrutura laboratorial como um ativo estratégico para a consolidação do tripé Ensino, Pesquisa e Extensão. Em conformidade com o Art. 21, inciso IX, alínea "b" do Decreto nº 9.235/2017, a instituição mantém um parque laboratorial diversificado, dimensionado para atender às especificidades pedagógicas de cada área do conhecimento e às exigências do mundo do trabalho.

8.2.2. Gestão e Correlação Pedagógica

Todos os laboratórios listados neste Plano foram projetados com foco na correlação pedagógica, assegurando que os recursos tecnológicos existentes suportem integralmente os perfis dos egressos definidos nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs).

A gestão destas unidades prioriza:

- **Multiusuabilidade:** Otimização dos espaços para atendimento a diversos cursos de eixos tecnológicos similares (ex: Informática, Edificações, Geologia).
- **Segurança e Acessibilidade:** Instalações que observam as Normas Regulamentadoras (NRs) e padrões de acessibilidade universal.
- **Apoio Técnico:** Presença de técnicos de laboratório qualificados para suporte às aulas práticas e projetos de pesquisa.

8.2.3. Inventário de Capacidade Instalada e Atendimento

O quadro em anexo consolida a infraestrutura disponível nos campi, identificando a capacidade física e os cursos diretamente beneficiados por cada unidade laboratorial.

8.2.4. Equipamentos e Recursos Tecnológicos

O parque tecnológico do IFPB é composto por equipamentos, recursos didáticos, sistemas e ambientes especializados adequados às especificidades dos eixos tecnológicos, cursos e projetos desenvolvidos nas unidades, observada a necessidade de atualização periódica, manutenção, substituição e expansão conforme a evolução científica, tecnológica e pedagógica. Dentre os recursos significativos, destacam-se:

- **Eixo Informação e Comunicação:** Estações de trabalho de alto desempenho, servidores de rede, kits de robótica e kits de Internet das Coisas (IoT).
- **Eixo Infraestrutura e Recursos Naturais:** Estações totais de topografia, drones para mapeamento geológico, microscópios ópticos binoculares e equipamentos de ensaios de materiais (prensas, balanças de precisão).
- **Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA):** Como inovação significativa, a instituição utiliza simuladores virtuais e laboratórios remotos que complementam a experiência prática física, especialmente nas modalidades de Educação a Distância e suporte ao ensino presencial.

8.2.5. Plano de Manutenção e Expansão

A atualização tecnológica e a aquisição de equipamentos deverão ser planejadas por meio do Plano de Contratações Anual, dos Estudos Técnicos Preliminares, dos Termos de Referência, dos projetos institucionais e dos instrumentos de planejamento orçamentário, observada a Lei nº 14.133/2021, a disponibilidade de recursos e a correlação pedagógica

com os cursos e programas previstos. A sustentabilidade da infraestrutura é garantida através de:

- Manutenção Contínua: Contratos sistêmicos e descentralizados para manutenção preventiva e corretiva de equipamentos e infraestrutura predial.
- Atualização Tecnológica: O cronograma de aquisições de novos equipamentos é balizado pelo Plano de Contratações Anual (PCA) , assegurando que as tecnologias "a serem adquiridas" (conforme previsão do Decreto 9.235/2017) estejam alinhadas à evolução científica e à disponibilidade orçamentária anual do IFPB.
- Expansão: Novos laboratórios são planejados no âmbito da expansão da oferta de cursos, vinculados diretamente à aprovação orçamentária e aos indicadores de qualidade do Ministério da Educação.

8.5. Sede, cursos e polos de educação a distância

A infraestrutura para educação a distância no IFPB compreende os ambientes virtuais de aprendizagem, sistemas acadêmicos, recursos tecnológicos, suporte técnico-pedagógico, bibliotecas digitais, produção ou contratação de materiais didáticos, acessibilidade digital, estruturas de acompanhamento acadêmico e, quando aplicável, polos e ambientes presenciais de apoio. A organização dessa infraestrutura deve observar os Projetos Pedagógicos de Curso, os atos regulatórios, os normativos institucionais, os instrumentos de avaliação externa e as regras específicas aplicáveis à oferta de cursos ou componentes curriculares na modalidade a distância.

A sede institucional, enquanto instância responsável pela política acadêmica e administrativa da instituição, atua de forma articulada com os campi, a Diretoria de Educação a Distância e as unidades ofertantes, assegurando condições de gestão, acompanhamento, suporte e avaliação das ofertas. As responsabilidades específicas de infraestrutura física, tecnológica e de pessoal dos campi, polos e cursos devem ser definidas nos PPCs, regulamentos, termos de pactuação, projetos institucionais ou instrumentos próprios, considerando a natureza da oferta, o número de estudantes, a modalidade, os recursos disponíveis e as exigências regulatórias.

A relação dos polos de educação a distância considerados para a vigência deste PDI, os cursos a eles associados e as movimentações previstas encontram-se consolidados no Apêndice F. A manutenção, ativação ou ampliação da oferta em cada polo estará

condicionada aos atos regulatórios aplicáveis, à disponibilidade de infraestrutura física e tecnológica, à composição das equipes e à capacidade efetiva de atendimento.

A infraestrutura atual da Diretoria de Educação a Distância e demais informações operacionais poderão ser disponibilizadas em ambiente eletrônico institucional, mantendo-se neste PDI as diretrizes gerais, os critérios de capacidade e os parâmetros de planejamento necessários à oferta com qualidade, acessibilidade, segurança da informação e sustentabilidade.

8.5.1. Capacidade de atendimento do público-alvo.

Do ponto de vista estritamente tecnológico, considerando a capacidade dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem e a média atual de uso, a infraestrutura disponível indica potencial para suportar quantitativos elevados de usuários, disciplinas e cursos. Essa capacidade, contudo, não deve ser interpretada isoladamente como capacidade plena de oferta acadêmica, pois a expansão da EaD depende também de equipe docente e técnico-administrativa, suporte tecnológico, produção ou contratação de material didático, acessibilidade, bibliotecas digitais, orçamento, infraestrutura dos campi e polos e mecanismos de acompanhamento pedagógico.

Assim, a ampliação da oferta EaD deverá ser precedida de avaliação integrada de capacidade acadêmica, tecnológica, orçamentária e administrativa, articulada ao planejamento da oferta acadêmica, ao dimensionamento da força de trabalho, à infraestrutura dos campi e aos instrumentos de monitoramento do PDI.

As informações sistematizadas sobre a infraestrutura laboratorial existente no IFPB encontram-se disponíveis em formato eletrônico por meio do Painel de Infraestrutura Laboratorial, acessível em <https://pdi.ifpb.edu.br/apendices/apendice-h>, e integram formalmente este documento por meio do Apêndice H – Levantamento da Infraestrutura Laboratorial por Campus. O painel digital e o referido apêndice apresentam o mesmo conjunto de informações, contemplando os ambientes destinados às atividades de ensino, pesquisa, extensão, inovação e desenvolvimento tecnológico. As informações permitem visualizar a capacidade instalada da Instituição, identificar as áreas de especialização dos campi e subsidiar análises voltadas à expansão da oferta educacional, à qualificação das atividades práticas e ao fortalecimento da pesquisa aplicada, da inovação e do desenvolvimento tecnológico.

9. Demonstrativo de Capacidade e Sustentabilidade Financeira

O demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeira do Instituto Federal da Paraíba apresenta as condições orçamentárias, financeiras e institucionais que sustentam o funcionamento da Instituição e a implementação das prioridades estabelecidas neste Plano de Desenvolvimento Institucional.

Por sua natureza de autarquia federal, o IFPB tem seu financiamento definido no âmbito do processo orçamentário da União. A disponibilidade de recursos em cada exercício decorre das dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual, das alterações promovidas ao longo de sua execução e, complementarmente, de descentralizações, emendas parlamentares e outros instrumentos admitidos pela legislação.

Nesse contexto, a sustentabilidade financeira institucional não se caracteriza pela garantia prévia de valores para todo o período de vigência do PDI, mas pela capacidade de planejar, priorizar, executar e monitorar os recursos disponibilizados em cada exercício, preservando a continuidade das atividades acadêmicas e administrativas e promovendo, conforme as condições efetivamente existentes, a implementação dos objetivos estratégicos.

A análise apresentada considera a evolução recente do orçamento institucional, a composição das despesas, as características da execução orçamentária e os principais condicionantes financeiros do ciclo 2026–2030. Os dados históricos refletem a configuração do IFPB vigente em cada exercício e deverão ser interpretados considerando o processo de reorganização institucional decorrente da criação do Instituto Federal do Sertão Paraibano.

9.1 Governança da gestão orçamentária e financeira

A governança orçamentária e financeira do IFPB é exercida de forma sistêmica, com participação dos órgãos executivos, das unidades institucionais e das instâncias colegiadas competentes.

À Pró-Reitoria de Administração e Finanças compete planejar, coordenar e executar as políticas de administração e finanças, coordenar a gestão administrativa, orçamentária e financeira e apresentar, anualmente, a proposta de orçamento institucional às instâncias

competentes. A Diretoria de Orçamento atua tecnicamente nos processos de elaboração, distribuição, acompanhamento e avaliação da execução orçamentária.

O Conselho de Planejamento, Administração e Finanças participa da construção da matriz orçamentária, aprecia matérias de planejamento e orçamento e se manifesta sobre a distribuição de recursos e sobre o PDI no âmbito de sua competência. O Colégio de Dirigentes aprecia a proposta orçamentária anual e formula recomendações ao Conselho Superior, ao qual compete deliberar sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional e o orçamento anual do IFPB.

A integração entre planejamento institucional e orçamento ocorre em articulação com a Diretoria de Planejamento, Desenvolvimento Institucional e Interiorização, responsável pela coordenação dos processos de elaboração, monitoramento e revisão do PDI. Os campi e as demais unidades participam do levantamento das necessidades, da elaboração dos planejamentos anuais e da execução dos recursos sob sua responsabilidade, observadas as competências institucionais e a disponibilidade orçamentária.

Essa estrutura permite que as prioridades do PDI sejam consideradas nos processos anuais de programação e distribuição orçamentária, sem prejuízo das despesas obrigatórias, dos compromissos contratuais e das necessidades indispensáveis à continuidade dos serviços públicos.

9.2 Condicionantes e metodologia do demonstrativo

A programação orçamentária das instituições federais de ensino é definida anualmente no âmbito do processo de elaboração e aprovação do orçamento da União. As dotações inicialmente consignadas podem ser modificadas ao longo do exercício por créditos adicionais, remanejamentos, bloqueios, contingenciamentos e descentralizações de recursos.

Por essa razão, o presente demonstrativo não estabelece valores nominais como recursos garantidos para cada exercício de 2026 a 2030. A capacidade financeira institucional é analisada com base na execução histórica, na estrutura de financiamento do IFPB, nos mecanismos de governança e nos procedimentos que serão utilizados para compatibilizar anualmente as prioridades do PDI com os recursos efetivamente autorizados.

A série histórica compreende os exercícios de 2020 a 2025 e utiliza dados extraídos do Tesouro Gerencial pela Diretoria de Orçamento da Pró-Reitoria de Administração e

Finanças. Os valores estão expressos em termos nominais e, portanto, não representam necessariamente variações reais do poder de financiamento institucional. A comparação entre os exercícios também deve considerar os efeitos do período pandêmico, as alterações promovidas na estrutura programática do orçamento federal e as mudanças na configuração institucional do IFPB.

Para os fins deste capítulo, a dotação atualizada corresponde ao total de créditos orçamentários disponíveis após as alterações realizadas no exercício; a despesa empenhada representa o compromisso orçamentário assumido; a despesa liquidada corresponde à verificação do direito do credor; a despesa paga corresponde à obrigação efetivamente quitada; e os restos a pagar compreendem as despesas empenhadas e não pagas até o encerramento do exercício.

Durante a vigência do PDI, a programação orçamentária e financeira será atualizada em cada exercício, com base na LOA, nas alterações orçamentárias, nas prioridades institucionais e nas condições efetivas de execução. Mudanças relevantes serão incorporadas aos processos de monitoramento e revisão do Plano.

9.3 Evolução e composição da capacidade orçamentária

Esta seção apresenta a capacidade orçamentária e financeira historicamente observada no IFPB no período de 2020 a 2025. A análise considera a evolução da dotação atualizada, a composição das despesas pagas, as características da execução orçamentária, a gestão dos restos a pagar e a mobilização de recursos complementares, com o objetivo de identificar elementos relevantes para o planejamento financeiro do ciclo 2026–2030.

9.3.1 Evolução da dotação orçamentária

A Figura 9.1 apresenta a evolução nominal da dotação orçamentária atualizada do IFPB entre 2020 e 2025. O total passou de aproximadamente R\$ 599,8 milhões para R\$ 913,5 milhões no período.

Esse crescimento indica ampliação nominal do volume de créditos administrados pela Instituição, mas não deve ser interpretado, isoladamente, como aumento equivalente da capacidade discricionária ou de investimento. A evolução inclui despesas obrigatórias, alterações orçamentárias ocorridas durante os exercícios e efeitos da variação dos preços. A análise da sustentabilidade institucional depende, portanto, da composição das despesas

e da parcela efetivamente disponível para manutenção, assistência estudantil e investimentos.

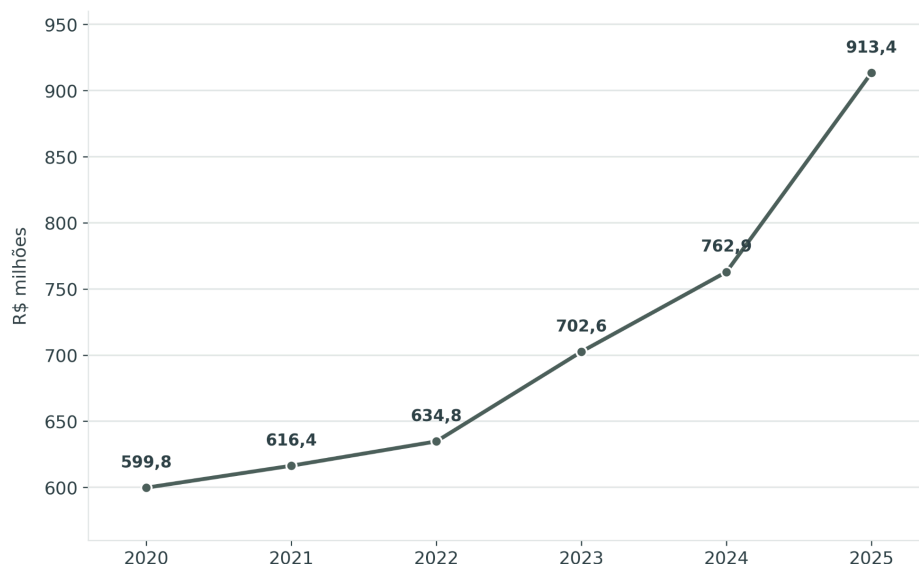


Figura 9.1 – Evolução da dotação orçamentária atualizada do IFPB, 2020–2025.

Fonte: Tesouro Gerencial. Extração: Diretoria de Orçamento/PRAE. Dados referentes ao exercício de 2025. Extração realizada em março de 2026.

Em 2025, a dotação inicialmente consignada ao IFPB foi modificada ao longo do exercício por acréscimos, cancelamentos e remanejamentos, resultando em dotação atualizada de aproximadamente R\$ 913,5 milhões. Essa movimentação exemplifica o caráter dinâmico da programação orçamentária e a necessidade de acompanhamento e reprogramação ao longo de cada exercício.

A estrutura programática do orçamento federal também foi alterada durante a série histórica analisada, inclusive com a substituição, a partir de 2024, do programa anteriormente associado à educação profissional e tecnológica. Por esse motivo, os programas orçamentários são utilizados como referência de classificação governamental, mas não como indicador direto da prioridade atribuída às atividades finalísticas do IFPB.

9.3.2 Composição das despesas pagas

A Tabela 9.1 apresenta a composição das despesas pagas do IFPB nos exercícios inicial e final da série histórica analisada.

Tabela 9.1 – Composição das despesas pagas do IFPB nos exercícios de 2020 e 2025.

Grupo de despesa	2020		2025	
	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%
Pessoal e encargos sociais	455,7	87,45	638,1	83,03
Outras despesas correntes	63,7	12,22	122,6	15,96
Investimentos	1,7	0,33	7,8	1,01
Total	521,1	100,00	768,5	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial, extração realizada pela Diretoria de Orçamento/PRAF.
Dados referentes ao exercício de 2025. Extração realizada em março de 2026.

A composição das despesas pagas evidencia a predominância de pessoal e encargos sociais, característica compatível com a natureza intensiva em trabalho das instituições federais de ensino. Em 2025, esse grupo representou 83,03% do total pago, enquanto as outras despesas correntes corresponderam a 15,96% e os investimentos a 1,01%.

Essa estrutura reduz a flexibilidade de realocação de recursos no curto prazo e reforça a necessidade de planejamento das despesas de funcionamento, dos contratos continuados e dos investimentos. A participação dos investimentos nas despesas pagas deve ser interpretada com cautela, uma vez que despesas de capital podem ser empenhadas em determinado exercício e liquidadas ou pagas posteriormente, especialmente no caso de obras, equipamentos e contratações de maior complexidade.

Para o ciclo 2026–2030, a sustentabilidade financeira dependerá da preservação das despesas essenciais, da qualificação do planejamento das contratações e da priorização dos investimentos de acordo com sua aderência aos objetivos estratégicos e com a capacidade de execução das unidades.

9.3.3 Dinâmica da execução orçamentária

A execução das despesas do IFPB ocorre por meio das ações orçamentárias estabelecidas no orçamento federal, abrangendo pessoal, funcionamento institucional, assistência estudantil, capacitação, ensino, pesquisa, extensão, inovação e investimentos em infraestrutura.

Os estágios de execução variam conforme a natureza dos objetos. Despesas continuadas tendem a apresentar liquidação e pagamento no próprio exercício, enquanto obras, aquisições e projetos de maior duração podem ultrapassar o exercício financeiro e resultar em inscrição de despesas em restos a pagar.

O detalhamento anual da execução por ação orçamentária é apresentado nos instrumentos de prestação de contas e transparência institucional. No âmbito do PDI, o acompanhamento deverá concentrar-se na compatibilidade entre a alocação dos recursos, as prioridades estratégicas, os resultados pretendidos e a capacidade de execução.

9.3.4 Gestão dos restos a pagar

A gestão dos restos a pagar constitui dimensão relevante do acompanhamento orçamentário e financeiro, pois permite verificar a continuidade da execução de despesas empenhadas em exercícios anteriores, a conclusão dos objetos contratados e a permanência das condições que justificaram sua inscrição.

Tabela 9.2 – Situação dos restos a pagar do IFPB em 31 de dezembro de 2025, por ano de inscrição.

Ano	Restos a pagar processados			Restos a pagar não processados		
	Pago	Cancelado	Saldo	Pago	Cancelado	Saldo
2021	99,11%	0,24%	0,65%	48,24%	11,55%	40,21%
2022	99,38%	0,09%	0,52%	59,44%	3,95%	36,60%
2023	99,60%	0,09%	0,31%	71,61%	1,24%	27,15%
2024	99,53%	0,10%	0,37%	70,62%	1,35%	28,03%
2025	99,85%	0,04%	0,11%	72,33%	4,34%	23,32%

Fonte: Tesouro Gerencial, extração realizada pela Diretoria de Orçamento/PRAF.
Dados referentes ao exercício de 2025. Extração realizada em março de 2026.

Nota: os percentuais apresentam a situação, em 31 de dezembro de 2025, dos restos a pagar inscritos em cada exercício. Os dados não constituem série histórica anual de desempenho.

Os restos a pagar correspondem a despesas empenhadas cuja liquidação ou pagamento não foi concluído até o encerramento do exercício. Seu acompanhamento é necessário para assegurar a continuidade dos objetos contratados, avaliar a permanência das condições de execução e evitar a manutenção de saldos sem perspectiva de realização.

Na data de posição considerada, os restos a pagar processados apresentavam percentuais elevados de pagamento e saldos residuais reduzidos, indicando regularidade na quitação de obrigações já liquidadas. Nos restos a pagar não processados, os saldos remanescentes eram mais representativos, especialmente entre as inscrições mais antigas, o que reforça a necessidade de acompanhamento físico, contratual e financeiro.

A permanência de restos a pagar não processados não caracteriza, isoladamente, insuficiência de gestão, pois pode decorrer da duração de obras, aquisições e outros contratos cuja execução ultrapassa o exercício financeiro. Entretanto, saldos antigos exigem

avaliação periódica quanto à vigência dos instrumentos, à manutenção do interesse público e à viabilidade de conclusão dos objetos.

Durante o ciclo 2026–2030, o IFPB deverá fortalecer o acompanhamento dos restos a pagar, priorizando a conclusão dos objetos em execução, a análise dos saldos antigos e o cancelamento tempestivo daqueles que não mantenham as condições legais ou operacionais para sua realização.

9.3.5 Mobilização de recursos orçamentários complementares

Além das dotações consignadas diretamente em seu orçamento, o IFPB executa recursos descentralizados ou destinados por instrumentos específicos, como Termos de Execução Descentralizada e emendas parlamentares. Esses recursos ampliam a capacidade de realizar projetos, adquirir equipamentos e executar investimentos vinculados a objetos definidos.

Em 2025, os recursos complementares considerados totalizaram aproximadamente R\$ 44,4 milhões. Os Termos de Execução Descentralizada representaram a principal fonte, seguidos pelas emendas de bancada e pelas emendas individuais, demonstrando a capacidade institucional de executar recursos vinculados a projetos e objetos específicos.

Tabela 9.3 – Recursos orçamentários complementares executados pelo IFPB em 2025.

Fonte	Valor empenhado (R\$)	Principais Destinações
TEDs	29.100.914,19	Projetos de ensino e extensão, obras e equipamentos.
Emendas Individuais	1.250.000,00	Projetos e despesas vinculados aos objetos das emendas, incluindo ações de pesquisa, extensão, funcionamento e aquisição de materiais.
Emendas de Bancada	14.033.418,14	Equipamentos e materiais permanentes para as áreas administrativas e acadêmicas.

Fonte: Tesouro Gerencial, extração realizada pela Diretoria de Orçamento/PRAF.
Dados referentes ao exercício de 2025. Extração realizada em março de 2026.

Por não possuírem caráter permanente ou garantia de recorrência, esses recursos não devem financiar, como regra, a expansão continuada de despesas de funcionamento sem previsão de cobertura futura. Sua mobilização deverá priorizar projetos alinhados ao PDI, com objetos definidos, capacidade de execução demonstrada e avaliação prévia das despesas futuras de manutenção eventualmente geradas.

9.4 Planejamento financeiro para o ciclo 2026–2030

A implementação deste PDI será compatibilizada, em cada exercício, com os recursos autorizados na Lei Orçamentária Anual e com as alterações realizadas durante sua execução. O planejamento plurianual estabelece as prioridades institucionais, enquanto a programação anual definirá os valores, os cronogramas e as unidades responsáveis pela execução.

A alocação de recursos observará, de forma integrada:

- I. as despesas obrigatórias e os compromissos legais da Instituição;
- II. a continuidade dos serviços e dos contratos essenciais;
- III. a manutenção da infraestrutura e da capacidade instalada;
- IV. a assistência estudantil e as condições necessárias à permanência e ao êxito dos estudantes;
- V. as iniciativas, metas e resultados previstos no planejamento estratégico;
- VI. a capacidade técnica e operacional das unidades para executar os recursos;
- VII. os riscos orçamentários, financeiros e contratuais; e
- VIII. as oportunidades de obtenção de recursos complementares.

As iniciativas do PDI que demandem recursos deverão ser incorporadas aos instrumentos anuais de planejamento, acompanhadas, quando aplicável, de estimativa de custos, identificação da fonte orçamentária, cronograma de execução e análise dos impactos futuros de manutenção.

A compatibilização entre o planejamento estratégico e a programação orçamentária permitirá que as prioridades institucionais sejam implementadas de forma gradual, observadas a disponibilidade de recursos, a capacidade operacional das unidades e os critérios de priorização definidos pela Instituição. Dessa forma, a inexistência de previsão nominal plurianual não impede a execução do PDI, mas exige atualização permanente do planejamento financeiro ao longo de sua vigência.

Os investimentos serão priorizados segundo critérios institucionais, considerando sua aderência aos objetivos estratégicos, a necessidade de preservação da infraestrutura existente, o atendimento às exigências legais e de acessibilidade, o impacto acadêmico e social, a capacidade de execução e a disponibilidade orçamentária.

Para fins de programação e acompanhamento, as iniciativas que demandem recursos serão classificadas, quando aplicável, como:

- I. financiadas pelas dotações regularmente consignadas ao IFPB;
- II. condicionadas à priorização na programação anual;
- III. dependentes de recursos complementares; ou
- IV. sujeitas à revisão em razão de mudanças orçamentárias ou institucionais.

A execução orçamentária e financeira associada às iniciativas será acompanhada periodicamente pela PRAF e pelas unidades responsáveis, em articulação com a DPI, de modo a subsidiar a reprogramação de recursos, a revisão de cronogramas e a atualização das prioridades. Os resultados serão considerados nos processos de monitoramento e revisão do PDI previstos no Capítulo 11.

9.5 Condicionantes, riscos e respostas institucionais

A sustentabilidade financeira do IFPB está sujeita a condicionantes externas, relacionadas ao processo orçamentário e à política fiscal da União, e a condicionantes internos, associados à estrutura de despesas, à configuração multicampi, aos compromissos institucionais e à capacidade de planejamento e execução.

A identificação desses fatores permite antecipar efeitos potenciais sobre as iniciativas do PDI e definir respostas voltadas à preservação dos serviços essenciais, à reprogramação das prioridades e à melhoria da capacidade de execução.

Entre os principais fatores externos destacam-se a definição anual das dotações orçamentárias pela Lei Orçamentária Anual, a possibilidade de contingenciamentos e bloqueios, as alterações na política fiscal da União, a evolução dos custos de manutenção da infraestrutura pública e a disponibilidade de recursos descentralizados por outros órgãos da Administração Pública Federal.

Tabela 9.4 – Condicionantes financeiros e respostas institucionais para 2026–2030.

Condicionante	Efeito potencial	Resposta institucional
Limitação da previsibilidade plurianual das dotações	Necessidade de revisar valores, cronogramas e prioridades	Compatibilização anual do PDI com a LOA e revisão periódica da programação
Elevada participação das despesas com pessoal e dos compromissos essenciais	Menor flexibilidade para novos investimentos	Priorização, análise de custos e racionalização das despesas de funcionamento

Contingenciamentos, bloqueios ou alterações orçamentárias	Postergação ou reprogramação de iniciativas	Definição de níveis de prioridade e planos de reprogramação
Crescimento dos custos de funcionamento	Pressão sobre a manutenção da capacidade instalada	Monitoramento de contratos, planejamento das contratações e adoção de medidas de eficiência e racionalização
Investimentos de execução plurianual	Formação de restos a pagar e riscos de atraso	Planejamento prévio, avaliação da capacidade de execução e acompanhamento físico-financeiro
Não recorrência de TEDs e emendas	Limitação da continuidade ou da ampliação de iniciativas dependentes desses recursos	Destinação preferencial a objetos específicos, com avaliação dos custos futuros e das condições de continuidade
Estrutura multicampi	Diversidade de necessidades e custos entre unidades	Critérios transparentes e equitativos de distribuição orçamentária
Reorganização decorrente do IF Sertão Paraibano	Alterações em patrimônio, contratos, pessoal e limites orçamentários	Planejamento da transição e atualização dos instrumentos institucionais

Fonte: Elaboração institucional, com base no processo de construção do PDI 2026–2030.

9.6 Diretrizes para a sustentabilidade financeira

Durante a vigência deste PDI, a gestão orçamentária e financeira do IFPB observará as seguintes diretrizes:

- I. integrar o planejamento orçamentário às prioridades, iniciativas e metas do planejamento estratégico;
- II. priorizar a continuidade dos serviços essenciais e a manutenção da capacidade institucional, observadas as disponibilidades orçamentária e financeira;
- III. adotar critérios transparentes, participativos e equitativos para a priorização e a distribuição dos recursos;
- IV. aperfeiçoar o planejamento das contratações, dos investimentos e da execução dos recursos, considerando custos, riscos, capacidade operacional e impactos futuros de manutenção;
- V. fortalecer o monitoramento da execução orçamentária e financeira, dos contratos e dos restos a pagar, promovendo reprogramações e medidas corretivas quando necessárias; e
- VI. fortalecer a capacidade de mobilização e execução de recursos complementares destinados a projetos alinhados às prioridades institucionais.

Essas diretrizes serão implementadas de forma articulada pela Reitoria, pela PRAF, pela DPI, pelos campi e pelas demais unidades competentes, observadas as atribuições definidas nos normativos institucionais.

O conteúdo deste documento também está disponível em versão web no endereço: pdi.ifpb.edu.br

9.7 Síntese da capacidade e sustentabilidade financeira

A análise histórica evidencia que o IFPB dispõe de estrutura institucional, experiência de execução e mecanismos de governança que oferecem base para a continuidade de suas atividades e para a implementação das prioridades previstas neste PDI.

A sustentabilidade financeira para o período de 2026 a 2030 estará condicionada às dotações autorizadas pela União, às alterações promovidas em cada exercício e aos efeitos da reorganização institucional em curso. Por essa razão, a execução do Plano será realizada por meio da compatibilização anual entre prioridades estratégicas, recursos disponíveis, capacidade operacional e riscos identificados.

O acompanhamento sistemático da execução, a qualificação dos processos de priorização, a gestão dos contratos e dos restos a pagar e a mobilização responsável de recursos complementares constituirão os principais mecanismos para preservar a capacidade institucional e ampliar, quando possível, a capacidade de implementação das iniciativas e de alcance dos objetivos estratégicos.

10. Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico do IFPB para o ciclo 2026–2030 traduz a missão, a visão, os valores e as diretrizes institucionais em objetivos estratégicos, iniciativas, indicadores e metas voltados à geração de valor público, ao fortalecimento da educação profissional, científica e tecnológica e ao desenvolvimento sustentável dos territórios de atuação da instituição.

Sua formulação articula a identidade institucional apresentada no Perfil Institucional, as diretrizes acadêmicas do Projeto Pedagógico Institucional, a organização da oferta acadêmica, o perfil da força de trabalho, os resultados da avaliação institucional, a infraestrutura física e tecnológica e a capacidade orçamentária e financeira do IFPB. Essa integração busca assegurar coerência entre estratégia, execução, monitoramento e revisão do Plano.

Considerando a reorganização institucional decorrente da criação do Instituto Federal do Sertão Paraibano, os objetivos, iniciativas, indicadores e metas foram definidos com base na configuração institucional considerada durante a elaboração deste PDI. Eventuais alterações relevantes na composição de unidades, oferta acadêmica, força de trabalho, infraestrutura ou orçamento deverão ser tratadas por meio do processo formal de monitoramento, controle e revisão previsto neste documento.

A arquitetura estratégica do PDI 2026–2030 está organizada em quatro componentes complementares: o Mapa Estratégico, que sintetiza os eixos e objetivos institucionais; o quadro de alinhamento estratégico, que evidencia a correlação dos objetivos com os ODS e referenciais de governança e gestão; as Matrizes Estratégicas dos Eixos Temáticos, que detalham objetivos, iniciativas, indicadores, metas e responsáveis; e o painel eletrônico do PDI, que funciona como instrumento complementar de consulta, transparência ativa e acompanhamento público das informações.

As seções a seguir apresentam o mapa estratégico da instituição, o alinhamento dos objetivos aos referenciais de desenvolvimento sustentável, governança e gestão, e as matrizes estratégicas que orientarão o monitoramento e a avaliação dos resultados alcançados pelo Instituto.

10.1. Mapa Estratégico

O Mapa Estratégico do Instituto Federal da Paraíba sintetiza a estratégia institucional para o período 2026–2030, traduzindo a missão, a visão e as diretrizes institucionais em objetivos estratégicos inter-relacionados. Sua representação gráfica evidencia a lógica de atuação do Instituto e orienta a implementação, o monitoramento e a avaliação das ações voltadas ao alcance dos resultados previstos neste Plano de Desenvolvimento Institucional.

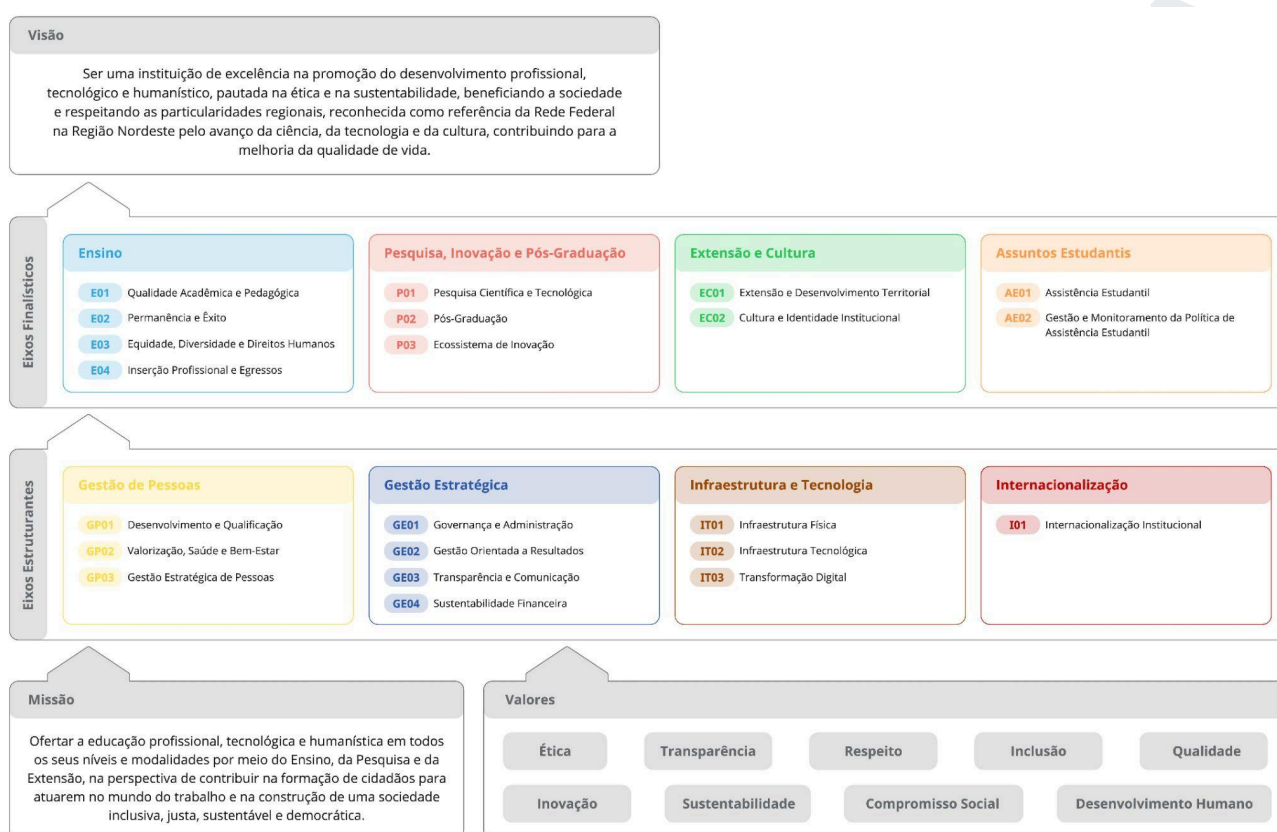


Figura 10.1 – Mapa Estratégico do Instituto Federal da Paraíba para o ciclo 2026–2030.

Fonte: elaboração institucional, com base no processo de construção do PDI 2026–2030. **Data-base:** junho/2026.

O mapa estratégico organiza a atuação institucional em oito eixos temáticos: Ensino; Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação; Extensão e Cultura; Assuntos Estudantis; Gestão de Pessoas; Gestão Estratégica; Infraestrutura e Tecnologia; e Internacionalização. Esses eixos estruturam os objetivos estratégicos do PDI e orientam a formulação das iniciativas, indicadores e metas detalhados nas matrizes estratégicas.

10.2. Alinhamento Estratégico Institucional

A estratégia institucional definida neste Plano de Desenvolvimento Institucional foi construída em consonância com referenciais relacionados ao desenvolvimento sustentável, à governança pública e à gestão orientada a resultados. Esse alinhamento busca assegurar que os objetivos estratégicos do IFPB contribuam para o enfrentamento de desafios sociais relevantes, para o fortalecimento da administração pública e para a geração de valor à sociedade.

Nesse contexto, os objetivos estratégicos foram correlacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas, evidenciando a contribuição institucional para temas como educação de qualidade, inovação, inclusão social, redução das desigualdades, trabalho decente, fortalecimento das instituições públicas e desenvolvimento sustentável.

Além disso, os objetivos foram relacionados aos referenciais de governança e gestão utilizados na Administração Pública Federal, especialmente às dimensões observadas pelos instrumentos de avaliação do Tribunal de Contas da União (TCU) e aos índices de governança aplicáveis às instituições públicas federais. Essa correlação permite demonstrar como as prioridades institucionais contribuem para o fortalecimento da governança, da gestão estratégica, da transformação digital, da gestão de pessoas, da sustentabilidade institucional e da geração de valor público.

A Tabela 10.1 apresenta a correlação entre os objetivos estratégicos do PDI 2026–2030, os ODS associados e os referenciais de governança e gestão utilizados como apoio à construção e ao monitoramento da estratégia institucional. A correlação é realizada em nível de objetivo estratégico, com finalidade orientativa, não representando vinculação direta de cada indicador ou meta às metas específicas da Agenda 2030. As siglas dos objetivos correspondem aos objetivos estratégicos apresentados no Mapa Estratégico e detalhados nas Matrizes Estratégicas dos Eixos Temáticos.

Tabela 10.1 – Relação entre os eixos institucionais, as siglas dos objetivos estratégicos, os ODS associados e os respectivos referenciais de governança e gestão.

Eixo	OE	ODS	Referencial de Governança e Gestão
Assuntos Estudantis	AE01	ODS 4, ODS 10	GVP
	AE02	ODS 16, ODS 8	Monitoramento e Controles Internos
Ensino	E01	ODS 4	GVP / GEST

	E02	ODS 4, ODS 10	GVP / iGestGestão
	E03	ODS 4, ODS 10	GVP / iGestGestão
	E04	ODS 8, ODS 4	GVP / iGestGestão
Extensão e Cultura	EC01	ODS 4, ODS 9, ODS 11	GVP
	EC02	ODS 10, ODS 11	Responsabilidade Social
Gestão Estratégica	GE01	ODS 16, ODS 12	iGovPub / iGestGestão
	GE02	ODS 16	iGestGestão / iGovPub
	GE03	ODS 16	iGovPub
	GE04	ODS 16, ODS 17	iGovPub
Gestão de Pessoas	GP01	ODS 4, ODS 8	iGPE
	GP02	ODS 3, ODS 8	iGPE
	GP03	ODS 16	iGPE / iGestGestão
Infraestrutura e Tecnologia	IT01	ODS 9, ODS 11, ODS 12	iGovTI / iGovContrat
	IT02	ODS 9, ODS 16	iGovTI
	IT03	ODS 9, ODS 16	iGovTI / iGovPub
Internacionalização	I01	ODS 4, ODS 17	iGestGestão / iGovPub
Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação	P01	ODS 9, ODS 4	GVP / GEST
	P02	ODS 4, ODS 8	GVP / GEST
	P03	ODS 9, ODS 8	GVP / iGestGestão

Fonte: elaboração institucional, com base no processo de construção do PDI 2026–2030. **Data-base:** junho/2026.

Nota: Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) referem-se às metas globais estabelecidas pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). A associação aos ODS possui caráter de alinhamento temático e contribuição institucional indireta, não configurando adoção automática das metas globais da Agenda 2030 como metas próprias do PDI. Para fins da Tabela 10.1, GVP refere-se à geração de valor público; GEST, à gestão estratégica; iGestGestão, à dimensão de gestão dos instrumentos de governança e gestão aplicáveis à administração pública; iGovPub, à governança pública; iGPE, à gestão de pessoas; iGovTI, à governança de tecnologia da informação; e iGovContrat, à governança e gestão de contratações, conforme terminologia adotada nos instrumentos de avaliação de governança e gestão aplicáveis às organizações públicas federais. As siglas foram utilizadas como referenciais orientativos de alinhamento e não substituem os indicadores e metas definidos nas matrizes estratégicas.

10.3. Matrizes Estratégicas dos Eixos Temáticos

As Matrizes Estratégicas dos Eixos Temáticos representam o desdobramento da estratégia institucional definida para o período de vigência do Plano de Desenvolvimento Institucional 2026–2030. Organizadas por eixo temático, elas consolidam os objetivos estratégicos, as

iniciativas prioritárias, os indicadores de desempenho e as metas institucionais que orientarão a atuação do IFPB ao longo dos próximos anos.

Elaboradas de forma colaborativa pelos grupos de trabalho e pelas áreas responsáveis por cada temática, as matrizes traduzem os direcionamentos estratégicos da instituição em elementos passíveis de monitoramento e avaliação, constituindo a principal referência para o acompanhamento da execução do PDI e para a tomada de decisões orientada a resultados.

A Tabela 10.2 apresenta uma visão sintética da distribuição dos objetivos, iniciativas e indicadores estratégicos entre os oito eixos temáticos do PDI. O detalhamento das iniciativas, dos indicadores, das linhas de base, das metas anuais e acumuladas e das unidades responsáveis integra o Apêndice I – Matrizes Estratégicas dos Eixos Temáticos do PDI 2026–2030.

Tabela 10.2 – Síntese das Matrizes Estratégicas do PDI 2026–2030

Eixo temático	Objetivos	Iniciativas	Indicadores	Unidade Responsável
Assuntos Estudantis	2	10	11	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
Ensino	4	11	11	Pró-Reitoria de Ensino
Extensão e Cultura	2	7	7	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
Gestão Estratégica	4	13	13	Diretoria de Planejamento, Desenvolvimento Institucional e Interiorização
Gestão de Pessoas	3	9	11	Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas
Infraestrutura e Tecnologia	3	6	6	Pró-Reitoria de Administração e Finanças
Internacionalização	1	6	6	Assessoria de Relações Internacionais
Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação	3	13	15	Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação
Total	22	75	80	-

Fonte: elaboração institucional.

A versão consolidada das Matrizes Estratégicas dos Eixos Temáticos integra este PDI como o Apêndice I – Matrizes Estratégicas dos Eixos Temáticos do PDI 2026–2030. Para assegurar clareza, legibilidade e rastreabilidade, o apêndice está organizado por eixo temático e por objetivo estratégico, apresentando separadamente a arquitetura da estratégia, a metodologia de mensuração dos indicadores e a trajetória de metas.

Essa organização preserva a vinculação entre objetivos, iniciativas, indicadores, metas e unidades responsáveis, ao mesmo tempo que evita a concentração de todos os elementos em uma única matriz horizontal. As informações consolidadas no apêndice constituem a referência formal para o monitoramento, a avaliação e a revisão da estratégia institucional.

Em razão da extensão e do nível de detalhamento das informações, a matriz estratégica também será disponibilizada em ambiente eletrônico específico (pdi.ifpb.edu.br/#matriz), permitindo consulta dinâmica, visualização segmentada e acompanhamento público dos objetivos, iniciativas, indicadores e metas institucionais. A versão eletrônica possui caráter complementar e deverá manter correspondência com a versão formalmente aprovada, observando controle de versão, data-base e registro das alterações realizadas no processo de monitoramento e revisão do Plano.

A Figura 10.2 ilustra a interface de consulta pública das matrizes estratégicas no painel eletrônico do PDI, permitindo filtragem e visualização segmentada dos objetivos, iniciativas, indicadores e metas.



Figura 10.2 – Ambiente eletrônico com o conteúdo do PDI 2026–2030 (Instituto Federal da Paraíba).

Fonte: elaboração institucional, com base no processo de construção do PDI 2026–2030.

Data-base: junho/2026.

10.4. Indicadores Complementares de Gestão, Avaliação e Prestação de Contas

Além dos indicadores estratégicos definidos nas Matrizes Estratégicas dos Eixos Temáticos, o IFPB acompanha indicadores oficiais e gerenciais que subsidiam a gestão institucional, a avaliação do desempenho, a prestação de contas e o alinhamento com políticas públicas nacionais.

Entre esses, destacam-se os indicadores relacionados ao Plano Nacional de Educação (PNE), utilizados para o acompanhamento das metas nacionais da educação; os indicadores da Plataforma Nilo Peçanha (PNP), que consolidam as estatísticas oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; os indicadores estratégicos e operacionais acompanhados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC), por meio do Sistema Monitor, instituído pela Portaria SETEC nº 299, de 2022; e os indicadores de gestão da Rede Federal utilizados pelo Tribunal de Contas da União (TCU), destinados à avaliação do desempenho das instituições quanto aos aspectos de eficiência, eficácia, efetividade e economicidade. Esses indicadores complementares são acompanhados diretamente nos respectivos sistemas, plataformas, painéis e relatórios oficiais que os consolidam e disponibilizam, observadas as metodologias e periodicidades definidas pelos órgãos responsáveis.

Complementarmente, o Instituto acompanha outros indicadores oficiais e gerenciais decorrentes de censos educacionais, avaliações da educação básica, profissional, superior e da pós-graduação, execução orçamentária e financeira, gestão de pessoas, transparência e integridade, bem como de outros sistemas corporativos do Governo Federal e do Ministério da Educação. Esse conjunto integrado de indicadores fortalece a governança institucional, amplia a capacidade de monitoramento e avaliação do desempenho organizacional e assegura maior alinhamento entre o planejamento estratégico do IFPB, as políticas públicas educacionais e os mecanismos de controle e prestação de contas à sociedade.

Os indicadores complementares não integram, necessariamente, a trajetória de metas das Matrizes Estratégicas, salvo quando expressamente adotados como indicadores de um objetivo estratégico do PDI.

11. Processo de Monitoramento, Controle Gerencial e Revisão do PDI

O processo de monitoramento, controle gerencial, avaliação e revisão do PDI 2026–2030 constitui mecanismo de governança destinado a acompanhar a execução das iniciativas estratégicas, verificar o desempenho dos indicadores, identificar desvios, subsidiar decisões corretivas e promover a atualização controlada do Plano quando necessário.

Para fins deste PDI, o monitoramento corresponde ao acompanhamento periódico da execução; o controle gerencial compreende a verificação de prazos, responsáveis, evidências e riscos; a avaliação consiste na análise dos resultados alcançados em relação às metas pactuadas; e a revisão corresponde à alteração formal de elementos do Plano, observados os procedimentos institucionais aplicáveis.

11.1. Governança e Planejamento do Monitoramento

A coordenação técnica do monitoramento do PDI caberá à unidade responsável pelo planejamento institucional, em articulação com a Reitoria, pró-reitorias, diretorias sistêmicas, campi e unidades responsáveis por objetivos, iniciativas e indicadores estratégicos. Compete às unidades responsáveis registrar informações, atualizar evidências, justificar desvios, propor ações corretivas e subsidiar relatórios periódicos. À alta gestão compete analisar os resultados, deliberar sobre prioridades e encaminhar ajustes necessários.

Alterações estruturais no PDI, quando envolverem objetivos estratégicos, indicadores, metas, oferta acadêmica, estrutura institucional ou compromissos aprovados, deverão observar os fluxos de validação e aprovação definidos institucionalmente.

O acompanhamento será realizado por meio da ferramenta institucional de gestão do planejamento estratégico, atualmente definida pela Portaria nº 460/2026 – REITORIA/IFPB, de 30 de março de 2026, que institui o uso de ferramenta destinada ao gerenciamento, monitoramento e avaliação do planejamento estratégico no âmbito do IFPB e designa o Scopi como sistema oficial de apoio à gestão do planejamento estratégico institucional. A ferramenta deverá assegurar o registro das informações, a atualização periódica dos indicadores, o acompanhamento das iniciativas, a consolidação de evidências e a geração de relatórios de monitoramento, sem prejuízo da adoção de soluções complementares ou de sua atualização, substituição ou aprimoramento, quando tecnicamente justificado.

O acompanhamento de cada indicador observará a definição, a fórmula de cálculo, a unidade de medida, a fonte de dados, a periodicidade, a linha de base, a trajetória de metas e a unidade responsável estabelecidas no Apêndice I.

11.2. Avaliação do Desempenho e Tratamento de Desvios

O ciclo de acompanhamento do PDI será organizado em monitoramentos periódicos, consolidação anual de resultados e revisões ordinárias ou extraordinárias, quando necessárias. O monitoramento semestral deverá verificar o andamento das iniciativas, a atualização dos indicadores, o cumprimento de prazos, a existência de evidências e a necessidade de ações corretivas. A avaliação anual consolidará o desempenho institucional, identificando avanços, fragilidades, riscos e recomendações para o exercício seguinte.

Para fins operacionais, o ciclo de acompanhamento do PDI observará três movimentos complementares: o monitoramento semestral da execução, voltado à verificação do andamento das iniciativas, atualização de evidências, identificação de riscos e necessidade de ajustes gerenciais; a avaliação anual de desempenho, destinada à consolidação dos resultados dos indicadores, análise do cumprimento das metas e definição de prioridades para o exercício seguinte; e a análise de adequação dos indicadores, fontes de dados e metodologias de apuração, realizada quando necessário, com o objetivo de preservar a qualidade, a comparabilidade e a relevância das informações utilizadas no monitoramento institucional.

A avaliação do desempenho do PDI observará fluxo metodológico composto, no mínimo, pelas seguintes etapas: levantamento e validação dos dados, com compilação das informações registradas pelas unidades responsáveis; análise comparativa entre resultados alcançados, metas pactuadas e séries históricas disponíveis; identificação de desvios, riscos, fragilidades e fatores críticos que tenham afetado a execução; definição de ações corretivas, preventivas ou de aprimoramento, com indicação de responsáveis, prazos e evidências esperadas; e divulgação dos resultados, por meio de relatórios, painéis ou instrumentos equivalentes, assegurando transparência, prestação de contas e aprendizagem institucional.

A avaliação do desempenho deverá considerar os resultados dos indicadores estratégicos, a execução das iniciativas, os relatórios de gestão, a avaliação institucional, os indicadores acadêmicos, a execução orçamentária e financeira, a capacidade de infraestrutura e as manifestações da comunidade acadêmica e da sociedade. Quando forem identificados

desvios relevantes, as unidades responsáveis deverão apresentar justificativas, evidências e plano de ação para correção, mitigação ou revisão da estratégia.

11.3. Revisão, Atualização e Controle de Versões

A revisão do PDI poderá ocorrer de forma ordinária, em ciclos definidos institucionalmente, ou de forma extraordinária, diante de mudanças institucionais relevantes, alterações normativas, impactos orçamentários significativos, reorganização de unidades, mudanças na oferta acadêmica ou outros fatores capazes de afetar a execução do Plano.

A revisão de indicadores, metas ou iniciativas não deverá ocorrer de forma automática, devendo ser fundamentada em evidências, registrada em processo próprio e classificada quanto ao seu impacto. Ajustes metodológicos, correções formais, atualização de fonte de dados ou alteração de unidade responsável poderão seguir rito simplificado, desde que não modifiquem o compromisso estratégico aprovado. Alterações substanciais de objetivos, indicadores, metas ou iniciativas estratégicas deverão observar fluxo formal de validação e aprovação institucional.

Todas as revisões e atualizações do PDI deverão ser registradas com identificação da versão, data, unidade responsável, descrição da alteração, justificativa, impacto sobre objetivos, metas, indicadores ou anexos/apêndices e ato de aprovação, quando aplicável. O histórico de versões deverá permitir rastreabilidade das mudanças e preservação da memória institucional.

11.4. Transparência, Prestação de Contas e Aprendizagem

Institucional

Os resultados do monitoramento do PDI deverão ser divulgados em formato acessível à comunidade acadêmica e à sociedade, observados os princípios da transparência ativa, do acesso à informação, da proteção de dados pessoais e da segurança da informação. A publicação deverá privilegiar dados agregados, indicadores institucionais, relatórios de execução e painéis de acompanhamento, preservando informações pessoais, sensíveis ou protegidas por restrição de acesso.

Os painéis eletrônicos associados ao PDI deverão indicar data de atualização, fonte dos dados, unidade responsável, versão de referência e, quando aplicável, ato ou processo que autorizou a alteração. Atualizações de visualização, correções materiais e melhorias de

navegação não constituem revisão do PDI, desde que não alterem os compromissos aprovados. Alterações de conteúdo estratégico deverão observar o processo formal de revisão previsto neste capítulo.

No contexto da criação do Instituto Federal do Sertão Paraibano, o processo de monitoramento e revisão do PDI deverá acompanhar os impactos da reorganização institucional sobre unidades, oferta acadêmica, força de trabalho, infraestrutura, orçamento, contratos, patrimônio, indicadores e metas. Sempre que a transição produzir alteração relevante na base de cálculo, na capacidade institucional ou na responsabilidade pela execução de iniciativas, a revisão deverá registrar a mudança, preservar a série histórica quando possível e explicitar a nova referência de monitoramento.

12. Balanço Crítico do Ciclo Estratégico Anterior

Este capítulo apresenta a síntese avaliativa do ciclo estratégico anterior e sua contribuição para a formulação do PDI 2026–2030. A análise dos resultados alcançados, das metas parcialmente alcançadas, das limitações enfrentadas e das lições aprendidas constitui insumo para a definição das novas prioridades institucionais, para a estruturação das matrizes estratégicas, para o aperfeiçoamento dos indicadores e para o modelo de monitoramento, controle gerencial e revisão do Plano.

12.1. Metodologia da Avaliação

A avaliação do PDI 2020–2024 foi realizada a partir da análise dos Relatórios de Gestão, Relatos Integrados, planos de ação, instrumentos de monitoramento, resoluções institucionais, registros administrativos, dados institucionais e demais documentos comprobatórios produzidos durante o ciclo de vigência do Plano. As metas foram analisadas quanto ao grau de execução, à existência de evidências, aos resultados alcançados e aos fatores internos e externos que influenciaram sua implementação.

Para fins de consolidação do balanço, as metas foram classificadas em três categorias: alcançadas, quando houve evidência suficiente de cumprimento integral ou de atingimento do resultado previsto; parcialmente alcançadas, quando houve execução relevante, mas com entrega incompleta, alcance parcial do resultado ou limitação de evidências; e não alcançadas, quando não houve evidência de execução suficiente ou quando a ação prevista não foi implementada no período avaliado.

Essa abordagem está em consonância com as diretrizes de governança pública, gestão orientada por evidências, avaliação de desempenho e revisão do planejamento estratégico institucional, permitindo que os resultados do ciclo anterior subsidiem a formulação, o monitoramento e o aperfeiçoamento do PDI 2026–2030.

12.2. Síntese dos Resultados por Eixo Estratégico

Na Tabela 12.1 apresenta-se o panorama consolidado do desempenho institucional no ciclo anterior, servindo de diagnóstico e ponto de partida para as prioridades do novo PDI:

Tabela 12.1 – Síntese dos resultados alcançados por eixo/área de análise no ciclo anterior e respectivas implicações para o PDI 2026–2030

Eixo/Área de análise	Síntese dos resultados	Implicações para o PDI 2026–2030
Assistência Estudantil e Egressos	Fortalecimento das políticas de permanência, inclusão, saúde, acessibilidade, apoio psicossocial e acompanhamento estudantil. Metas relacionadas à ampliação de equipes, eventos ou estruturas de atendimento apresentaram execução parcial.	Aprimorar a gestão da política de assistência estudantil, fortalecer critérios de equidade e permanência, otimizar redes de apoio psicossocial diante das restrições de provimento de pessoal e ampliar o acompanhamento de egressos.
Ensino	Predomínio de metas alcançadas, com consolidação das políticas de permanência e êxito, fortalecimento dos processos acadêmicos, ampliação do uso de tecnologias educacionais, fortalecimento da formação de professores e avanço nas ações de acompanhamento da trajetória estudantil.	Consolidar políticas de permanência e êxito, fortalecer indicadores de desempenho acadêmico, ampliar o uso pedagógico de tecnologias e aprimorar o acompanhamento da qualidade da oferta em todos os níveis e modalidades.
Extensão e Cultura	Avanços na curricularização da extensão, no fortalecimento das políticas culturais, na qualificação profissional, no empreendedorismo, na inovação social e na institucionalização das ações voltadas ao desenvolvimento territorial.	Consolidar a inserção curricular da extensão, aprimorar o monitoramento do impacto social das ações, fortalecer a política cultural e ampliar a integração com comunidades, arranjos produtivos, sociais e culturais locais.
Governança, Gestão de Pessoas, Comunicação, TIC e EaD	Modernização administrativa, fortalecimento da governança, expansão da transformação digital, melhoria da comunicação institucional, avanço da infraestrutura tecnológica, ampliação da oferta e da governança da EaD e fortalecimento de processos de gestão de pessoas. Persistem desafios relacionados à integração de sistemas, suporte técnico e capacidade operacional.	Evoluir a transformação digital, ampliar automação e inteligência de dados, fortalecer a comunicação institucional, consolidar a gestão por evidências, aprimorar o dimensionamento da força de trabalho, fortalecer a infraestrutura e o suporte técnico da EaD e integrar planejamento, monitoramento e gestão institucional.
Infraestrutura e Avaliação Institucional	Modernização de bibliotecas, ampliação do acesso à informação científica, melhoria de ambientes de aprendizagem, avanço em ações de infraestrutura e fortalecimento da autoavaliação institucional como instrumento de diagnóstico e aperfeiçoamento da gestão.	Fortalecer a autoavaliação como subsídio contínuo para o planejamento de infraestrutura física, tecnológica e acadêmica; priorizar investimentos com base em evidências; aprimorar manutenção, acessibilidade e adequação dos ambientes aos requisitos dos cursos e da avaliação institucional.
Inovação	Avanços na propriedade intelectual, no empreendedorismo, na articulação com o setor produtivo, na formalização de parcerias e no desenvolvimento de soluções tecnológicas aplicadas, com	Incrementar a transferência de tecnologia, a captação de recursos externos, a proteção de ativos de propriedade intelectual, a atuação dos ambientes de inovação e a articulação com empresas, governos e organizações sociais.

	ampliação da cultura de inovação institucional.	
Pesquisa	Fortalecimento da iniciação científica, ampliação da produção científica, qualificação dos projetos de pesquisa e maior integração das ações de pesquisa às demandas sociais, territoriais, culturais e ambientais.	Aprimorar a gestão dos projetos de pesquisa, ampliar a produção intelectual, fortalecer a aderência territorial e social das pesquisas e consolidar indicadores capazes de demonstrar impacto científico e institucional.
Pós-Graduação	Consolidação das políticas de qualificação de servidores e de internacionalização, com avanços na oferta e no fortalecimento da pós-graduação. Parte das metas quantitativas de expansão apresentou execução parcial ou limitação de governabilidade institucional.	Redimensionar metas de expansão quantitativa, adotar patamares realistas, fortalecer a sustentabilidade dos cursos, ampliar bolsas e parcerias estratégicas e orientar a pós-graduação às demandas regionais e à capacidade institucional.

Fonte: elaboração institucional, com base no processo de construção do PDI 2026–2030. **Data-base:** junho/2026.

Para conferir transparência e fundamentar a transição entre os ciclos de planejamento, foi realizado o levantamento quantitativo do cumprimento das metas estipuladas no PDI anterior. A tabela a seguir consolida o desempenho por Eixo Estratégico, detalhando o volume de metas alcançadas, parcialmente alcançadas e não alcançadas, além de apresentar a Taxa de Alcance Pleno de cada eixo/área de análise.

Tabela 12.2 – Resumo consolidado do cumprimento das metas por eixo estratégico no ciclo do PDI 2020–2024.

Eixo/Área de análise	Alcançadas	Parcialmente alcançadas	Não alcançadas	Total	Taxa de alcance pleno
Assistência Estudantil e Egressos	8	7	0	15	53,3%
Ensino	14	0	0	14	100,0%
Extensão e Cultura	5	0	0	5	100,0%
Governança, Gestão de Pessoas, Comunicação, TIC e EaD	47	15	0	62	75,8%
Infraestrutura e Avaliação Institucional	43	6	0	49	87,8%
Inovação	9	0	0	9	100,0%
Pesquisa	7	0	0	7	100,0%
Pós-Graduação	2	2	2	6	33,3%
Total	135	30	2	167	80,8%

Fonte: elaboração institucional, com base no processo de construção do PDI 2026–2030.

Data-base: junho/2026.

Nota: a Taxa de Alcance Pleno corresponde à razão entre o número de metas classificadas como alcançadas e o total de metas do respectivo eixo/área de análise, multiplicada por 100. As metas parcialmente alcançadas não compõem o numerador da taxa, mas indicam execução relevante com entrega incompleta, alcance parcial do resultado ou limitação de evidências. A educação a distância, a comunicação e a tecnologia da informação foram consolidadas no eixo/área de governança, gestão de pessoas, comunicação, TIC e EaD, preservando a coerência com a síntese qualitativa da Tabela 12.1.

Considerando apenas as metas classificadas como plenamente alcançadas, o IFPB encerrou o ciclo com Taxa de Alcance Pleno de 80,8%, correspondente ao atingimento integral de 135 das 167 metas globais pactuadas. Além disso, 30 metas foram parcialmente alcançadas e 2 não foram alcançadas, indicando alcance integral da maior parte das metas classificadas, sem afastar as limitações metodológicas e de evidência registradas na avaliação.

O resultado indica que a maior parte das metas foi classificada como plenamente alcançada, especialmente em áreas com maior governabilidade institucional e políticas já consolidadas. A interpretação desse percentual deve considerar os critérios, as fontes e as limitações metodológicas descritas nesta avaliação. Ao mesmo tempo, o volume de metas parcialmente alcançadas evidencia a necessidade de aprimorar a formulação, o monitoramento, a definição de responsabilidades, a análise de riscos e a compatibilização das metas com a capacidade orçamentária, tecnológica e de pessoal disponível.

12.2.1. Análise Gráfica do Desempenho das Metas

A fim de proporcionar uma leitura dinâmica e facilitar a identificação visual dos padrões de desempenho institucionais, os dados estruturados na tabela anterior foram convertidos em representações gráficas.

O primeiro panorama traduz o esforço coletivo do IFPB em termos de distribuição percentual do alcance das metas frente ao macroplanejamento:

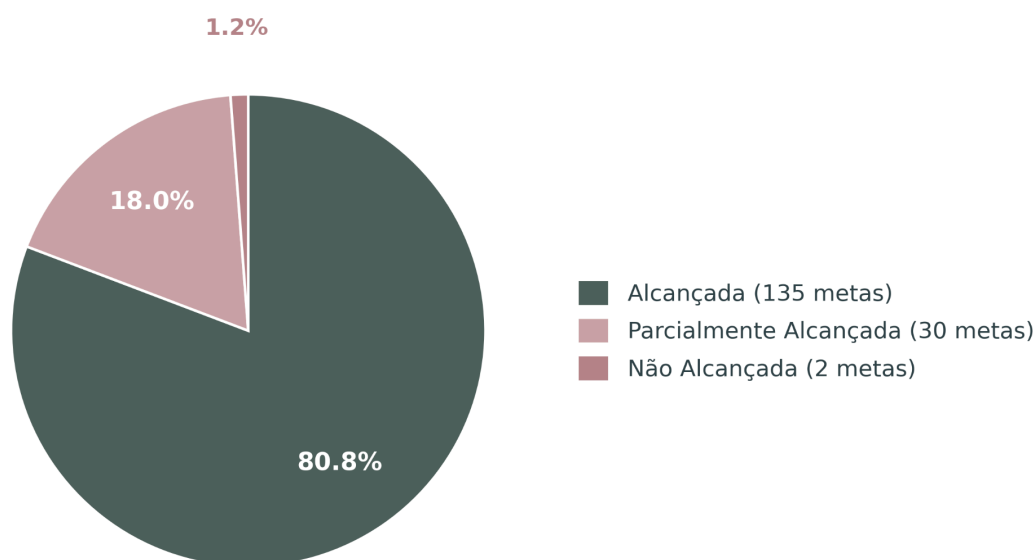


Figura 12.1 - Percentual geral de alcance das metas do PDI 2020–2024.

Fonte: elaboração institucional, com base no processo de avaliação do PDI 2020–2024. **Data-base:** junho/2026.

Complementarmente, para avaliar de forma descentralizada onde se concentraram os maiores êxitos e quais eixos enfrentaram desafios operacionais ou orçamentários mais complexos, a distribuição segmentada por área revela a maturidade de execução de cada ecossistema institucional:

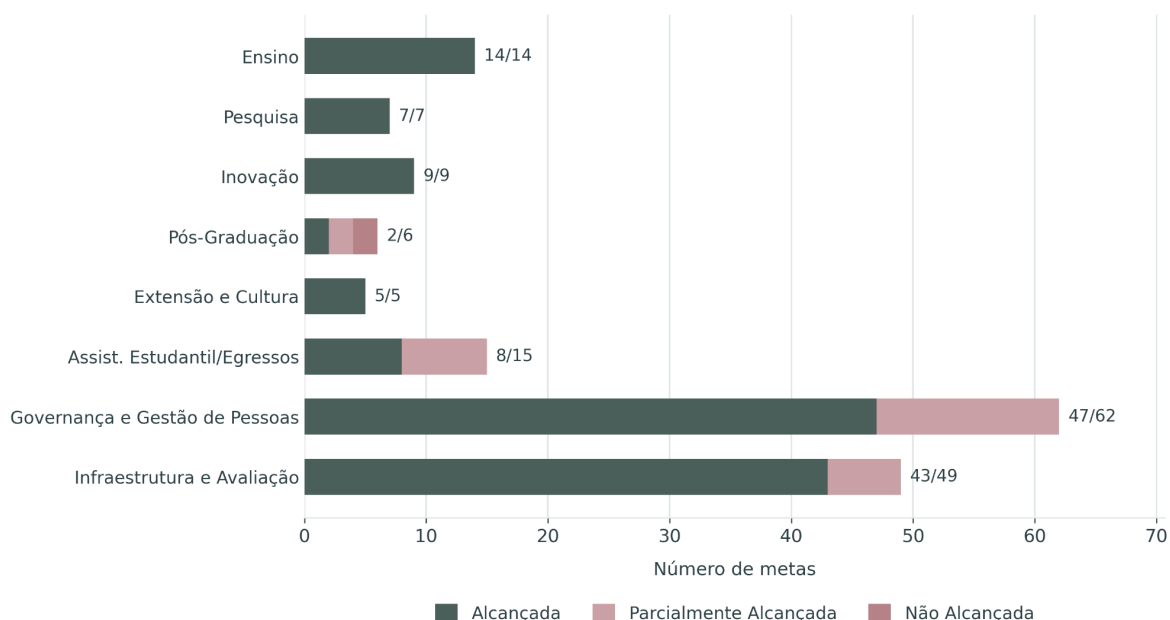


Figura 12.2 - Distribuição de metas alcançadas, parcialmente alcançadas e não alcançadas por eixo estratégico do PDI 2020–2024.

Fonte: elaboração institucional, com base no processo de avaliação do PDI 2020–2024. **Data-base:** junho/2026.

12.3. Evolução dos Indicadores Institucionais

Além dos resultados alcançados no cumprimento das metas estratégicas, o ciclo de vigência do PDI 2020–2024 foi marcado pelo fortalecimento dos mecanismos de monitoramento e avaliação institucional. A experiência acumulada ao longo do período possibilitou o aperfeiçoamento do sistema de indicadores do IFPB, conferindo maior consistência ao acompanhamento da execução do planejamento estratégico e à avaliação dos resultados institucionais.

Nesse processo, foram definidos e consolidados indicadores associados aos diferentes eixos de atuação da instituição, abrangendo as áreas de ensino, pesquisa, inovação, pós-graduação, extensão e cultura, assistência estudantil, gestão de pessoas, administração, infraestrutura, tecnologia da informação, sustentabilidade e governança. Para esses indicadores, foram estabelecidas metodologias de cálculo, unidades de medida, fontes de dados e séries históricas, promovendo maior padronização na produção das informações e ampliando a confiabilidade das análises institucionais.

A consolidação desse sistema representou um avanço significativo na institucionalização da cultura de monitoramento, permitindo que o acompanhamento do PDI deixasse de se apoiar predominantemente em análises qualitativas para incorporar evidências objetivas sobre o desempenho institucional. Esse processo fortaleceu a capacidade de avaliar o alcance dos objetivos estratégicos, identificar oportunidades de melhoria, subsidiar a tomada de decisão pelos gestores e aperfeiçoar os processos de planejamento e avaliação institucional.

A utilização sistemática dos indicadores também contribuiu para ampliar a integração entre as áreas responsáveis pela produção e pelo tratamento das informações institucionais, favorecendo maior alinhamento entre planejamento, execução, monitoramento e prestação de contas. Como resultado, o IFPB consolidou uma base metodológica que proporciona maior transparência, comparabilidade e rastreabilidade das informações utilizadas na gestão estratégica.

Esse conjunto de avanços constitui um dos principais legados do PDI 2020–2024 e fornece suporte ao novo ciclo de planejamento institucional. A partir dessa experiência, o PDI 2026–2030 amplia a utilização de indicadores como instrumento permanente de

monitoramento da estratégia institucional, fortalecendo a gestão orientada por evidências e a melhoria contínua dos processos de planejamento, avaliação e governança.

A experiência acumulada no ciclo anterior orientou a estruturação das matrizes estratégicas do PDI 2026–2030, com maior padronização de indicadores, descrição metodológica, fórmulas de cálculo, linhas de base, metas anuais, metas finais e unidades responsáveis. Essa evolução busca reduzir ambiguidades, ampliar a rastreabilidade das informações e fortalecer a integração entre planejamento estratégico, avaliação institucional, prestação de contas e tomada de decisão.

12.4. Principais Lições Aprendidas

O processo de avaliação do PDI 2020–2024 evidenciou avanços significativos na consolidação da gestão estratégica do IFPB e permitiu identificar aprendizados que orientaram a elaboração do presente Plano de Desenvolvimento Institucional. As principais lições aprendidas durante o ciclo anterior foram incorporadas como premissas para o aperfeiçoamento do planejamento institucional e para o fortalecimento da capacidade de execução, monitoramento e avaliação das estratégias institucionais, destacando-se:

- Fortalecimento da cultura de planejamento: consolidação dos processos de planejamento, monitoramento e avaliação como instrumentos permanentes de apoio à gestão e à tomada de decisão.
- Continuidade das políticas institucionais: fortalecimento de políticas estruturantes, assegurando maior estabilidade às ações estratégicas e reduzindo sua dependência de iniciativas pontuais.
- Transformação digital como eixo transversal: ampliação da utilização de tecnologias digitais para qualificar as atividades de ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão, promovendo maior eficiência dos processos institucionais.
- Gestão orientada por evidências: consolidação do uso de indicadores institucionais e de informações qualificadas para subsidiar o acompanhamento dos resultados, a avaliação do desempenho e a tomada de decisão.
- Aprimoramento da formulação das metas: necessidade de estabelecer metas mais objetivas, mensuráveis, monitoráveis e compatíveis com a capacidade institucional e o grau de governabilidade da instituição.
- Monitoramento contínuo do planejamento: importância do acompanhamento sistemático da execução das metas para permitir a identificação tempestiva de

desvios, a adoção de medidas corretivas e o aperfeiçoamento contínuo das estratégias.

- Integração entre as áreas institucionais: fortalecimento da atuação articulada entre ensino, pesquisa, inovação, extensão, assistência estudantil e gestão, favorecendo maior coerência na implementação das políticas institucionais.
- Consideração de fatores externos: necessidade de incorporar ao processo de planejamento mecanismos de gestão de riscos que considerem condicionantes externos, como restrições orçamentárias, provimento de pessoal, alterações normativas e outros eventos capazes de impactar a execução das metas.

Essas lições foram incorporadas ao PDI 2026–2030 por meio da definição de objetivos estratégicos mais sintéticos, indicadores com maior clareza metodológica, metas passíveis de acompanhamento, matrizes estratégicas por eixo temático, fortalecimento do monitoramento institucional, uso de ferramenta de gestão do planejamento, integração com a avaliação institucional e previsão de revisão controlada do Plano. Dessa forma, o aprendizado do ciclo anterior passa a orientar diretamente a execução, o acompanhamento e o aperfeiçoamento do novo ciclo estratégico.

12.5. Considerações Finais

A avaliação do PDI 2020–2024 evidencia o fortalecimento da capacidade institucional do IFPB em planejar, executar, monitorar e avaliar suas políticas e ações estratégicas. Os resultados alcançados demonstram avanços na consolidação da gestão institucional, na ampliação da cultura de planejamento, na utilização de indicadores, na modernização administrativa e no fortalecimento das políticas acadêmicas e de apoio à comunidade.

Ao mesmo tempo, o balanço do ciclo anterior evidencia desafios relacionados à formulação de metas, à disponibilidade de recursos orçamentários, ao provimento de pessoal, à consolidação de infraestrutura, à governabilidade de determinadas ações e à necessidade de monitoramento mais sistemático. Esses elementos forneceram subsídios para a definição das prioridades e estratégias do PDI 2026–2030, reafirmando o compromisso da instituição com a melhoria contínua, a transparência, a gestão orientada por evidências e a geração de valor público.

12.6. Documento Complementar

O detalhamento do balanço crítico do PDI 2020–2024, incluindo a avaliação individual das metas, as evidências utilizadas, os documentos comprobatórios, os indicadores institucionais e as respectivas análises técnicas, deverá ser consolidado no Relatório Final de Avaliação do PDI 2020–2024, a ser disponibilizado no Portal Institucional do PDI, com identificação de data-base, versão e unidade responsável. A publicação do relatório deverá ocorrer de forma articulada à aprovação do PDI 2026–2030, de modo a assegurar transparência, rastreabilidade e suporte documental às análises apresentadas neste capítulo.

APÊNDICES

VERSÃO NÃO DIAGRAMADA

APÊNDICE A - Comissões Temáticas

As Comissões Temáticas responsáveis pela elaboração do PDI 2026–2030 foram instituídas pela Portaria nº 2.011/2024 – REITORIA/IFPB, de 2 de dezembro de 2024.

Comissão Temática de Assuntos Estudantis

- Rivania de Sousa Silva (Presidente)
- Brigida Batista Bezerra
- Ionara da Nóbrega Amâncio
- Larissa Cossetti Caju
- Lamara Fabia Lucena
- Sílvia Helena Valente Basto
- Ana Carolina Simões Andrade Santiago Mousinho
- Geísio Lima Vieira

Comissão Temática de Ensino

- Neilor Cesar dos Santos (Presidente)
- Richardson Correia Marinheiro
- Leandro José Medeiros Amorim Santos
- Vinícius Batista Campos
- Francisco de Assis Rodrigues de Lima
- Lígia Verônica Marinho Dantas Cabral
- Lucrécia Teresa Gonçalves Petrucci

Comissão Temática de Extensão e Cultura

- Maria José Batista Bezerra de Melo (Presidente)
- Alexsandro Ribeiro de Melo
- Elaine Cristina Batista de Oliveira
- Erivan Lopes Tomé Júnior
- Alexsandra Cristina Chaves
- Rhenan Weber Borges Varela
- Ana Paula de Souza Almeida

Comissão Temática de Gestão de Pessoas

- Daniel Vitor de Oliveira Nunes (Presidente)
- Vivaldo Valeriano dos Santos Neto
- José Luceza Linhares Silva
- Janayna Santos Alencar Malheiros
- Thyago Emmerick Pordeus Ferreira
- Aflaudizio Antunes de Oliveira
- Vanessa Jaqueline Ferreira dos Santos

Comissão Temática de Gestão Estratégica

- Anderson Bráulio Nóbrega da Silva (Presidente)
- Camila Florencio Costa
- Francisco João de Deus de Carvalho
- Marcio Carvalho da Silva

- Victor Hutton Araújo dos Santos
- Weskla Barbosa dos Santos

Comissão Temática de Infraestrutura e Tecnologia

- Pedro Henrique Bezerra Ayres de Albuquerque
- Raphael Medeiros Alves
- Jose Albino Nunes (Presidente)
- Renan Dantas da Nobrega
- Carlos Diego dos Santos Carvalho
- Fabio de Albuquerque Silva
- Vinicius Cabral de Melo Filho

Comissão Temática de Internacionalização

- Mônica Maria Montenegro de Oliveira (Presidente)
- Elaine Pereira de Brito
- Allysson Macário de Araújo Caldas
- Ceres Grehs Beck
- Miguel Felix de Araújo Junior
- Rosicleia Araújo Monteiro

Comissão Temática de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

- Silvana Luciene do Nascimento Cunha Costa (Presidente)
- Deyse Morgana das Neves Correia
- Ana Maria Zulema Pinto Cabral da Nóbrega
- Ademar Gonçalves da Costa Júnior
- Valdecir Teófilo Moreno

APÊNDICE B - Comissões Locais

Comissão Local do Campus Areia

Constituída pela Portaria 1871/2024 - REITORIA/IFPB, de 5 de novembro de 2024.

- Maria Cláudia Rodrigues Brandão
- Joserlan Nonato Moreira
- Marília Cicera Gomes dos Santos Figueiredo
- Pedro Luis Araujo Silva
- Cicero Mauriberto de Meneses Freire Duarte
- Diego Luis dos Santos Felix

Comissão Local do Campus Avançado Soledade

Constituída pela Portaria 1889/2024 - REITORIA/IFPB, de 6 de novembro de 2024.

- Katia Cristina de Oliveira Gurjão
- Bruno Neiva Moreno
- Joab Josemar Vitor Ribeiro do Nascimento
- Alberto Gustavo Paashaus Junior
- Luciano Pacelli Medeiros de Macedo

Comissão Local do Campus Cabedelo

Constituída pela Portaria 1890/2024 - REITORIA/IFPB, de 6 de novembro de 2024.

- Turla Angela Alquete de Arreguy Baptista
- Alessandra Gomes Coutinho Ferreira
- Ana Lígia Chaves Silva
- Andressa de Araújo Porto Vieira
- Hamilton Matos Cardoso Junior
- Valéria Camboim Góes
- Kelly Samara do Nascimento Silva
- Pablo Simon Pugan

Comissão Local do Campus Cabedelo Centro

Constituída pela Portaria 1887/2024 - REITORIA/IFPB, de 6 de novembro de 2024.

- Jailson Oliveira da Silva
- George Glauber Félix Severo
- Adriana Guedes de Castilho
- Austriclinio da Costa Wanderley Neto
- Cinthya Raquel Pimentel da Mota
- José Marcio da Silva Vieira Oliveira
- Paulo Sergio da Silva Cruz
- Sinthya Pinheiro Costa

Comissão Local do Campus Cajazeiras

Constituída pela Portaria 1891/2024 - REITORIA/IFPB, de 6 de novembro de 2024.

- Abinadabe Silva Andrade
- Luciana Alves Bernardo de Matos
- Rafael Rodrigues Lopes
- Heloiza Moreira Silva
- Francisco Augusto Vieira da Silva
- Antonia Edivaneide de Sousa Gonzaga
- Carolaine Bezerra Araújo Gonçalves
- Miguel Angelo de Melo Vitoriano

Comissão Local do Campus Campina Grande

Constituída pela Portaria 164/2024 - DG/CG/REITORIA/IFPB, de 1 de novembro de 2024.

- Jeronimo Silva Rocha
- Andressa Kaline Ferreira Araujo Jales
- Golbery de Oliveira Chagas Aguiar Rodrigues
- Jacinto Faustino Américo
- Sidney Vicente de Andrade

Comissão Local do Campus Catolé do Rocha

Constituída pela Portaria 1907/2024 - REITORIA/IFPB, de 7 de novembro de 2024.

- Francisco João de Deus de Carvalho
- Raniery Antunes Queiroga
- Alexsandro Trindade Sales da Silva
- José de Arimateia Augusto de Lima
- Kildenberg Kaynan Felix Nunes
- Naftaly de Araujo Vieira Melo
- Vera Cleia Alves da Silva Cavalcanti
- Cleide Alves de Sousa

Comissão Local do Campus Esperança

Constituída pela Portaria 103/2024 - DG/ES/REITORIA/IFPB, de 31 de outubro de 2024.

- Arlindo Garcia de Sa Barreto Neto
- Bruno Allison Araújo
- Emerson Jeronimo
- Helltonn Winicius Patricio Maciel
- Ivaldy Jose Nobrega Barreto
- Iva Barbosa Luciano
- Jaindson Valentim Santana
- Jose Antonio Felix da Cunha

Comissão Local do Campus Guarabira

Constituída pela Portaria 1892/2024 - REITORIA/IFPB, de 6 de novembro de 2024.

- Kyara Nóbrega Fabião Barcelos
- Lusía Mary Rolemberg Menacho
- Ticianá Querino Guedes Cunha
- Anderson Oliveira de Pontes
- Gleiziany Fortunato de Souza
- Lucas Vieira de Souza
- Elenilson Vieira da Silva Filho

Comissão Local do Campus Itabaiana

Constituída pela Portaria 1901/2024 - REITORIA/IFPB, de 7 de novembro de 2024.

- Luiz Henrique Melo Silva Nóbrega
- Flávio Torres Filho
- Elaine Cristina Guimaraes do Nascimento Ferraz
- Raphael Henrique Falcão Melo
- Reginaldo Amaral Cordeiro Junior
- José Roberto Cavalcante da Silva
- Esly Cesar Marinho da Silva

Comissão Local do Campus Itaporanga

Constituída pela Portaria 1893/2024 - REITORIA/IFPB, de 6 de novembro de 2024.

- Ridelson Farias de Sousa
- Franklin Medeiros Galvão
- Ricardo Batista Pereira
- Alyson César Dantas
- Denys Alexandre Barboza da Silva
- Fábio Wellington Cunha de Souza
- Pedro Henrique de Franca Silva
- Manoel Ferraz da Silva Filho

Comissão Local do Campus João Pessoa

Constituída pela Portaria 1904/2024 - REITORIA/IFPB, de 7 de novembro de 2024.

- Márcio Carvalho da Silva
- Wilker Gomes Raposo
- Ricardo José Ferreira
- Rafael José Alves do Rego Barros
- Alecsandro Monteiro Kramer
- Dayse Ayres Mendes do Nascimento
- Alysson André Régis Oliveira
- Gianne Katherrine de Figueiredo Nobrega

Comissão Local do Campus João Pessoa Zona Sul

Constituída pela Portaria 1932/2024 - REITORIA/IFPB, de 11 de novembro de 2024.

- Zoraida Almeida de Andrade Arruda
- Cecília Danielle Bezerra Oliveira
- Daiane Medeiros da Silva
- Dione Marques Figueiredo Guedes Pereira
- Gilmara Henriques Araujo
- Hirla Carla Lima Amorim
- Meireluce Alexandre Cavalcante

Comissão Local do Campus Monteiro

Constituída pela Portaria 1894/2024 - REITORIA/IFPB, de 6 de novembro de 2024.

- Abimael de Oliveira Silva
- Jorge Eduardo Mendonça Brasil
- Alderivan Cavalcante Moreira
- Maria Gabriella Britto Monteiro Sousa
- Rubia Quaresma de Freitas
- Cristian Fabricio dos Santos Silva
- Giuseppe Anthony Nascimento de Lima
- Maelby Pereira Muniz

Comissão Local do Campus Patos

Constituída pela Portaria 1895/2024 - REITORIA/IFPB, de 6 de novembro de 2024.

- José Ronaldo de Lima
- Francisco Almeida de Lucena
- Hannah Dora de Garcia e Lacerda
- Adriana de Souza Magalhães Silva
- Hanne Alves Bakke
- João Bosco de Souza Júnior
- Paulo Marcelo Feitoza de Lima
- Danilo de Medeiros Arcanjo Soares

Comissão Local do Campus Pedras de Fogo

Constituída pela Portaria 1888/2024 - REITORIA/IFPB, de 6 de novembro de 2024.

- Frederico Campos Pereira
- Roberto Ranniere Cavalcante de França
- Gutemberg de Lima Davi
- Douglas François Xavier Silva
- Liamara Lopes dos Santos

Comissão Local do Campus Picuí

Constituída pela Portaria 1897/2024 - REITORIA/IFPB, de 6 de novembro de 2024.

- Jose Hermano Cavalcanti Filho
- Francinaldo Leite da Silva
- Everton Pereira de Pontes
- Kassandra Christiny Silva Mendes
- Michel Pratini Bernardo da Silva
- Carmem Maia dos Santos
- Cátia Monteiro Barbosa Maciel
- Antonio de Paula Dias Queiroz

Comissão Local do Campus Princesa Isabel

Constituída pela Portaria 1898/2024 - REITORIA/IFPB, de 6 de novembro de 2024.

- Jordânia de Lucena Cordeiro Accyole
- Francisco Henrique Fernandes Júnior
- Matheus Vinicius Francelino Queiroz
- Priscila Silva Ferreira
- Evaldo de Lira Azevedo

Comissão Local do Campus Santa Luzia

Constituída pela Portaria 1958/2024 - REITORIA/IFPB, de 13 de novembro de 2024.

- Jerônimo Andrade da Nobrega
- Anna Aline Roque Santana Dantas
- Denis Davi de Oliveira Decussatti
- Victor Andrade Lima Ferreira
- Deyseane Pereira dos Santos Araujo
- Francinaide Maria de Souto
- Filipe Batista de Sá
- Paulo Henrique Meneses Brasil

Comissão Local do Campus Santa Rita

Constituída pela Portaria 1909/2024 - REITORIA/IFPB, de 7 de novembro de 2024.

- Sabiniano Araújo Rodrigues
- Cleyton Caetano de Souza
- Dayvison Ribeiro Rodrigues
- Edith Pereira Leite Dantas
- Fabio Sampaio dos Santos Câmara
- Inakã Silva Barreto
- Magdalena Duarte Costa

Comissão Local do Campus Sousa

Constituída pela Portaria 207/2024 - DG/SS/REITORIA/IFPB, de 5 de novembro de 2024.

- Edyfran de Medeiros Fernandes
- Marcus Damião de Lacerda
- Adolfo Henrique dos Santos Fernandes
- Ana Paula de Andrade Rocha
- Francisca Bivania de Araújo Lins
- Adriano Martins Rodrigues dos Passos
- Milena Beatriz Lira Dias da Silva
- Adson Diego Dionisio da Silva

VERSÃO NÃO DIAGRAMADA

APÊNDICE C - Parcerias Institucionais e Instrumentos de Cooperação Sistêmicos

Unidade Sistêmica	Parceiro	Finalidade
Assessorias Internacionais	Universia Brasil	Cooperação técnica para ações acadêmicas e institucionais.
	Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRGS)	Cooperação técnica interinstitucional.
	Rotary Club João Pessoa - Norte Universidad Católica de Salta (UCASAL) Shenyang Agricultural University Universidade do Minho	Cooperação institucional (em andamento).
	Instituto de Escola Prática Agrícola de Benguela	Protocolo de Intenções para cooperação educacional.
	ILSC Education Group - Toronto	Cooperação acadêmica internacional, mobilidade e cursos de idiomas (MOU 2023-2026).
	Instituto Superior Politécnico Alvorecer da Juventude (ISPAJ), Universidade Kimpa Vita, Instituto Superior de Formação, Investigação e Ciência (ISFIC), Universidade Técnica Diogo Eugénio Guilande (UTDEG)	Acordo de Cooperação acadêmica até 2029.
	Huawei	Cooperação tecnológica via Memorando de Entendimento.
	Yangzhou University	Cooperação acadêmica até 2028.
	Instituto de Tecnologia da Informação de Shenzhen	Cooperação em TIC e laboratório internacional gêmeo.
	Corporación Unificada Nacional de Educación Superior (CUN)	Cooperação acadêmica bilateral (Português e Espanhol).
	Pontes Americanas	Cooperação acadêmica internacional via CONIF (prazo indeterminado).
	Governo da República da Guatemala	Termo complementar ao acordo básico de cooperação (até 2024).
	Instituto Superior Politécnico São João Bosco (I.S.P.S.J.B) Instituto Nacional de Formação Técnica e Profissional (INAFOR)	Acordo/Protocolo de Intenções até 2024.
	Universidade do Porto	Cooperação acadêmica (renovação em andamento).

	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	Cooperação acadêmica, intercâmbio, pesquisa e licenciaturas.
	Instituto Politécnico de Beja Instituto Politécnico de Tomar Universidade do Algarve	Acordo/Protocolo de Intenções até 2025.
	Instituto Politécnico de Bragança Instituto Politécnico de Castelo Branco Instituto Politécnico de Santarém Instituto Politécnico de Viana do Castelo Instituto Politécnico de Viseu Universidade de Coimbra	Acordo/Protocolo de Intenções até 2028.
	Instituto Politécnico de Portalegre	Protocolo de Intenções até 2026.
	Universidade dos Açores	Memorando de Entendimento até 2027.
	Universidade de Aveiro	Cooperação acadêmica (aguardando recepção de documentos até 2025).
	Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano - FDCH	Carta de Intenções para desenvolvimento de capital humano.
	AFS Intercultura Brasil	Acordo de Cooperação para intercâmbio educacional e mobilidade internacional.
	Paraíba sem Fronteiras (PBsF)	Promover cooperação internacional descentralizada e formação estratégica.
Assuntos Estudantis	Gerência Executiva de Assistência Estudantil da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior da Paraíba (SECTIES)	Programa Casa do Estudante Bolsa Permanência (R\$ 1.500,00 por aluno).
	Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ)	Desenvolvimento de grupos terapêuticos e saúde mental dos estudantes.
Diretoria de Educação a Distância	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)	O desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País
	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do Ministério da Educação (MEC)	Promover, por meio da educação a distância, a educação profissional e tecnológica de funcionários que atuam nos sistemas de ensino públicos da educação básica
	Ministério do Turismo (MTur)	Ofertar Cursos de Especialização em Atrativos Turísticos Culturais e Naturais para Guias de Turismo habilitados no Cadastur como "Guia Regional" dos estados da macrorregião Nordeste do Brasil
	Secretaria de Estado da Cultura do Estado da Paraíba (SECULT-PB)	Ofertar curso Técnico em Produção Cultural destinado a Agentes de Quadrilhas Juninas no Estado da Paraíba

Diretoria de Inovação Tecnológica	Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPPI)	Desenvolvimento de projetos em parceria com setor industrial
	Fundação de Educação Tecnologia e Cultura (FUNETEC-PB)	apoio na gestão de Projetos de PD&I
	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE-PB)	desenvolver a cultura empreendedora
	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (MEC/SETEC) e Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS)	Manutenção da plataforma Integra
	Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)	Fomento financeiro a partir de Editais de Inovação
	Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina (FEESC)	Apoio na gestão de Projetos com recursos externos
Diretoria de Pesquisa	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)	Fomento de bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica no Ensino Médio (PIBIC-EM)
	Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ-PB)	Fomento de bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para Egressos do Estado da Paraíba (PIBIC-FAPESQ-PB)
Diretoria de Pós-Graduação	Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA)	Desenvolvimento de projetos aplicados no âmbito do Mestrado Profissional, com uso de dados e demandas institucionais para soluções tecnológicas
	Companhia de Processamento de Dados da Paraíba (CODATA)	Cooperação técnica para desenvolvimento de soluções em tecnologia da informação e qualificação de colaboradores via MPTI
	Unimed João Pessoa	Projetos aplicados em TI voltados à área da saúde complementar e qualificação profissional
	Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB)	Desenvolvimento de soluções tecnológicas institucionais no âmbito de projetos de mestrado profissional
	Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (TRT-13)	Projetos de inovação tecnológica e aperfeiçoamento de sistemas institucionais
	Empresas públicas e privadas (via chamamento público institucional)	Qualificação de colaboradores no MPTI, desenvolvimento de projetos aplicados e cooperação em pesquisa e inovação tecnológica.
	Instituto Federal do Espírito Santo (Coordenação Nacional do ProfEPT)	Coordenação acadêmica nacional e articulação da rede de Instituições Associadas

	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)	Fomento, bolsas e apoio à oferta nacional do programa em rede
	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC)	Articulação da política nacional de formação para a Educação Profissional e Tecnológica.
	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)	Concessão de bolsas e apoio ao desenvolvimento de projetos de pesquisa
	Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ-PB)	Fomento a projetos de pesquisa e apoio financeiro ao programa
	Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia (FORTEC)	Coordenação nacional do programa em rede e articulação das instituições associadas
	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)	Fomento e reconhecimento do programa em rede nacional
	Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) e Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs)	Apoio a projetos de propriedade intelectual, transferência de tecnologia e inovação.
Editora IFPB	Instituto Federal do Pará (IFPA), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará (IFCE)	Desenvolver práticas de co edição para publicação de livros.
Pró-reitoria de Extensão e Cultura	Acordo de Cooperação nº 001-2024 - Secretarias de Cultura (SECULT-IFPB) 2024	Operacionalização da Lei Aldir Blanc através de Birôs Criativos e oficinas de projetos culturais para a comunidade.
	Acordo de Cooperação Técnica SRRF04 nº 4/2025 Superintendência da Receita Federal do Brasil na 4ª RF - Recife/PE e IFPB	Tem como objeto a execução de ações de descaracterização, reciclagem ou reutilização de mercadorias apreendidas e custodiadas pela SRRF04, sujeitas a destruição ou inutilização, a ser realizada nos campi de ensino do IFPB.
	Termo de Convênio de ECTI Tripartite nº 01/2026:	Convênio tripartite entre IFPB, FUNETEC e Serra da Palmeira Energia para execução do projeto de extensão "Desenvolvimento Cultural e Esportivo" no Campus Picuí, visando o fomento de habilidades artísticas e práticas esportivas para discentes e comunidade local.

	Prefeitura Municipal de Alagoa Grande-PB	Com a finalidade de atuar em conjunto na ação de extensão Intitulada: Curso de Cuidadora Infantil, no âmbito do Programa Mulheres Mil.
	Prefeitura Municipal de Sapé-PB	Com a finalidade de atuar em conjunto na ação de extensão Intitulada: Curso de Cuidadora Infantil e de Manicure e Pedicure , no âmbito do Programa Mulheres Mil.
	Prefeitura Municipal de Queimadas-PB	Com a finalidade de atuar em conjunto na ação de extensão Intitulada: Curso de Cuidadora Infantil e de Maquiadora, no âmbito do Programa Mulheres Mil.
	Prefeitura Municipal de Mamanguape-PB	Com a finalidade de atuar em conjunto na ação de extensão Intitulada: Curso de Horticultor Orgânico e Curso de Maquiador, no âmbito do Programa Mulheres Mil.
	Prefeitura Municipal de Picuí-PB	Através da Secretaria de Agricultura do Município de Picuí-PB com a finalidade de Curso de Formação Inicial e Continuada em Aquicultor e/ou Operador de Beneficiamento do Pescado e/ou Agente de Desenvolvimento Cooperativista, no âmbito do Programa Bolsa-Formação Aquicultura.
	IFPB Campus Catolé do Rocha e a Secretaria Municipal de Educação - Catolé do Rocha-PB	Apoio institucional da Secretaria Municipal de Educação para o projeto de Inclusão Digital, Cidadania e Direitos Humanos, atuando na mobilização de estudantes da rede municipal, divulgação e suporte logístico às atividades de extensão.
	IFPB Campus Sousa e a Associação Comunitária Quilombola Santa Tereza - Coremas - 06/01/2026	Parceria para o fortalecimento de saberes tradicionais, com a disponibilização do território quilombola como espaço educativo e condução de oficinas por Mestres de Saberes. A comunidade atua como coautora e sujeito coletivo, garantindo o protagonismo comunitário e a validação das práticas artesanais e culturais.
	IFPB Campus Guarabira e a Associação Comercial e Empresarial de Guarabira	Com o objetivo de desenvolver atividades de Extensão e Cultura junto à ação intitulada "INFORMÁTICA BÁSICA PARA ADOLESCENTES", vinculada à/ao CAMPUS GUARABIRA do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, a qual visa demonstrar aos estudantes as oportunidades de trabalho relacionadas ao tema da ação na cidade de Guarabira e região e as oportunidades de empreendedorismo.
	IFPB Campus Sousa e a Prefeitura Municipal de Sousa	Parceria com a Secretaria de Turismo de Sousa para a execução do curso FIC "Pisadas para um Turismo Sustentável". O parceiro atua na coautoria da proposta pedagógica, cessão de espaço físico e suporte logístico para visitas técnicas guiadas.
	IFPB Campus Sousa e a E.M.E.I.F IRMÃ MARIA IRAÍDES HOLANDA LAVOR - Sousa-PB	Parceria com a E.M.E.I.F. Irmã Maria Iraídes Holanda Lavor (Sousa-PB) para a execução do curso FIC de Costureira em Máquina Reta e Overloque. A escola atua na mobilização social, realizando a seleção e matrícula de alunas entre as mães da comunidade escolar, além de fornecer suporte operacional ao curso.
	IFPB Campus Sousa e a Associação Quilombola Os Rufinos - Sousa-PB	Parceria com a Associação Quilombola Os Rufinos e o NEABIC/Campus Sousa para a execução do projeto "Saberes Quilombolas". O parceiro atua como coautor no planejamento, fornecendo espaços para aulas práticas e compartilhando saberes tradicionais, artes e ofícios sob os princípios da educação popular e valorização da diversidade cultural.

	IFPB Campus Campina Grande e a Associação de Estudantes Estrangeiros – João Pessoa/PB- Mame Cheikh Ibrahima Diop	Com o objetivo de desenvolver atividades de Extensão e Cultura junto à ação intitulada “Curso de Formação Inicial e Continuada em Língua Portuguesa e Cultura Brasileira para Estrangeiros”.
	IFPB Campus Cabedelo e a UNIPESCA - Cooperativa de Pesca do Estado da Paraíba - Cabedelo-PB	Com o objetivo de desenvolver atividades de Extensão e Cultura junto à ação intitulada “Curso FIC em Aquicultor e Curso FIC em Operador de Beneficiamento do Pescado”, na perspectiva de dar apoio técnico para definição de melhores horários e turnos de oferta dos cursos; e contribuir para a divulgação e o alcance social da ação.
	IFPB Campus Cabedelo e o Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino Privado da Paraíba, com o objetivo de desenvolver atividades de Extensão e Cultura junto à ação intitulada: Curso Livre de Formação de A.T. (Acompanhante Terapêutica).	Durante sua atuação no âmbito da ação de extensão e cultura, o Parceiro Social se compromete a desempenhar as atribuições e a cumprir as responsabilidades detalhadas a seguir: Selecionar e apoiar a capacitação de educadores, gestores e familiares, ampliando a compreensão sobre a neurodiversidade e garantindo a efetivação dos direitos fundamentais da pessoa autista.

APÊNDICE D - Parcerias Institucionais e Instrumentos de Cooperação dos Campi

Campus	Parceiro	Finalidade
Avançado Soledade	Prefeitura Municipal de Soledade	Oferta do curso "Horizonte Digital 60+" focado em internet e IA.
	Centro de Referência de Assistência Social (CRAS - Soledade)	Capacitação em Empreendedorismo para mulheres artesãs.
	Escola Municipal Luiz Gonzaga Burity	Curso de lógica e raciocínio para Olimpíadas de Informática.
	Colônia de Pescadores Z-27	Formação continuada e apoio técnico aos associados.
Pedra de Fogo	Prefeitura Municipal de Pedras de Fogo PB	Educação, Robótica, Meio Ambiente, Saúde
	Instituto Federal Baiano (IFBAIANO)	Cursos na área de Moda e Vestuário; Departamento da Receita Federal 4º e 5º Região) - Doação de itens de Vestuário e afins para descaracterização
	Prefeitura Municipal de Itambé PE	Oficinas e cursos na área de Educação, Moda e Vestuário
	NORFIL Indústria Têxtil	Programa Jovem Aprendiz Operador Polivalente da Indústria Têxtil (Curso FIC)
	Usina Giasa	Programa Jovem Aprendiz na área de Informática; Indústria FICAMP - Programa Jovem Aprendiz na área de Vestuário e Informática
	Supermercado Varejão	Programa Jovem Aprendiz
Princesa Isabel	Memorial Pereira Lima	Desenvolvimento de projetos voltados à história local
	Academia Princesence de Letras	Projetos culturais e literários
	Cadeia Pública de Princesa Isabel	Projeto da Secretaria de Segurança Pública Estadual de Remissão da pena por leitura
	Tribunal Regional do Trabalho (TRT-PB)	Ações formativas para as comunidades quilombolas da região
	Missão Vida de Princesa Isabel	Formações de curta duração para os residentes da missão que trabalham com homens em situação de rua ou com algum vício.

APÊNDICE E - Inserção Regional e Área de Atuação Institucional

Campus	Município	Área de Atuação	Cidades Atingidas
Areia	Areia	Gestão e Negócios; Produção Alimentícia	Areia/PB: 72%; Dona Inês/PB: 12%; Remígio/PB: 8%; Alagoa Grande/PB: 2%; Campina Grande/PB: 1%; Outras: 5%
Avançado Soledade	Soledade	Informação e Comunicação	Soledade/PB: 87%; Juazeirinho/PB: 6%; Cubati/PB: 2%; Olivedos/PB: 2%; Santo André/PB: 2%; Outras: 1%
Cabedelo	Cabedelo	Ambiente e Saúde; Desenvolvimento Educacional e Social; Produção Alimentícia; Produção Cultural e Design; Produção Industrial; Recursos Naturais	Cabedelo/PB: 70%; João Pessoa/PB: 21%; Lucena/PB: 7%; Santa Rita/PB: 1%; Outras: 1%
Cabedelo Centro	Cabedelo	Gestão e Negócios; Infraestrutura; Turismo, Hospitalidade e Lazer	João Pessoa/PB: 42%; Cabedelo/PB: 33%; Lucena/PB: 5%; Santa Rita/PB: 3%; Bayeux/PB: 1%; Outras: 16%
Cajazeiras	Cajazeiras	Ambiente e Saúde; Controle e Processos Industriais; Desenvolvimento Educacional e Social; Informação e Comunicação; Infraestrutura	Cajazeiras/PB: 30%; São João do rio do Peixe/PB: 10%; Sousa/PB: 6%; São José de Piranhas/PB: 5%; Cachoeira dos Índios/PB: 3%; Outras: 46%
Campina Grande	Campina Grande	Desenvolvimento Educacional e Social; Gestão e Negócios; Informação e Comunicação; Infraestrutura; Produção Industrial; Recursos Naturais	Campina Grande/PB: 49%; Queimadas/PB: 9%; Boa Vista/PB: 4%; Lagoa Seca/PB: 2%; Pocinhos/PB: 2%; Outras: 34%
Catolé do Rocha	Catolé do Rocha	Informação e Comunicação; Infraestrutura	Catolé do Rocha/PB: 26%; Brejo do Cruz/PB: 11%; Brejo dos Santos/PB: 6%; Patu/RN: 6%; Lucrécia/RN: 5%; Outras: 46%
Esperança	Esperança	Controle e Processos Industriais; Informação e Comunicação	Esperança/PB: 52%; Areial/PB: 13%; Remígio/PB: 9%; Areia/PB: 5%; Campina Grande/PB: 5%; Outras: 16%
Guarabira	Guarabira	Gestão e Negócios; Informação e Comunicação; Infraestrutura	Guarabira/PB: 28%; Mari/PB: 10%; Dona Inês/PB: 5%; Alagoinha/PB: 5%; Alagoa Grande/PB: 5%; Outras: 47%
Itabaiana	Itabaiana	Controle e Processos Industriais	Itabaiana/PB: 24%; Juripiranga/PB: 16%; Pilar/PB: 14%; Mogeiro/PB: 11%; Gurinhém/PB: 7%; Outras: 28%
Itaporanga	Itaporanga	Informação e Comunicação; Infraestrutura	Itaporanga/PB: 32%; Santana dos Garrotes/PB: 15%; Serra Grande/PB: 9%; Pedra Branca/PB: 8%; São José de Caiana/PB: 5%; Outras: 31%
João Pessoa	João Pessoa	Ambiente e Saúde; Controle e Processos Industriais; Desenvolvimento Educacional e Social; Gestão e Negócios; Informação e	João Pessoa/PB: 71%; Santa Rita/PB: 6%; Conde/PB: 4%; Bayeux/PB: 4%; Campina Grande/PB: 2%; Outras: 13%

		Comunicação; Infraestrutura; Militar; Produção Cultural e Design; Turismo, Hospitalidade e Lazer	
João Pessoa Zona Sul	João Pessoa	Ambiente e Saúde	João Pessoa/PB: 95%; Conde/PB: 3%; Bayeux/PB: 1% Cabedelo/PB: 1%
Monteiro	Monteiro	Desenvolvimento Educacional e Social; Informação e Comunicação; Infraestrutura; Produção Cultural e Design	Monteiro/PB: 43%; Sumé/PB: 12%; Sertânia/PE: 9%; Zabelê/PB: 8%; São Sebastião do Umbuzeiro/PB: 7%; Outras: 21%
Patos	Patos	Controle e Processos Industriais; Informação e Comunicação; Infraestrutura; Segurança	Patos/PB: 30%; Malta/PB: 6%; Teixeira/PB: 5%; Santa Luzia/PB: 5%; São João do Sabugi/RN: 4%; Outras: 50%
Pedras de Fogo	Pedras de Fogo	Informação e Comunicação; Produção Cultural e Design	Pedras de Fogo/PB: 65%; Itambé/PE: 31%; Cruz do Espírito Santo/PB: 1%; Goiana/PE: 1%; João Pessoa/PB: 1%; Outras: 1%
Picuí	Picuí	Controle e Processos Industriais; Informação e Comunicação; Infraestrutura; Recursos Naturais	Picuí/PB: 32%; Carnaúba dos Dantas/RN: 13%; Barra de Santa Rosa/PB: 10%; Baraúna/PB: 7%; Jardim do Seridó/RN: 7%; Outras: 31%
Princesa Isabel	Princesa Isabel	Ambiente e Saúde; Desenvolvimento Educacional e Social; Informação e Comunicação; Infraestrutura	Princesa Isabel/PB: 32%; Manaíra/PB: 17%; Água Branca/PB: 16%; Juru/PB: 15%; Tavares/PB: 14%; Outras: 6%
Santa Luzia	Santa Luzia	Controle e Processos Industriais; Informação e Comunicação	Santa Luzia/PB: 47%; Junco do Seridó/PB: 21%; São José do Sabugi/PB: 14%; Equador/RN: 8%; Santana do Seridó/RN: 4%; Outras: 6%
Santa Rita	Santa Rita	Ambiente e Saúde; Informação e Comunicação	Santa Rita/PB: 82%; João Pessoa/PB: 6%; Cruz do Espírito Santo/PB: 6%; Bayeux/PB: 3%; Lucena/PB: 1%; Outras: 2%
Sousa	Sousa	Ambiente e Saúde; Desenvolvimento Educacional e Social; Informação e Comunicação; Produção Alimentícia; Recursos Naturais	Sousa/PB: 34%; Tenente Ananias/RN: 11%; Nazarezinho/PB: 6%; Aparecida/PB: 5%; Cajazeiras/PB: 5%; Outras: 39%

APÊNDICE F - Oferta Educacional

Campus Areia

Curso	Classificação acadêmica	Organização da oferta	Vagas	Características da oferta	Implantação
Administração	Técnico - Subsequente	Presencial - Noturno	60	-	-
Administração	Técnico - Subsequente	Presencial - Vespertino	60	-	-
Gastronomia	Técnico - Subsequente	Presencial - Matutino	80	-	-
Gastronomia	Técnico - Subsequente	Presencial - Vespertino	80	-	-
Gestão Pública	Técnico - Especialização Técnica	Presencial - Matutino	40	Novo curso	2026
Informática	Técnico - Integrado	Presencial - Noturno	40	Novo curso	2027
Restaurante e Bar	Técnico - Subsequente	Presencial - Noturno	60	-	-
Restaurante e Bar	Técnico - Subsequente	Presencial - Vespertino	60	-	-

Campus Avançado Soledade

Curso	Classificação acadêmica	Organização da oferta	Vagas	Características da oferta	Implantação
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Graduação - Tecnologia	Presencial - Integral	40	Novo curso	2027
Ciências de Dados	Técnico - Especialização Técnica	Educação a distância	200	Novo curso	2026
Informática	Técnico - Integrado	Presencial - Matutino	40	Novo curso	2028
Informática	Técnico - Subsequente	Presencial - Noturno	60	-	-

Campus Cabedelo

Curso	Classificação acadêmica	Organização da oferta	Vagas	Características da oferta	Implantação
Informática	Técnico - Integrado	Presencial - Integral	40	Novo curso	2028
Informática	Técnico - Subsequente	Presencial - Noturno	40	Novo curso	2029
Meio Ambiente	Técnico - Integrado	Presencial - Integral	40	-	-
Meio Ambiente	Técnico - Subsequente	Presencial - Noturno	80	-	-
Multimídia	Técnico - Integrado	Presencial - Integral	40	-	-

Panificação	Técnico - Integrado	Presencial - Noturno	40	-	-
Panificação	Técnico - Subsequente	Presencial - Noturno	40	Novo curso	2027
Pesca	Técnico - Integrado	Presencial - Noturno	40	-	-
Química	Técnico - Integrado	Presencial - Integral	40	Novo curso	2027
Química	Técnico - Subsequente	Presencial - Noturno	40	-	-
Recursos Pesqueiros	Técnico - Integrado	Presencial - Integral	40	-	-
Segurança do Trabalho	Técnico - Subsequente	Presencial - Noturno	40	Novo curso	2030
Ciências Biológicas	Graduação - Licenciatura	Presencial - Matutino	40	Formação de professores	-
Ciências Biológicas	Graduação - Licenciatura	Presencial - Vespertino	40	Formação de professores	-
Ciências Biológicas	Graduação - Formação Pedagógica	Presencial - Vespertino ou Noturno	-	Formação de professores; Novo curso	2027
Observação: Vagas decorrentes de evasão.					
Ciências Biológicas	Graduação - Segunda Licenciatura	Presencial - Vespertino ou Noturno	-	Formação de professores; Novo curso	2027
Observação: Vagas decorrentes de evasão.					
Design Gráfico	Graduação - Tecnologia	Presencial - Noturno	40	-	-
Design Gráfico	Graduação - Tecnologia	Presencial - Vespertino	40	-	-
Ciências é 10	Pós-graduação - Lato Sensu	Educação a distância	150	Novo curso	2027
Design Gráfico	Pós-graduação - Stricto Sensu - Mestrado	Presencial - Integral	40	Novo curso	2027
Docência para a Educação Profissional e Tecnológica	Pós-graduação - Lato Sensu	Educação a distância	230	-	-
Educação Ambiental e Sustentabilidade	Pós-graduação - Lato Sensu	Presencial - Integral	150	-	-
Línguas Estrangeiras Modernas	Pós-graduação - Lato Sensu	Educação a distância	150	-	-

Campus Cabedelo Centro

Curso	Classificação acadêmica	Organização da oferta	Vagas	Características da oferta	Implantação
Administração	Técnico - Integrado	Presencial - Matutino	30	Novo curso	2027

Comércio Exterior	Técnico - Subsequente	Educação a distância	100	-	-
Guia de Turismo	Técnico - Subsequente	Educação a distância	100	-	2026
Observação: Altera a oferta de 250 para 100 vagas.					
Guia de Turismo	Técnico - Subsequente	Presencial - Vespertino	30	-	2026
Observação: Altera a oferta de 40 para 30 vagas.					
Guia em Atrativo Turístico Cultural	Técnico - Especialização Técnica	Educação a distância	400	-	-
Guia em Atrativo Turístico Cultural	Técnico - Especialização Técnica	Educação a distância	472	-	-
Hospedagem	Técnico - Integrado	Presencial - Noturno	30	Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica; Novo curso	2029
Manobras e Equipamentos de Convés	Técnico - Subsequente	Presencial - Integral	30	Novo curso	2028
Manutenção de Máquinas Navais	Técnico - Subsequente	Presencial - Integral	30	Novo curso	2030
Serviços Jurídicos	Técnico - Integrado	Presencial - Integral	30	-	-
Serviços Jurídicos	Técnico - Subsequente	Educação a distância	100	-	-
Serviços Jurídicos	Técnico - Subsequente	Presencial - Noturno	40	-	-
Transações Imobiliárias	Técnico - Subsequente	Presencial - Noturno	40	-	-
Transporte Aquaviário	Técnico - Subsequente	Presencial - Noturno	30	-	-
Gestão na Educação Profissional e Tecnológica	Pós-graduação - Lato Sensu	Educação a distância	200	Novo curso	2027

Campus Cajazeiras

Curso	Classificação acadêmica	Organização da oferta	Vagas	Características da oferta	Implantação
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Graduação - Tecnologia	Presencial - Integral	60	-	-
Comércio	Técnico - Integrado	Presencial - Integral	40	Educação de Jovens e Adultos integrada à	2027

				Educação Profissional e Tecnológica; Novo curso; Substituição de curso	
	Observação: Substitui o curso Técnico Integrado em Meio Ambiente (Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica).				
Edificações	Técnico - Integrado	Presencial - Integral	40	-	-
Edificações	Técnico - Subsequente	Presencial - Noturno	80	-	-
Eletromecânica	Técnico - Integrado	Presencial - Integral	40	-	-
Eletromecânica	Técnico - Subsequente	Presencial - Noturno	80	-	-
Eletrotécnica	Técnico - Subsequente	Presencial - Integral	80	Novo curso	2028
Informática	Técnico - Integrado	Presencial - Integral	40	-	-
Ciências de Dados e Inteligência Artificial	Graduação - Tecnologia	Presencial - Integral	80	Novo curso	2027
Computação	Graduação - Licenciatura	Presencial - Noturno	80	Formação de professores; Novo curso	2029
Engenharia Civil	Graduação - Bacharelado	Presencial - Integral	80	-	-
Engenharia de Controle e Automação	Graduação - Bacharelado	Presencial - Integral	80	-	-
Inglês	Graduação - Licenciatura	Presencial - Noturno	80	Formação de professores; Novo curso	2030
Matemática	Graduação - Licenciatura	Presencial - Noturno	80	Formação de professores	-
Meio Ambiente	Técnico - Integrado	Presencial - Noturno	40	-	-
Pedagogia	Graduação - Licenciatura	Presencial - Noturno	80	Formação de professores; Novo curso	2028
Ciências de Dados	Pós-graduação - Lato Sensu	Presencial - Integral	30	Novo curso	2027
Matemática	Pós-graduação - Lato Sensu	Presencial - Integral	20	-	-
Manufatura Avançada	Pós-graduação - Lato Sensu	Presencial - Integral	20	Novo curso	2026

Campus Campina Grande

Curso	Classificação acadêmica	Organização da oferta	Vagas	Características da oferta	Implantação
Administração	Técnico - Integrado	Presencial - Noturno	40	-	-

Administração	Técnico - Subsequente	Presencial - Noturno	40	Novo curso	2027
Edificações	Técnico - Integrado	Presencial - Integral	90	-	-
Eletroeletrônica	Técnico - Subsequente	Presencial - Integral	40	Novo curso	2030
Informática	Técnico - Integrado	Presencial - Integral	45	-	-
Informática	Técnico - Subsequente	Presencial - Noturno	100	-	-
Manutenção e Suporte em Informática	Técnico - Subsequente	Presencial - Noturno	100	-	-
Mineração	Técnico - Integrado	Presencial - Integral	80	-	-
Mineração	Técnico - Subsequente	Presencial - Noturno	45	-	-
Petróleo e Gás	Técnico - Integrado	Presencial - Integral	90	-	-
Química	Técnico - Integrado	Presencial - Integral	90	-	-
Construção de Edifícios	Graduação - Tecnologia	Presencial - Integral	80	-	-
Engenharia Civil	Graduação - Bacharelado	Presencial - Integral	80	-	-
Engenharia de Computação	Graduação - Bacharelado	Presencial - Integral	80	-	-
Engenharia de Energias	Graduação - Bacharelado	Presencial - Integral	40	Novo curso	2027
Engenharia de Minas	Graduação - Bacharelado	Presencial - Integral	60	Novo curso	2028
Física	Graduação - Licenciatura	Presencial - Noturno	80	Formação de professores	-
Letras - Língua Portuguesa	Graduação - Licenciatura	Semipresencial	100	Formação de professores	-
Matemática	Graduação - Licenciatura	Presencial - Noturno	80	Formação de professores	-
Química	Graduação - Licenciatura	Presencial - Noturno	60	Formação de professores; Novo curso	2027
Teatro	Graduação - Licenciatura	Presencial - Integral	60	Formação de professores; Novo curso	2028
Telemática	Graduação - Tecnologia	Presencial - Integral	80	-	-
Ensino de Matemática	Pós-graduação - Lato Sensu	Presencial - Integral	30	-	-
Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação em Rede	Pós-graduação - Stricto Sensu - Mestrado Profissional	Presencial - Integral	10	-	-

Campus Catolé do Rocha

Curso	Classificação acadêmica	Organização da oferta	Vagas	Características da oferta	Implantação
Administração	Técnico - Integrado	Presencial - Vespertino	120	-	2028
Observação: Altera a oferta de 80 para 120 vagas e o turno matutino para o vespertino.					
Edificações	Técnico - Integrado	Presencial - Matutino	40	-	-
Eletrônica	Técnico - Integrado	Presencial - Integral	40	Novo curso	2030
Informática	Técnico - Integrado	Presencial - Matutino	40	-	-
Informática	Técnico - Integrado	Presencial - Vespertino	40	-	-
Arquitetura e Urbanismo	Graduação - Bacharelado	Presencial - Integral	30	-	-
Banco de Dados	Graduação - Tecnologia	Presencial - Noturno	40	Novo curso	2029
Computação	Graduação - Licenciatura	Presencial - Noturno	40	Formação de professores; Novo curso	2029
Educação Escolar Inclusiva	Pós-graduação - Lato Sensu	Educação a distância	40	Formação de professores; Novo curso	2028
Educação Profissional Técnica	Pós-graduação - Lato Sensu	Educação a distância	40	Formação de professores; Novo curso	2028
Educação Quilombola	Pós-graduação - Lato Sensu	Educação a distância	40	Formação de professores; Novo curso	2028

Campus Esperança

Curso	Classificação acadêmica	Organização da oferta	Vagas	Características da oferta	Implantação
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Graduação - Tecnologia	Presencial - Integral	80	-	-
Comércio	Técnico - Integrado	Presencial - Noturno	40	Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica; Novo curso	2027
Energias Renováveis	Graduação - Tecnologia	Presencial - Integral	50	-	-
Informática	Técnico - Integrado	Presencial - Matutino	40	-	-
Pedagogia	Graduação - Licenciatura	Presencial - Noturno	80	Formação de professores; Novo curso	2028

Sistemas de Energia Renovável	Técnico - Integrado	Presencial - Matutino	80	-	-
-------------------------------	---------------------	-----------------------	----	---	---

Campus Guarabira

Curso	Classificação acadêmica	Organização da oferta	Vagas	Características da oferta	Implantação
Administração	Técnico - Integrado	Presencial - Matutino	40	Novo curso; Substituição de curso	2026
Observação: Substitui o curso Curso Técnico Integrado em Contabilidade.					
Comércio	Técnico - Integrado	Presencial - Noturno	40	Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica; Novo curso; Substituição de curso	2028
Observação: Substitui o curso Curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial (entrada vespertina).					
Contabilidade	Técnico - Integrado	Presencial - Integral	40	-	-
Edificações	Técnico - Integrado	Presencial - Integral	40	-	-
Engenharia Civil	Graduação - Bacharelado	Presencial - Integral	80	Novo curso	2030
Gestão Comercial	Graduação - Tecnologia	Presencial - Noturno	80	-	-
Gestão Comercial	Graduação - Tecnologia	Presencial - Vespertino	80	-	-
Gestão de Negócios	Pós-graduação - Lato Sensu	Presencial - Noturno	30	Novo curso	2027
Informática	Técnico - Integrado	Presencial - Integral	30	-	-
Informática para Internet	Técnico - Integrado	Presencial - Integral	80	Novo curso; Substituição de curso	2028
Observação: Substitui o curso Curso Técnico Integrado em Informática.					
Matemática e Suas Tecnologias	Pós-graduação - Lato Sensu	Presencial - Noturno	40	Formação de professores; Novo curso	2029
Orçamento, Planejamento e Coordenação de Obras	Técnico - Especialização Técnica	Presencial - Noturno	30	Novo curso	2026

Sistemas para Internet	Graduação - Tecnologia	Presencial - Integral	80	-	-
------------------------	------------------------	-----------------------	----	---	---

Campus Itabaiana

Curso	Classificação acadêmica	Organização da oferta	Vagas	Características da oferta	Implantação
Automação Industrial	Técnico - Integrado	Presencial - Integral	40	-	-
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Graduação - Tecnologia	Presencial - Noturno	40	Novo curso	2030
Ciências da Natureza	Graduação - Licenciatura	Presencial - Noturno	40	Formação de professores; Novo curso	2028
Eletromecânica	Técnico - Integrado	Presencial - Integral	40	-	-
Eletromecânica	Técnico - Subsequente	Presencial - Noturno	40	-	-
Eletrotécnica	Técnico - Integrado	Presencial - Integral	40	Novo curso	2029
Engenharia de Controle e Automação	Graduação - Bacharelado	Presencial - Integral	40	Novo curso	2027
Informática	Técnico - Integrado	Presencial - Integral	40	-	-

Campus Itaporanga

Curso	Classificação acadêmica	Organização da oferta	Vagas	Características da oferta	Implantação
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Graduação - Tecnologia	Presencial - Noturno	30	Novo curso	2030
Edificações	Técnico - Integrado	Presencial - Matutino	40	-	-
Edificações	Técnico - Integrado	Presencial - Vespertino	40	-	-
Engenharia Civil	Graduação - Bacharelado	Presencial - Integral	80	-	-
Informática	Técnico - Integrado	Presencial - Matutino	40	-	-
Informática	Técnico - Integrado	Presencial - Noturno	40	Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica; Novo curso	2029
Informática	Técnico - Integrado	Presencial - Vespertino	40	-	-

Matemática	Graduação - Licenciatura	Presencial - Noturno	30	Formação de professores; Novo curso	2028
------------	--------------------------	----------------------	----	--	------

Campus João Pessoa

Curso	Classificação acadêmica	Organização da oferta	Vagas	Características da oferta	Implantação
Administração	Graduação - Bacharelado	Presencial - Matutino	80	-	-
Administração	Graduação - Bacharelado	Presencial - Noturno	80	-	-
Automação Industrial	Graduação - Tecnologia	Presencial - Matutino	60	-	-
Agrimensura	Técnico - Integrado	Presencial - Vespertino	40	Novo curso	2027
Construção de Edifícios	Graduação - Tecnologia	Presencial - Noturno	80	-	-
Contabilidade	Técnico - Integrado	Presencial - Matutino	40	-	-
Contratos Imobiliários	Técnico - Especialização Técnica	Educação a distância	60	Novo curso	2026
Controle Ambiental	Técnico - Integrado	Presencial - Vespertino	40	-	-
Desenvolvimento Comunitário	Técnico - Integrado	Presencial - Vespertino	40	Novo curso	2028
Design de Interiores	Graduação - Tecnologia	Presencial - Matutino	60	-	-
Edificações	Técnico - Integrado	Presencial - Vespertino	40	-	-
Edificações	Técnico - Subsequente	Presencial - Noturno	80	-	-
Educação Física	Graduação - Licenciatura	Presencial - Noturno	80	Formação de professores; Novo curso	2029
Educação Profissional e Tecnológica	Pós-graduação - Stricto Sensu - Mestrado Profissional	Presencial - Integral	20	-	-
Eletrônica	Técnico - Integrado	Presencial - Matutino	40	-	-
Eletrônica	Técnico - Subsequente	Presencial - Noturno	80	-	-
Eletrotécnica	Técnico - Integrado	Presencial - Vespertino	40	-	-
Eletrotécnica	Técnico - Subsequente	Presencial - Noturno	80	-	-
Energia Solar Fotovoltaica	Técnico - Especialização Técnica	Presencial - Noturno	40	Novo curso	2026
Energias Renováveis	Técnico - Integrado	Presencial - Integral	40	Novo curso; Substituição de curso	2027
Observação: Substitui o curso Curso Técnico Integrado em Eletrotécnica (vespertino).					

Engenharia Civil	Graduação - Bacharelado	Presencial - Integral	80	-	-
Engenharia de Software	Graduação - Bacharelado	Presencial - Integral	80	-	2027
	Observação: Altera a oferta de 60 para 80 vagas				
Engenharia Elétrica	Graduação - Bacharelado	Presencial - Integral	80	-	-
Engenharia Elétrica	Pós-graduação - Stricto Sensu - Mestrado	Presencial - Integral	20	-	-
Engenharia Mecânica	Graduação - Bacharelado	Presencial - Integral	80	-	-
Engenharia Sanitária e Ambiental	Graduação - Bacharelado	Presencial - Integral	50	Novo curso; Substituição de curso	2029
	Observação: Substitui o curso Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental.				
Ensino da Rede Nordeste de Ensino	Pós-graduação - Stricto Sensu - Doutorado	Presencial - Matutino	20	Novo curso	2027
Ensino de Língua Portuguesa e Literatura na Educação Básica	Pós-graduação - Lato Sensu	Educação a distância	50	Formação de professores; Novo curso	2027
Equipamentos Biomédicos	Técnico - Subsequente	Presencial - Noturno	60	-	-
Eventos	Técnico - Integrado	Presencial - Noturno	80	Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica	-
Eventos	Técnico - Subsequente	Presencial - Noturno	80	Novo curso; Substituição de curso	2030
	Observação: Substitui o curso Técnico Integrado em Eventos (Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica).				
Física	Graduação - Licenciatura	Presencial - Noturno	80	Formação de professores; Novo curso	2030
Geoprocessamento	Graduação - Tecnologia	Presencial - Matutino	50	-	-
Geoprocessamento	Pós-graduação - Lato Sensu	Semipresencial	20	Novo curso; Substituição de curso	2027
	Observação: Substitui o curso Curso Superior de Tecnologia em Geoprocessamento.				
Gestão Ambiental	Graduação - Tecnologia	Presencial - Matutino	60	-	-

Gestão de Negócios e da Informação	Graduação - Tecnologia	Presencial - Noturno	60	Novo curso; Substituição de curso	2027
	Observação: Substitui o curso Bacharelado em Administração (Matutino).				
Gestão de Negócios Imobiliários	Graduação - Tecnologia	Presencial - Noturno	60	-	-
Gestão Pública	Pós-graduação - Lato Sensu	Educação a distância	150	Novo curso	2027
	Observação: Gestão Escolar do Programa Nacional de Formação em Administração Pública.				
Hospedagem	Técnico - Integrado	Presencial - Noturno	80	Novo curso; Substituição de curso	2029
	Observação: Substitui o curso Curso Técnico Integrado em Eventos.				
Hotelaria	Graduação - Tecnologia	Presencial - Matutino	60	-	-
Informática	Técnico - Integrado	Presencial - Integral	40	-	-
Instrumento Musical	Técnico - Integrado	Presencial - Matutino	40	-	-
Instrumento Musical	Técnico - Integrado	Presencial - Vespertino	40	Novo curso; Substituição de curso	2028
	Observação: Substitui o curso Curso Técnico Subsequente em Instrumento Musical.				
Instrumento Musical	Técnico - Subsequente	Presencial - Noturno	80	-	-
Letras - Língua Portuguesa	Graduação - Licenciatura	Semipresencial	100	Formação de professores	-
Matemática	Graduação - Licenciatura	Presencial - Vespertino	80	Formação de professores	-
Mecânica	Técnico - Integrado	Presencial - Vespertino	40	-	-
Mecânica	Técnico - Subsequente	Presencial - Noturno	40	-	-
Modelagem em Informação da Construção	Técnico - Especialização Técnica	Semipresencial	20	Novo curso	2026
Química	Graduação - Licenciatura	Presencial - Vespertino	60	Formação de professores	-
Redes de Computadores	Graduação - Tecnologia	Presencial - Matutino	80	-	-
Secretariado	Técnico - Subsequente	Presencial - Noturno	80	-	-
Sistemas de Telecomunicações	Graduação - Tecnologia	Presencial - Noturno	70	-	-
Sistemas Embarcados e Internet das Coisas	Técnico - Especialização Técnica	Presencial - Noturno	30	Novo curso	2026

Sistemas para Internet	Graduação - Tecnologia	Presencial - Vespertino	80	-	-
Tecnologia da Informação	Pós-graduação - Stricto Sensu - Mestrado Profissional	Presencial - Integral	25	-	-
Tecnologia da Informação	Pós-graduação - Stricto Sensu - Doutorado	Presencial - Noturno	10	Novo curso	2027

Campus João Pessoa Zona Sul

Curso	Classificação acadêmica	Organização da oferta	Vagas	Características da oferta	Implantação
Cuidador de Idosos	Técnico - Subsequente	Presencial - Noturno	80	-	-
Cuidados de Idosos	Técnico - Integrado	Presencial - Noturno	40	Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica; Novo curso	2027
Enfermagem	Técnico - Subsequente	Presencial - Noturno	80	-	-
Saúde da Família	Pós-graduação - Lato Sensu	Presencial - Integral	40	Novo curso	2026

Campus Monteiro

Curso	Classificação acadêmica	Organização da oferta	Vagas	Características da oferta	Implantação
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Graduação - Tecnologia	Presencial - Noturno	80	-	-
Construção de Edifícios	Graduação - Tecnologia	Presencial - Noturno	80	-	-
Edificações	Técnico - Integrado	Presencial - Integral	40	-	-
Engenharia Civil	Graduação - Bacharelado	Presencial - Noturno	80	-	-
Ensino de Meio Ambiente	Pós-graduação - Lato Sensu	Educação a distância	40	Formação de professores; Novo curso; Substituição de curso	2026
Observação: Substitui o curso Pós-Graduação Lato Sensu em Desenvolvimento e Meio Ambiente.					
Informática	Técnico - Integrado	Presencial - Integral	40	-	-
Instrumento Musical	Técnico - Integrado	Presencial - Integral	40	-	-
Instrumento Musical	Técnico - Subsequente	Presencial - Noturno	40	-	-

Instrumento Musical	Graduação - Licenciatura	Semipresencial	40	Formação de professores; Novo curso	2027
---------------------	--------------------------	----------------	----	--	------

Campus Patos

Curso	Classificação acadêmica	Organização da oferta	Vagas	Características da oferta	Implantação
Edificações	Técnico - Integrado	Presencial - Integral	80	-	2027
Observação: Altera a oferta de 40 para 80 vagas.					
Educação Física	Graduação - Licenciatura	Presencial - Integral	60	Formação de professores; Novo curso	2029
Edificações	Técnico - Subsequente	Presencial - Noturno	80	-	-
Eletrotécnica	Técnico - Integrado	Presencial - Integral	40	-	-
Eletrotécnica	Técnico - Subsequente	Presencial - Noturno	80	-	-
Engenharia Civil	Graduação - Bacharelado	Presencial - Integral	80	-	-
Engenharia de Segurança do Trabalho	Pós-graduação - Lato Sensu	Presencial - Integral	40	Novo curso; Substituição de curso	2026
Ensino de Ciências e Matemática	Pós-graduação - Lato Sensu	Educação a distância	40	Novo curso	2026
Observação: Oferta realizada no Polo de Educação a Distância de Patos.					
Ensino de Ciências e Matemática	Pós-graduação - Lato Sensu	Educação a distância	150	-	-
Observação: Oferta de 25 vagas para cada um dos Polos de Educação a Distância de Alagoa Grande, Itaporanga, João Pessoa, Livramento, Mari e Taperoá.					
Informática	Técnico - Integrado	Presencial - Integral	40	-	-
Manutenção e Suporte em Informática	Técnico - Subsequente	Presencial - Matutino	80	-	-
Manutenção e Suporte em Informática	Técnico - Subsequente	Presencial - Noturno	80	-	-
Segurança do Trabalho	Técnico - Integrado	Presencial - Integral	80	-	2028
Observação: Altera a oferta de 40 para 80 vagas.					

Segurança no Trabalho	Graduação - Tecnologia	Presencial - Noturno	80	-	-
-----------------------	------------------------	----------------------	----	---	---

Campus Pedras de Fogo

Curso	Classificação acadêmica	Organização da oferta	Vagas	Características da oferta	Implantação
Computação	Graduação - Licenciatura	Presencial - Noturno	80	Formação de professores; Novo curso	2028
Design de Moda	Técnico - Integrado	Presencial - Vespertino	40	-	-
Informática	Técnico - Integrado	Presencial - Matutino	40	-	-
Informática	Técnico - Subsequente	Presencial - Noturno	80	-	-
Modelagem do Vestuário	Técnico - Subsequente	Presencial - Noturno	30	-	-
Pedagogia	Graduação - Licenciatura	Presencial - Noturno	80	Formação de professores; Novo curso	2029

Campus Picuí

Curso	Classificação acadêmica	Organização da oferta	Vagas	Características da oferta	Implantação
Agroecologia	Graduação - Tecnologia	Presencial - Integral	80	-	-
Agroecologia	Pós-graduação - Lato Sensu	Educação a distância	70	Novo curso	2026
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Graduação - Tecnologia	Presencial - Noturno	60	Novo curso; Substituição de curso	2026
Observação: Substitui o curso Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet.					
Edificações	Técnico - Integrado	Presencial - Integral	50	-	-
Educação a Distância na Educação Profissional e Tecnológica	Pós-graduação - Lato Sensu	Educação a distância	240	Novo curso	2026
Educação Física	Graduação - Licenciatura	Presencial - Noturno	60	Formação de professores; Novo curso	2028
Geografia	Graduação - Licenciatura	Presencial - Noturno	60	Formação de professores	-
Geologia	Técnico - Integrado	Presencial - Integral	50	-	-
Gestão Ambiental	Graduação - Tecnologia	Presencial - Vespertino	60	-	-

Gestão de Recursos Ambientais	Pós-graduação - Lato Sensu	Educação a distância	70	Novo curso	2026
Gestão dos Recursos Ambientais do Semiárido	Pós-graduação - Lato Sensu	Presencial - Integral	25	-	-
Informática	Técnico - Integrado	Presencial - Integral	40	-	-
Letras - Língua Portuguesa	Graduação - Licenciatura	Semipresencial	100	Formação de professores	-
Meio Ambiente	Técnico - Integrado	Presencial - Matutino	40	Novo curso	2027
Mineração	Técnico - Integrado	Presencial - Integral	50	-	-
Sistemas para Internet	Graduação - Tecnologia	Presencial - Noturno	60	-	-

Campus Princesa Isabel

Curso	Classificação acadêmica	Organização da oferta	Vagas	Características da oferta	Implantação
Agricultura	Técnico - Integrado	Presencial - Integral	40	Novo curso; Substituição de curso	2028
Observação: Substitui o curso Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental.					
Agricultura	Técnico - Integrado	Presencial - Noturno	40	Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica; Novo curso	2028
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Graduação - Tecnologia	Presencial - Noturno	50	Novo curso; Substituição de curso	2027
Observação: Substitui o curso Técnico Subsequente em Informática.					
Ciências Biológicas	Graduação - Licenciatura	Presencial - Noturno	40	Formação de professores	-
Ciências Biológicas	Graduação - Licenciatura	Presencial - Vespertino	40	Formação de professores	-
Edificações	Técnico - Subsequente	Presencial - Noturno	40	-	-
Gestão Ambiental	Graduação - Tecnologia	Presencial - Integral	80	-	-
Gestão Ambiental de Municípios	Pós-graduação - Lato Sensu	Presencial - Integral	30	-	-
Gestão Escolar do Programa Nacional de	Pós-graduação - Lato Sensu	Educação a distância	150	Novo curso	2027

Formação em Administração Pública - Gestão Pública					
Informática	Técnico - Integrado	Presencial - Integral	25	-	-
Informática	Técnico - Subsequente	Presencial - Noturno	40	-	-
Meio Ambiente	Técnico - Integrado	Presencial - Integral	40	-	-

Campus Santa Luzia

Curso	Classificação acadêmica	Organização da oferta	Vagas	Características da oferta	Implantação
Ciências	Graduação - Licenciatura	Presencial - Matutino	40	Formação de professores; Novo curso	2028
Eletrônica	Técnico - Integrado	Presencial - Matutino	40	Novo curso; Substituição de curso	2027
	Observação: Substitui o curso Técnico Subsequente em Energias Renováveis.				
Informática	Técnico - Integrado	Presencial - Matutino	40	-	-
Informática	Técnico - Subsequente	Presencial - Noturno	80	-	-
Sistemas de Energia Renovável	Técnico - Integrado	Presencial - Matutino	40	-	-
Sistemas de Energia Renovável	Técnico - Subsequente	Presencial - Noturno	80	-	-

Campus Santa Rita

Curso	Classificação acadêmica	Organização da oferta	Vagas	Características da oferta	Implantação
Administração	Técnico - Integrado	Presencial - Noturno	40	Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica; Novo curso	2028
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Graduação - Tecnologia	Presencial - Noturno	80	-	-
Ciências da Natureza	Graduação - Licenciatura	Presencial - Noturno	80	Formação de professores; Novo curso	2030
Edificações	Técnico - Integrado	Presencial - Integral	40	Novo curso	2030

Educação Ambiental e Sustentabilidade	Pós-graduação - Lato Sensu	Presencial - Matutino	80	Formação de professores; Novo curso	2027
Informática	Técnico - Integrado	Presencial - Integral	80	-	-
Inteligência Artificial	Pós-graduação - Lato Sensu	Educação a distância	80	Novo curso	2027
Meio Ambiente	Técnico - Integrado	Presencial - Integral	35	-	-
Reciclagem	Técnico - Integrado	Presencial - Noturno	80	Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica; Novo curso	2030
Segurança do Trabalho	Técnico - Subsequente	Presencial - Noturno	80	Novo curso	2029

Campus Sousa

Curso	Classificação acadêmica	Organização da oferta	Vagas	Características da oferta	Implantação
Administração	Técnico - Integrado	Presencial - Noturno	30	Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica; Novo curso	2027
Agroecologia	Graduação - Tecnologia	Presencial - Integral	30	-	-
Agroindústria	Técnico - Integrado	Presencial - Integral	30	-	-
Agroindústria	Técnico - Integrado	Presencial - Vespertino	30	-	-
Agropecuária	Técnico - Integrado	Presencial - Integral	40	Novo curso; Substituição de curso	2027
Observação: Substitui o curso Técnico Subsequente em Agropecuária.					
Agropecuária	Técnico - Subsequente	Presencial - Matutino	80	-	-
Alimentos	Graduação - Tecnologia	Presencial - Integral	30	-	-
Educação Física - Área Básica de Ingresso	Graduação - Área Básica de Ingresso	Presencial - Integral	30	-	-
Educação para as Relações Étnico-raciais	Pós-graduação - Lato Sensu	Semipresencial	30	Formação de professores; Novo curso	2029
Informática	Técnico - Integrado	Presencial - Integral	30	-	-
Informática	Técnico - Subsequente	Presencial - Noturno	30	-	-

Informática	Técnico - Subsequente	Presencial - Vespertino	30	-	-
Letras - Língua Portuguesa	Graduação - Licenciatura	Semipresencial	100	Formação de professores	-
Medicina Veterinária	Graduação - Bacharelado	Presencial - Integral	30	-	-
Meio Ambiente	Técnico - Integrado	Presencial - Integral	40	-	-
Química	Graduação - Licenciatura	Presencial - Noturno	30	Formação de professores	-
Residência em Medicina Veterinária	Pós-graduação - Lato Sensu	Presencial - Integral	12	-	-
Sistemas para Internet	Graduação - Tecnologia	Presencial - Noturno	30	Novo curso; Substituição de curso	2030
Observação: Substitui o curso Técnico Subsequente em Informática.					
Tecnologia de Alimentos	Pós-graduação - Lato Sensu	Educação a distância	60	Novo curso	2028
Zootecnia	Graduação - Bacharelado	Presencial - Integral	30	-	-

APÊNDICE G – Sistema de Bibliotecas: Infraestrutura, Acervo e Gestão

Campus Areia

Elemento	Informação	Elemento	Informação
Situação	Biblioteca física não implantada na data-base	Cursos e programas atendidos	Não se aplica
Acervo físico	Não se aplica	Acervo virtual	Não informado na fonte
Formas de atualização	A definir no processo de implantação	Formas de expansão	A definir no processo de implantação
Espaço físico	Não se aplica	Horário de funcionamento	Não se aplica
Equipe	Não se aplica	Classificação dos serviços	Não se aplica
Conteúdo do acervo	Não se aplica		
Serviços oferecidos	Não se aplica na data-base. O planejamento institucional deve indicar as medidas previstas para implantação da biblioteca física ou para a oferta de atendimento alternativo.		

Campus Avançado Soledade

Elemento	Informação	Elemento	Informação
Situação	Biblioteca física não implantada na data-base	Cursos e programas atendidos	Não se aplica
Acervo físico	Não se aplica	Acervo virtual	Não informado na fonte
Formas de atualização	A definir no processo de implantação	Formas de expansão	A definir no processo de implantação
Espaço físico	Não se aplica	Horário de funcionamento	Não se aplica
Equipe	Não se aplica	Classificação dos serviços	Não se aplica
Conteúdo do acervo	Não se aplica		
Serviços oferecidos	Não se aplica na data-base. O planejamento institucional deve indicar as medidas previstas para implantação da biblioteca física ou para a oferta de atendimento alternativo.		

Campus Cabedelo

Elemento	Informação	Elemento	Informação
Situação	Biblioteca em funcionamento	Cursos e programas atendidos	Todos os cursos e programas da unidade
Acervo físico	6.854 exemplares	Acervo virtual	17.000 recursos/títulos no GEDWeb
Formas de atualização	Resolução nº 114/2017 e deliberações dos NDEs	Formas de expansão	Resolução nº 114/2017 e deliberações dos NDEs
Espaço físico	780 m ²	Horário de funcionamento	8h às 20h
Equipe	3 técnicos-administrativos e 2 bibliotecários	Classificação dos serviços	Completo
Conteúdo do acervo	livros físicos; kits e materiais diversos; livros eletrônicos		
Serviços oferecidos	Guarda-volumes; Circulação de materiais; Reserva de material; Acesso à internet por computadores de pesquisa; Acesso à internet sem fio; Cabines de estudo individual; Sala de estudo em grupo; Emissão de nada consta; Submissão ao Repositório Institucional; Elaboração de ficha catalográfica; Levantamento bibliográfico; Visita orientada; Catalogação e processamento técnico; Orientação para aplicação das normas da ABNT		

Campus Cabedelo Centro

Elemento	Informação	Elemento	Informação
Situação	Biblioteca em funcionamento	Cursos e programas atendidos	Todos os cursos e programas da unidade
Acervo físico	1.327 exemplares	Acervo virtual	17.000 recursos/títulos no GEDWeb
Formas de atualização	Resolução nº 114/2017 e deliberações dos NDEs	Formas de expansão	Resolução nº 114/2017 e deliberações dos NDEs
Espaço físico	44 m ²	Horário de funcionamento	9h às 21h
Equipe	1 técnico-administrativo e 1 bibliotecário	Classificação dos serviços	Básico
Conteúdo do acervo	livros físicos		
Serviços oferecidos	Guarda-volumes; Acesso à internet por computadores de pesquisa; Acesso à internet sem fio; Cabines de estudo individual; Emissão de nada consta		

Campus Cajazeiras

Elemento	Informação	Elemento	Informação
----------	------------	----------	------------

Situação	Biblioteca em funcionamento	Cursos e programas atendidos	Todos os cursos e programas da unidade
Acervo físico	8.754 exemplares	Acervo virtual	17.000 recursos/títulos no GEDWeb
Formas de atualização	Resolução nº 114/2017 e deliberações dos NDEs	Formas de expansão	Resolução nº 114/2017 e deliberações dos NDEs
Espaço físico	40 m²	Horário de funcionamento	7h às 22h
Equipe	2 técnicos-administrativos e 1 bibliotecário	Classificação dos serviços	Completo
Conteúdo do acervo	livros físicos; CD-ROMs; DVD-ROMs; literatura de cordel; kits e materiais diversos; livros eletrônicos; periódicos; trabalhos de conclusão de curso		
Serviços oferecidos	Guarda-volumes; Circulação de materiais; Reserva de material; Acesso à internet por computadores de pesquisa; Acesso à internet sem fio; Cabines de estudo individual; Sala de estudo em grupo; Emissão de nada consta; Submissão ao Repositório Institucional; Elaboração de ficha catalográfica; Levantamento bibliográfico; Visita orientada; Catalogação e processamento técnico; Treinamento em bases de dados e pesquisa eletrônica; Orientação para aplicação das normas da ABNT		

Campus Campina Grande

Elemento	Informação	Elemento	Informação
Situação	Biblioteca em funcionamento	Cursos e programas atendidos	Todos os cursos e programas da unidade
Acervo físico	13.976 exemplares	Acervo virtual	17.000 recursos/títulos no GEDWeb
Formas de atualização	Resolução nº 114/2017 e deliberações dos NDEs	Formas de expansão	Resolução nº 114/2017 e deliberações dos NDEs
Espaço físico	1.300 m²	Horário de funcionamento	7h às 22h
Equipe	6 técnicos-administrativos e 1 bibliotecário	Classificação dos serviços	Completo
Conteúdo do acervo	livros físicos; CD-ROMs; DVD-ROMs; literatura de cordel; livros eletrônicos; periódicos; trabalhos de conclusão de curso		
Serviços oferecidos	Guarda-volumes; Circulação de materiais; Reserva de material; Acesso à internet por computadores de pesquisa; Acesso à internet sem fio; Cabines de estudo individual; Sala de estudo em grupo; Emissão de nada consta; Submissão ao Repositório Institucional; Elaboração de ficha catalográfica; Levantamento bibliográfico; Visita orientada; Catalogação e processamento técnico; Treinamento em bases de dados e pesquisa eletrônica; Orientação para aplicação das normas da ABNT		

Campus Catolé do Rocha

O conteúdo deste documento também está disponível em versão web no endereço: pdi.ifpb.edu.br

Elemento	Informação	Elemento	Informação
Situação	Biblioteca em funcionamento	Cursos e programas atendidos	Todos os cursos e programas da unidade
Acervo físico	4.267 exemplares	Acervo virtual	17.000 recursos/títulos no GEDWeb
Formas de atualização	Resolução nº 114/2017 e deliberações dos NDEs	Formas de expansão	Resolução nº 114/2017 e deliberações dos NDEs
Espaço físico	138,55 m²	Horário de funcionamento	7h às 12h e 13h às 16h
Equipe	1 bibliotecário	Classificação dos serviços	Completo
Conteúdo do acervo	livros físicos; kits e materiais diversos; livros eletrônicos		
Serviços oferecidos	Circulação de materiais; Reserva de material; Acesso à internet por computadores de pesquisa; Cabines de estudo individual; Emissão de nada consta; Elaboração de ficha catalográfica; Levantamento bibliográfico; Visita orientada; Catalogação e processamento técnico; Orientação para aplicação das normas da ABNT		

Campus Esperança

Elemento	Informação	Elemento	Informação
Situação	Biblioteca em funcionamento	Cursos e programas atendidos	Todos os cursos e programas da unidade
Acervo físico	2.548 exemplares	Acervo virtual	17.000 recursos/títulos no GEDWeb
Formas de atualização	Resolução nº 114/2017 e deliberações dos NDEs	Formas de expansão	Resolução nº 114/2017 e deliberações dos NDEs
Espaço físico	81 m²	Horário de funcionamento	7h às 22h
Equipe	2 técnicos-administrativos	Classificação dos serviços	Intermediário
Conteúdo do acervo	livros físicos; CD-ROMs; DVD-ROMs; trabalhos de conclusão de curso		
Serviços oferecidos	Guarda-volumes; Circulação de materiais; Reserva de material; Acesso à internet por computadores de pesquisa; Acesso à internet sem fio; Sala de estudo em grupo; Emissão de nada consta; Levantamento bibliográfico; Visita orientada; Treinamento em bases de dados e pesquisa eletrônica		

Campus Guarabira

Elemento	Informação	Elemento	Informação
----------	------------	----------	------------

Situação	Biblioteca em funcionamento	Cursos e programas atendidos	Todos os cursos e programas da unidade
Acervo físico	4.921 exemplares	Acervo virtual	17.000 recursos/títulos no GEDWeb
Formas de atualização	Resolução nº 114/2017 e deliberações dos NDEs	Formas de expansão	Resolução nº 114/2017 e deliberações dos NDEs
Espaço físico	127,43 m²	Horário de funcionamento	8h às 21h
Equipe	1 técnico-administrativo e 3 bibliotecários	Classificação dos serviços	Completo
Conteúdo do acervo	livros físicos; CD-ROMs; DVD-ROMs; literatura de cordel; livros eletrônicos; periódicos; trabalhos de conclusão de curso		
Serviços oferecidos	Circulação de materiais; Reserva de material; Acesso à internet por computadores de pesquisa; Acesso à internet sem fio; Emissão de nada consta; Submissão ao Repositório Institucional; Elaboração de ficha catalográfica; Levantamento bibliográfico; Visita orientada; Catalogação e processamento técnico; Orientação para aplicação das normas da ABNT		

Campus Itabaiana

Elemento	Informação	Elemento	Informação
Situação	Biblioteca em funcionamento	Cursos e programas atendidos	Todos os cursos e programas da unidade
Acervo físico	439 exemplares	Acervo virtual	17.000 recursos/títulos no GEDWeb
Formas de atualização	Resolução nº 114/2017 e deliberações dos NDEs	Formas de expansão	Resolução nº 114/2017 e deliberações dos NDEs
Espaço físico	84 m²	Horário de funcionamento	7h às 17h
Equipe	1 técnico-administrativo	Classificação dos serviços	Básico
Conteúdo do acervo	livros físicos		
Serviços oferecidos	Guarda-volumes; Acesso à internet por computadores de pesquisa; Acesso à internet sem fio; Cabines de estudo individual; Emissão de nada consta		

Campus Itaporanga

Elemento	Informação	Elemento	Informação
Situação	Biblioteca em funcionamento	Cursos e programas atendidos	Todos os cursos e programas da unidade
Acervo físico	796 exemplares	Acervo virtual	17.000 recursos/títulos no GEDWeb

O conteúdo deste documento também está disponível em versão web no endereço: pdi.ifpb.edu.br

Formas de atualização	Resolução nº 114/2017 e deliberações dos NDEs	Formas de expansão	Resolução nº 114/2017 e deliberações dos NDEs
Espaço físico	120 m²	Horário de funcionamento	8h às 12h e 13h às 17h
Equipe	1 bibliotecário	Classificação dos serviços	Completo
Conteúdo do acervo	livros físicos; kits e materiais diversos		
Serviços oferecidos	Circulação de materiais; Reserva de material; Acesso à internet por computadores de pesquisa; Acesso à internet sem fio; Emissão de nada consta; Submissão ao Repositório Institucional; Elaboração de ficha catalográfica; Levantamento bibliográfico; Visita orientada; Catalogação e processamento técnico; Orientação para aplicação das normas da ABNT		

Campus João Pessoa

Elemento	Informação	Elemento	Informação
Situação	Biblioteca em funcionamento	Cursos e programas atendidos	Todos os cursos e programas da unidade
Acervo físico	33.952 exemplares	Acervo virtual	17.000 recursos/títulos no GEDWeb
Formas de atualização	Resolução nº 114/2017 e deliberações dos NDEs	Formas de expansão	Resolução nº 114/2017 e deliberações dos NDEs
Espaço físico	800 m²	Horário de funcionamento	7h às 21h
Equipe	8 técnicos-administrativos e 5 bibliotecários	Classificação dos serviços	Completo
Conteúdo do acervo	livros físicos; CD-ROMs; DVD-ROMs; literatura de cordel; livros eletrônicos; periódicos; trabalhos de conclusão de curso		
Serviços oferecidos	Guarda-volumes; Circulação de materiais; Reserva de material; Acesso à internet por computadores de pesquisa; Acesso à internet sem fio; Cabines de estudo individual; Sala de estudo em grupo; Emissão de nada consta; Submissão ao Repositório Institucional; Elaboração de ficha catalográfica; Levantamento bibliográfico; Visita orientada; Catalogação e processamento técnico; Orientação para aplicação das normas da ABNT		

Campus João Pessoa Zona Sul

Elemento	Informação	Elemento	Informação
Situação	Biblioteca em funcionamento	Cursos e programas atendidos	Todos os cursos e programas da unidade
Acervo físico	644 exemplares	Acervo virtual	17.000 recursos/títulos no GEDWeb

Formas de atualização	Resolução nº 114/2017 e deliberações dos NDEs	Formas de expansão	Resolução nº 114/2017 e deliberações dos NDEs
Espaço físico	88 m²	Horário de funcionamento	15h às 21h
Equipe	1 bibliotecário	Classificação dos serviços	Básico
Conteúdo do acervo	livros físicos; periódicos; trabalhos de conclusão de curso		
Serviços oferecidos	Circulação de materiais; Cabines de estudo individual; Emissão de nada consta; Catalogação e processamento técnico		

Campus Monteiro

Elemento	Informação	Elemento	Informação
Situação	Biblioteca em funcionamento	Cursos e programas atendidos	Todos os cursos e programas da unidade
Acervo físico	11.842 exemplares	Acervo virtual	17.000 recursos/títulos no GEDWeb
Formas de atualização	Resolução nº 114/2017 e deliberações dos NDEs	Formas de expansão	Resolução nº 114/2017 e deliberações dos NDEs
Espaço físico	828 m²	Horário de funcionamento	8h às 12h, 13h às 17h e 18h às 21h
Equipe	2 técnicos-administrativos e 1 bibliotecário	Classificação dos serviços	Completo
Conteúdo do acervo	livros físicos; CD-ROMs; DVD-ROMs; literatura de cordel; livros eletrônicos; periódicos; trabalhos de conclusão de curso		
Serviços oferecidos	Guarda-volumes; Circulação de materiais; Reserva de material; Acesso à internet por computadores de pesquisa; Acesso à internet sem fio; Cabines de estudo individual; Sala de estudo em grupo; Emissão de nada consta; Submissão ao Repositório Institucional; Elaboração de ficha catalográfica; Levantamento bibliográfico; Visita orientada; Catalogação e processamento técnico; Treinamento em bases de dados e pesquisa eletrônica; Orientação para aplicação das normas da ABNT		

Campus Patos

Elemento	Informação	Elemento	Informação
Situação	Biblioteca em funcionamento	Cursos e programas atendidos	Todos os cursos e programas da unidade
Acervo físico	8.230 exemplares	Acervo virtual	17.000 recursos/títulos no GEDWeb
Formas de atualização	Resolução nº 114/2017 e deliberações dos NDEs	Formas de expansão	Resolução nº 114/2017 e deliberações dos NDEs

Espaço físico	805 m ²	Horário de funcionamento	7h às 21h
Equipe	2 técnicos-administrativos e 1 bibliotecário	Classificação dos serviços	Completo
Conteúdo do acervo	livros físicos; CD-ROMs; DVD-ROMs; literatura de cordel; livros eletrônicos; periódicos; trabalhos de conclusão de curso		
Serviços oferecidos	Guarda-volumes; Circulação de materiais; Reserva de material; Acesso à internet por computadores de pesquisa; Acesso à internet sem fio; Cabines de estudo individual; Emissão de nada consta; Submissão ao Repositório Institucional; Elaboração de ficha catalográfica; Levantamento bibliográfico; Visita orientada; Catalogação e processamento técnico		

Campus Pedras de Fogo

Elemento	Informação	Elemento	Informação
Situação	Biblioteca física não implantada na data-base	Cursos e programas atendidos	Não se aplica
Acervo físico	Não se aplica	Acervo virtual	Não informado na fonte
Formas de atualização	A definir no processo de implantação	Formas de expansão	A definir no processo de implantação
Espaço físico	Não se aplica	Horário de funcionamento	Não se aplica
Equipe	Não se aplica	Classificação dos serviços	Não se aplica
Conteúdo do acervo	Não se aplica		
Serviços oferecidos	Não se aplica na data-base. O planejamento institucional deve indicar as medidas previstas para implantação da biblioteca física ou para a oferta de atendimento alternativo.		

Campus Picuí

Elemento	Informação	Elemento	Informação
Situação	Biblioteca em funcionamento	Cursos e programas atendidos	Todos os cursos e programas da unidade
Acervo físico	11.842 exemplares	Acervo virtual	17.000 recursos/títulos no GEDWeb
Formas de atualização	Resolução nº 114/2017 e deliberações dos NDEs	Formas de expansão	Resolução nº 114/2017 e deliberações dos NDEs
Espaço físico	638 m ²	Horário de funcionamento	7h às 17h
Equipe	2 técnicos-administrativos	Classificação dos serviços	Intermediário
Conteúdo do acervo	livros físicos; CD-ROMs; DVD-ROMs; literatura de cordel; livros eletrônicos; periódicos; trabalhos de conclusão de curso		

O conteúdo deste documento também está disponível em versão web no endereço: pdi.ifpb.edu.br

Serviços oferecidos	Guarda-volumes; Circulação de materiais; Reserva de material; Acesso à internet por computadores de pesquisa; Acesso à internet sem fio; Cabines de estudo individual; Sala de estudo em grupo; Emissão de nada consta; Submissão ao Repositório Institucional; Orientação para aplicação das normas da ABNT
---------------------	--

Campus Princesa Isabel

Elemento	Informação	Elemento	Informação
Situação	Biblioteca em funcionamento	Cursos e programas atendidos	Todos os cursos e programas da unidade
Acervo físico	6.178 exemplares	Acervo virtual	17.000 recursos/títulos no GEDWeb
Formas de atualização	Resolução nº 114/2017 e deliberações dos NDEs	Formas de expansão	Resolução nº 114/2017 e deliberações dos NDEs
Espaço físico	780,56 m²	Horário de funcionamento	7h às 21h30
Equipe	1 técnico-administrativo e 1 bibliotecário	Classificação dos serviços	Completo
Conteúdo do acervo	livros físicos; CD-ROMs; DVD-ROMs; literatura de cordel; livros eletrônicos; periódicos; trabalhos de conclusão de curso		
Serviços oferecidos	Guarda-volumes; Circulação de materiais; Reserva de material; Acesso à internet por computadores de pesquisa; Acesso à internet sem fio; Cabines de estudo individual; Sala de estudo em grupo; Emissão de nada consta; Submissão ao Repositório Institucional; Elaboração de ficha catalográfica; Levantamento bibliográfico; Visita orientada; Catalogação e processamento técnico; Treinamento em bases de dados e pesquisa eletrônica; Orientação para aplicação das normas da ABNT		

Campus Santa Luzia

Elemento	Informação	Elemento	Informação
Situação	Biblioteca em funcionamento	Cursos e programas atendidos	Todos os cursos e programas da unidade
Acervo físico	993 exemplares	Acervo virtual	17.000 recursos/títulos no GEDWeb
Formas de atualização	Resolução nº 114/2017 e deliberações dos NDEs	Formas de expansão	Resolução nº 114/2017 e deliberações dos NDEs
Espaço físico	97,01 m²	Horário de funcionamento	7h às 22h
Equipe	1 bibliotecário	Classificação dos serviços	Completo
Conteúdo do acervo	livros físicos; CD-ROMs; DVD-ROMs		

Serviços oferecidos	Circulação de materiais; Reserva de material; Acesso à internet por computadores de pesquisa; Acesso à internet sem fio; Emissão de nada consta; Submissão ao Repositório Institucional; Elaboração de ficha catalográfica; Levantamento bibliográfico; Visita orientada; Catalogação e processamento técnico; Treinamento em bases de dados e pesquisa eletrônica; Orientação para aplicação das normas da ABNT
---------------------	--

Campus Santa Rita

Elemento	Informação	Elemento	Informação
Situação	Biblioteca em funcionamento	Cursos e programas atendidos	Todos os cursos e programas da unidade
Acervo físico	1.268 exemplares	Acervo virtual	17.000 recursos/títulos no GEDWeb
Formas de atualização	Resolução nº 114/2017 e deliberações dos NDEs	Formas de expansão	Resolução nº 114/2017 e deliberações dos NDEs
Espaço físico	120 m²	Horário de funcionamento	7h às 21h
Equipe	1 bibliotecário	Classificação dos serviços	Intermediário
Conteúdo do acervo	livros físicos; CD-ROMs; DVD-ROMs		
Serviços oferecidos	Circulação de materiais; Reserva de material; Acesso à internet por computadores de pesquisa; Acesso à internet sem fio; Emissão de nada consta; Elaboração de ficha catalográfica; Levantamento bibliográfico; Visita orientada; Catalogação e processamento técnico		

Campus Sousa

Elemento	Informação	Elemento	Informação
Situação	Biblioteca em funcionamento	Cursos e programas atendidos	Todos os cursos e programas da unidade
Acervo físico	12.400 exemplares	Acervo virtual	17.000 recursos/títulos no GEDWeb
Formas de atualização	Resolução nº 114/2017 e deliberações dos NDEs	Formas de expansão	Resolução nº 114/2017 e deliberações dos NDEs
Espaço físico	950 m² (Unidade Sede: 200 m²; Unidade São Gonçalo: 750 m²)	Horário de funcionamento	Unidade Sede: 7h30 às 22h; Unidade São Gonçalo: 7h30 às 16h30
Equipe	6 técnicos-administrativos e 1 bibliotecário	Classificação dos serviços	Completo
Conteúdo do acervo	livros físicos; CD-ROMs; DVD-ROMs; literatura de cordel; livros eletrônicos; periódicos; trabalhos de conclusão de curso		

Serviços oferecidos	Circulação de materiais; Reserva de material; Acesso à internet por computadores de pesquisa; Acesso à internet sem fio; Cabines de estudo individual; Emissão de nada consta; Submissão ao Repositório Institucional; Elaboração de ficha catalográfica; Visita orientada; Catalogação e processamento técnico; Treinamento em bases de dados e pesquisa eletrônica; Orientação para aplicação das normas da ABNT
---------------------	--

APÊNDICE H – Infraestrutura de Laboratórios

Campus Areia

Ambiente	Capacidade	Cursos atendidos
Laboratório de Gastronomia	20	Técnico em Gastronomia Integrado ao Ensino Médio (PROEJA); Técnico em Gastronomia Subsequente; Técnico em Restaurante e Bar Subsequente ao Ensino Médio
Laboratório de Informática	20	Técnico em Gastronomia Integrado ao Ensino Médio (PROEJA); Técnico em Gastronomia Subsequente; Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio; Técnico em Restaurante e Bar Subsequente ao Ensino Médio

Campus Avançado Soledade

Ambiente	Capacidade	Cursos atendidos
Laboratório de Informática 1	25	Técnico em Informática Subsequente ao Ensino Médio
Laboratório de Informática 2	18	Técnico em Informática Subsequente ao Ensino Médio
Laboratório de Redes (Sala 1)	15	Técnico em Informática Subsequente ao Ensino Médio
Laboratório de Informática 3 (Sala 2)	10	Técnico em Informática Subsequente ao Ensino Médio

Campus Cabedelo

Ambiente	Capacidade	Cursos atendidos
Laboratório de Zoologia	20	Licenciatura em Ciências Biológicas; Técnico em Multimídia Integrado; Técnico em Recursos Pesqueiros Integrado; Técnico em Meio Ambiente Integrado
Laboratório de Genética de Microrganismos	20	Técnico em Recursos Pesqueiros Integrado; Licenciatura em Ciências Biológicas; Técnico em Multimídia Integrado; Técnico em Meio Ambiente Integrado
Laboratório de Química Básica	20	Técnico em Multimídia Integrado; Técnico em Recursos Pesqueiros Integrado; Técnico em Meio Ambiente Integrado; Técnico em Química Subsequente; Técnico em Recursos Pesqueiros Subsequente; Licenciatura em Ciências Biológicas; Técnico em Meio Ambiente Subsequente;

		Técnico em Recursos Pesqueiros Integrado (PROEJA); Técnico em Panificação Integrado ao Ensino Médio (PROEJA); Técnico em Pesca Integrado ao Ensino Médio (PROEJA)
Laboratório de Química Orgânica Analítica e Instrumental	20	Técnico em Panificação Integrado ao Ensino Médio (PROEJA); Técnico em Pesca Integrado ao Ensino Médio (PROEJA); Técnico em Recursos Pesqueiros Integrado (PROEJA); Técnico em Multimídia Integrado; Técnico em Recursos Pesqueiros Integrado; Técnico em Meio Ambiente Integrado; Técnico em Química Subsequente; Técnico em Recursos Pesqueiros Subsequente; Técnico em Meio Ambiente Subsequente; Licenciatura em Ciências Biológicas
Laboratório de Análise de Águas	15	Técnico em Meio Ambiente Integrado; Técnico em Química Subsequente; Técnico em Meio Ambiente Subsequente
Laboratório de Saneantes	20	Técnico em Química Subsequente
Laboratório de Informática 1	20	Técnico em Panificação Integrado ao Ensino Médio (PROEJA); Técnico em Pesca Integrado ao Ensino Médio (PROEJA); Técnico em Multimídia Integrado; Técnico em Recursos Pesqueiros Integrado; Técnico em Meio Ambiente Integrado; Técnico em Química Subsequente; Técnico em Meio Ambiente Subsequente; Licenciatura em Ciências Biológicas; Tecnologia em Design Gráfico
Laboratório de Informática 2	20	Técnico em Panificação Integrado ao Ensino Médio (PROEJA); Técnico em Pesca Integrado ao Ensino Médio (PROEJA); Técnico em Multimídia Integrado; Técnico em Recursos Pesqueiros Integrado; Técnico em Meio Ambiente Integrado; Técnico em Química Subsequente; Técnico em Meio Ambiente Subsequente; Licenciatura em Ciências Biológicas; Tecnologia em Design Gráfico
Laboratório de Informática EaD	20	Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica; Especialização em Línguas Estrangeiras Modernas
Laboratório de Materiais e Processos Gráficos	20	Técnico em Multimídia Integrado; Tecnologia em Design Gráfico
Laboratório de Áudio	10	Tecnologia em Design Gráfico; Técnico em Multimídia Integrado
Laboratório de Animação	20	Técnico em Multimídia Integrado; Tecnologia em Design Gráfico
Laboratório de Desenho Computacional II	30	Técnico em Multimídia Integrado; Tecnologia em Design Gráfico
Laboratório de Desenho Computacional I	30	Técnico em Multimídia Integrado; Tecnologia em Design Gráfico
Laboratório de Fotografia	20	Técnico em Multimídia Integrado; Tecnologia em Design Gráfico
Laboratório de Plástica	30	Técnico em Multimídia Integrado; Tecnologia em Design Gráfico
Laboratório de Desenho	40	Técnico em Multimídia Integrado; Tecnologia em Design Gráfico
Laboratório de Ecologia	20	Especialização em Educação Ambiental e Sustentabilidade; Técnico em Panificação Integrado ao Ensino Médio (PROEJA); Técnico em Pesca Integrado ao Ensino Médio (PROEJA); Técnico em

		Multimídia Integrado; Técnico em Recursos Pesqueiros Integrado; Técnico em Meio Ambiente Integrado; Técnico em Meio Ambiente Subsequente; Licenciatura em Ciências Biológicas
Laboratório de Botânica	20	Técnico em Multimídia Integrado; Técnico em Recursos Pesqueiros Integrado; Técnico em Meio Ambiente Integrado; Licenciatura em Ciências Biológicas
Laboratório de Microscopia	30	Técnico em Panificação Integrado ao Ensino Médio (PROEJA); Técnico em Pesca Integrado ao Ensino Médio (PROEJA); Técnico em Multimídia Integrado; Técnico em Recursos Pesqueiros Integrado; Técnico em Meio Ambiente Integrado; Licenciatura em Ciências Biológicas

Campus Cabedelo Centro

Ambiente	Capacidade	Cursos atendidos
Laboratório de Informática	20	Licenciatura em Pedagogia; Técnico em Serviços Jurídicos Subsequente (EaD); Técnico em Transações Imobiliárias Subsequente (EaD); Técnico em Comércio Exterior Subsequente ao Ensino Médio (EaD); Técnico em Guia de Turismo Subsequente ao Ensino Médio (EaD); Técnico Subsequente em Transações Imobiliárias; Técnico em Guia de Turismo Subsequente ao Ensino Médio; Técnico em Serviços Jurídicos Subsequente; Técnico Experimental em Náutica Subsequente; Técnico em Pesca Subsequente; Técnico em Transporte Aquaviário Subsequente; Técnico em Serviços Jurídicos Integrado; Especialização Técnica em Guia em Atrativo Turístico Natural; Especialização Técnica em Guia em Atrativo Turístico Cultural

Campus Cajazeiras

Ambiente	Capacidade	Cursos atendidos
Laboratório de Química	25	Bacharelado em Engenharia Civil; Técnico em Meio Ambiente Integrado (PROEJA); Técnico em Informática Integrado; Técnico em Eletromecânica Integrado; Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Edificações Subsequente
Laboratório de Biologia	25	Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação; Bacharelado em Engenharia Civil; Técnico em Meio Ambiente Integrado (PROEJA); Técnico em Informática Integrado; Técnico em Eletromecânica Integrado; Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Edificações Subsequente; Técnico em Eletromecânica Subsequente
Laboratório de Máquinas Operatrizes	40	Especialização em Ciência de Dados; Especialização em Matemática; Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação; Bacharelado em Engenharia Civil; Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Técnico em Meio Ambiente Integrado (PROEJA); Técnico em

		Informática Integrado; Técnico em Eletromecânica Integrado; Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Edificações Subsequente; Técnico em Eletromecânica Subsequente; Licenciatura em Matemática
Laboratório de Engenharia de Estruturas	20	Especialização em Ciência de Dados; Especialização em Matemática; Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação; Bacharelado em Engenharia Civil; Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Técnico em Meio Ambiente Integrado (PROEJA); Técnico em Informática Integrado; Técnico em Eletromecânica Integrado; Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Edificações Subsequente; Técnico em Eletromecânica Subsequente; Licenciatura em Matemática
Laboratório de Informática 01	20	Especialização em Ciência de Dados; Especialização em Matemática; Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação; Bacharelado em Engenharia Civil; Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Técnico em Meio Ambiente Integrado (PROEJA); Técnico em Informática Integrado; Técnico em Eletromecânica Integrado; Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Edificações Subsequente; Técnico em Eletromecânica Subsequente; Licenciatura em Matemática
Laboratório de Informática 02	20	Especialização em Ciência de Dados; Especialização em Matemática; Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação; Bacharelado em Engenharia Civil; Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Técnico em Meio Ambiente Integrado (PROEJA); Técnico em Informática Integrado; Técnico em Eletromecânica Integrado; Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Edificações Subsequente; Técnico em Eletromecânica Subsequente; Licenciatura em Matemática
Laboratório de Informática 03	40	Especialização em Ciência de Dados; Especialização em Matemática; Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação; Bacharelado em Engenharia Civil; Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Técnico em Meio Ambiente Integrado (PROEJA); Técnico em Informática Integrado; Técnico em Eletromecânica Integrado; Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Edificações Subsequente; Técnico em Eletromecânica Subsequente; Licenciatura em Matemática
Laboratório de Informática 04	40	Especialização em Ciência de Dados; Especialização em Matemática; Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação; Bacharelado em Engenharia Civil; Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Técnico em Meio Ambiente Integrado (PROEJA); Técnico em Informática Integrado; Técnico em Eletromecânica Integrado; Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Edificações Subsequente; Técnico em Eletromecânica Subsequente; Licenciatura em Matemática

Laboratório de Informática 05	40	Especialização em Ciência de Dados; Especialização em Matemática; Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação; Bacharelado em Engenharia Civil; Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Técnico em Meio Ambiente Integrado (PROEJA); Técnico em Informática Integrado; Técnico em Eletromecânica Integrado; Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Edificações Subsequente; Técnico em Eletromecânica Subsequente; Licenciatura em Matemática
Laboratório de Informática 06	23	Especialização em Ciência de Dados; Especialização em Matemática; Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação; Bacharelado em Engenharia Civil; Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Técnico em Meio Ambiente Integrado (PROEJA); Técnico em Informática Integrado; Técnico em Eletromecânica Integrado; Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Edificações Subsequente; Técnico em Eletromecânica Subsequente; Licenciatura em Matemática
Laboratório de Eletrônica e Eletricidade	30	Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação; Técnico em Eletromecânica Integrado; Bacharelado em Engenharia Civil; Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Eletromecânica Subsequente; Técnico em Edificações Subsequente
Laboratório de Comandos e Máquinas Elétricas	20	Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação; Técnico em Eletromecânica Integrado; Técnico em Eletromecânica Subsequente
Laboratório de Física	25	Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação; Bacharelado em Engenharia Civil; Técnico em Meio Ambiente Integrado (PROEJA); Técnico em Informática Integrado; Técnico em Eletromecânica Integrado; Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Edificações Subsequente
Laboratório de Matemática	40	Especialização em Matemática; Especialização em Ciência de Dados; Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação; Bacharelado em Engenharia Civil; Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Técnico em Informática Integrado; Técnico em Eletromecânica Integrado; Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Edificações Subsequente; Técnico em Eletromecânica Subsequente; Licenciatura em Matemática
Laboratório de Automação 2	20	Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação; Técnico em Eletromecânica Integrado; Técnico em Eletromecânica Subsequente
Laboratório de Automação 1	20	Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação; Técnico em Eletromecânica Integrado; Técnico em Eletromecânica Subsequente; Especialização em Ciência de Dados; Especialização em Matemática; Bacharelado em Engenharia Civil; Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Técnico em Meio Ambiente Integrado (PROEJA); Técnico em Informática Integrado; Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Edificações Subsequente; Licenciatura em Matemática

Laboratório de Soldagem	20	Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação; Técnico em Eletromecânica Integrado; Técnico em Eletromecânica Subsequente
Laboratório de Instalações Elétricas	20	Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação; Técnico em Eletromecânica Integrado; Técnico em Eletromecânica Subsequente; Bacharelado em Engenharia Civil; Técnico em Edificações Subsequente; Técnico em Edificações Integrado
Laboratório de Eletrônica de Potência	10	Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação; Técnico em Eletromecânica Integrado; Técnico em Eletromecânica Subsequente
Laboratório de Refrigeração	20	Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação; Técnico em Eletromecânica Integrado; Técnico em Eletromecânica Subsequente
Laboratório de Topografia	10	Bacharelado em Engenharia Civil; Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Edificações Subsequente
Laboratório de Hidráulica	20	Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação; Bacharelado em Engenharia Civil; Técnico em Eletromecânica Integrado; Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Edificações Subsequente; Técnico em Eletromecânica Subsequente
Laboratório de Geotecnia	20	Bacharelado em Engenharia Civil; Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Edificações Subsequente
Laboratório de Materiais de Construção e Técnicas Construtivas	20	Bacharelado em Engenharia Civil; Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Edificações Subsequente
Laboratório de Saneamento	20	Bacharelado em Engenharia Civil; Técnico em Meio Ambiente Integrado (PROEJA); Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Edificações Subsequente

Campus Campina Grande

Ambiente	Capacidade	Cursos atendidos
Laboratório de Informática 1	20	Técnico em Química Integrado; Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Mineração Integrado; Técnico em Petróleo e Gás Integrado; Técnico em Informática Integrado; Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio (PROEJA); Técnico em Mineração Subsequente; Técnico em Informática Subsequente; Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Subsequente
Laboratório de Humanas - I	15	Técnico em Química Integrado; Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Mineração Integrado; Técnico em Petróleo e Gás Integrado; Técnico em Informática Integrado; Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio (PROEJA)

O conteúdo deste documento também está disponível em versão web no endereço: pdi.ifpb.edu.br

Laboratório de Humanas - II	12	Técnico em Química Integrado; Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Mineração Integrado; Técnico em Petróleo e Gás Integrado; Técnico em Informática Integrado; Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio (PROEJA)
Laboratório de Oficinas Culturais (LAMPEJO) - Atividades de Pesquisa/Extensão	30	Técnico em Química Integrado; Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Mineração Integrado; Técnico em Petróleo e Gás Integrado; Técnico em Informática Integrado; Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio (PROEJA); Técnico em Mineração Subsequente; Técnico em Informática Subsequente; Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Subsequente; Tecnologia em Telemática; Tecnologia em Construção de Edifícios; Bacharelado em Engenharia Civil; Bacharelado em Engenharia de Computação
Laboratório de Materiais de Construção I	20	Bacharelado em Engenharia Civil; Técnico em Edificações Integrado; Tecnologia em Construção de Edifícios
Laboratório de Materiais de Construção II	20	Bacharelado em Engenharia Civil; Técnico em Edificações Integrado; Tecnologia em Construção de Edifícios
Laboratório de Geotecnia	20	Bacharelado em Engenharia Civil; Técnico em Edificações Integrado; Tecnologia em Construção de Edifícios
Laboratório de Topografia	10	Bacharelado em Engenharia Civil; Técnico em Edificações Integrado; Tecnologia em Construção de Edifícios
Laboratório de Instalações Hidrossanitárias	20	Bacharelado em Engenharia Civil; Técnico em Edificações Integrado; Tecnologia em Construção de Edifícios
Laboratório de Instalações Elétricas	20	Bacharelado em Engenharia Civil; Técnico em Edificações Integrado; Tecnologia em Construção de Edifícios
Laboratório de Desenho Técnico	20	Bacharelado em Engenharia Civil; Técnico em Edificações Integrado; Tecnologia em Construção de Edifícios
Laboratório de Desenho e Modelagem da Construção Civil 1 (LADEMCCI 1)	20	Bacharelado em Engenharia Civil; Técnico em Edificações Integrado; Tecnologia em Construção de Edifícios
Laboratório de Desenho e Modelagem da Construção Civil 2 (LADEMCCI 2)	12	Bacharelado em Engenharia Civil; Técnico em Edificações Integrado; Tecnologia em Construção de Edifícios
Laboratório do Núcleo de Extensão Edificar (Edificar)	10	Bacharelado em Engenharia Civil; Técnico em Edificações Integrado; Tecnologia em Construção de Edifícios
Laboratório de Soldagem	10	Técnico em Petróleo e Gás Integrado

Laboratório de Perfuração e Completação de Poços	25	Técnico em Petróleo e Gás Integrado
Laboratório de Análises Laboratoriais de Rochas e Fluidos e Geologia do Petróleo	10	Técnico em Petróleo e Gás Integrado
Laboratório de Metrologia	25	Técnico em Petróleo e Gás Integrado
Laboratório de Ensaio de Materiais	25	Técnico em Petróleo e Gás Integrado
Laboratório de Sistemas Hidropneumáticos	25	Técnico em Petróleo e Gás Integrado
Laboratório de Usinagem 1	10	Técnico em Petróleo e Gás Integrado
Laboratório de Usinagem 2	10	Técnico em Petróleo e Gás Integrado
Laboratório de Mecânica e Termodinâmica	27	Bacharelado em Engenharia Civil; Bacharelado em Engenharia de Computação; Técnico em Química Integrado; Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Mineração Integrado; Técnico em Petróleo e Gás Integrado; Técnico em Informática Integrado; Licenciatura em Matemática
Laboratório de Eletromagnetismo, Óptica e Física Moderna	24	Bacharelado em Engenharia Civil; Bacharelado em Engenharia de Computação; Técnico em Química Integrado; Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Mineração Integrado; Técnico em Petróleo e Gás Integrado; Técnico em Informática Integrado; Licenciatura em Física
Laboratório de Instrumentação para o Ensino de Física	16	Bacharelado em Engenharia Civil; Bacharelado em Engenharia de Computação; Técnico em Química Integrado; Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Mineração Integrado; Técnico em Petróleo e Gás Integrado; Técnico em Informática Integrado; Licenciatura em Física
Laboratório de Geologia	40	Técnico em Mineração Integrado; Técnico em Mineração Subsequente
Laboratório de Mineralogia	40	Técnico em Mineração Integrado; Técnico em Mineração Subsequente
Laboratório de Cominuição	15	Técnico em Mineração Integrado; Técnico em Mineração Subsequente
Laboratório de Concentração Mineral	15	Técnico em Mineração Integrado; Técnico em Mineração Subsequente
Laboratório de Flotação	12	Técnico em Mineração Integrado; Técnico em Mineração Subsequente
Laboratório de Química Orgânica	10	Técnico em Química Integrado
Laboratório de Química Geral	20	Técnico em Química Integrado; Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Mineração Integrado; Técnico em Petróleo e Gás Integrado; Técnico em Informática Integrado
Laboratório de Química Analítica/Inorgânica	16	Técnico em Química Integrado
Laboratório de Microbiologia	12	Técnico em Química Integrado

Laboratório de Alimentos	15	Técnico em Química Integrado
Laboratório de Tratamento de Água	15	Técnico em Química Integrado
Laboratório de Geotecnologia	20	Técnico em Mineração Integrado; Técnico em Mineração Subsequente
Laboratório de Idiomas (NUCLI)	40	Bacharelado em Engenharia Civil; Bacharelado em Engenharia de Computação; Técnico em Química Integrado; Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Mineração Integrado; Técnico em Petróleo e Gás Integrado; Técnico em Informática Integrado; Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio (PROEJA); Técnico em Mineração Subsequente; Técnico em Informática Subsequente; Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Subsequente; Tecnologia em Telemática; Tecnologia em Construção de Edifícios; Licenciatura em Matemática; Licenciatura em Física
Laboratório de Artes (Poetize)	50	Técnico em Química Integrado; Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Mineração Integrado; Técnico em Petróleo e Gás Integrado; Técnico em Informática Integrado
Laboratório de Informática do Polo EaD	35	Licenciatura em Matemática; Licenciatura em Física; Técnico em Química Integrado; Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Mineração Integrado; Técnico em Petróleo e Gás Integrado; Técnico em Informática Integrado
Laboratório de Prototipagem e Hardware	20	Bacharelado em Engenharia de Computação; Técnico em Informática Integrado; Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Subsequente; Tecnologia em Telemática
Laboratório de Informática I	20	Bacharelado em Engenharia de Computação; Técnico em Química Integrado; Técnico em Mineração Integrado; Técnico em Petróleo e Gás Integrado; Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Informática Integrado; Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio (PROEJA); Técnico em Informática Subsequente; Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Subsequente; Tecnologia em Telemática
Laboratório de Redes	20	Bacharelado em Engenharia de Computação; Técnico em Informática Integrado; Técnico em Informática Subsequente; Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Subsequente; Tecnologia em Telemática
Laboratório de Eletrônica Digital	20	Bacharelado em Engenharia de Computação; Tecnologia em Telemática
Laboratório de Eletrônica Analógica	20	Bacharelado em Engenharia de Computação; Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Subsequente; Tecnologia em Telemática
Laboratório de Telecomunicações	20	Tecnologia em Telemática
Laboratório de Programação I	30	Bacharelado em Engenharia de Computação; Técnico em Informática Integrado; Técnico em Informática Subsequente; Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Subsequente; Tecnologia em Telemática

Laboratório de Programação II	20	Bacharelado em Engenharia de Computação; Técnico em Informática Integrado; Técnico em Informática Subsequente; Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Subsequente; Tecnologia em Telemática
Laboratório de Programação III	30	Bacharelado em Engenharia de Computação; Técnico em Informática Integrado; Técnico em Informática Subsequente; Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Subsequente; Tecnologia em Telemática
Laboratório de Programação IV	20	Bacharelado em Engenharia de Computação; Técnico em Informática Integrado; Técnico em Informática Subsequente; Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Subsequente; Tecnologia em Telemática
Laboratório de Programação V	40	Bacharelado em Engenharia de Computação; Técnico em Informática Integrado; Técnico em Informática Subsequente; Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Subsequente; Tecnologia em Telemática
Laboratório de Sistemas Embarcados e Controle e Automação	30	Bacharelado em Engenharia de Computação; Tecnologia em Telemática
Laboratório de Pesquisa em Comunicações e Processamento de Informação (GCOMPI)	10	Não informado
Laboratório de Robótica	20	Bacharelado em Engenharia de Computação; Técnico em Informática Integrado; Técnico em Informática Subsequente; Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Subsequente; Tecnologia em Telemática

Campus Catolé do Rocha

Ambiente	Capacidade	Cursos atendidos
Laboratório de Informática 1	40	Técnico em Informática Integrado
Laboratório Informática - CAD	40	Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Informática Integrado; Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio
Laboratório de Informática - Alto Desempenho	20	Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo
Laboratório de Desenho Técnico	20	Técnico em Edificações Integrado
Laboratório de Solos	20	Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo; Técnico em Edificações Integrado
Laboratório de Instalações Elétricas	20	Técnico em Edificações Integrado

Laboratório de Matemática	20	Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Informática Integrado; Técnico em Edificações Integrado
Laboratório de Física	20	Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Informática Integrado; Técnico em Edificações Integrado
Laboratório de Química	20	Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Informática Integrado; Técnico em Edificações Integrado
Laboratório de Biologia	20	Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Informática Integrado; Técnico em Edificações Integrado
Laboratório de Hardware/Redes	20	Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Informática Integrado; Técnico em Edificações Integrado

Campus Esperança

Ambiente	Capacidade	Cursos atendidos
Laboratório de Biologia	30	Técnico em Sistemas de Energia Renovável Integrado; Técnico em Informática Integrado
Laboratório de Matemática	40	Técnico em Informática Integrado; Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Laboratório de Informática 01	40	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Técnico em Sistemas de Energia Renovável Integrado; Técnico em Informática Integrado; Técnico em Informática Subsequente
Laboratório de Informática 02	20	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Técnico em Sistemas de Energia Renovável Integrado; Técnico em Informática Integrado; Técnico em Informática Subsequente
Laboratório de Informática 03	20	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Técnico em Sistemas de Energia Renovável Integrado; Técnico em Informática Integrado; Técnico em Informática Subsequente
Laboratório de Informática 04	40	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Técnico em Sistemas de Energia Renovável Integrado; Técnico em Informática Integrado; Técnico em Informática Subsequente
Laboratório de Informática 05	40	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Técnico em Sistemas de Energia Renovável Integrado; Técnico em Informática Integrado; Técnico em Informática Subsequente
Laboratório de Instalações Elétricas	40	Técnico em Sistemas de Energia Renovável Integrado
Laboratório de Eletricidade	20	Técnico em Sistemas de Energia Renovável Integrado
Laboratório de Eletrônica	20	Técnico em Sistemas de Energia Renovável Integrado
Laboratório de Energias Renováveis	20	Técnico em Sistemas de Energia Renovável Integrado

O conteúdo deste documento também está disponível em versão web no endereço: pdi.ifpb.edu.br

Laboratório IF Maker	20	Técnico em Sistemas de Energia Renovável Integrado; Técnico em Informática Integrado; Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Laboratório de Física	30	Técnico em Sistemas de Energia Renovável Integrado; Técnico em Informática Integrado

Campus Guarabira

Ambiente	Capacidade	Cursos atendidos
Laboratório de Informática - TSI	40	Tecnologia em Sistemas para Internet; Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Informática Integrado
Laboratório de Informática 01	20	Tecnologia em Sistemas para Internet; Técnico em Informática Integrado
Laboratório Informática 02	20	Tecnologia em Sistemas para Internet; Técnico em Informática Integrado
Laboratório de Gestão Comercial e Contabilidade	40	Tecnologia em Gestão Comercial; Técnico em Contabilidade Integrado; Técnico em Informática Integrado
Laboratório de Desenho 01 (CAD)	20	Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Contabilidade Integrado; Tecnologia em Sistemas para Internet
Laboratório de Desenho 02	20	Técnico em Edificações Integrado
Laboratório de Materiais de Construção Civil	20	Técnico em Edificações Integrado
Laboratório de Química	40	Técnico em Contabilidade Integrado; Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Informática Integrado
Laboratório de Física	40	Técnico em Contabilidade Integrado; Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Informática Integrado
Laboratório de Biologia	40	Técnico em Contabilidade Integrado; Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Informática Integrado
Laboratório de Computação Embarcada e Distribuída	20	Tecnologia em Sistemas para Internet; Técnico em Informática Integrado
Laboratório de Artes	40	Técnico em Contabilidade Integrado; Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Informática Integrado

Campus Itabaiana

O conteúdo deste documento também está disponível em versão web no endereço: pdi.ifpb.edu.br

Ambiente	Capacidade	Cursos atendidos
Laboratório de Automação Industrial	22	Técnico em Eletromecânica Integrado; Técnico em Automação Industrial Integrado; Técnico em Eletromecânica Subsequente
Laboratório de Informática 2	20	Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Eletromecânica Integrado; Técnico em Automação Industrial Integrado; Técnico em Eletromecânica Subsequente
Laboratório de Informática 1	20	Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Eletromecânica Integrado; Técnico em Automação Industrial Integrado; Técnico em Eletromecânica Subsequente
Laboratório de Informática 3	20	Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Eletromecânica Integrado; Técnico em Automação Industrial Integrado; Técnico em Eletromecânica Subsequente
Laboratório Maker	12	Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Eletromecânica Integrado; Técnico em Automação Industrial Integrado; Técnico em Eletromecânica Subsequente
Laboratório de Eletricidade e Eletrônica	20	Técnico em Eletromecânica Integrado; Técnico em Automação Industrial Integrado; Técnico em Eletromecânica Subsequente
Laboratório de Línguas	20	Técnico em Automação Industrial Integrado; Técnico em Eletromecânica Integrado; Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio
Laboratório de Biologia	20	Técnico em Automação Industrial Integrado; Técnico em Eletromecânica Integrado; Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio
Laboratório de Artes	20	Técnico em Automação Industrial Integrado; Técnico em Eletromecânica Integrado; Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio
Laboratório de Matemática e Física	20	Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Eletromecânica Integrado; Técnico em Automação Industrial Integrado
Laboratório de Máquinas e Comandos Elétricos	20	Técnico em Eletromecânica Integrado; Técnico em Automação Industrial Integrado; Técnico em Eletromecânica Subsequente
Laboratório de Metrologia	20	Técnico em Eletromecânica Integrado; Técnico em Automação Industrial Integrado; Técnico em Eletromecânica Subsequente; Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio
Laboratório de Máquinas Operatrizes	20	Técnico em Eletromecânica Integrado; Técnico em Eletromecânica Subsequente
Laboratório de Instalações Elétricas Prediais	20	Técnico em Eletromecânica Integrado; Técnico em Automação Industrial Integrado; Técnico em Eletromecânica Subsequente
Laboratório de Soldagem	20	Técnico em Eletromecânica Subsequente; Técnico em Eletromecânica Integrado

Laboratório de Máquinas Térmicas e Soldagem	20	Técnico em Eletromecânica Integrado; Técnico em Eletromecânica Subsequente
---	----	--

Campus Itaporanga

Ambiente	Capacidade	Cursos atendidos
Laboratório de Informática 01	23	Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Edificações Integrado
Laboratório de Informática 02	26	Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio
Laboratório de Informática 03	40	Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio
Laboratório de Informática - CAD	40	Superior de Bacharelado em Engenharia Civil; Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Edificações Integrado
Laboratório - LAISER	15	Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Edificações Integrado
Laboratório - MAMUTE	15	Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio
Laboratório - Instalações Prediais	20	Superior de Bacharelado em Engenharia Civil; Técnico em Edificações Integrado
Laboratório - Desenho Técnico	20	Superior de Bacharelado em Engenharia Civil; Técnico em Edificações Integrado
Laboratório de Biologia	20	Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Edificações Integrado
Laboratório de Química	20	Superior de Bacharelado em Engenharia Civil; Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Edificações Integrado
Laboratório de Física	20	Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Edificações Integrado
Laboratório de Matemática	20	Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Edificações Integrado

Campus João Pessoa

Ambiente	Capacidade	Cursos atendidos
Sala de Informática 01	14	Tecnologia em Redes de Computadores; Tecnologia em Geoprocessamento; Bacharelado em Engenharia de Software; Mestrado Profissional em Tecnologia da Informação; Bacharelado em Administração; Tecnologia em Sistemas para Internet; Tecnologia em Negócios Imobiliários
Sala de Informática 02	30	Tecnologia em Redes de Computadores; Tecnologia em Sistemas para Internet; Bacharelado em Engenharia de Software; Bacharelado em Administração; Técnico em Eletrônica Integrado;

		Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações; Técnico em Equipamentos Biomédicos Subsequente; Técnico em Eletrotécnica Subsequente; Técnico em Informática Integrado
Sala de Informática 03	22	Tecnologia em Redes de Computadores; Tecnologia em Sistemas para Internet; Técnico em Equipamentos Biomédicos Subsequente; Técnico em Informática Integrado; Técnico em Eletrônica Subsequente; Bacharelado em Administração; Bacharelado em Engenharia de Software; Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações
Sala de Informática 04	16	Tecnologia em Redes de Computadores; Bacharelado em Engenharia Elétrica; Técnico em Informática Integrado; Bacharelado em Engenharia de Software; Técnico em Eletrônica Subsequente
Sala de Informática 05	15	Tecnologia em Geoprocessamento; Tecnologia em Redes de Computadores; Bacharelado em Administração; Técnico em Eletrônica Subsequente; Licenciatura em Matemática; Bacharelado em Engenharia Elétrica; Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações
Sala de Informática 06	15	Tecnologia em Redes de Computadores; Técnico em Eletrotécnica Integrado; Tecnologia em Geoprocessamento; Tecnologia em Sistemas para Internet; Técnico em Eletrônica Subsequente; Técnico em Informática Integrado; Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações; Bacharelado em Engenharia Elétrica; Técnico em Eventos Integrado (PROEJA)
Sala de Informática 07	14	Tecnologia em Redes de Computadores; Tecnologia em Geoprocessamento; Bacharelado em Administração; Tecnologia em Gestão Ambiental; Técnico em Informática Integrado; Técnico em Instrumento Musical Subsequente; Bacharelado em Engenharia Elétrica; Licenciatura em Química; Bacharelado em Engenharia de Software; Licenciatura em Matemática; Técnico em Eletrotécnica Subsequente; Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações
Sala de Informática 09	30	Bacharelado em Engenharia Mecânica; Tecnologia em Redes de Computadores; Técnico em Contabilidade Integrado; Técnico em Eletrônica Integrado; Técnico em Eletrotécnica Integrado; Bacharelado em Administração; Bacharelado em Engenharia Elétrica; Tecnologia em Sistemas para Internet; Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações; Técnico em Informática Integrado; Técnico em Instrumento Musical Integrado
Sala de Informática 10 A-129	23	Bacharelado em Administração; Técnico em Eletrônica Integrado; Bacharelado em Engenharia Elétrica; Técnico em Eletrotécnica Integrado; Bacharelado em Engenharia Mecânica; Técnico em Eletrônica Subsequente; Técnico em Mecânica Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Equipamentos Biomédicos Subsequente; Técnico em Eletrotécnica Subsequente; Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações
Sala de Informática 11	11	Bacharelado em Engenharia Mecânica

Sala de Informática 12	16	Mestrado Acadêmico em Engenharia Elétrica; Tecnologia em Geoprocessamento; Tecnologia em Redes de Computadores; Licenciatura em Matemática; Técnico em Mecânica Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Eventos Integrado (PROEJA)
Sala de Informática 13	16	Bacharelado em Administração; Tecnologia em Gestão Ambiental; Técnico em Eletrotécnica Integrado; Técnico em Mecânica Integrado ao Ensino Médio
Sala de Informática 14	16	Técnico em Eletrônica Integrado; Bacharelado em Administração; Licenciatura em Matemática; Tecnologia em Geoprocessamento; Bacharelado em Engenharia Elétrica; Técnico em Contabilidade Integrado
Sala de Informática 18	20	Bacharelado em Administração; Tecnologia em Design de Interiores; Tecnologia em Gestão Ambiental; Técnico em Eletrônica Integrado; Bacharelado em Engenharia Elétrica; Técnico em Secretariado Subsequente; Bacharelado em Engenharia Civil; Técnico em Eventos Integrado (PROEJA)
Sala de Informática 31 (DesenCAD)	27	Bacharelado em Engenharia Elétrica; Tecnologia em Design de Interiores; Tecnologia em Gestão Ambiental; Técnico em Instrumento Musical Integrado; Tecnologia em Redes de Computadores; Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Controle Ambiental Integrado; Bacharelado em Administração; Bacharelado em Engenharia Civil
Automação Industrial 01 - AI-01	12	Bacharelado em Engenharia Mecânica; Tecnologia em Automação Industrial
Ajustagem	10	Bacharelado em Engenharia Mecânica; Técnico em Mecânica Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Mecânica Subsequente
Automação Industrial 03 - Mini Auditório - AI-03	20	Bacharelado em Engenharia Elétrica; Bacharelado em Engenharia Mecânica; Técnico em Mecânica Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Eletrotécnica Integrado; Técnico em Eletrônica Integrado; Técnico em Mecânica Subsequente; Técnico em Eletrotécnica Subsequente; Técnico em Eletrônica Subsequente; Tecnologia em Automação Industrial; Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações
Comandos Elétricos e Automação A-136	25	Bacharelado em Engenharia Elétrica; Bacharelado em Engenharia Mecânica; Técnico em Eletrotécnica Integrado; Técnico em Mecânica Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Mecânica Subsequente; Técnico em Eletrotécnica Subsequente
Automação Industrial 06 - Simulação Computacional - AI-06	20	Bacharelado em Engenharia Mecânica; Bacharelado em Engenharia Elétrica; Tecnologia em Automação Industrial; Técnico em Eletrônica Integrado; Técnico em Mecânica Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Eletrônica Subsequente; Técnico em Mecânica Subsequente
CNC	5	Bacharelado em Engenharia Mecânica; Técnico em Mecânica Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Mecânica Subsequente

Eletricidade I - A-127	12	Bacharelado em Engenharia Elétrica; Tecnologia em Automação Industrial; Técnico em Equipamentos Biomédicos Subsequente; Técnico em Eletrotécnica Subsequente; Técnico em Eletrônica Subsequente; Técnico em Eletrotécnica Integrado; Técnico em Eletrônica Integrado
Eletricidade II - A-131	20	Bacharelado em Engenharia Elétrica; Técnico em Eletrotécnica Integrado; Técnico em Eletrônica Integrado; Técnico em Eletrotécnica Subsequente; Técnico em Eletrônica Subsequente; Tecnologia em Automação Industrial
Eletrônica I - A-134	20	Bacharelado em Engenharia Elétrica; Técnico em Eletrotécnica Integrado; Técnico em Eletrônica Integrado; Técnico em Eletrotécnica Subsequente; Técnico em Eletrônica Subsequente; Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações
Eletrônica II - A-133	15	Bacharelado em Engenharia Elétrica; Técnico em Eletrotécnica Subsequente; Técnico em Eletrônica Subsequente; Técnico em Eletrotécnica Integrado; Técnico em Eletrônica Integrado; Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações
Fibras Ópticas	25	Bacharelado em Engenharia Elétrica; Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações
Fontes Renováveis de Energia	10	Bacharelado em Engenharia Elétrica; Técnico em Eletrotécnica Integrado; Técnico em Eletrotécnica Subsequente
Fresagem	8	Bacharelado em Engenharia Mecânica; Técnico em Mecânica Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Mecânica Subsequente
Fundição	10	Bacharelado em Engenharia Mecânica; Técnico em Mecânica Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Mecânica Subsequente
Iniciação à Prática Profissional - A-141	26	Bacharelado em Engenharia Elétrica; Técnico em Eletrotécnica Integrado; Técnico em Eletrotécnica Subsequente
Instalações Elétricas - A-139	25	Bacharelado em Engenharia Elétrica; Técnico em Eletrotécnica Integrado; Técnico em Eletrotécnica Subsequente
Instrumentação Biomédica	14	Bacharelado em Engenharia Elétrica; Técnico em Eletrônica Integrado; Técnico em Eletrotécnica Integrado; Técnico em Eletrotécnica Subsequente; Técnico em Eletrônica Subsequente
Máquinas Elétricas - A130	30	Bacharelado em Engenharia Elétrica; Técnico em Eletrotécnica Integrado; Técnico em Eletrotécnica Subsequente
Medidas em Telecomunicações	20	Bacharelado em Engenharia Elétrica; Técnico em Eletrônica Integrado; Técnico em Eletrônica Subsequente; Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações
Metalografia 1 - Ensaio Metalográficos	40	Bacharelado em Engenharia Mecânica; Técnico em Mecânica Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Mecânica Subsequente

Metalografia 2 - Microscopia	10	Bacharelado em Engenharia Mecânica; Técnico em Mecânica Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Mecânica Subsequente
Metrologia	20	Bacharelado em Engenharia Mecânica; Técnico em Mecânica Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Mecânica Subsequente
Motores	10	Bacharelado em Engenharia Mecânica; Técnico em Mecânica Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Mecânica Subsequente
Pneumática	15	Bacharelado em Engenharia Mecânica; Técnico em Mecânica Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Mecânica Subsequente
Refrigeração	8	Bacharelado em Engenharia Mecânica; Técnico em Mecânica Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Mecânica Subsequente
Sistemas Elétricos de Potência - A-138	8	Bacharelado em Engenharia Elétrica; Técnico em Eletrotécnica Integrado; Técnico em Eletrotécnica Subsequente
Soldagem	10	Bacharelado em Engenharia Mecânica; Técnico em Mecânica Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Mecânica Subsequente
Telecomunicações	25	Bacharelado em Engenharia Elétrica; Técnico em Eletrônica Integrado; Técnico em Eletrônica Subsequente; Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações
Tornearia	8	Bacharelado em Engenharia Mecânica; Técnico em Mecânica Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Mecânica Subsequente
Distribuição de Energia Elétrica	12	Bacharelado em Engenharia Elétrica; Técnico em Eletrotécnica Integrado; Técnico em Eletrotécnica Subsequente
Automação Industrial 02 - Microcontroladores e Robótica - AI-02	16	Bacharelado em Engenharia Mecânica; Bacharelado em Engenharia Elétrica; Técnico em Eletrônica Integrado; Técnico em Mecânica Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Mecânica Subsequente; Técnico em Eletrônica Subsequente; Tecnologia em Automação Industrial
Automação Industrial 04 - Automação de Processos - AI-04	15	Bacharelado em Engenharia Elétrica; Bacharelado em Engenharia Mecânica; Técnico em Mecânica Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Eletrônica Integrado; Técnico em Eletrônica Subsequente; Técnico em Mecânica Subsequente; Tecnologia em Automação Industrial
Calibração e Aferição de Equipamentos Biomédicos	15	Técnico em Equipamentos Biomédicos Subsequente
CPLs/Redes Industriais - CLP/RI	15	Bacharelado em Engenharia Elétrica; Bacharelado em Engenharia Mecânica; Técnico em Mecânica Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Mecânica Subsequente; Tecnologia em Automação Industrial

Desenvolvimento de TCC / Circuito Impresso - A-140	10	Bacharelado em Engenharia Mecânica; Bacharelado em Engenharia Elétrica; Mestrado Acadêmico em Engenharia Elétrica; Técnico em Mecânica Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Eletrotécnica Integrado; Técnico em Eletrônica Integrado; Técnico em Mecânica Subsequente; Técnico em Equipamentos Biomédicos Subsequente; Técnico em Eletrotécnica Subsequente; Técnico em Eletrônica Subsequente; Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações; Tecnologia em Automação Industrial
Eletroerosão	5	Bacharelado em Engenharia Mecânica; Técnico em Mecânica Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Mecânica Subsequente
Eletrônica Industrial - A-128	20	Bacharelado em Engenharia Elétrica; Mestrado Acadêmico em Engenharia Elétrica; Técnico em Eletrotécnica Integrado; Técnico em Eletrônica Integrado; Tecnologia em Automação Industrial
Ensaaios Mecânicos	15	Bacharelado em Engenharia Mecânica; Técnico em Mecânica Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Mecânica Subsequente
Equipamentos Biomédicos - A-132	10	Técnico em Equipamentos Biomédicos Subsequente
Instrumentação, Sistemas de Controle e Automação - LINSCA	8	Bacharelado em Engenharia Elétrica; Bacharelado em Engenharia Mecânica; Mestrado Acadêmico em Engenharia Elétrica
Sinais / Grupo de Processamento Digital de Sinais (GPDS)	8	Bacharelado em Engenharia Elétrica; Mestrado Acadêmico em Engenharia Elétrica
Telefonia e Redes Convergentes	25	Bacharelado em Engenharia Elétrica; Mestrado Acadêmico em Engenharia Elétrica; Técnico em Eletrônica Integrado; Técnico em Eletrônica Subsequente; Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações
PET - Engenharia Elétrica	12	Bacharelado em Engenharia Elétrica; Mestrado Acadêmico em Engenharia Elétrica
Acionamentos, Controle e Automação - LACA	20	Bacharelado em Engenharia Elétrica; Bacharelado em Engenharia Mecânica; Mestrado Acadêmico em Engenharia Elétrica; Técnico em Eletrotécnica Integrado; Técnico em Eletrotécnica Subsequente
Ambiente para Práticas Didáticas (Sala do Mestrado)	25	Mestrado Acadêmico em Engenharia Elétrica
Grupo de Pesquisa de Estudos em Fenômeno de Transporte e Automação (GEFTA)	10	Bacharelado em Engenharia Mecânica; Técnico em Mecânica Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Mecânica Subsequente
Grupo de Pesquisa em Automação Industrial e Energia (GPAIE)	10	Bacharelado em Engenharia Elétrica; Mestrado Acadêmico em Engenharia Elétrica; Técnico em Eletrotécnica Integrado; Técnico em Eletrotécnica Subsequente

Grupo de Pesquisa em Controle e Vibração (GPCV)	6	Bacharelado em Engenharia Mecânica; Técnico em Mecânica Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Mecânica Subsequente
Grupo de Pesquisa em Eletrônica, Controle e Automação (GECA)	10	Bacharelado em Engenharia Elétrica; Mestrado Acadêmico em Engenharia Elétrica; Técnico em Eletrotécnica Integrado; Técnico em Eletrotécnica Subsequente
Grupo de Pesquisa em Simulação e Comportamento de Materiais (GSCMat)	10	Bacharelado em Engenharia Mecânica; Técnico em Mecânica Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Mecânica Subsequente
Grupo de Robótica Educacional Livre (GREL) - A-137	10	Bacharelado em Engenharia Elétrica; Mestrado Acadêmico em Engenharia Elétrica; Técnico em Eletrônica Integrado; Técnico em Eletrônica Subsequente
Lab UA1 - Físico-Química	30	Técnico em Controle Ambiental Integrado; Tecnologia em Gestão Ambiental
Análise Química	25	Técnico em Controle Ambiental Integrado; Tecnologia em Gestão Ambiental
Geoprocessamento I	10	Tecnologia em Geoprocessamento
Geoprocessamento II	10	Tecnologia em Geoprocessamento
Info 28	20	Tecnologia em Design de Interiores; Tecnologia em Automação Industrial; Técnico em Edificações Subsequente; Técnico em Edificações Integrado; Bacharelado em Engenharia Civil; Bacharelado em Engenharia Mecânica
Info 30	20	Tecnologia em Design de Interiores
Materiais 1	20	Bacharelado em Engenharia Civil; Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Edificações Subsequente
Materiais 2	20	Bacharelado em Engenharia Civil; Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Edificações Subsequente
Mecânica dos Solos	20	Bacharelado em Engenharia Civil; Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Edificações Subsequente
Modelos e Maquetes	20	Tecnologia em Design de Interiores
Microbiologia	25	Técnico em Controle Ambiental Integrado; Tecnologia em Gestão Ambiental
Pesquisa em Geoprocessamento	10	Tecnologia em Geoprocessamento
Projeto I	20	Bacharelado em Engenharia Civil; Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Edificações Subsequente; Tecnologia em Design de Interiores
Projeto II	20	Bacharelado em Engenharia Civil; Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Edificações Subsequente; Tecnologia em Design de Interiores

Projeto III - Plástica	20	Tecnologia em Design de Interiores
Info 57	32	Bacharelado em Administração; Bacharelado em Engenharia de Software; Mestrado Profissional em Tecnologia da Informação; Técnico em Informática Integrado; Tecnologia em Sistemas para Internet; Tecnologia em Redes de Computadores
Info 58	20	Bacharelado em Engenharia de Software; Mestrado Profissional em Tecnologia da Informação; Técnico em Informática Integrado; Tecnologia em Redes de Computadores; Tecnologia em Sistemas para Internet; Tecnologia em Automação Industrial
Redes Convergentes	30	Bacharelado em Engenharia de Software; Mestrado Profissional em Tecnologia da Informação; Técnico em Informática Integrado; Tecnologia em Sistemas para Internet; Tecnologia em Redes de Computadores
Laboratório de Matemática	20	Licenciatura em Matemática; Técnico em Informática Integrado; Técnico em Mecânica Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Instrumento Musical Integrado; Técnico em Eletrotécnica Integrado; Técnico em Eletrônica Integrado; Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Contabilidade Integrado; Técnico em Controle Ambiental Integrado
Química I	40	Licenciatura em Química; Técnico em Informática Integrado; Técnico em Mecânica Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Instrumento Musical Integrado; Técnico em Eletrotécnica Integrado; Técnico em Eletrônica Integrado; Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Controle Ambiental Integrado; Técnico em Contabilidade Integrado
Química II	10	Licenciatura em Química
Química III	15	Licenciatura em Química
Física	40	Técnico em Informática Integrado; Técnico em Mecânica Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Instrumento Musical Integrado; Técnico em Eletrotécnica Integrado; Técnico em Eletrônica Integrado; Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Controle Ambiental Integrado; Técnico em Contabilidade Integrado
Biologia	35	Técnico em Mecânica Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Informática Integrado; Técnico em Instrumento Musical Integrado; Técnico em Eletrotécnica Integrado; Técnico em Eletrônica Integrado; Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Controle Ambiental Integrado; Técnico em Contabilidade Integrado
Laboratório Realidade Aumentada	8	Bacharelado em Engenharia de Software; Bacharelado em Engenharia Mecânica; Bacharelado em Engenharia Civil; Bacharelado em Engenharia Elétrica; Bacharelado em Administração; Técnico em Informática Integrado; Técnico em Mecânica Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Instrumento Musical Integrado; Técnico em Eletrotécnica Integrado; Técnico em Eletrônica Integrado; Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Controle Ambiental Integrado; Técnico

		em Contabilidade Integrado; Tecnologia em Automação Industrial; Tecnologia em Construção de Edifícios; Tecnologia em Design de Interiores; Tecnologia em Geoprocessamento; Tecnologia em Gestão Ambiental; Tecnologia em Negócios Imobiliários; Tecnologia em Redes de Computadores; Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações; Tecnologia em Sistemas para Internet
Sala de Informática 13	12	Bacharelado em Administração; Técnico em Eletrotécnica Integrado; Técnico em Eletrotécnica Subsequente

Campus João Pessoa Zona Sul

Ambiente	Capacidade	Cursos atendidos
Laboratório de Saúde	40	Técnico em Enfermagem Subsequente ao Ensino Médio; Técnico em Cuidados de Idosos Subsequente

Campus Monteiro

Ambiente	Capacidade	Cursos atendidos
Laboratório de Informática 01	40	Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Instrumento Musical Integrado; Técnico em Instrumento Musical Subsequente; Especialização em Desenvolvimento e Meio Ambiente; Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Laboratório de Informática 02	40	Superior de Bacharelado em Engenharia Civil; Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Instrumento Musical Integrado; Especialização em Desenvolvimento e Meio Ambiente; Tecnologia em Construção de Edifícios; Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Técnico em Instrumento Musical Subsequente
Laboratório de Informática 03	40	Superior de Bacharelado em Engenharia Civil; Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Instrumento Musical Integrado; Técnico em Instrumento Musical Subsequente; Especialização em Desenvolvimento e Meio Ambiente; Tecnologia em Construção de Edifícios; Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Laboratório de Informática 04	40	Superior de Bacharelado em Engenharia Civil; Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Instrumento Musical Integrado; Técnico em Instrumento Musical Subsequente; Especialização em Desenvolvimento e Meio

		Ambiente; Tecnologia em Construção de Edifícios; Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Laboratório de Informática 05	40	Superior de Bacharelado em Engenharia Civil; Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Instrumento Musical Integrado; Técnico em Instrumento Musical Subsequente; Especialização em Desenvolvimento e Meio Ambiente; Tecnologia em Construção de Edifícios; Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Umbumaker	30	Superior de Bacharelado em Engenharia Civil; Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Instrumento Musical Integrado; Técnico em Instrumento Musical Subsequente; Especialização em Desenvolvimento e Meio Ambiente; Tecnologia em Construção de Edifícios; Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Laboratório Materiais de Construção	40	Superior de Bacharelado em Engenharia Civil; Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio
Laboratório de Matemática/Física	30	Superior de Bacharelado em Engenharia Civil; Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Instrumento Musical Integrado; Técnico em Instrumento Musical Subsequente; Especialização em Desenvolvimento e Meio Ambiente; Tecnologia em Construção de Edifícios; Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Laboratório de Química/Biologia	30	Superior de Bacharelado em Engenharia Civil; Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Instrumento Musical Integrado; Técnico em Instrumento Musical Subsequente; Especialização em Desenvolvimento e Meio Ambiente; Tecnologia em Construção de Edifícios; Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

Campus Patos

Ambiente	Capacidade	Cursos atendidos
Laboratório de Informática 1	30	Bacharelado em Engenharia Civil; Técnico em Informática Integrado; Técnico em Segurança do Trabalho Integrado; Especialização em Ensino de Ciências e Matemática; Especialização em Libras; Especialização em Higiene Ocupacional; Técnico em Eletrotécnica Integrado; Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Integrado; Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Subsequente; Técnico em Eletrotécnica Subsequente; Técnico em Edificações Subsequente; Tecnologia em Segurança no Trabalho

Laboratório de Informática 2	30	Bacharelado em Engenharia Civil; Especialização em Ensino de Ciências e Matemática; Especialização em Libras; Especialização em Higiene Ocupacional; Técnico em Segurança do Trabalho Integrado; Técnico em Informática Integrado; Técnico em Eletrotécnica Integrado; Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Integrado; Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Subsequente; Técnico em Eletrotécnica Subsequente; Técnico em Edificações Subsequente; Tecnologia em Segurança no Trabalho
Laboratório de Informática 3	30	Bacharelado em Engenharia Civil; Especialização em Ensino de Ciências e Matemática; Especialização em Libras; Especialização em Higiene Ocupacional; Técnico em Informática Integrado; Técnico em Segurança do Trabalho Integrado; Técnico em Eletrotécnica Integrado; Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Integrado; Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Subsequente; Técnico em Eletrotécnica Subsequente; Tecnologia em Segurança no Trabalho; Técnico em Edificações Subsequente
Laboratório de Informática 4	30	Bacharelado em Engenharia Civil; Especialização em Ensino de Ciências e Matemática; Especialização em Libras; Especialização em Higiene Ocupacional; Técnico em Informática Integrado; Técnico em Segurança do Trabalho Integrado; Técnico em Eletrotécnica Integrado; Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Integrado; Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Subsequente; Técnico em Eletrotécnica Subsequente
Laboratório de Informática 5	40	Bacharelado em Engenharia Civil; Especialização em Ensino de Ciências e Matemática; Especialização em Libras; Especialização em Higiene Ocupacional; Técnico em Informática Integrado; Técnico em Segurança do Trabalho Integrado; Técnico em Eletrotécnica Integrado; Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Integrado; Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Subsequente; Técnico em Eletrotécnica Subsequente; Técnico em Edificações Subsequente; Tecnologia em Segurança no Trabalho
Laboratório de Informática 6	40	Bacharelado em Engenharia Civil; Especialização em Ensino de Ciências e Matemática; Especialização em Libras; Especialização em Higiene Ocupacional; Técnico em Informática Integrado; Técnico em Segurança do Trabalho Integrado; Técnico em Eletrotécnica Integrado; Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Integrado; Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Subsequente; Técnico em Eletrotécnica Subsequente; Técnico em Edificações Subsequente; Tecnologia em Segurança no Trabalho
Laboratório de Hardware	30	Técnico em Informática Integrado; Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Subsequente; Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Integrado
Laboratório de Redes	30	Técnico em Informática Integrado; Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Integrado; Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Subsequente

Laboratório de Física	30	Técnico em Informática Integrado; Técnico em Segurança do Trabalho Integrado; Técnico em Eletrotécnica Integrado; Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Integrado; Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Subsequente; Técnico em Eletrotécnica Subsequente; Técnico em Edificações Subsequente
Laboratório de Biologia	30	Técnico em Informática Integrado; Técnico em Segurança do Trabalho Integrado; Técnico em Eletrotécnica Integrado; Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Integrado; Técnico em Edificações Integrado
Laboratório de Química	30	Técnico em Informática Integrado; Técnico em Segurança do Trabalho Integrado; Técnico em Eletrotécnica Integrado; Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Integrado; Técnico em Edificações Integrado
Laboratório de Primeiros Socorros	30	Especialização em Higiene Ocupacional; Técnico em Segurança do Trabalho Integrado; Tecnologia em Segurança no Trabalho
Laboratório de Combate a Incêndio	30	Especialização em Higiene Ocupacional; Técnico em Segurança do Trabalho Integrado; Tecnologia em Segurança no Trabalho

Campus Pedras de Fogo

Ambiente	Capacidade	Cursos atendidos
Laboratório de Informática 01	36	Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Informática Subsequente; Técnico em Design de Moda Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Modelagem do Vestuário Subsequente ao Ensino Médio
Laboratório de Informática 02	18	Técnico em Design de Moda Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Modelagem do Vestuário Subsequente ao Ensino Médio; Técnico em Informática Subsequente
Laboratório de Modelagem	15	Técnico em Design de Moda Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Modelagem do Vestuário Subsequente ao Ensino Médio
Laboratório de Costura	15	Técnico em Design de Moda Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Modelagem do Vestuário Subsequente ao Ensino Médio

Campus Picuí

Ambiente	Capacidade	Cursos atendidos
----------	------------	------------------

O conteúdo deste documento também está disponível em versão web no endereço: pdi.ifpb.edu.br

Laboratório de Sementes	30	Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental; Especialização em Gestão dos Recursos Ambientais do Semiárido
Laboratório de Físico-Química	30	Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental
Laboratório de Processamento de Alimentos	30	Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental; Especialização em Gestão dos Recursos Ambientais do Semiárido
Laboratório de Microbiologia	30	Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental; Tecnologia em Agroecologia; Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Geologia Integrado; Técnico em Informática Integrado; Técnico Integrado em Mineração; Especialização em Gestão dos Recursos Ambientais do Semiárido
Laboratório de Cominuição e Classificação Granulométrica	30	Técnico em Geologia Integrado; Técnico Integrado em Mineração
Laboratório CAD e Geoprocessamento IFPB PC	30	Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental; Tecnologia em Agroecologia; Técnico em Geologia Integrado; Técnico em Edificações Integrado; Especialização em Gestão dos Recursos Ambientais do Semiárido
Laboratório de Concentração Mineral	30	Técnico Integrado em Mineração; Especialização em Gestão dos Recursos Ambientais do Semiárido
Laboratório de EaD	30	Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet; Especialização em Gestão dos Recursos Ambientais do Semiárido
Laboratório de Biologia	30	Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Geologia Integrado; Técnico em Informática Integrado; Técnico Integrado em Mineração
Laboratório de Equipamentos de Mineração	30	Técnico Integrado em Mineração
Laboratório de Física e Matemática	30	Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Geologia Integrado; Técnico em Informática Integrado; Técnico Integrado em Mineração
Laboratório de Geologia e Geofísica Aplicada	30	Técnico Integrado em Mineração; Técnico em Informática Integrado; Técnico em Geologia Integrado; Técnico em Edificações Integrado
Laboratório de Geotecnia	30	Técnico em Geologia Integrado
Laboratório de Informática 1	30	Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet; Técnico em Informática Integrado
Laboratório de Informática 2	30	Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet; Técnico em Informática Integrado
Laboratório de Informática 3	30	Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet; Técnico em Informática Integrado
Laboratório de Instalações Elétricas e Hidrosanitárias	30	Técnico em Edificações Integrado

O conteúdo deste documento também está disponível em versão web no endereço: pdi.ifpb.edu.br

Laboratório de Lavras	30	Técnico Integrado em Mineração
Laboratório de Manutenção de Computadores	30	Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet; Técnico em Informática Integrado
Laboratório de Materiais de Construção	30	Técnico em Edificações Integrado
Laboratório de Mineralogia e Petrografia	30	Técnico em Geologia Integrado; Técnico Integrado em Mineração
Laboratório de Pesquisa Mineral e Mapeamento Geológico	30	Técnico Integrado em Mineração; Técnico em Geologia Integrado
Laboratório de Química	30	Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Geologia Integrado; Técnico em Informática Integrado; Técnico Integrado em Mineração
Laboratório de Redes	30	Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet; Técnico em Informática Integrado
Laboratório de Topografia	30	Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental; Tecnologia em Agroecologia; Técnico em Geologia Integrado; Técnico em Edificações Integrado; Especialização em Gestão dos Recursos Ambientais do Semiárido

Campus Princesa Isabel

Ambiente	Capacidade	Cursos atendidos
Laboratório de Revit e BIM	33	Técnico em Meio Ambiente Integrado; Técnico em Controle Ambiental Integrado; Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Informática Subsequente; Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Subsequente; Técnico em Edificações Subsequente; Especialização em Gestão Ambiental de Municípios; Tecnologia em Gestão Ambiental; Técnico em Informática Integrado; Licenciatura em Ciências Biológicas
Laboratório de Informática	33	Técnico em Informática Integrado; Técnico em Meio Ambiente Integrado; Técnico em Controle Ambiental Integrado; Técnico em Edificações Integrado; Licenciatura em Ciências Biológicas; Técnico em Informática Subsequente; Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Subsequente; Técnico em Edificações Subsequente; Especialização em Gestão Ambiental de Municípios; Tecnologia em Gestão Ambiental
Laboratório de Material de Construção I	31	Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Edificações Subsequente
Laboratório de Mecânica do Solo	21	Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Edificações Subsequente
Laboratório de Preparação de Amostras	11	Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Edificações Subsequente
Laboratório de Microbiologia	25	Técnico em Informática Integrado; Técnico em Meio Ambiente Integrado; Técnico em Controle Ambiental Integrado; Técnico em Edificações Integrado; Licenciatura em Ciências Biológicas;

O conteúdo deste documento também está disponível em versão web no endereço: pdi.ifpb.edu.br

		Técnico em Informática Subsequente; Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Subsequente; Técnico em Edificações Subsequente; Especialização em Gestão Ambiental de Municípios; Tecnologia em Gestão Ambiental
Laboratório de Geoprocessamento	33	Técnico em Informática Integrado; Técnico em Meio Ambiente Integrado; Técnico em Controle Ambiental Integrado; Técnico em Edificações Integrado; Licenciatura em Ciências Biológicas; Técnico em Informática Subsequente; Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Subsequente; Técnico em Edificações Subsequente; Especialização em Gestão Ambiental de Municípios; Tecnologia em Gestão Ambiental
Laboratório de Botânica e Ecologia/Laboratório de Estudo das Águas do Semiárido	10	Licenciatura em Ciências Biológicas; Especialização em Gestão Ambiental de Municípios; Tecnologia em Gestão Ambiental; Técnico em Meio Ambiente Integrado
Laboratório de Eletrônica	25	Técnico em Informática Integrado; Técnico em Meio Ambiente Integrado; Técnico em Controle Ambiental Integrado; Técnico em Edificações Integrado; Licenciatura em Ciências Biológicas; Técnico em Informática Subsequente; Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Subsequente; Técnico em Edificações Subsequente; Especialização em Gestão Ambiental de Municípios; Tecnologia em Gestão Ambiental
Laboratório de Hardware	21	Técnico em Informática Integrado; Técnico em Informática Subsequente; Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Subsequente
Laboratório de Redes de Computadores	25	Técnico em Informática Integrado; Técnico em Informática Subsequente; Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Subsequente
Laboratório de Microscopia	25	Técnico em Informática Integrado; Técnico em Meio Ambiente Integrado; Técnico em Controle Ambiental Integrado; Técnico em Edificações Integrado; Licenciatura em Ciências Biológicas; Técnico em Informática Subsequente; Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Subsequente; Técnico em Edificações Subsequente; Especialização em Gestão Ambiental de Municípios; Tecnologia em Gestão Ambiental
Laboratório de Instalações Elétricas	25	Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Edificações Subsequente
Laboratório de Química e Meio Ambiente	25	Técnico em Informática Integrado; Técnico em Meio Ambiente Integrado; Técnico em Controle Ambiental Integrado; Técnico em Edificações Integrado; Licenciatura em Ciências Biológicas; Especialização em Gestão Ambiental de Municípios; Tecnologia em Gestão Ambiental
Laboratório de Física	25	Técnico em Informática Integrado; Técnico em Meio Ambiente Integrado; Técnico em Controle Ambiental Integrado; Técnico em Edificações Integrado; Licenciatura em Ciências Biológicas; Especialização em Gestão Ambiental de Municípios; Tecnologia em Gestão Ambiental; Técnico em Edificações Subsequente

Laboratório de Biologia	25	Técnico em Informática Integrado; Técnico em Meio Ambiente Integrado; Técnico em Controle Ambiental Integrado; Técnico em Edificações Integrado; Licenciatura em Ciências Biológicas; Especialização em Gestão Ambiental de Municípios; Tecnologia em Gestão Ambiental
Laboratório de Topografia	11	Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Edificações Subsequente
Laboratório de Material de Construção II	31	Técnico em Edificações Integrado; Técnico em Edificações Subsequente

Campus Santa Luzia

Ambiente	Capacidade	Cursos atendidos
Laboratório de Biologia	20	Técnico em Sistemas de Energia Renovável Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Informática Integrado
Laboratório 02 Energia Fotovoltaica	20	Técnico em Sistemas de Energia Renovável Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Sistemas de Energia Renovável Subsequente
Laboratório 04 Eletrônica	20	Técnico em Sistemas de Energia Renovável Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Sistemas de Energia Renovável Subsequente
Laboratório de Informática 07	43	Técnico em Informática Integrado
Laboratório de Informática 05	20	Técnico em Informática Integrado

Campus Santa Rita

Ambiente	Capacidade	Cursos atendidos
Laboratório de Análise de Água e Efluentes	40	Técnico em Meio Ambiente Integrado; Técnico em Informática Integrado
Laboratório de Biologia/Química	20	Técnico em Meio Ambiente Integrado; Técnico em Informática Integrado
Laboratório de Informática 01	40	Técnico em Informática Integrado; Técnico em Meio Ambiente Integrado; Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Laboratório de Informática 02	40	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Técnico em Informática Integrado
Laboratório de Informática 03	20	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Técnico em Informática Integrado
Laboratório de Criatividade	40	Técnico em Meio Ambiente Integrado; Técnico em Informática Integrado

Campus Sousa

Ambiente	Capacidade	Cursos atendidos
Laboratório de Físico-Química de Alimentos	20	Técnico em Agropecuária Integrado; Técnico em Agroindústria Integrado; Técnico em Agropecuária Subsequente; Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio (PROEJA); Tecnologia em Alimentos; Tecnologia em Agroecologia; Bacharelado em Medicina Veterinária
Laboratório de Microbiologia de Alimentos	20	Técnico em Agroindústria Integrado; Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio (PROEJA); Tecnologia em Alimentos; Tecnologia em Agroecologia; Técnico em Agropecuária Subsequente; Técnico em Agropecuária Integrado
Laboratório de Química da Agroindústria	20	Técnico em Meio Ambiente Integrado; Técnico em Agropecuária Integrado; Técnico em Agroindústria Integrado; Técnico em Agropecuária Subsequente; Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio (PROEJA); Tecnologia em Alimentos; Tecnologia em Agroecologia
Laboratório de Análise Sensorial	10	Tecnologia em Alimentos; Técnico em Agroindústria Integrado; Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio (PROEJA)
Processamento de Vegetais	25	Técnico em Agroindústria Integrado; Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio (PROEJA); Tecnologia em Alimentos; Técnico em Agropecuária Integrado; Técnico em Agropecuária Subsequente
Processamento de Leites e Derivados	20	Técnico em Agropecuária Integrado; Técnico em Agroindústria Integrado; Técnico em Agropecuária Subsequente; Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio (PROEJA); Tecnologia em Alimentos; Tecnologia em Agroecologia; Bacharelado em Medicina Veterinária
Processamento de Carnes e Pescados	20	Técnico em Agropecuária Integrado; Técnico em Agroindústria Integrado; Técnico em Agropecuária Subsequente; Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio (PROEJA); Tecnologia em Alimentos; Tecnologia em Agroecologia; Bacharelado em Medicina Veterinária
Processamento de Cereais	20	Técnico em Agroindústria Integrado; Técnico em Agropecuária Integrado; Técnico em Agropecuária Subsequente; Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio (PROEJA); Tecnologia em Alimentos; Tecnologia em Agroecologia
Laboratório de Química 1	30	Licenciatura em Química; Técnico em Informática Integrado
Laboratório de Química 2	20	Licenciatura em Química
Laboratório de Informática Agroecologia	30	Licenciatura em Educação Física; Técnico em Meio Ambiente Integrado; Técnico em Informática Integrado; Técnico em Agropecuária Integrado; Técnico em Agroindústria Integrado; Técnico em Informática Subsequente; Técnico em Agropecuária Subsequente; Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio (PROEJA); Tecnologia em Alimentos; Tecnologia em Agroecologia;

		Superior de Graduação em Educação Física (ABI); Licenciatura em Química; Licenciatura em Educação Física PARFOR; Especialização em Medicina Veterinária; Bacharelado em Medicina Veterinária
Laboratório de Informática do Bloco Pedagógico	20	Superior de Graduação em Educação Física (ABI); Licenciatura em Educação Física; Especialização em Medicina Veterinária; Técnico em Meio Ambiente Integrado; Técnico em Informática Integrado; Técnico em Agropecuária Integrado; Técnico em Agroindústria Integrado; Técnico em Informática Subsequente; Técnico em Agropecuária Subsequente; Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio (PROEJA); Tecnologia em Alimentos; Tecnologia em Agroecologia; Bacharelado em Medicina Veterinária
Laboratório 1 Informática - Sede	30	Licenciatura em Química; Técnico em Informática Integrado; Técnico em Informática Subsequente; Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio (PROEJA)
Laboratório de Informática 2 - Sede	30	Licenciatura em Química; Técnico em Informática Integrado; Técnico em Informática Subsequente; Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio (PROEJA)
Laboratório de Informática 3 - Sede	30	Licenciatura em Química; Técnico em Informática Integrado; Técnico em Informática Subsequente; Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio (PROEJA)
Laboratório Hardware - Sede	30	Técnico em Informática Integrado; Técnico em Informática Subsequente
Laboratório Integra - Sede	30	Superior de Graduação em Educação Física (ABI); Licenciatura em Química; Licenciatura em Educação Física; Especialização em Medicina Veterinária; Técnico em Meio Ambiente Integrado; Técnico em Informática Integrado; Técnico em Agropecuária Integrado; Técnico em Agroindústria Integrado; Técnico em Informática Subsequente; Técnico em Agropecuária Subsequente; Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio (PROEJA); Tecnologia em Alimentos; Tecnologia em Agroecologia; Bacharelado em Medicina Veterinária
Ambulatório de Animais de Grande Porte	20	Especialização em Medicina Veterinária; Bacharelado em Medicina Veterinária
Ambulatórios de Pequenos Animais	20	Especialização em Medicina Veterinária; Bacharelado em Medicina Veterinária
Diagnóstico por Imagem de Grandes Animais	20	Especialização em Medicina Veterinária; Bacharelado em Medicina Veterinária
Laboratório de Anatomia	20	Especialização em Medicina Veterinária; Superior de Graduação em Educação Física (ABI); Bacharelado em Medicina Veterinária
Laboratório de Anatomia Patológica e Histopatologia/Citopatologia	20	Superior de Graduação em Educação Física (ABI); Especialização em Medicina Veterinária; Bacharelado em Medicina Veterinária
Laboratório de Biologia Molecular	20	Superior de Graduação em Educação Física (ABI); Licenciatura em Química; Especialização em Medicina Veterinária; Técnico em Meio Ambiente Integrado; Técnico em Agropecuária Integrado; Técnico em Agroindústria Integrado; Técnico em Informática Integrado; Técnico em Agroindústria

		Integrado ao Ensino Médio (PROEJA); Tecnologia em Alimentos; Bacharelado em Medicina Veterinária
Laboratório de Imunologia e Doenças Infectocontagiosas	20	Especialização em Medicina Veterinária; Bacharelado em Medicina Veterinária
Laboratório de Microbiologia da Medicina Veterinária	15	Especialização em Medicina Veterinária; Bacharelado em Medicina Veterinária
Laboratório de Parasitologia	20	Especialização em Medicina Veterinária; Bacharelado em Medicina Veterinária
Laboratório de Patologia e Bioquímica Clínica	20	Especialização em Medicina Veterinária; Bacharelado em Medicina Veterinária
Laboratório de Reprodução Animal	20	Especialização em Medicina Veterinária; Bacharelado em Medicina Veterinária
Sala de Cirurgia de Grandes Animais	14	Especialização em Medicina Veterinária; Bacharelado em Medicina Veterinária
Sala de Cirurgia de Pequenos Animais I	15	Especialização em Medicina Veterinária; Bacharelado em Medicina Veterinária
Sala de Cirurgia de Pequenos Animais II	15	Especialização em Medicina Veterinária; Bacharelado em Medicina Veterinária
Sala de Preparo Anestésico e Pós-Operatório de Grandes Animais	20	Especialização em Medicina Veterinária; Bacharelado em Medicina Veterinária
Sala de Pós-Operatório de Pequenos Animais	15	Especialização em Medicina Veterinária; Bacharelado em Medicina Veterinária
Sala de Preparo Anestésico Pequenos Animais	15	Especialização em Medicina Veterinária; Bacharelado em Medicina Veterinária

APÊNDICE I – Matrizes Estratégicas dos Eixos Temáticos do PDI 2026–2030

Eixo Temático: Assuntos Estudantis

AE01 – Consolidar e expandir a política de assistência estudantil como instrumento de permanência, equidade, inclusão e promoção do bem-estar, da participação e do protagonismo estudantil.

Identificação do objetivo estratégico			
AE01 – Consolidar e expandir a política de assistência estudantil como instrumento de permanência, equidade, inclusão e promoção do bem-estar, da participação e do protagonismo estudantil.			
Eixo Temático	Assuntos Estudantis	Responsável	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
Iniciativas estratégicas e indicadores			
Código	Iniciativa estratégica	Responsável pela iniciativa	Indicador vinculado
AE01-I01	Ampliar o alcance e a efetividade das ações da política de assistência estudantil, com foco na equidade, inclusão e permanência	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis	AE01-IND01 – Percentual de estudantes atendidos pela assistência estudantil
AE01-I02	Capacitar servidores envolvidos na assistência estudantil e nas ações de prevenção e enfrentamento ao assédio e à discriminação	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis	AE01-IND02 – Percentual de profissionais atuantes na assistência estudantil e nos Núcleos de Combate ao Assédio capacitados
AE01-I03	Fortalecer a política de alimentação e nutrição estudantil, promovendo segurança alimentar, inclusão e equidade no acesso à alimentação saudável	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis	AE01-IND03 – Percentual de estudantes em situação de vulnerabilidade com acesso à alimentação
AE01-I04	Fortalecer os espaços de participação, representação e protagonismo estudantil, promovendo gestão democrática e inclusão	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis	AE01-IND04 – Número de reuniões realizadas com presença estudantil registrada.
AE01-I05	Promover a acessibilidade, inclusão e equidade em todas as dimensões da vida acadêmica	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis	AE01-IND05 – Percentual de Campi com Coordenação Local de Acessibilidade e Inclusão implantada e em funcionamento

AE01-I06	Consolidar ações institucionais de prevenção e enfrentamento ao assédio e à discriminação	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis	AE01-IND06 – Percentual de campi que realizaram, no ano de referência, ações educativas de prevenção ao assédio e à discriminação
AE01-I07	Fortalecer a prática esportiva institucional como estratégia de inclusão, integração social, bem-estar e permanência estudantil	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis	AE01-IND07 – Percentual de estudantes participantes de atividades esportivas institucionais
AE01-I08	Estruturar e ampliar ações institucionais de promoção da saúde integral, com ênfase na saúde mental, no bem-estar e na qualidade de vida	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis	AE01-IND08 – Percentual de estudantes atendidos por ações do programa de atenção à saúde do estudante

Definição e metodologia de mensuração dos indicadores

Indicador	Descrição	Fórmula de cálculo	Unidade
AE01-IND01 – Percentual de estudantes atendidos pela assistência estudantil	Mede a cobertura das ações da assistência estudantil em relação ao público elegível, considerando critérios de equidade	$(\text{n}^\circ \text{ de estudantes beneficiados} / \text{n}^\circ \text{ de estudantes elegíveis}) \times 100$	Percentual (%)
AE01-IND02 – Percentual de profissionais atuantes na assistência estudantil e nos Núcleos de Combate ao Assédio capacitados	Mede a qualificação dos servidores para atuação na política de assistência estudantil e em ações de prevenção e combate ao assédio e discriminação	$(\text{n}^\circ \text{ de servidores capacitados} / \text{Total de servidores envolvidos na assistência estudantil}) \times 100$	Percentual (%)
AE01-IND03 – Percentual de estudantes em situação de vulnerabilidade com acesso à alimentação	Mede a cobertura da política de alimentação entre estudantes em situação de vulnerabilidade social	$(\text{n}^\circ \text{ de estudantes atendidos} / \text{n}^\circ \text{ de estudantes em situação de vulnerabilidade}) \times 100$	Percentual (%)
AE01-IND04 – Número de reuniões realizadas com presença estudantil registrada.	Mede a regularidade e institucionalização da participação.	$(\text{Reuniões realizadas} / \text{meta de reunião no período}) \times 100$	Número
AE01-IND05 – Percentual de Campi com Coordenação Local de Acessibilidade e Inclusão implantada e em funcionamento	Mede o percentual de Campi da instituição que possuem o setor específico em funcionamento	$(\text{n}^\circ \text{ de Campi com setor implantado e em funcionamento} / \text{n}^\circ \text{ de Campi}) \times 100$	Percentual (%)
AE01-IND06 – Percentual de campi que realizaram, no ano de referência, ações educativas de	Mede a institucionalização de políticas de enfrentamento ao assédio e promoção de ambientes seguros e inclusivos	$(\text{n}^\circ \text{ de campi com ações realizadas} / \text{Total de campi}) \times 100$	Percentual (%)

prevenção ao assédio e à discriminação							
AE01-IND07 – Percentual de estudantes participantes de atividades esportivas institucionais	Mede o engajamento estudantil em atividades esportivas como estratégia de permanência e inclusão	(nº de estudantes participantes / Total de estudantes matriculados) × 100				Percentual (%)	
AE01-IND08 – Percentual de estudantes atendidos por ações do programa de atenção à saúde do estudante	Mede o alcance das ações institucionais voltadas à saúde física, mental e psicossocial dos estudantes	(nº de estudantes atendidos / Total de estudantes matriculados) × 100				Percentual (%)	
Linha de base e metas dos indicadores para 2026–2030							
Indicador vinculado	Linha de base	2026	2027	2028	2029	2030	Meta final
AE01-IND01 – Percentual de estudantes atendidos pela assistência estudantil	Não se aplica	1%	2%	3%	4%	5%	5%
AE01-IND02 – Percentual de profissionais atuantes na assistência estudantil e nos Núcleos de Combate ao Assédio capacitados	Não se aplica	40%	50%	55%	70%	85%	85%
AE01-IND03 – Percentual de estudantes em situação de vulnerabilidade com acesso à alimentação	Não se aplica	12%	15%	15%	17,50%	20%	20%
AE01-IND04 – Número de reuniões realizadas com presença estudantil registrada.	Não se aplica	20%	40%	60%	80%	100%	100%
AE01-IND05 – Percentual de Campi com Coordenação Local de Acessibilidade e Inclusão implantada e em funcionamento	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
AE01-IND06 – Percentual de campi que realizaram, no ano de referência, ações educativas de	50%	50%	65%	80%	90%	100%	100%

prevenção ao assédio e à discriminação							
AE01-IND07 – Percentual de estudantes participantes de atividades esportivas institucionais	Não se aplica	3%	4%	5%	6%	7%	7%
AE01-IND08 – Percentual de estudantes atendidos por ações do programa de atenção à saúde do estudante	Não se aplica	12%	15%	15%	17,50%	20%	20%

Nota: A indicação "**Não se aplica**" na coluna Linha de Base refere-se aos indicadores cuja mensuração será instituída no âmbito deste PDI, inexistindo histórico institucional ou metodologia previamente consolidada para sua apuração. Nesses casos, a primeira aferição estabelecerá a linha de base, que servirá de referência para o monitoramento e a avaliação das metas durante a vigência do Plano.

AE02 – Aprimorar a gestão e o monitoramento da política de assistência estudantil, assegurando eficiência, equidade, transparência e efetividade na aplicação dos recursos.

Identificação do objetivo estratégico			
AE02 – Aprimorar a gestão e o monitoramento da política de assistência estudantil, assegurando eficiência, equidade, transparência e efetividade na aplicação dos recursos.			
Eixo Temático	Assuntos Estudantis	Responsável	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
Iniciativas estratégicas e indicadores			
Código	Iniciativa estratégica	Responsável pela iniciativa	Indicador vinculado
AE02-I01	Aprimorar a gestão orçamentária e a orientação técnica dos campi, promovendo eficiência, equidade e transparência	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis	AE02-IND01 – Percentual de execução orçamentária da assistência estudantil
AE02-I02	Monitorar e avaliar continuamente os programas de assistência estudantil com base em indicadores de permanência, êxito e equidade	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis	AE02-IND02 – Percentual de redução da diferença entre as taxas de evasão e retenção de estudantes beneficiários e não beneficiários
AE02-I02	Monitorar e avaliar continuamente os programas de assistência estudantil com base em indicadores de permanência, êxito e equidade	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis	AE02-IND03 – Taxa de permanência dos estudantes beneficiários da assistência estudantil

Definição e metodologia de mensuração dos indicadores							
Indicador	Descrição	Fórmula de cálculo					Unidade
AE02-IND01 – Percentual de execução orçamentária da assistência estudantil	Mede a eficiência e a capacidade de execução dos recursos destinados à assistência estudantil	(Valor executado / Valor orçado) × 100					Percentual (%)
AE02-IND02 – Percentual de redução da diferença entre as taxas de evasão e retenção de estudantes beneficiários e não beneficiários	Mede o impacto das ações de assistência estudantil na permanência dos estudantes	(Diferença inicial - Diferença no período / Diferença inicial) x 100					Percentual (%)
AE02-IND03 – Taxa de permanência dos estudantes beneficiários da assistência estudantil	Mede a proporção de estudantes beneficiários dos programas de assistência estudantil que permanecem matriculados durante o período letivo.	(nº de estudantes atendidos que permanecem matriculados / nº total de estudantes matriculados) x 100					Percentual (%)
Linha de base e metas dos indicadores para 2026–2030							
Indicador vinculado	Linha de base	2026	2027	2028	2029	2030	Meta final
AE02-IND01 – Percentual de execução orçamentária da assistência estudantil	98%	98%	99%	99%	99%	99%	99%
AE02-IND02 – Percentual de redução da diferença entre as taxas de evasão e retenção de estudantes beneficiários e não beneficiários	Não se aplica	12%	27%	49%	71%	85%	85%
AE02-IND03 – Taxa de permanência dos estudantes beneficiários da assistência estudantil							

Nota: A indicação "**Não se aplica**" na coluna Linha de Base refere-se aos indicadores cuja mensuração será instituída no âmbito deste PDI, inexistindo histórico institucional ou metodologia previamente consolidada para sua apuração. Nesses casos, a primeira aferição estabelecerá a linha de base, que servirá de referência para o monitoramento e a avaliação das metas durante a vigência do Plano.

Eixo Temático: Ensino

E01 – Fortalecer a qualidade acadêmica e pedagógica da educação ofertada pelo IFPB, promovendo inovação educacional, integração curricular e melhoria contínua dos processos formativos.

Identificação do objetivo estratégico			
E01 – Fortalecer a qualidade acadêmica e pedagógica da educação ofertada pelo IFPB, promovendo inovação educacional, integração curricular e melhoria contínua dos processos formativos.			
Eixo Temático	Ensino	Responsável	Pró-Reitoria de Ensino
Iniciativas estratégicas e indicadores			
Código	Iniciativa estratégica	Responsável pela iniciativa	Indicador vinculado
E01-I01	Qualificar os currículos e os projetos pedagógicos dos cursos, considerando as especificidades das diferentes modalidades e níveis de ensino ofertados pelo IFPB.	Diretoria de Articulação Pedagógica	E01-IND01 – Percentual de cursos com PPC atualizado
E01-I02	Promover inovação educacional e qualificar as modalidades presencial, híbrida e a distância por meio da formação pedagógica e da adoção de metodologias, recursos e tecnologias voltados à melhoria dos processos de ensino e aprendizagem.	Pró-Reitoria de Ensino	E01-IND02 – Percentual de docentes participantes de ações de formação pedagógica
E01-I03	Fortalecer a integração entre ensino, pesquisa e extensão nos processos formativos e nos currículos institucionais.	Diretoria de Articulação Pedagógica	E01-IND03 – Percentual de cursos com ações integradas de ensino, pesquisa e extensão
E01-I04	Aprimorar os serviços e recursos acadêmicos de apoio à formação, incluindo bibliotecas, sistemas acadêmicos, ambientes educacionais e processos de gestão acadêmica.	Pró-Reitoria de Ensino	E01-IND04 – Índice de satisfação com os serviços acadêmicos de apoio
Definição e metodologia de mensuração dos indicadores			
Indicador	Descrição	Fórmula de cálculo	Unidade

E01-IND01 – Percentual de cursos com PPC atualizado	Mede a proporção de cursos cujos Projetos Pedagógicos foram revisados e atualizados dentro do ciclo institucional estabelecido.	$(\text{n}^\circ \text{ de cursos com PPC atualizado no período definido} / \text{Total de cursos ativos}) \times 100$	Percentual (%)
E01-IND02 – Percentual de docentes participantes de ações de formação pedagógica	Mede o alcance das ações institucionais voltadas ao desenvolvimento pedagógico dos docentes.	$(\text{n}^\circ \text{ de docentes participantes de ações de formação pedagógica} / \text{Total de docentes}) \times 100$	Percentual (%)
E01-IND03 – Percentual de cursos com ações integradas de ensino, pesquisa e extensão	Mede a presença de ações integradas de ensino, pesquisa e extensão vinculadas aos processos formativos dos cursos.	$(\text{n}^\circ \text{ de cursos com ações integradas registradas} / \text{Total de cursos ativos}) \times 100$	Percentual (%)
E01-IND04 – Índice de satisfação com os serviços acadêmicos de apoio	Mede a percepção da comunidade acadêmica sobre a qualidade dos serviços e recursos de apoio à formação.	$(\text{n}^\circ \text{ de avaliações positivas} / \text{n}^\circ \text{ total de avaliações respondidas}) \times 100$	Percentual (%)

Linha de base e metas dos indicadores para 2026–2030

Indicador vinculado	Linha de base	2026	2027	2028	2029	2030	Meta final
E01-IND01 – Percentual de cursos com PPC atualizado	50%	92%	100%	100%	100%	100%	100%
E01-IND02 – Percentual de docentes participantes de ações de formação pedagógica	Não se aplica	80%	90%	100%	100%	100%	100%
E01-IND03 – Percentual de cursos com ações integradas de ensino, pesquisa e extensão	50%	92%	100%	100%	100%	100%	100%
E01-IND04 – Índice de satisfação com os serviços acadêmicos de apoio	Não se aplica	30%	35%	40%	50%	60%	60%

Nota: A indicação "**Não se aplica**" na coluna Linha de Base refere-se aos indicadores cuja mensuração será instituída no âmbito deste PDI, inexistindo histórico institucional ou metodologia previamente consolidada para sua apuração. Nesses casos, a primeira aferição estabelecerá a linha de base, que servirá de referência para o monitoramento e a avaliação das metas durante a vigência do Plano.

E02 – Promover a permanência, o êxito e a conclusão dos estudantes, reduzindo desigualdades educacionais e fortalecendo trajetórias acadêmicas bem-sucedidas.

O conteúdo deste documento também está disponível em versão web no endereço: pdi.ifpb.edu.br

Identificação do objetivo estratégico								
E02 – Promover a permanência, o êxito e a conclusão dos estudantes, reduzindo desigualdades educacionais e fortalecendo trajetórias acadêmicas bem-sucedidas.								
Eixo Temático	Ensino			Responsável	Pró-Reitoria de Ensino			
Iniciativas estratégicas e indicadores								
Código	Iniciativa estratégica			Responsável pela iniciativa		Indicador vinculado		
E02-I01	Fortalecer mecanismos de acompanhamento acadêmico voltados à permanência, ao êxito e à conclusão dos estudantes.			Pró-Reitoria de Ensino		E02-IND01 – Taxa de êxito acadêmico		
E02-I02	Desenvolver estratégias institucionais para enfrentamento da evasão e retenção acadêmica.			Pró-Reitoria de Ensino		E02-IND02 – Taxa de evasão estudantil		
E02-I03	Promover ações articuladas de apoio ao estudante em colaboração com as áreas acadêmicas e de assistência estudantil.			Pró-Reitoria de Ensino		E02-IND03 – Percentual de estudantes acompanhados por ações integradas de apoio		
Definição e metodologia de mensuração dos indicadores								
Indicador		Descrição		Fórmula de cálculo			Unidade	
E02-IND01 – Taxa de êxito acadêmico		Mede a proporção de estudantes que concluem com sucesso o percurso acadêmico previsto para o período analisado.		(nº de estudantes aprovados/concluintes / nº total de estudantes avaliados) × 100			Percentual (%)	
E02-IND02 – Taxa de evasão estudantil		Mede o percentual de estudantes que interromperam seus estudos sem conclusão do curso.		(nº de estudantes evadidos / nº total de estudantes matriculados) × 100			Percentual (%)	
E02-IND03 – Percentual de estudantes acompanhados por ações integradas de apoio		Mede a abrangência das ações desenvolvidas conjuntamente entre as áreas acadêmicas e de assistência estudantil.		(nº de estudantes acompanhados pelas ações integradas / nº total de estudantes matriculados) × 100			Percentual (%)	
Linha de base e metas dos indicadores para 2026–2030								
Indicador vinculado		Linha de base	2026	2027	2028	2029	2030	Meta final
E02-IND01 – Taxa de êxito acadêmico		Não se aplica	50%	55,%	60%	65%	70%	70%

E02-IND02 – Taxa de evasão estudantil	Não se aplica	14%	13%	12%	11%	10%	10%
E02-IND03 – Percentual de estudantes acompanhados por ações integradas de apoio	Não se aplica	50%	55%	60%	65%	70%	70%

Nota: A indicação "**Não se aplica**" na coluna Linha de Base refere-se aos indicadores cuja mensuração será instituída no âmbito deste PDI, inexistindo histórico institucional ou metodologia previamente consolidada para sua apuração. Nesses casos, a primeira aferição estabelecerá a linha de base, que servirá de referência para o monitoramento e a avaliação das metas durante a vigência do Plano.

E03 – Promover a equidade, a diversidade e os direitos humanos nos processos educacionais, fortalecendo a inclusão e o respeito às diferentes identidades e contextos socioculturais.

Identificação do objetivo estratégico			
E03 – Promover a equidade, a diversidade e os direitos humanos nos processos educacionais, fortalecendo a inclusão e o respeito às diferentes identidades e contextos socioculturais.			
Eixo Temático	Ensino	Responsável	Pró-Reitoria de Ensino
Iniciativas estratégicas e indicadores			
Código	Iniciativa estratégica	Responsável pela iniciativa	Indicador vinculado
E03-I01	Fortalecer a educação para as relações étnico-raciais, a história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.	Pró-Reitoria de Ensino	E03-IND01 – Percentual de cursos com conteúdos de educação para relações étnico-raciais incorporados aos PPCs
E03-I02	Promover ações institucionais voltadas à inclusão, à diversidade e ao respeito aos direitos humanos.	Pró-Reitoria de Ensino	E03-IND02 – Percentual de unidades com ações de inclusão e diversidade realizadas
Definição e metodologia de mensuração dos indicadores			
Indicador	Descrição	Fórmula de cálculo	Unidade
E03-IND01 – Percentual de cursos com conteúdos de educação para relações étnico-raciais incorporados aos PPCs	Mede a incorporação institucional das diretrizes relacionadas à educação para as relações étnico-raciais e à valorização da diversidade cultural.	$(\text{n}^\circ \text{ de cursos com conteúdos previstos nos PPCs} / \text{Total de cursos ativos}) \times 100$	Percentual (%)

E03-IND02 – Percentual de unidades com ações de inclusão e diversidade realizadas	Mede a institucionalização de ações voltadas à promoção da inclusão, diversidade e direitos humanos nas unidades do IFPB.	(nº de unidades com ações realizadas no período / nº total de unidades) × 100					Percentual (%)
Linha de base e metas dos indicadores para 2026–2030							
Indicador vinculado	Linha de base	2026	2027	2028	2029	2030	Meta final
E03-IND01 – Percentual de cursos com conteúdos de educação para relações étnico-raciais incorporados aos PPCs	Não se aplica	50%	60%	70%	80%	90%	90%
E03-IND02 – Percentual de unidades com ações de inclusão e diversidade realizadas	Não se aplica	50%	60%	60%	70%	80%	80%

Nota: A indicação "**Não se aplica**" na coluna Linha de Base refere-se aos indicadores cuja mensuração será instituída no âmbito deste PDI, inexistindo histórico institucional ou metodologia previamente consolidada para sua apuração. Nesses casos, a primeira aferição estabelecerá a linha de base, que servirá de referência para o monitoramento e a avaliação das metas durante a vigência do Plano.

E04 – Fortalecer a articulação entre a formação acadêmica e o mundo do trabalho, ampliando oportunidades de desenvolvimento profissional para estudantes e egressos.

Identificação do objetivo estratégico			
E04 – Fortalecer a articulação entre a formação acadêmica e o mundo do trabalho, ampliando oportunidades de desenvolvimento profissional para estudantes e egressos.			
Eixo Temático	Ensino	Responsável	Pró-Reitoria de Ensino
Iniciativas estratégicas e indicadores			
Código	Iniciativa estratégica	Responsável pela iniciativa	Indicador vinculado
E04-I01	Ampliar e qualificar oportunidades de estágio, aprendizagem profissional e experiências práticas vinculadas à formação acadêmica.	Pró-Reitoria de Ensino	E04-IND01 – Taxa de estudantes em estágio ou aprendizagem profissional

E04-I02	Fortalecer o acompanhamento da inserção profissional e das trajetórias dos egressos.	Pró-Reitoria de Ensino	E04-IND02 – Taxa de inserção profissional de egressos				
Definição e metodologia de mensuração dos indicadores							
Indicador	Descrição		Fórmula de cálculo				Unidade
E04-IND01 – Taxa de estudantes em estágio ou aprendizagem profissional	Mede a proporção de estudantes aptos que participam de programas de estágio ou aprendizagem profissional.		(nº de estudantes em estágio ou aprendizagem / nº de estudantes aptos) × 100				Percentual (%)
E04-IND02 – Taxa de inserção profissional de egressos	Mede a proporção de egressos inseridos no mundo do trabalho após a conclusão do curso.		(nº de egressos inseridos profissionalmente / nº de egressos respondentes acompanhados) × 100				Percentual (%)
Linha de base e metas dos indicadores para 2026–2030							
Indicador vinculado	Linha de base	2026	2027	2028	2029	2030	Meta final
E04-IND01 – Taxa de estudantes em estágio ou aprendizagem profissional	Não se aplica	40%	45%	50%	55%	60%	60%
E04-IND02 – Taxa de inserção profissional de egressos	Não se aplica	5%	15%	25%	35%	45%	45%

Nota: A indicação "**Não se aplica**" na coluna Linha de Base refere-se aos indicadores cuja mensuração será instituída no âmbito deste PDI, inexistindo histórico institucional ou metodologia previamente consolidada para sua apuração. Nesses casos, a primeira aferição estabelecerá a linha de base, que servirá de referência para o monitoramento e a avaliação das metas durante a vigência do Plano.

Eixo Temático: Extensão e Cultura

EC01 – Fortalecer a extensão como dimensão formativa e transformadora, ampliando sua integração ao ensino e à pesquisa e seu impacto nos territórios atendidos pelo IFPB, com ênfase no desenvolvimento e na aplicação de tecnologias sociais.

Identificação do objetivo estratégico			
EC01 – Fortalecer a extensão como dimensão formativa e transformadora, ampliando sua integração ao ensino e à pesquisa e seu impacto nos territórios atendidos pelo IFPB, com ênfase no desenvolvimento e na aplicação de tecnologias sociais.			
Eixo Temático	Extensão e Cultura	Responsável	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
Iniciativas estratégicas e indicadores			
Código	Iniciativa estratégica	Responsável pela iniciativa	Indicador vinculado
EC01-I01	Fortalecer a curricularização da extensão nos cursos superiores, promovendo ações que viabilizem sua implementação efetiva nos projetos pedagógicos.	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura	EC01-IND01 – Número de ações de curricularização da extensão
EC01-I02	Estimular ações de extensão voltadas ao desenvolvimento socioeconômico local, à promoção da inclusão social, da sustentabilidade, dos direitos humanos, da cidadania, da economia solidária e à geração e difusão de tecnologias sociais.	Diretoria de Extensão Popular e Rural	EC01-IND02 – Percentual de ações de extensão com foco em desenvolvimento social e territorial
EC01-I03	Estimular o protagonismo discente por meio do apoio à criação e ao desenvolvimento de empreendimentos estudantis no âmbito da extensão.	Diretoria de Extensão Tecnológica	EC01-IND03 – Número de empreendimentos estudantis vinculados à extensão
EC01-I04	Estimular o apoio e o desenvolvimento de empreendimentos de economia solidária no âmbito da extensão.	INCUTES	EC01-IND04 – Número de empreendimentos de economia solidária vinculados à extensão
EC01-I05	Promover ações de qualificação profissional por meio de cursos de extensão articulados às demandas da sociedade e dos arranjos produtivos locais, promovendo a inserção no mundo do trabalho.	Diretoria de Extensão Popular e Rural	EC01-IND05 – Número de cursos de extensão ofertados

Definição e metodologia de mensuração dos indicadores							
Indicador	Descrição	Fórmula de cálculo					Unidade
EC01-IND01 – Número de ações de curricularização da extensão	Mede a quantidade de ações institucionais voltadas à implementação da curricularização da extensão nos cursos superiores, indicando o avanço da integração entre ensino e extensão.	Contagem anual de ações de curricularização da extensão nos cursos superiores					Número
EC01-IND02 – Percentual de ações de extensão com foco em desenvolvimento social e territorial	Mede a proporção de ações de extensão voltadas ao desenvolvimento socioeconômico local, inclusão social e sustentabilidade, indicando o alinhamento da extensão às demandas sociais e territoriais.	(Número de ações de extensão com esses focos / Total de ações de extensão ativos) × 100.					Percentual (%)
EC01-IND03 – Número de empreendimentos estudantis vinculados à extensão	Mede a quantidade de empreendimentos estudantis ativos vinculados às ações de extensão, indicando o nível de protagonismo discente e estímulo ao empreendedorismo.	Contagem anual de empreendimentos estudantis formalizados e em atividade.					Número
EC01-IND04 – Número de empreendimentos de economia solidária vinculados à extensão	Mede a quantidade de empreendimentos de economia solidária apoiados pela extensão, indicando o fortalecimento de iniciativas econômicas coletivas e inclusivas.	Contagem anual de empreendimentos de economia solidária formalizados.					Número
EC01-IND05 – Número de cursos de extensão ofertados	Mede a quantidade de cursos de extensão ofertados, incluindo cursos livres e de Formação Inicial e Continuada (FIC), indicando a capacidade institucional de qualificação profissional.	Somatório anual de cursos livres de extensão e cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) voltados à inserção no mundo do trabalho.					Número
Linha de base e metas dos indicadores para 2026–2030							
Indicador vinculado	Linha de base	2026	2027	2028	2029	2030	Meta final
EC01-IND01 – Número de ações de curricularização da extensão	Não se aplica	5	10	15	20	25	25
EC01-IND02 – Percentual de ações de extensão com foco em desenvolvimento social e territorial	Não se aplica	50%	50%	50%	50%	50%	50%
EC01-IND03 – Número de empreendimentos estudantis vinculados à extensão	15	15	16	17	18	18	18

EC01-IND04 – Número de empreendimentos de economia solidária vinculados à extensão	10	12	14	16	18	20	20
EC01-IND05 – Número de cursos de extensão ofertados	100	105	110	115	120	125	125

Nota: A indicação "**Não se aplica**" na coluna Linha de Base refere-se aos indicadores cuja mensuração será instituída no âmbito deste PDI, inexistindo histórico institucional ou metodologia previamente consolidada para sua apuração. Nesses casos, a primeira aferição estabelecerá a linha de base, que servirá de referência para o monitoramento e a avaliação das metas durante a vigência do Plano.

EC02 – Consolidar a política institucional de cultura, promovendo a valorização da diversidade e das identidades culturais em todas as suas manifestações, da produção artística e da memória sociocultural.

Identificação do objetivo estratégico			
EC02 – Consolidar a política institucional de cultura, promovendo a valorização da diversidade e das identidades culturais em todas as suas manifestações, da produção artística e da memória sociocultural.			
Eixo Temático	Extensão e Cultura	Responsável	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
Iniciativas estratégicas e indicadores			
Código	Iniciativa estratégica	Responsável pela iniciativa	Indicador vinculado
EC02-I01	Fomentar ações culturais no âmbito da comunidade acadêmica, fortalecendo os vínculos entre arte, educação e cidadania.	Diretoria de Cultura	EC02-IND01 – Número de ações culturais realizadas
EC02-I02	Apoiar a produção, circulação e difusão de manifestações culturais promovidas por estudantes e servidores.	Diretoria de Cultura	EC02-IND02 – Número de produções artístico-culturais difundidas
Definição e metodologia de mensuração dos indicadores			
Indicador	Descrição	Fórmula de cálculo	Unidade
EC02-IND01 – Número de ações culturais realizadas	Mede a quantidade de ações culturais promovidas pela instituição, incluindo eventos, projetos e atividades artísticas, indicando o fortalecimento da política cultural.	Contagem anual de projetos de cultura e eventos artísticos (festivals, mostras, circuitos) realizados nos campi.	Número

EC02-IND02 – Número de produções artístico-culturais difundidas	Mede a quantidade de produções artístico-culturais de estudantes e servidores difundidas institucionalmente, indicando o estímulo à produção e circulação cultural.	Contagem anual de obras, apresentações, exposições ou publicações de caráter artístico-cultural produzidas pela comunidade acadêmica.					Número
Linha de base e metas dos indicadores para 2026–2030							
Indicador vinculado	Linha de base	2026	2027	2028	2029	2030	Meta final
EC02-IND01 – Número de ações culturais realizadas	70	72	74	76	78	80	80
EC02-IND02 – Número de produções artístico-culturais difundidas	80	82	84	86	88	90	90

Eixo Temático: Gestão Estratégica

GE01 – Fortalecer a governança e a administração institucional, promovendo a integração entre planejamento, orçamento, gestão de riscos, integridade, sustentabilidade e gestão por processos, com base em práticas estruturadas e orientadas por evidências.

Identificação do objetivo estratégico			
GE01 – Fortalecer a governança e a administração institucional, promovendo a integração entre planejamento, orçamento, gestão de riscos, integridade, sustentabilidade e gestão por processos, com base em práticas estruturadas e orientadas por evidências.			
Eixo Temático	Gestão Estratégica	Responsável	Diretoria de Planejamento, Desenvolvimento Institucional e Interiorização
Iniciativas estratégicas e indicadores			
Código	Iniciativa estratégica	Responsável pela iniciativa	Indicador vinculado
GE01-I01	Consolidar o sistema de planejamento institucional, integrando o PDI, os planos institucionais e setoriais, o planejamento orçamentário e financeiro e os mecanismos de monitoramento e avaliação.	Diretoria de Planejamento, Desenvolvimento Institucional e Interiorização	GE01-IND01 – Taxa de consolidação do sistema de planejamento institucional

GE01-I02	Fortalecer e integrar as práticas de governança, riscos e conformidade na instituição	Diretoria de Planejamento, Desenvolvimento Institucional e Interiorização	GE01-IND02 – Índice de implantação de programas de governança
GE01-I03	Estruturar e institucionalizar a gestão por processos	Diretoria de Planejamento, Desenvolvimento Institucional e Interiorização	GE01-IND03 – Percentual de processos institucionais mapeados e padronizados
GE01-I04	Estabelecer políticas de alocação de recursos baseadas em indicadores, prioridades estratégicas e necessidades institucionais de funcionamento das áreas finalísticas e sistêmicas	Diretoria de Planejamento, Desenvolvimento Institucional e Interiorização	GE01-IND04 – Percentual do orçamento distribuído com base em indicadores

Definição e metodologia de mensuração dos indicadores

Indicador	Descrição	Fórmula de cálculo	Unidade
GE01-IND01 – Taxa de consolidação do sistema de planejamento institucional	Mede o percentual de instrumentos do sistema de planejamento (PDI e planos setoriais) que foram elaborados, aprovados e estão com rotina de monitoramento ativa, em relação ao total de planos previstos para a instituição.	$(\text{Quantidade de planos institucionais e setoriais com monitoramento ativo} / \text{Total de planos institucionais e setoriais previstos}) \times 100$	Percentual (%)
GE01-IND02 – Índice de implantação de programas de governança	Mede o grau de institucionalização, execução e integração dos programas, planos e políticas que compõem o portfólio de governança, riscos e conformidade da instituição, assegurando que as diretrizes temáticas prioritárias estejam devidamente formalizadas e em operação.	$(\text{nº de programas de governança efetivamente implantados e integrados} / \text{nº total de programas de governança previstos no portfólio institucional}) \times 100$	Percentual (%)
GE01-IND03 – Percentual de processos institucionais mapeados e padronizados	Mede o nível de institucionalização da gestão por processos.	$(\text{nº de processos mapeados e padronizados} / \text{nº total de processos prioritários}) \times 100$	Percentual (%)
GE01-IND04 – Percentual do orçamento distribuído com base em indicadores	Mede a proporção dos recursos discricionários da instituição que são alocados nas unidades utilizando uma matriz com critérios objetivos.	$(\text{Volume financeiro distribuído via matriz de indicadores} / \text{Volume financeiro total disponível para distribuição interna}) \times 100$	Percentual (%)

Linha de base e metas dos indicadores para 2026–2030

Indicador vinculado	Linha de base	2026	2027	2028	2029	2030	Meta final
---------------------	---------------	------	------	------	------	------	------------

GE01-IND01 – Taxa de consolidação do sistema de planejamento institucional	Não se aplica	20%	40%	60%	80%	100%	100%
GE01-IND02 – Índice de implantação de programas de governança	Não se aplica	20%	40%	60%	80%	100%	100%
GE01-IND03 – Percentual de processos institucionais mapeados e padronizados	Não se aplica	20%	40%	60%	80%	100%	100%
GE01-IND04 – Percentual do orçamento distribuído com base em indicadores	Não se aplica	30%	50%	70%	85%	100%	100%

Nota: A indicação "**Não se aplica**" na coluna Linha de Base refere-se aos indicadores cuja mensuração será instituída no âmbito deste PDI, inexistindo histórico institucional ou metodologia previamente consolidada para sua apuração. Nesses casos, a primeira aferição estabelecerá a linha de base, que servirá de referência para o monitoramento e a avaliação das metas durante a vigência do Plano.

GE02 – Aprimorar a gestão institucional orientada a resultados, promovendo eficiência administrativa, monitoramento contínuo do desempenho e fortalecimento da cultura de avaliação.

Identificação do objetivo estratégico			
GE02 – Aprimorar a gestão institucional orientada a resultados, promovendo eficiência administrativa, monitoramento contínuo do desempenho e fortalecimento da cultura de avaliação.			
Eixo Temático	Gestão Estratégica	Responsável	Diretoria de Planejamento, Desenvolvimento Institucional e Interiorização
Iniciativas estratégicas e indicadores			
Código	Iniciativa estratégica	Responsável pela iniciativa	Indicador vinculado
GE02-I01	Fortalecer os processos de monitoramento e avaliação institucional	Diretoria de Planejamento, Desenvolvimento Institucional e Interiorização	GE02-IND01 – Índice de monitoramento do desempenho institucional

GE02-I02	Consolidar a cultura de autoavaliação institucional	Diretoria de Planejamento, Desenvolvimento Institucional e Interiorização	GE02-IND02 – Taxa de participação da comunidade na autoavaliação
GE02-I03	Implantar sistemas e painéis de indicadores estratégicos e operacionais	Diretoria de Planejamento, Desenvolvimento Institucional e Interiorização	GE02-IND03 – Taxa de implantação de painéis de monitoramento
GE02-I04	Aprimorar a eficiência, a padronização e a conformidade dos processos administrativos	Diretoria de Planejamento, Desenvolvimento Institucional e Interiorização	GE02-IND04 – Taxa de cumprimento de prazos administrativos

Definição e metodologia de mensuração dos indicadores

Indicador	Descrição	Fórmula de cálculo	Unidade
GE02-IND01 – Índice de monitoramento do desempenho institucional	Mede a regularidade e abrangência do acompanhamento dos indicadores estratégicos.	$(\text{n}^\circ \text{ de indicadores com monitoramento periódico} / \text{n}^\circ \text{ total de indicadores estratégicos}) \times 100$	Percentual (%)
GE02-IND02 – Taxa de participação da comunidade na autoavaliação	Mede o nível de engajamento da comunidade acadêmica nos processos de autoavaliação.	$(\text{n}^\circ \text{ de participantes} / \text{n}^\circ \text{ total de membros da comunidade}) \times 100$	Percentual (%)
GE02-IND03 – Taxa de implantação de painéis de monitoramento	Mede o percentual de painéis visuais (dashboards) e sistemas de indicadores desenvolvidos, validados e disponibilizados para os gestores institucionais.	$(\text{n}^\circ \text{ de painéis de indicadores implantados} / \text{n}^\circ \text{ total de painéis previstos no projeto}) \times 100$	Percentual (%)
GE02-IND04 – Taxa de cumprimento de prazos administrativos	Mede o percentual de processos administrativos prioritários que foram concluídos dentro do prazo máximo estipulado normativamente pela instituição.	$(\text{n}^\circ \text{ de processos prioritários concluídos dentro do prazo estipulado} / \text{n}^\circ \text{ total de processos prioritários concluídos no período}) \times 100$	Percentual (%)

Linha de base e metas dos indicadores para 2026–2030

Indicador vinculado	Linha de base	2026	2027	2028	2029	2030	Meta final
GE02-IND01 – Índice de monitoramento do desempenho institucional	Não se aplica	50%	75%	100%	100%	100%	100%
GE02-IND02 – Taxa de participação da comunidade na autoavaliação	Não se aplica	15%	20%	25%	30%	35%	35%

GE02-IND03 – Taxa de implantação de painéis de monitoramento	Não se aplica	20%	40%	60%	80%	100%	100%
GE02-IND04 – Taxa de cumprimento de prazos administrativos	Não se aplica	60%	70%	80%	85%	90%	90%

Nota: A indicação "**Não se aplica**" na coluna Linha de Base refere-se aos indicadores cuja mensuração será instituída no âmbito deste PDI, inexistindo histórico institucional ou metodologia previamente consolidada para sua apuração. Nesses casos, a primeira aferição estabelecerá a linha de base, que servirá de referência para o monitoramento e a avaliação das metas durante a vigência do Plano.

GE03 – Fortalecer a transparência e a comunicação institucional, ampliando o acesso à informação, a divulgação dos resultados e o engajamento da comunidade.

Identificação do objetivo estratégico			
GE03 – Fortalecer a transparência e a comunicação institucional, ampliando o acesso à informação, a divulgação dos resultados e o engajamento da comunidade.			
Eixo Temático	Gestão Estratégica	Responsável	Diretoria de Planejamento, Desenvolvimento Institucional e Interiorização
Iniciativas estratégicas e indicadores			
Código	Iniciativa estratégica	Responsável pela iniciativa	Indicador vinculado
GE03-I01	Aprimorar a comunicação institucional e os canais de transparência	Diretoria de Planejamento, Desenvolvimento Institucional e Interiorização	GE03-IND01 – Índice de satisfação com a comunicação institucional
GE03-I02	Consolidar a transparência ativa e o acesso à informação	Diretoria de Planejamento, Desenvolvimento Institucional e Interiorização	GE03-IND02 – Índice de transparência ativa institucional
GE03-I03	Fortalecer a divulgação e o acompanhamento dos resultados institucionais	Diretoria de Planejamento, Desenvolvimento Institucional e Interiorização	GE03-IND03 – Índice de divulgação de resultados institucionais
Definição e metodologia de mensuração dos indicadores			
Indicador	Descrição	Fórmula de cálculo	Unidade

GE03-IND01 – Índice de satisfação com a comunicação institucional	Mede a percepção da comunidade acadêmica sobre a qualidade da comunicação institucional.	$(\text{n}^\circ \text{ de avaliações positivas} / \text{n}^\circ \text{ total de respostas}) \times 100$	Percentual (%)
GE03-IND02 – Índice de transparência ativa institucional	Mede o grau de disponibilização e atualização de informações institucionais relevantes.	$(\text{n}^\circ \text{ de informações atualizadas e disponíveis} / \text{n}^\circ \text{ total de informações obrigatórias}) \times 100$	Percentual (%)
GE03-IND03 – Índice de divulgação de resultados institucionais	Mede o grau de cumprimento do cronograma de publicação de documentos, relatórios de gestão, anuários estatísticos e prestações de contas voltados à transparência dos resultados da instituição.	$(\text{n}^\circ \text{ de relatórios e publicações de resultados divulgados no prazo} / \text{n}^\circ \text{ total de relatórios e publicações de resultados previstos no ano}) \times 100$	Percentual (%)

Linha de base e metas dos indicadores para 2026–2030

Indicador vinculado	Linha de base	2026	2027	2028	2029	2030	Meta final
GE03-IND01 – Índice de satisfação com a comunicação institucional	Não se aplica	60%	65%	70%	75%	80%	80%
GE03-IND02 – Índice de transparência ativa institucional	Não se aplica	80%	85%	90%	95%	100%	100%
GE03-IND03 – Índice de divulgação de resultados institucionais	Não se aplica	80%	90%	100%	100%	100%	100%

Nota: A indicação "**Não se aplica**" na coluna Linha de Base refere-se aos indicadores cuja mensuração será instituída no âmbito deste PDI, inexistindo histórico institucional ou metodologia previamente consolidada para sua apuração. Nesses casos, a primeira aferição estabelecerá a linha de base, que servirá de referência para o monitoramento e a avaliação das metas durante a vigência do Plano.

GE04 – Fortalecer a sustentabilidade financeira institucional, ampliando a capacidade de captação, gestão e diversificação de recursos.

Identificação do objetivo estratégico			
GE04 – Fortalecer a sustentabilidade financeira institucional, ampliando a capacidade de captação, gestão e diversificação de recursos.			
Eixo Temático	Gestão Estratégica	Responsável	Diretoria de Planejamento, Desenvolvimento Institucional e Interiorização

O conteúdo deste documento também está disponível em versão web no endereço: pdi.ifpb.edu.br

Iniciativas estratégicas e indicadores							
Código	Iniciativa estratégica		Responsável pela iniciativa		Indicador vinculado		
GE04-I01	Ampliar a captação de recursos institucionais		Diretoria de Planejamento, Desenvolvimento Institucional e Interiorização		GE04-IND01 – Volume de recursos captados externamente		
GE04-I02	Aprimorar a gestão e a execução orçamentária institucional		Diretoria de Planejamento, Desenvolvimento Institucional e Interiorização		GE04-IND02 – Taxa de execução orçamentária institucional		
Definição e metodologia de mensuração dos indicadores							
Indicador		Descrição		Fórmula de cálculo			Unidade
GE04-IND01 – Volume de recursos captados externamente		Mede o montante de recursos captados por meio de parcerias, convênios, editais e emendas.		Somatório anual de recursos captados externamente			Reais (R\$)
GE04-IND02 – Taxa de execução orçamentária institucional		Mede a eficiência da execução dos recursos orçamentários disponíveis.		(Valor Orçamentário Empenhado / Valor Orçamentário Autorizado) × 100			Percentual (%)
Linha de base e metas dos indicadores para 2026–2030							
Indicador vinculado	Linha de base	2026	2027	2028	2029	2030	Meta final
GE04-IND01 – Volume de recursos captados externamente	Não se aplica	20M	22M	25M	27M	30M	30M
GE04-IND02 – Taxa de execução orçamentária institucional	Não se aplica	95%	97%	98%	99%	100%	100%

Nota: A indicação "**Não se aplica**" na coluna Linha de Base refere-se aos indicadores cuja mensuração será instituída no âmbito deste PDI, inexistindo histórico institucional ou metodologia previamente consolidada para sua apuração. Nesses casos, a primeira aferição estabelecerá a linha de base, que servirá de referência para o monitoramento e a avaliação das metas durante a vigência do Plano.

Eixo Temático: Gestão de Pessoas

O conteúdo deste documento também está disponível em versão web no endereço: pdi.ifpb.edu.br

GP01 – Fortalecer o desenvolvimento e a qualificação dos servidores, promovendo a formação acadêmica, a capacitação contínua e o alinhamento das competências às necessidades institucionais.

Identificação do objetivo estratégico			
GP01 – Fortalecer o desenvolvimento e a qualificação dos servidores, promovendo a formação acadêmica, a capacitação contínua e o alinhamento das competências às necessidades institucionais.			
Eixo Temático	Gestão de Pessoas	Responsável	Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas
Iniciativas estratégicas e indicadores			
Código	Iniciativa estratégica	Responsável pela iniciativa	Indicador vinculado
GP01-I01	Ampliar a participação de servidores em ações de capacitação alinhadas à Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas	Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas	GP01-IND01 – Percentual de servidores capacitados anualmente
GP01-I01	Ampliar a participação de servidores em ações de capacitação alinhadas à Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas	Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas	GP01-IND02 – Percentual de servidores capacitados por Escolas de Governo
GP01-I02	Ampliar o acesso à qualificação formal dos servidores (especialização, mestrado e doutorado)	Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas	GP01-IND03 – Percentual de servidores em processo de qualificação formal
GP01-I02	Ampliar o acesso à qualificação formal dos servidores (especialização, mestrado e doutorado)	Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas	GP01-IND04 – Percentual de servidores com titulação superior à exigida para o cargo
GP01-I03	Alinhar o desenvolvimento de competências às necessidades estratégicas do IFPB	Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas	GP01-IND05 – Percentual de ações de capacitação alinhadas ao planejamento institucional
Definição e metodologia de mensuração dos indicadores			
Indicador	Descrição	Fórmula de cálculo	Unidade
GP01-IND01 – Percentual de servidores capacitados anualmente	Mede a proporção de servidores que participaram de ações de capacitação no período.	$(\text{n}^\circ \text{ de servidores capacitados} / \text{n}^\circ \text{ total de servidores}) \times 100$	Percentual (%)
GP01-IND02 – Percentual de servidores capacitados por Escolas de Governo	Mede a participação dos servidores em ações de capacitação ofertadas por Escolas de Governo, refletindo a adesão a programas estruturados e reconhecidos institucionalmente.	$(\text{n}^\circ \text{ de servidores capacitados por Escolas de Governo} / \text{n}^\circ \text{ total de servidores}) \times 100$	Percentual (%)

GP01-IND03 – Percentual de servidores em processo de qualificação formal	Mede a proporção de servidores em programas de qualificação formal, indicando o nível de investimento institucional na elevação da titulação.	(nº de servidores em qualificação / nº total de servidores) × 100					Percentual (%)
GP01-IND04 – Percentual de servidores com titulação superior à exigida para o cargo	Mede o nível de qualificação do quadro funcional em relação aos requisitos dos cargos.	(nº de servidores com titulação superior / nº total de servidores) × 100					Percentual (%)
GP01-IND05 – Percentual de ações de capacitação alinhadas ao planejamento institucional	Mede o grau de alinhamento entre as ações de capacitação e as prioridades estratégicas do PDI.	(nº de ações alinhadas ao PDI / nº total de ações de capacitação) × 100					Percentual (%)
Linha de base e metas dos indicadores para 2026–2030							
Indicador vinculado	Linha de base	2026	2027	2028	2029	2030	Meta final
GP01-IND01 – Percentual de servidores capacitados anualmente	555	10%	30%	30%	35%	40%	40%
GP01-IND02 – Percentual de servidores capacitados por Escolas de Governo	130	20%	25%	30%	35%	40%	40%
GP01-IND03 – Percentual de servidores em processo de qualificação formal	60	5%	8%	10%	10%	10%	10%
GP01-IND04 – Percentual de servidores com titulação superior à exigida para o cargo	2364	5%	5%	5%	10%	10%	10%
GP01-IND05 – Percentual de ações de capacitação alinhadas ao planejamento institucional	Não se aplica	5%	10%	15%	20%	20%	20%

Nota: A indicação "**Não se aplica**" na coluna Linha de Base refere-se aos indicadores cuja mensuração será instituída no âmbito deste PDI, inexistindo histórico institucional ou metodologia previamente consolidada para sua apuração. Nesses casos, a primeira aferição estabelecerá a linha de base, que servirá de referência para o monitoramento e a avaliação das metas durante a vigência do Plano.

GP02 – Promover a valorização dos servidores, por meio de políticas de qualidade de vida no trabalho, saúde, segurança e bem-estar institucional.

Identificação do objetivo estratégico							
GP02 – Promover a valorização dos servidores, por meio de políticas de qualidade de vida no trabalho, saúde, segurança e bem-estar institucional.							
Eixo Temático	Gestão de Pessoas	Responsável	Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas				
Iniciativas estratégicas e indicadores							
Código	Iniciativa estratégica	Responsável pela iniciativa	Indicador vinculado				
GP02-I01	Fortalecer a política institucional de qualidade de vida no trabalho (QVT)	Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas	GP02-IND01 – Percentual de servidores participantes de ações de QVT				
GP02-I02	Estruturar e consolidar ações de saúde e segurança no trabalho	Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas	GP02-IND02 – Percentual de unidades com ações estruturadas de saúde e segurança				
GP02-I03	Implantar e fortalecer as CISSPs no âmbito institucional	Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas	GP02-IND03 – Percentual de unidades com CISSP implementada				
Definição e metodologia de mensuração dos indicadores							
Indicador	Descrição	Fórmula de cálculo	Unidade				
GP02-IND01 – Percentual de servidores participantes de ações de QVT	Mede o alcance das ações de qualidade de vida no trabalho.	(nº de servidores participantes / nº total de servidores) × 100	Percentual (%)				
GP02-IND02 – Percentual de unidades com ações estruturadas de saúde e segurança	Mede o nível de institucionalização das ações de saúde e segurança no trabalho.	(nº de unidades com ações implementadas / nº total de unidades) × 100	Percentual (%)				
GP02-IND03 – Percentual de unidades com CISSP implementada	Mede a implantação das Comissões Internas de Saúde e Segurança do Trabalho.	(nº de unidades com CISSP / nº total de unidades) × 100	Percentual (%)				
Linha de base e metas dos indicadores para 2026–2030							
Indicador vinculado	Linha de base	2026	2027	2028	2029	2030	Meta final

GP02-IND01 – Percentual de servidores participantes de ações de QVT	Não se aplica	5%	10%	15%	20%	20%	20%
GP02-IND02 – Percentual de unidades com ações estruturadas de saúde e segurança	Não se aplica	5%	10%	15%	20%	20%	20%
GP02-IND03 – Percentual de unidades com CISSP implementada	0	50%	70%	80%	90%	100%	100%

Nota: A indicação "**Não se aplica**" na coluna Linha de Base refere-se aos indicadores cuja mensuração será instituída no âmbito deste PDI, inexistindo histórico institucional ou metodologia previamente consolidada para sua apuração. Nesses casos, a primeira aferição estabelecerá a linha de base, que servirá de referência para o monitoramento e a avaliação das metas durante a vigência do Plano.

GP03 – Aprimorar a gestão estratégica de pessoas, promovendo eficiência administrativa, institucionalização de políticas e alinhamento ao planejamento institucional.

Identificação do objetivo estratégico			
GP03 – Aprimorar a gestão estratégica de pessoas, promovendo eficiência administrativa, institucionalização de políticas e alinhamento ao planejamento institucional.			
Eixo Temático	Gestão de Pessoas	Responsável	Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas
Iniciativas estratégicas e indicadores			
Código	Iniciativa estratégica	Responsável pela iniciativa	Indicador vinculado
GP03-I01	Estruturar e consolidar políticas e normativos de gestão de pessoas	Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas	GP03-IND01 – Percentual de políticas de gestão de pessoas implementadas
GP03-I02	Aprimorar os processos de gestão de pessoas com foco em eficiência e padronização	Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas	GP03-IND02 – Percentual de processos de gestão de pessoas padronizados
GP03-I03	Alinhar a gestão de pessoas às diretrizes estratégicas institucionais	Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas	GP03-IND03 – Percentual de ações de gestão de pessoas alinhadas ao planejamento institucional
Definição e metodologia de mensuração dos indicadores			

O conteúdo deste documento também está disponível em versão web no endereço: pdi.ifpb.edu.br

Indicador	Descrição	Fórmula de cálculo	Unidade				
GP03-IND01 – Percentual de políticas de gestão de pessoas implementadas	Mede o nível de institucionalização das políticas da área.	(nº de políticas implementadas / nº total de políticas previstas) × 100	Percentual (%)				
GP03-IND02 – Percentual de processos de gestão de pessoas padronizados	Mede o grau de organização e padronização dos processos da área.	(nº de processos padronizados / nº total de processos mapeados) × 100	Percentual (%)				
GP03-IND03 – Percentual de ações de gestão de pessoas alinhadas ao planejamento institucional	Mede o grau de integração da gestão de pessoas ao PDI.	(nº de ações alinhadas ao PDI / nº total de ações da área) × 100	Percentual (%)				
Linha de base e metas dos indicadores para 2026–2030							
Indicador vinculado	Linha de base	2026	2027	2028	2029	2030	Meta final
GP03-IND01 – Percentual de políticas de gestão de pessoas implementadas	4	5%	10%	10%	10%	10%	10%
GP03-IND02 – Percentual de processos de gestão de pessoas padronizados	Não se aplica	5%	10%	10%	10%	10%	10%
GP03-IND03 – Percentual de ações de gestão de pessoas alinhadas ao planejamento institucional	Não se aplica	5%	10%	10%	10%	10%	10%

Nota: A indicação "**Não se aplica**" na coluna Linha de Base refere-se aos indicadores cuja mensuração será instituída no âmbito deste PDI, inexistindo histórico institucional ou metodologia previamente consolidada para sua apuração. Nesses casos, a primeira aferição estabelecerá a linha de base, que servirá de referência para o monitoramento e a avaliação das metas durante a vigência do Plano.

Eixo Temático: Infraestrutura e Tecnologia

O conteúdo deste documento também está disponível em versão web no endereço: pdi.ifpb.edu.br

IT01 – Modernizar e ampliar a infraestrutura física e tecnológica do IFPB, provendo ambientes confiáveis, acessíveis, sustentáveis e adequados ao desenvolvimento das atividades institucionais.

Identificação do objetivo estratégico							
IT01 – Modernizar e ampliar a infraestrutura física e tecnológica do IFPB, provendo ambientes confiáveis, acessíveis, sustentáveis e adequados ao desenvolvimento das atividades institucionais.							
Eixo Temático	Infraestrutura e Tecnologia			Responsável	Pró-Reitoria de Administração e Finanças		
Iniciativas estratégicas e indicadores							
Código	Iniciativa estratégica			Responsável pela iniciativa		Indicador vinculado	
IT01-I01	Planejar e qualificar a infraestrutura física institucional com foco na acessibilidade, sustentabilidade e melhoria dos ambientes de ensino, pesquisa, extensão e gestão.			Pró-Reitoria de Administração e Finanças		IT01-IND01 – Percentual de unidades com infraestrutura qualificada	
IT01-I02	Ampliar e modernizar a infraestrutura física e tecnológica das unidades, considerando as necessidades acadêmicas, administrativas e de expansão institucional.			Pró-Reitoria de Administração e Finanças		IT01-IND02 – Percentual de demandas prioritárias de infraestrutura atendidas	
Definição e metodologia de mensuração dos indicadores							
Indicador		Descrição			Fórmula de cálculo		Unidade
IT01-IND01 – Percentual de unidades com infraestrutura qualificada		Mede a proporção de unidades que atendem aos critérios institucionais de acessibilidade, sustentabilidade e adequação dos ambientes destinados às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão			(Número de unidades que atendem aos critérios institucionais de qualificação da infraestrutura / Número total de unidades) × 100		Percentual (%)
IT01-IND02 – Percentual de demandas prioritárias de infraestrutura atendidas		Mede o grau de atendimento das demandas prioritárias de infraestrutura física e tecnológica definidas no planejamento institucional.			(Número de demandas prioritárias atendidas / Número total de demandas prioritárias previstas) × 100		Percentual (%)
Linha de base e metas dos indicadores para 2026–2030							
Indicador vinculado	Linha de base	2026	2027	2028	2029	2030	Meta final

IT01-IND01 – Percentual de unidades com infraestrutura qualificada							
IT01-IND02 – Percentual de demandas prioritárias de infraestrutura atendidas							

IT02 – Fortalecer a infraestrutura tecnológica e os serviços digitais, assegurando disponibilidade, segurança, integração e qualidade no acesso às informações institucionais.

Identificação do objetivo estratégico			
IT02 – Fortalecer a infraestrutura tecnológica e os serviços digitais, assegurando disponibilidade, segurança, integração e qualidade no acesso às informações institucionais.			
Eixo Temático	Infraestrutura e Tecnologia	Responsável	Pró-Reitoria de Administração e Finanças
Iniciativas estratégicas e indicadores			
Código	Iniciativa estratégica	Responsável pela iniciativa	Indicador vinculado
IT02-I01	Aprimorar a infraestrutura de conectividade, processamento, armazenamento e segurança da informação da instituição.	Diretoria Geral de Tecnologia da Informação	IT02-IND01 – Índice de disponibilidade da infraestrutura tecnológica
IT02-I02	Fortalecer a integração, a disponibilidade e a confiabilidade dos sistemas e serviços digitais institucionais.	Diretoria Geral de Tecnologia da Informação	IT02-IND02 – Percentual de sistemas institucionais integrados
Definição e metodologia de mensuração dos indicadores			
Indicador	Descrição	Fórmula de cálculo	Unidade
IT02-IND01 – Índice de disponibilidade da infraestrutura tecnológica	Mede o percentual de tempo em que a infraestrutura tecnológica institucional permaneceu disponível para utilização pelos usuários.	$(\text{Tempo de disponibilidade da infraestrutura} / \text{Tempo total previsto de operação}) \times 100$	Percentual (%)
IT02-IND02 – Percentual de sistemas institucionais integrados	Mede o grau de integração entre os sistemas institucionais considerados estratégicos para a gestão e execução das atividades do IFPB.	$(\text{Número de sistemas estratégicos integrados} / \text{Número total de sistemas estratégicos mapeados}) \times 100$	Percentual (%)

Linha de base e metas dos indicadores para 2026–2030							
Indicador vinculado	Linha de base	2026	2027	2028	2029	2030	Meta final
IT02-IND01 – Índice de disponibilidade da infraestrutura tecnológica							
IT02-IND02 – Percentual de sistemas institucionais integrados							

IT03 – Promover a transformação digital e a inovação institucional por meio da adoção de soluções tecnológicas que ampliem a eficiência, a integração e a qualidade dos serviços prestados.

Identificação do objetivo estratégico			
IT03 – Promover a transformação digital e a inovação institucional por meio da adoção de soluções tecnológicas que ampliem a eficiência, a integração e a qualidade dos serviços prestados.			
Eixo Temático	Infraestrutura e Tecnologia	Responsável	Pró-Reitoria de Administração e Finanças
Iniciativas estratégicas e indicadores			
Código	Iniciativa estratégica	Responsável pela iniciativa	Indicador vinculado
IT03-I01	Expandir o uso de tecnologias digitais para simplificação, automação e melhoria dos processos institucionais.	Diretoria Geral de Tecnologia da Informação	IT03-IND01 – Percentual de processos institucionais automatizados
IT03-I02	Desenvolver e consolidar soluções digitais voltadas à inovação, à gestão da informação e ao apoio à tomada de decisão.	Diretoria Geral de Tecnologia da Informação	IT03-IND02 – Percentual de soluções digitais implantadas
Definição e metodologia de mensuração dos indicadores			
Indicador	Descrição	Fórmula de cálculo	Unidade
IT03-IND01 – Percentual de processos institucionais automatizados	Mede a proporção de processos institucionais prioritários que possuem execução parcial ou integral apoiada por soluções digitais e automação.	$(\text{Número de processos automatizados} / \text{Número total de processos prioritários mapeados}) \times 100$	Percentual (%)

IT03-IND02 – Percentual de soluções digitais implantadas	Mede o grau de implantação das soluções digitais previstas para apoio à gestão, à análise de dados e à tomada de decisão institucional.	(Número de soluções digitais implantadas / Número total de soluções previstas) × 100					Percentual (%)
Linha de base e metas dos indicadores para 2026–2030							
Indicador vinculado	Linha de base	2026	2027	2028	2029	2030	Meta final
IT03-IND01 – Percentual de processos institucionais automatizados							
IT03-IND02 – Percentual de soluções digitais implantadas							

Eixo Temático: Internacionalização

I01 – Fortalecer a internacionalização como dimensão estratégica transversal, promovendo a inserção global do IFPB por meio da ampliação da mobilidade acadêmica, da cooperação internacional, da internacionalização do ensino, da pesquisa e da extensão, do desenvolvimento de competências linguísticas e interculturais e da consolidação de uma cultura institucional internacionalizada, sustentável e integrada ao planejamento institucional.

Identificação do objetivo estratégico			
I01 – Fortalecer a internacionalização como dimensão estratégica transversal, promovendo a inserção global do IFPB por meio da ampliação da mobilidade acadêmica, da cooperação internacional, da internacionalização do ensino, da pesquisa e da extensão, do desenvolvimento de competências linguísticas e interculturais e da consolidação de uma cultura institucional internacionalizada, sustentável e integrada ao planejamento institucional.			
Eixo Temático	Internacionalização	Responsável	Assessoria de Relações Internacionais
Iniciativas estratégicas e indicadores			
Código	Iniciativa estratégica	Responsável pela iniciativa	Indicador vinculado
I01-I01	Ampliar a mobilidade acadêmica e a participação institucional em projetos internacionais	Assessoria de Relações Internacionais	I01-IND01 – Volume de Participação em Ações Internacionais
I01-I02	Expandir as parcerias registradas e redes de cooperação internacional	Assessoria de Relações Internacionais	I01-IND02 – Índice de Efetividade das Parcerias Internacionais

I01-I03	Promover a internacionalização em casa por meio da mobilidade virtual, da integração curricular e de experiências acadêmicas interculturais	Assessoria de Relações Internacionais	I01-IND03 – Volume de estudantes participantes de ações de internacionalização em casa
I01-I04	Fortalecer a formação linguística e a oferta de atividades acadêmicas em língua estrangeira	Assessoria de Relações Internacionais	I01-IND04 – Número de matrículas em cursos e atividades em língua estrangeira
I01-I05	Estruturar e consolidar a internacionalização no âmbito institucional	Assessoria de Relações Internacionais	I01-IND05 – Índice de Capilaridade da Internacionalização
I01-I06	Promover a cooperação internacional em ações, projetos e redes voltados ao desenvolvimento sustentável, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.	Assessoria de Relações Internacionais	I01-IND06 – Percentual de projetos e parcerias internacionais alinhados aos ODS da Agenda 2030

Definição e metodologia de mensuração dos indicadores

Indicador	Descrição	Fórmula de cálculo	Unidade
I01-IND01 – Volume de Participação em Ações Internacionais	Mede o número absoluto de estudantes e servidores do IFPB ativamente envolvidos em programas de mobilidade acadêmica e projetos de cooperação internacional ao longo do ano.	$(n^{\circ} \text{ de estudantes e servidores em mobilidade internacional}) + (n^{\circ} \text{ de estudantes e servidores em projetos internacionais institucionais})$	Número
I01-IND02 – Índice de Efetividade das Parcerias Internacionais	Mede a proporção de acordos e convênios internacionais vigentes que resultaram em atividades concretas (como mobilidade de pessoas, projetos conjuntos de pesquisa, publicações ou eventos) no período avaliado.	$(n^{\circ} \text{ de parcerias internacionais com atividades registradas no ano} / n^{\circ} \text{ total de parcerias internacionais vigentes}) \times 100$	Percentual (%)
I01-IND03 – Volume de estudantes participantes de ações de internacionalização em casa	Mede a participação dos estudantes em ações de internacionalização em casa, incluindo componentes curriculares internacionalizados, mobilidade virtual, atividades acadêmicas interculturais, eventos internacionais, projetos colaborativos internacionais e interações com estudantes estrangeiros vinculados ao IFPB.	$n^{\circ} \text{ de estudantes participantes em ações de internacionalização em casa}$	Número
I01-IND04 – Número de matrículas em cursos e atividades em língua estrangeira	Mede a participação da comunidade acadêmica em ações de formação linguística e atividades acadêmicas em língua estrangeira.	$(n^{\circ} \text{ de matrículas em cursos de idiomas} + n^{\circ} \text{ de matrículas em disciplinas, workshops, oficinas e seminários em língua estrangeira})$	Número

I01-IND05 – Índice de Capilaridade da Internacionalização	Mede o nível de institucionalização da área internacional nos campi, verificando a existência de estruturas formais (como núcleos, centros de línguas ou comissões locais) e agentes de internacionalização em atividade.	(nº de campi com estruturas ou agentes de internacionalização ativos / nº total de campi do IFPB) × 100					Percentual (%)
I01-IND06 – Percentual de projetos e parcerias internacionais alinhados aos ODS da Agenda 2030	Mede a proporção das ações, projetos e parcerias internacionais desenvolvidos pelo IFPB que apresentam alinhamento formal com um ou mais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).	(nº de projetos e parcerias internacionais alinhados aos ODS / nº total de projetos e parcerias internacionais) × 100					Percentual (%)
Linha de base e metas dos indicadores para 2026–2030							
Indicador vinculado	Linha de base	2026	2027	2028	2029	2030	Meta final
I01-IND01 – Volume de Participação em Ações Internacionais	40	50	60	70	80	90	90
I01-IND02 – Índice de Efetividade das Parcerias Internacionais	30%	40%	50%	65%	75%	85%	85%
I01-IND03 – Volume de estudantes participantes de ações de internacionalização em casa	100	150	200	250	300	350	350
I01-IND04 – Número de matrículas em cursos e atividades em língua estrangeira	300	400	600	800	1000	1200	1200
I01-IND05 – Índice de Capilaridade da Internacionalização	10%	20%	40%	60%	80%	100%	100%
I01-IND06 – Percentual de projetos e parcerias internacionais alinhados aos ODS da Agenda 2030	20%	30%	40%	50%	60%	70%	70%

Eixo Temático: Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

P01 – Fortalecer a pesquisa científica e tecnológica, incentivando a produção intelectual e o desenvolvimento de soluções alinhadas às demandas sociais e institucionais.

Identificação do objetivo estratégico			
P01 – Fortalecer a pesquisa científica e tecnológica, incentivando a produção intelectual e o desenvolvimento de soluções alinhadas às demandas sociais e institucionais.			
Eixo Temático	Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação	Responsável	Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação
Iniciativas estratégicas e indicadores			
Código	Iniciativa estratégica	Responsável pela iniciativa	Indicador vinculado
P01-I01	Incentivar projetos de pesquisa e inovação voltados ao desenvolvimento social, cultural, territorial e ambiental, incorporando princípios de sustentabilidade, inclusão e acessibilidade.	Diretoria de Pesquisa	P01-IND01 – Percentual de projetos de pesquisa com foco em desenvolvimento social, cultural e ambiental
P01-I02	Ampliar a equidade social e de gênero nas ações e programas de pesquisa, inovação e pós-graduação, promovendo a participação de grupos historicamente sub-representados.	Diretoria de Pesquisa	P01-IND02 – Percentual de estudantes ingressantes por cotas participantes em ações de pesquisa, inovação e pós-graduação
P01-I02	Ampliar a equidade social e de gênero nas ações e programas de pesquisa, inovação e pós-graduação, promovendo a participação de grupos historicamente sub-representados.	Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação	P01-IND03 – Percentual de participação de estudantes por gênero em ações de pesquisa, inovação e pós-graduação
P01-I03	Incentivar a atuação de pesquisadores em atividades de produção científica, contribuindo para a ampliação da visibilidade e do impacto da pesquisa institucional.	Diretoria de Pesquisa	P01-IND04 – Número de produções intelectuais de servidores
P01-I04	Apoiar a produção e a publicação de obras científicas, técnicas e culturais de relevância acadêmica e social, fortalecendo a difusão do conhecimento institucional.	Editora IFPB	P01-IND05 – Número de obras publicadas pela Editora IFPB com ISBN
Definição e metodologia de mensuração dos indicadores			
Indicador	Descrição	Fórmula de cálculo	Unidade

P01-IND01 – Percentual de projetos de pesquisa com foco em desenvolvimento social, cultural e ambiental	Mede a proporção de projetos de pesquisa (básica e aplicada) orientados a demandas sociais, culturais e ambientais, refletindo o alinhamento da pesquisa institucional com o desenvolvimento sustentável e territorial.	((Número de projetos em pesquisa básica com esse foco + Número de projetos em pesquisa aplicada com esse foco) / Total de projetos de pesquisa) × 100					Percentual (%)
P01-IND02 – Percentual de estudantes ingressantes por cotas participantes em ações de pesquisa, inovação e pós-graduação	Mede a participação de estudantes ingressantes pelo sistema de cotas nas atividades de pesquisa, inovação e pós-graduação, indicando o nível de inclusão e equidade nessas ações.	(Número de estudantes ingressantes pelo sistema de cotas / Total de estudantes pesquisadores) × 100					Percentual (%)
P01-IND03 – Percentual de participação de estudantes por gênero em ações de pesquisa, inovação e pós-graduação	Mede a distribuição de participação de estudantes por gênero nas atividades de pesquisa, inovação e pós-graduação, permitindo avaliar o equilíbrio e a equidade de gênero nessas ações.	(Número de estudantes ingressantes por gênero / Total de estudantes pesquisadores) × 100					Percentual (%)
P01-IND04 – Número de produções intelectuais de servidores	Mede o volume anual de produções intelectuais dos servidores, incluindo produções bibliográficas, técnicas e artístico-culturais, indicando a produtividade científica institucional.	Número de produções intelectuais (número de produção bibliográfica, técnica e artístico-cultural) anuais dos servidores.					Número
P01-IND05 – Número de obras publicadas pela Editora IFPB com ISBN	Mede a quantidade de obras científicas, técnicas e culturais publicadas pela Editora IFPB com registro ISBN, refletindo a capacidade institucional de difusão do conhecimento.	Número de obras publicadas pela Editora IFPB com ISBN.					Número
Linha de base e metas dos indicadores para 2026–2030							
Indicador vinculado	Linha de base	2026	2027	2028	2029	2030	Meta final
P01-IND01 – Percentual de projetos de pesquisa com foco em desenvolvimento social, cultural e ambiental	400	0	5%	10%	20%	30%	520
P01-IND02 – Percentual de estudantes ingressantes por cotas participantes em ações de pesquisa, inovação e pós-graduação	200	0	5%	10%	15%	20%	240

P01-IND03 – Percentual de participação de estudantes por gênero em ações de pesquisa, inovação e pós-graduação	400	0	5%	10%	20%	30%	520
P01-IND04 – Número de produções intelectuais de servidores	3000	0	5%	10%	20%	30%	3900
P01-IND05 – Número de obras publicadas pela Editora IFPB com ISBN	5	5	10	15	20	25	25

P02 – Consolidar e expandir a política de pós-graduação, com foco na qualificação da oferta, no atendimento às demandas regionais, na promoção da inovação, da inclusão, da sustentabilidade e da produção científica.

Identificação do objetivo estratégico			
P02 – Consolidar e expandir a política de pós-graduação, com foco na qualificação da oferta, no atendimento às demandas regionais, na promoção da inovação, da inclusão, da sustentabilidade e da produção científica.			
Eixo Temático	Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação	Responsável	Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação
Iniciativas estratégicas e indicadores			
Código	Iniciativa estratégica	Responsável pela iniciativa	Indicador vinculado
P02-I01	Expandir a oferta de cursos de pós-graduação stricto e lato sensu, promovendo o acesso e a diversidade.	Diretoria de Pós-Graduação	P02-IND01 – Número de cursos ofertados na pós-graduação
P02-I01	Expandir a oferta de cursos de pós-graduação stricto e lato sensu, promovendo o acesso e a diversidade.	Diretoria de Pós-Graduação	P02-IND02 – Número de vagas ofertadas na pós-graduação
P02-I02	Ampliar o acesso a bolsas de fomento para estudantes da pós-graduação, como estratégia de permanência e redução da evasão.	Diretoria de Pós-Graduação	P02-IND03 – Número de estudantes da pós-graduação beneficiados com bolsas
P02-I03	Fortalecer parcerias estratégicas entre programas de pós-graduação e instituições públicas e privadas,	Diretoria de Pós-Graduação	P02-IND04 – Número de projetos de pesquisa desenvolvidos em parceria com instituições externas

	ampliando redes de colaboração e projetos conjuntos de pesquisa aplicada.						
Definição e metodologia de mensuração dos indicadores							
Indicador	Descrição	Fórmula de cálculo	Unidade				
P02-IND01 – Número de cursos ofertados na pós-graduação	Mede a quantidade de cursos de pós-graduação stricto sensu e lato sensu ofertados pelo IFPB, indicando a expansão e diversificação da estrutura acadêmica institucional.	Número total de cursos de pós-graduação ofertados no período	Número				
P02-IND02 – Número de vagas ofertadas na pós-graduação	Mede a quantidade de vagas disponibilizadas nos cursos de pós-graduação, indicando a capacidade institucional de atendimento e ampliação do acesso à formação avançada.	Número total de vagas ofertadas na pós-graduação no período	Número				
P02-IND03 – Número de estudantes da pós-graduação beneficiados com bolsas	Mede a quantidade de estudantes da pós-graduação contemplados com bolsas de fomento, indicando o apoio institucional à permanência e à qualificação acadêmica.	Número de estudantes da Pós-Graduação com bolsa	Número				
P02-IND04 – Número de projetos de pesquisa desenvolvidos em parceria com instituições externas	Mede a quantidade de projetos de pesquisa na pós-graduação realizados em cooperação com instituições externas, refletindo o nível de articulação e colaboração institucional.	Número de projetos na Pós-Graduação em parceria com instituições externas	Número				
Linha de base e metas dos indicadores para 2026–2030							
Indicador vinculado	Linha de base	2026	2027	2028	2029	2030	Meta final
P02-IND01 – Número de cursos ofertados na pós-graduação	15	18	22	25	27	29	29
P02-IND02 – Número de vagas ofertadas na pós-graduação	647	927	1.577	1.657	1.697	1.737	1.737
P02-IND03 – Número de estudantes da pós-graduação beneficiados com bolsas	15	17	18	19	20	21	21
P02-IND04 – Número de projetos de pesquisa desenvolvidos em parceria com instituições externas	1	7	9	15	17	23	23

P03 – Fortalecer o ecossistema de inovação e empreendedorismo, incentivando à formalização de ambientes inovadores, à captação de recursos e à proteção da propriedade intelectual.

Identificação do objetivo estratégico			
P03 – Fortalecer o ecossistema de inovação e empreendedorismo, incentivando à formalização de ambientes inovadores, à captação de recursos e à proteção da propriedade intelectual.			
Eixo Temático	Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação	Responsável	Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação
Iniciativas estratégicas e indicadores			
Código	Iniciativa estratégica	Responsável pela iniciativa	Indicador vinculado
P03-I01	Fomentar a cultura da inovação, do empreendedorismo e da gestão de projetos por meio da oferta de ações formativas, eventos e programas institucionais.	Agência de Inovação	P03-IND01 – Número de ações formativas em inovação e empreendedorismo
P03-I02	Ampliar as parcerias institucionais com foco na qualificação empreendedora e na integração com os programas de incubação e inovação.	Agência de Inovação	P03-IND02 – Número de participantes integrados ao programa INOVAI
P03-I03	Expandir e consolidar os núcleos de incubação nos campi como estratégia de suporte à criação de startups e ao desenvolvimento regional.	Agência de Inovação	P03-IND03 – Percentual de campi com núcleos de incubação ativos
P03-I04	Implementar o Parque Tecnológico do IFPB como vetor estruturante da política de inovação institucional.	Parque Sinergia	P03-IND04 – Número de acordos de cooperação estratégica vinculados ao Parque Tecnológico
P03-I05	Promover a proteção intelectual no Ecossistema de Inovação	Agência de Inovação	P03-IND05 – Número de ativos de propriedade intelectual registrados
P03-I06	Ampliar o número de parcerias para pesquisa, desenvolvimento e inovação	Polo de Inovação	P03-IND06 – Número de acordos de parceria para pesquisa, desenvolvimento e inovação
Definição e metodologia de mensuração dos indicadores			
Indicador	Descrição	Fórmula de cálculo	Unidade

P03-IND01 – Número de ações formativas em inovação e empreendedorismo	Mede a quantidade de ações formativas promovidas pela Agência de Inovação voltadas à cultura empreendedora, inovação e gestão de projetos.	Número de ações formativas realizadas	Número				
P03-IND02 – Número de participantes integrados ao programa INOVAI	Mede a quantidade de participantes que, após ações formativas, foram integrados ao programa INOVAI, indicando a efetividade das ações de capacitação em inovação.	Total de participantes nas ações de formação integradas ao programa INOVAI	Número				
P03-IND03 – Percentual de campi com núcleos de incubação ativos	Mede a proporção de campi que possuem núcleos de incubação em funcionamento, indicando a capilaridade do ecossistema de inovação institucional.	(Número de campi com núcleo de incubação / Total de campi do IFPB) × 100	Percentual (%)				
P03-IND04 – Número de acordos de cooperação estratégica vinculados ao Parque Tecnológico	Mede a quantidade de acordos de cooperação, convênios e parcerias estratégicas vinculadas ao Parque Tecnológico, refletindo sua capacidade de articulação institucional.	Contagem anual de parcerias (MoUs, acordos de cooperação e convênios) vinculados ao Parque Sinergia	Número				
P03-IND05 – Número de ativos de propriedade intelectual registrados	Mede a quantidade de ativos de propriedade intelectual, incluindo patentes, registros de software e proteções sui generis, indicando o nível de proteção e valorização da inovação.	Número de ativos de propriedade intelectual, programas de computador e proteções sui generis	Número				
P03-IND06 – Número de acordos de parceria para pesquisa, desenvolvimento e inovação	Mede a quantidade de acordos formais de parceria para pesquisa, desenvolvimento e inovação, refletindo a capacidade institucional de articulação com o setor produtivo e outras instituições.	Número de acordos de parceria para pesquisa, desenvolvimento e inovação	Número				
Linha de base e metas dos indicadores para 2026–2030							
Indicador vinculado	Linha de base	2026	2027	2028	2029	2030	Meta final
P03-IND01 – Número de ações formativas em inovação e empreendedorismo	3	5	7	9	12	15	15
P03-IND02 – Número de participantes integrados ao programa INOVAI	0	2	4	6	8	10	10
P03-IND03 – Percentual de campi com núcleos de incubação ativos	0	10%	20%	30%	50%	60%	60%

O conteúdo deste documento também está disponível em versão web no endereço: pdi.ifpb.edu.br

P03-IND04 – Número de acordos de cooperação estratégica vinculados ao Parque Tecnológico	0	5	12	19	29	39	39
P03-IND05 – Número de ativos de propriedade intelectual registrados	335	350	365	380	395	410	410
P03-IND06 – Número de acordos de parceria para pesquisa, desenvolvimento e inovação	85	95	105	115	125	135	135

VERSÃO NÃO DIAGRAMADA